

Ruínas e mitos: a arqueologia nom Brasil Imperialismo

Johnni Langer.

dados da licença no Creative Commons: Licença Atribuição vedada a criação de obras derivadas 2.5
Brasil commons.

Johnni Langer

RUÍNAS E MITOS:
A ARQUEOLOGIA NO BRASIL
IMPERIAL

Tese de Doutorado apresentada ao
programa de pós-graduação em História da
UFPR.

Curitiba, 2001.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Capítulo 1: EPÍGRAFES DE UM PASSADO ESQUECIDO

1.1 Os hieróglifos misteriosos

1.1.1. Os imperiais epigrafistas

1.1.2 O enigma de uma esfinge

1.1.2.1 Os vikings no Brasil

1.2 Um francês e os mistérios epigráficos

1.3 O caso da pedra da Paraíba

1.4 Novos mistérios pétreos

Imagens petrificadas, sonhos despedaçados

Capítulo 2: A MIRAGEM DE UMA CIDADE

2.1 A origem do mito

2.2 O início das buscas

2.3 Um viajante do maravilhoso

2.4 A decadência de uma civilização

2.5 A repercussão internacional

2.6 A miragem custa a desaparecer

2.7 Contestações da fantasia

2.8 A nova aurora da miragem

2.9 O fim do delírio

As metamorfoses do mito

Capítulo 3: RESTOS SELVAGENS, RESTOS HERÓICOS

3.1 O sábio dos ossos diluvianos

3.1.1 A descoberta do brasileiro fóssil

3.1.2 A polêmica da antiguidade do brasileiro

3.2 Entreato: os anos 50 e a idealização romântica do indígena

3.2.1 A imagem etnológica

3.2.2 Uma missão exploratória

3.2.3 A imagem histórica

3.2.3.1 Um manual de História

3.2.4 A imagem literária

3.3 A década do homem fóssil: os anos 60

3.3.1 Novos intercâmbios, velhas idéias

3.4 Raças e Pré-História: os anos 70

3.4.1 *A nova aurora das relíquias*

3.4.2 *A revista do Museu Nacional*

3.5 O selvagem exposto: a década de 80

3.5.1 *O homem das cavernas do Brasil*

3.5.2 *Triunfo e decadência*

Arqueologia e imagem do índio brasileiro

Capítulo 4: O LIXO DE NOSSO ANTEPASSADOS

4.1 As aventuras de um conde arqueólogo

4.1.1 *A origem das ostras*

4.1.2 *A resposta do Instituto*

4.2 A década das escavações

4.1.1 *As pesquisas do Museu Nacional*

4.3 Os sambaquis nos anos 80

Entulho indígena, civilização e barbárie

Capítulo 5: UMA FLORESTA MISTERIOSA

5.1 O mito das mulheres guerreiras

5.1.1 *Uma estátua amazônica*

5.1.2 *O Brasil enigmático*

5.1.3 *A comédia arqueológica*

5.1.4 *O fim da polêmica*

5.2 Uma ilha de civilização

5.2.1 *O início das escavações nacionais*

5.2.2 *Em busca de uma Arqueologia nacional: Ladislau Neto e Marajó*

5.2.3 *Cerâmica e hieróglifos*

5.3 A controvérsia sobre os muiiraquitãs

5.3.1 *O retorno dos filhos de Odin*

5.3.2 *As pedras da discórdia*

Os enigmas da imensidão verde

EPÍLOGO: “ARCHAIOS” E O MITO DA NAÇÃO TROPICAL

ACERVOS CONSULTADOS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

Poucas coisas são tão estimulantes à imaginação como a descoberta dos remanescentes de uma cidade desaparecida ou de uma civilização perdida. Anne Terry White, *Arqueologia*, 1959.

A Arqueologia é uma das ciências mais populares no imaginário ocidental. A imagem do cientista buscando ou escavando fragmentos do passado, ocupa até nossos dias, grande quantidade de romances literários, filmes, seriados e outras formas artísticas. Essa popularidade se deve, em parte, ao próprio percurso histórico desta disciplina, repleto de mirabolantes aventuras e extraordinárias descobertas. Ao mesmo tempo em que este imaginário era formado, desde meados do Setecentos, a Arqueologia iniciou a formação de um complexo sistema de idéias, relacionado com a interpretação da cultura material. Em diversos momentos ocorreu um amálgama entre teorias científicas e imaginário, ou então, um dando origem ao outro; e finalmente, chegando ao atual panorama, que separa claramente o mito do raciocínio arqueográfico.

Em nosso objeto temático, no qual reconstituimos a trajetória da Arqueologia durante o reinado de D. Pedro II, efetuamos um primeiro passo para entendermos as formas científicas oitocentistas, que consiste em romper com a visão que entende a atual Arqueologia como detentora de uma verdade superior aos modelos anteriores. Que relega aos pesquisadores do século XIX, o título de meros pioneiros, e suas práticas como atividades semi-científicas, não merecedoras de maiores atenções. Desta maneira, entendemos a *Arqueologia como um sistema de conhecimentos*, muito além de uma simples disciplina de escavações de campo, abrangendo idéias, símbolos, imagens e mitos sobre cultura material e História, sempre vinculadas a diversos sistemas socioculturais. Apesar de ter como investigação objetos concretos, a Arqueologia desenvolve imagens dependentes da sociedade em que está inserida, não importando a época em que foram elaboradas. Ao discutirmos nosso tema de pesquisa, teremos sempre em consideração os atuais avanços, descobertas e teorias materiais, mas também relativizando essa relação, a saber, entre um passado científico ultrapassado e uma verdade acadêmica do presente.

Desta maneira, o *objetivo central* da tese é determinar as imagens que a Arqueologia desempenhou na sociedade imperial, onde o vestígio material teve lugar de destaque para gerar uma sensibilidade moderna sobre o passado.¹ Tendo como palavras-

¹ O mais extenso trabalho publicado sobre história da arqueologia brasileira, de Alfredo Mendonça de Souza (1991), além de descritivo, parte do pressuposto cientificista da superioridade moderna do método. Funari (1994), Prous (1992), Barreto (1999-2000) forneceram alguns elementos analíticos para a arqueologia no império. Além de nossas publicações anteriores sobre o tema (Langer, 1997 e 1998), outro trabalho que resgata criticamente o período imperial é de Lúcio M. Ferreira (1999). Sabemos que alguns projetos recentes de pesquisa estão sendo desenvolvidos na USP e Unicamp, a respeito das investigações

chave cultura material, monumento, fóssil, ruína e mito, a tese pretende reconstituir um imaginário social com base nestes valores, imagens e símbolos – muito importantes para a constituição e manutenção do poder imperial.

Os principais modelos conceituais sobre Arqueologia que adotamos, foram as obras *Arqueologia*, de Pedro Funari (1988), que apresenta discussões teóricas sobre a Arqueologia e o contexto sociais, e os trabalhos de Alain Schnapp, integrante da nova geração de historiadores franceses ligados aos Annales. Principalmente em seu artigo para o dicionário histórico de Burguière (1993), onde apresentou as relações da ciência do passado com o objeto material, este sujeito à uma constante simbolização pelo imaginário social. Seja para com métodos do Setecentos considerados “ultrapassados”, ou com modernos equipamentos de última geração, os artefatos, ruínas, enfim, todo material passível de investigação sobre a antiguidade, recebeu conotações simbólicas e culturais em um determinado período. Neste momento, Schnapp recupera outro importante conceito, também adotado por nós, o de *semióforos*: “objetos que não tem utilidade (...) mas que representam o invisível, são dotados de um significado.” (Pomian, 1983, p. 71). O significado destes objetos está vinculados a uma certa cadeia de memória, além de seu sentido ou uso original. Desta maneira, a abordagem puramente materialista da História arqueológica, a mais tradicional, é substituída por uma análise relacionada com a percepção cultural dos restos físicos: “Há muito tempo sabemos que todo sistema de objetos é também um sistema de sinais.” (Schnapp, 1993, p. 71). Desde a origem da Arqueologia, os traços do passado foram substituídos, de uma explicação funcional, para uma interpretação simbólica no imaginário: “Os objetos tem tanto de imaterial quanto de material (...) são também produtos da imaginação.” (p. 78).

Enquanto a conceituação do *objeto* (os artefatos fixos e móveis e até mesmo evidências ambientais transformadas pelo homem) é mais facilmente definida, sua faceta simbólica é mais complexa. Apesar de utilizarmos autores distantes dos temas arqueológicos, principalmente nas discussões sobre o símbolo, o mito e o imaginário, acreditamos que podem perfeitamente adequar-se com a pesquisa.

O *símbolo* é uma palavra ou idéia que designa algo, muito além de seu significado manifesto e imediato, com certo aspecto inconsciente, e que nunca pode ser definido ou explicado inteiramente (Jung, 1987, p. 20). Um símbolo pode designar tanto um objeto arqueológico, quanto a própria reação do sujeito perante esse objeto. Relaciona-se a sistemas do qual são constituídos os imaginários sociais, construídos através da experiência, desejos, aspirações e motivações dos agentes sociais (Baczko, 1984, p. 311).

Claro que um objeto específico, como um machado de pedra, em si, não é diretamente um símbolo. Mas não pode ser separado de uma rede simbólica, no momento de seu resgate e posterior estudo ou preservação. Um machado é uma simples pedra, como qualquer outro elemento da natureza, mas originalmente trabalhado pela mão humana. No momento em que foi recuperado e interpretado pela Arqueologia, tornou-se um semióforo, no entender de K. Pomian, ou um símbolo (significante), na visão de Cornelius Castoriadis e outros teóricos.

A escolha de um determinado simbolismo nunca é aleatória ou inevitável: ela sempre conduz a determinadas formas de percepção de um grupo social, que já existiam anteriormente, mesmo que apareçam muitas vezes com o epíteto de novidade. E também ambígua – ao mesmo tempo em que o simbolismo determina aspectos sociais, ele possui muitos graus de liberdade, ou seja, é obra e instrumento (Castoriadis, 1982, p. 152). Segundo este mesmo autor, todo símbolo possui um componente imaginário, mas também, o imaginário deve utilizar-se do simbólico para poder manifestar-se. Aqui percebemos outro conceito fundamental para nosso trabalho, as *imagens*, que são ampliações dos símbolos, constituindo o contexto em que estes se inserem, no plano coletivo e individual. Todo pensamento humano é baseado em imagens gerais, uma consciência imaginada da percepção do real ou de objetos reais, diferenciando-se do saber puramente perceptivo – este formado “lentamente por aproximações sucessivas” (Durant, 1997, p. 23). Uma imagem não é arbitrária como um simples signo, mas regulada por um dinamismo organizado, agrupada algumas vezes a uma idéia.

Neste momento, torna-se necessário uma definição de *imaginário*. Tanto Baczko quanto Pierre Ansart, o conceituam como a produção coordenada de representações de uma sociedade, pelo qual ela se reproduz, distribui as identidades, fixa seus valores, suas relações hierárquicas e suas instituições sociais (1984, p. 309; 1978, p. 21). Ao nosso ver, preferimos substituir o termo representações pelo de imagens, aproximando muito mais, desta maneira, nosso trabalho às teorias de Raoul Girardet e Gilbert Durand (1987; 1997). Porém, abandonamos o uso de terminologias muito comuns nos estudos franceses de imaginário, como arquétipos, esquemas, emblemas, diagramas e sinepsias.

A principal característica de um imaginário é estabelecer a identidade de um determinado grupo social, através de noções de legitimidade: “A potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo (...) Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controle destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças.” (Baczko,

1984, p. 313). Percebemos que o imaginário será parte indispensável de uma sociedade, e o próprio exercício do poder será conjugado pelo apropriação de determinados simbolismos. Uma ordem social pode ser criada, através do qual confere-se legitimidade: “Daí a importância do controle dos circuitos de produção e difusão dos imaginários sociais como um passo fundamental para o êxito da dominação simbólica.” (Espig, 1998, p. 163). Sistemas complexos e heterogêneos fazem parte dos imaginários e seus simbolismos, como as religiões, as utopias, as ideologias e os mitos.² Particularmente para nossa pesquisa, nos interessa a conceituação de mito e sua vinculação com o processo histórico.

O estudo moderno do mito tem raízes no Oitocentos. Possui muitas escolas e interpretações, sendo as principais as chamadas vertente *simbolista* (Creuzer, Cassirer, Jung, Eliade, Kerényi, Ricoeur, Otto, Campbell, Durand, Girardet) e a *estruturalista* (Dumézil, Lévi-Strauss, Propp, Ginzburg, Vernant, Detienne). Não adotamos uma postura única em relação à metodologia e conceitos, tem em vista a diversidade de formações destes teóricos. Alguns autores franceses, como Raoul Girardet, adotaram em conjunto idéias consideradas bem diferentes, como as de Jung e Lévi-Strauss.³ Se por um lado, damos preferência aos melhores resultados empíricos obtidos por historiadores como Vernant e Detienne (o mito na Grécia), também nos identificamos com o tema e período investigado por Girardet (mitos políticos nos séculos XVIII-XIX), muito mais próximos ao nosso trabalho. O mito e sua inclusão na História é um tema complexo, motivo de nossa aproximação com autores, à primeira vista, distantes ou sem nenhuma possibilidade de conjugação teórica.

A etimologia do vocábulo *mito*, aponta para alguns sentidos específicos, como palavra/discurso e História/narrativa. Nos autores gregos, surge em alguns momentos como uma História, não distinguindo o verdadeiro do falso, muitas vezes. Na cultura moderna, adquiriu uma dimensão que ultrapassou os limites dessa origem etimológica: “o conceito de mito é tão vasto que nele se pode incluir praticamente toda expressão cultural humana – é o tudo – ou tão restrito que se limita a um corpus específico e limitado, a um momento pontual e singular. É o nada que é tudo.” Menciona Victor Jabouille (1986, p.

² André Dabiez diferencia claramente os sistemas simbólicos e de crença, do mito: este deve ser distinguido da alegoria (narrativa calculada), utopia (projeção de um futuro ideal), lenda (fundamento de modo histórico) e do conto (uma forma dessacralizada) (1997, p. 732).

³ O motivo principal de não utilizarmos diretamente algum dos principais teóricos do mito (o simbolista Carl Jung ou o estruturalista Lévi-Strauss), se deve à falta de instrumentalidade de seus trabalhos para nosso objeto. Preferimos, com isso, o uso de obras eminentemente historiográficas, que se preocuparam com a questão do mito, a saber, Girardet, Vernant e Detienne, e que utilizaram autores clássicos da teoria mítica.

16), parafraseando o escritor Fernando Pessoa. O mito como uma realidade cultural muito rica, a partir da modernidade, foi cercado de diversos debates.

A primeira grande conceituação foi proposta por Friedrich Creuzer, no início do século XIX. O mito não poderia ser entendido sem uma relação com o símbolo (Jabouille, 1986, p. 78). Essa idéia foi retomada mais tarde com Ernest Cassirer, para quem o mito não seria uma deficiência do espírito – como queriam autores como Muller, e sim uma força positiva de figuração. Como a arte, o mito e a linguagem, o mito é uma forma que cria significado (p. 92). Significado esse que, segundo outros autores, poderia estar situado em um tempo primordial, metamorfoseado em imagens atemporais durante a História. Tanto Eliade (eterno retorno), quanto Kerényi (arkai) e Jung (arquétipo), insistiram nesta permanência de símbolos que fariam parte de uma essência humana, constituindo a base de todos os mitos. Tautegórico, o símbolo mítico não representaria outra coisa, a não ser ele mesmo (Jesi, 1973). Etiológico, o mito explicaria as causas (Brunel, 1997, p. XVI). A limitação desta vertente teórica, foi sintetizada pelo historiador estruturalista Jean-Pierre Vernant, para o qual o suposto caráter universalista do mito, reduziria a importância dos aspectos sociais e históricos: “Os simbolistas se interessam pelo mito em sua forma particular de narrativa, mas sem esclarecê-lo pelo contexto cultural; trabalhando sobre o próprio objeto, sobre o texto enquanto tal, não pesquisam, contudo, o seu sistema, mas os elementos isolados do vocabulário.” (1992, p. 205).

Para grande parte dos autores mais recentes, o mito foi conceituado como uma experiência viva do imaginário, ao mesmo tempo em que contém fortes aspectos racionais. Girardet insite na narrativa mítica como deformação explicativa do real, e também mobilizadora e ordenadora dos fatos sociais (1987, p. 13). O que não é muito distante de Castoriadis, ao defini-la como uma “resposta racional dada no imaginário por meios simbólicos.” (1982, p. 167). Pierre Ansart reforça o caráter empírico do relato mítico, mas não como uma crença religiosa ou um ato de fé, e sim a “experiência cotidiana, o imaginário vivido, o modo de relação dos homens consigo mesmos, com o mundo e com o outro.” (1978, p. 23). Dabiezies insiste nas características coletivas do mito. Mesmo na criação literária, as imagens míticas são resultado de um determinado público, em certo tempo (1997, p. 732). Mas e para que servem os mitos?

Seguindo novamente o pensamento de Ansart, este procurou explicar a existência dos sistemas imaginários como uma rede de significados, ordenados de acordo com as práticas sociais. Cada momento da narrativa mítica, constituiria as identidades individuais e da coletividade. Lógica do mito, lógica social (p. 25). Regulando a vida coletiva, o mito controla a sociedade como um todo, orientando as condutas e a repressão dos “desvios.”

Por meio da repetição dos ritos, os significados seriam reatualizados, garantindo o domínio simbólico (p. 28). O mito, com isso, seria a própria reação para com as divisões, “às violências potenciais, à tentativa de ultrapassar, numa lógica simbólica, a negação prática inscrita na atividade social.” (p. 29). Não estamos distantes de algumas definições de Baczko, para quem o controle dos circuitos de difusão (instrumentos de persuasão dos valores e crenças), garantiriam o domínio simbólico sobre os imaginários sociais (1984, p. 313).

Devido ao uso da linguagem mítica como elemento do controle social, o mito é suscetível de diversas versões, possibilitando múltiplas manipulações ou, ao contrário, sua desintegração e mesmo oposição simbólica: “o mito responde a uma violência em potencial impondo a sua própria violência e legitimando-a.” (Ansart, 1978, p. 30). Sendo base para muitas narrativas religiosas, políticas e revolucionárias, o mito aparece polimorfo, ambivalente e muitas vezes oposto, como demonstrou Girardet, para quem um mesmo mito político pode ser acompanhado de sua contrapartida simbólica (1987, p. 16). Essa fluidez das narrativas, aparece para este pesquisador francês, regida por uma lógica de repetição e associação das imagens míticas (p. 20). A combinação e sucessão de imagens é agrupada em séries idênticas, apresentando os mesmos elementos compositórios, os mesmos temas, que Gilbert Durand chama de constelações mitológicas (1997, p. 63).

Até aqui vislumbramos os autores com preocupações teóricas sobre o mito. Mas ao lado destas definições conceituais, existem algumas obras com uma abordagem muito mais empírica sobre certas motivações míticas. Estamos falando dos livros de Buarque de Holanda, *A Visão do Paraíso*, e Delumeau, *Uma História do Paraíso*, fundamentais para entendermos as origens de certos mitos arqueológicos durante o Oitocentos. Se por um lado, privilegiamos a perspectiva mítica, não deixamos de considerar questões mais diretamente ligadas à cultura material e ao espaço físico. Mesmo porque, são unidades culturais percebidas muitas vezes em conjunto, numa das grandes temáticas do século XIX, a *nação* – uma imagem ao mesmo tempo cercada de simbolizações míticas e físicas, relacionada a questões territoriais. O historiador José Bittencourt, em sua tese de doutorado *Território largo e profundo*, demonstrou a utilização dos museus imperiais do Brasil como suporte na formulação espacial da nação. Sem dúvida, trata-se do trabalho nacional que mais forneceu elementos tipológicos para nossa própria pesquisa. Por meio desta perspectiva, desenvolvemos nossa *hipótese central*, a utilização da Arqueologia pela monarquia brasileira, como auxiliar na construção simbólica da nação. Um desdobramento desta hipótese é o estudo da produção de mitos arqueológicos pela elite,

que tiveram sentido e identidade somente no império, desaparecendo totalmente no período republicano.

Cada capítulo foi organizado dentro de um critério temático, de acordo com o grau de importância para o pensamento da época. *Epígrafes de um passado misterioso* reconstitui as pesquisas sobre resquícios de supostas formas de escrita na Pré-História brasileira. *A miragem de uma cidade* aborda as buscas de intrigantes ruínas mediterrânicas pelo interior da Bahia. *Restos heróicos, restos selvagens* recupera as teorizações envolvendo a cultura material e suas vinculações com a imagem do indígena brasileiro. *O lixo de nossos antepassados* envolve o tema dos sambaquis litorâneos, e por último, *O enigma de uma floresta*, a respeito da Arqueologia amazônica. Essas divisões podem suscitar alguns problemas para o leitor, pois nem sempre os temas apresentavam-se separados para o imaginário do período. Com isso, procuramos apresentar inicialmente, os temas mais desenvolvidos durante a primeira década do segundo império, e posteriormente, os mais pesquisados na fase final da monarquia. Na *conclusão*, apresentaremos uma reflexão sobre as relações entre todos estes temas, através da problemática da formação e legitimidade da imagem da nação.

Capítulo 1

EPÍGRAFES DE UM PASSADO ESQUECIDO

Uma imaginação fértil encontrará muitas explicações para essas estranhas figuras, mas nenhuma interpretação satisfatória me acode o espírito. Os hieróglifos, sem dúvida, contam-lhes a História. John Stephens, *Incidents of travel in Central America*, 1842.

Escondida no fundo de cavernas ou isolada em meio a florestas, os vestígios de arte rupestre sempre surpreenderam o homem moderno. Fonte constante de trabalho do imaginário, as interpretações sobre essas inquietantes formas visuais, existentes em todo o mundo, são quase tão antigas quanto a História das explorações. No Brasil, muitos cronistas já haviam relatado diversas vezes, o encontro dessas misteriosas evidências no Novo Mundo. Assim, podemos encontrar algumas matrizes dessa linha de pensamento muito antes da criação do Instituto.

Em seu *Diccionario da lingua portugueza* (1758), Antonio Silva assim descreveu o termo *inscrição*: “Palavras gravadas nos pés das estátuas, nos campos, ou em qualquer outra parte, para dar alguma notícia ou fazer memoria de alguma coisa.” (1858, p. 296). Desde a Renascença, a inscrição foi associada com referenciais de desenvolvimento intelectual das sociedades, sendo mesmo uma forma empregada para distinguir o aparecimento da civilização humana. Michel Foucault demonstrou que a partir do Seiscentos, a escrita tornou-se absoluta na cultura ocidental. Somente ela seria portadora de uma verdade, definidora da ordem existente no mundo (1995, p. 54-55). Até nossos dias, a escrita divide o mundo pré-histórico do histórico, generalizando padrões culturais para toda parte. A conservação espacial dos códigos de comunicação, torna-se deste modo, um *sintoma civilizacional* de uma determinada sociedade. Como os materiais utilizados para suporte da escrita na maioria das culturas sempre foram frágeis e não resistiram à degradação do tempo longo (como papel e pergaminho), a maioria dos vestígios foram conservados em materiais resistentes. É fácil perceber a importância para a Arqueologia, do estudo das fontes epigráficas. Tornam-se os únicos testemunhos da materialidade de uma nação, dos registros históricos, enfim, de sua perenidade no espaço geográfico.

As *inscrições*, caracteres escritos geralmente em suportes físicos de grande solidez, tornaram-se os vestígios preferidos dos exploradores e arqueólogos, na identificação de culturas exóticas ou remotas ao universo europeu. Estátuas, obeliscos, colunas ou painéis que possuem inscrições recebem um referencial diferenciado por parte dos pesquisadores. A simples existência de escrita em uma cultura, já ocasiona a familiaridade no referencial

ocidental. Na História das explorações, por exemplo, os chineses e orientais podiam não ser considerados civilizados como os europeus, mas certamente eram tomados como superiores aos indígenas americanos e africanos, sobretudo pela presença da escrita. Nas etnias pré-colombianas complexas, os maias despertaram um maior interesse do que os ameríndios em geral, em parte devido a vestígios em estelas e pirâmides com elaborados glifos. Com isso, as primeiras explorações do continente americano manifestaram grande interesse pelas inscrições, em regiões selvagens e exóticas.

Os hieróglifos misteriosos

Assim que foi descoberto e explorado o Brasil, os vestígios indígenas logo atraíram a atenção dos colonizadores. Em 1598, o capitão Feliciano Carvalho encontrou gravações rupestres no Nordeste brasileiro, no que é considerado o primeiro documento arqueológico brasileiro (Souza, 1991, p. 51), impresso no *Diálogo das Grandezas do Brasil*, de Brandônio. Em sua descrição, Carvalho enumerou algumas características destas gravações, tomadas como caracteres e molduras (Brandônio, 1939, p. 48). Em um contexto extremamente estranho à sua realidade cultural, os europeus projetaram referenciais familiares nas culturas avistadas. Não podendo entender povos tão diferentes, adotou-se modelos que pudessem conceder mecanismos de legitimação para a conquista do desconhecido. E com o advento das explorações naturalistas, essa tendência para explicar as gravuras rupestres indígenas foi ainda mais acentuada.

Entre 1700 e 1830, um grande número de viajantes registraram ocorrências de inscrições rupestres em solo brasílico. As mais variadas concepções, aliadas muitas vezes a elementos etnocêntricos, conduzem a maioria dessas narrativas. Em especial, um sítio originou diversas controvérsias desde seu descobrimento, durante o Setecentos. Localizado nos sul de Minas Gerais, consiste em um painel de *pintura rupestre*,⁴ representando diversas figuras de animais e objetos abstratos, feito em cor avermelhada (Mattos, 1938, p. 264). Em 1738, o médico Mateus Saraiva interpretou estas pinturas como sendo a prova de que São Tomé teria vindo para a América. Alguns anos mais tarde, o padre José Mascarenhas estabeleceu que as pinturas seriam caracteres romanos e chineses. Representariam um antigo monumento funerário, esculpido com símbolos cristãos e erigido pelo apóstolo Tomé (Mascarenhas, 1747). Ao encontrar glifos

⁴ Todo e qualquer tipo de representação visual obtido pela aplicação de pigmentos sobre a superfície de uma rocha. Dentre as técnicas utilizadas deve-se mencionar a Pintura propriamente dita, obtida pela aplicação da tinta (pigmento em um solvente) líquida com o auxílio dos dedos ou pincéis, a Impressão e a Aspersão (Souza, 1997, p. 99-100).

desconhecidos, os eruditos deste período tentavam reconstituir essas supostas palavras escritas com uma ordem existente no mundo. Um enigma a ser decifrado, parte de uma linguagem primordial e comum a todas as civilizações. Por meio da analogia e da semelhança, estabeleciam uma verdade respaldada pelo texto bíblico e pela unidade humana. Com o passar do tempo, o sítio batizou o povoado, sendo desde então chamado de São Tomé das Letras.

Em pleno Oitocentos, as interpretações místicas deste local foram contestadas. A exemplo do geógrafo Aires de Casal, quando ali esteve em 1817: “A serra das Letras (...) vem-lhe d’uma sorte de Jeroglíficos, obra da Natureza (...) As pretendidas Letras, que não passam de toscos, e illegiveis jeroglíficos, e que a ignorancia do povo attribue á mão do Apostolo S. Thomé, devem seu principio a particulas ferruginozas.” (Casal, 1943, p. 375). Outro explorador, Raimundo Cunha Matos, futuro membro-fundador do IHGB, tratou destas mesmas inscrições em sua obra *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará* (1836). Não chegou a conhecer este sítio como Casal, permanecendo dividido entre sua origem natural ou humana. Mas considerou a possibilidade de terem sido fabricadas por um “povo antiquíssimo” (Silva, 1852, p. 177) e mesmo a antiga existência de Sumé – o apóstolo Tomé das tradições indígenas – não foi descartado, atestando a possibilidade de estupendos monumentos em solo brasílico. Essa dúvida na origem destes vestígios, também foi percebida em outras obras de Cunha Mattos. Em sua anterior *Corographia historica de Goyaz* (1824), diversos resquícios arqueológicos foram descritos em um capítulo denominado *Raridade Naturaes*. Tanto os “hierogliphicos” do Monte das figuras, quanto os Martírios (ambos em Goiás), não chegaram a ser conhecidos *in loco* pelo explorador, sendo suas descrições baseadas em informações de terceiros. Talvez isso explique em parte sua inclusão como obras da natureza. Porém no texto, as dúvidas surgem a todo momento. No Morro das Figuras comentou a existência de impressões de mãos humanas na rocha, que sabemos hoje são muito comuns na Pré-História brasileira. No mesmo parágrafo, Cunha Matos descreveu um monumento megalítico que os populares afirmavam ser um pedestal apoiado sobre pedras, formando uma espécie de mesa nivelada. Os dólmenes são muito comuns em Portugal (país de origem do autor), motivo que o levou a dar crédito às narrativas populares. Mais tarde comentou esse tipo de vestígio associado a outras imagens sobre Pré-História brasileira.

Durante a década de 30 do Oitocentos, dois conjuntos particulares de gravações rupestres tornaram-se muito famosos, não tanto pelas suas características, mas pelo fato de terem sido estudados por Martius (1831) e Debret (1839). A rocha da Anastácia, localizada na Bahia, possuía pinturas indígenas que chamaram a atenção da dupla Spix e

Martius. Sobre uma grande rocha de granito, destacava-se uma série de “inscrições primitivas e singulares (...) Constam de linhas retas e curvas, círculos, pontos e estrelas, e parecem, pela sua disposição em filas, ter possuído, realmente significação para os índios.” (1981, p. 216). Descritas como tendo sido feitas com tinta vermelha, essas pinturas ganham um sentido especial, segundo os naturalistas “representando algum pensamento, que o autor procurou significar.” (p. 216). Na interpretação desses curiosos desenhos, Carl von Martius comparou-os com os signos gravados da Sibéria e os púnicos (fenícios). Por estarem dispostos em uma linha simétrica e serem basicamente de caráter geométrico, a comparação com modelos familiares de escrita foi ainda mais acentuada. No caso, a sempre lembrada escrita fenícia constitui o *modelo primordial*, pelo fato de ter sido o primeiro alfabeto consonântico, uma das grande criações da civilização ocidental. Mas essa impressão inicial logo foi descartada, devido as concepções dos autores acerca da cultura indígena do Brasil: “a linguagem deles não se exprime por meio de figura alguma que pudesse pouco a pouco levar a uma espécie de escritura.” (1981, p. 219). Ao final da descrição, sugeriu que a inscrição referia-se a representações simbólicas de números.

Outro rochedo, desta vez no rio Japurá (Amazonas), recebeu ainda maior atenção de Martius. Ostentando uma série de *petróglifos*,⁵ o seu grande tamanho impressionou o naturalista. Descrevendo em detalhes os *motivos*⁶ encontrados na rocha, a maioria sendo representações de seres humanos estilizados, o autor também enumerou as técnicas de composição dos mesmos, como espessura, profundidade e proporção. O que o levou a concluir que possuem: “muitos séculos de existência. Entretanto, não permitem admitir civilização mais avançada dos artistas dessas esculturas do que a dos atuais habitantes (...) parecem autorizar a conclusão de que os seus antepassados estavam no mesmo grau de cultura artística que as dos que vivem hoje; por esse motivo, duvido muito que tivessem deixado naqueles desenhos primitivos indicações de algum culto.” (1981, p. 250). Abstendo-se de qualquer interpretação do sentido das imagens gravadas, Martius apresentou sua concepção sobre o estado de ausência do progresso indígena, no qual viveriam uma imobilidade social no tempo. Pois sua natureza no passado foi a mesma do presente histórico. Apesar desse quadro não muito otimista dos antigos habitantes do

⁵ Desenho gravado em rocha, podendo ser colorido ou não. Os petróglifos podem ser elaborados por polimento, raspagem ou corte (Souza, 1997, p. 99).

⁶ Toda e qualquer representação presente em um painel de Arte Rupestre, na decoração da cerâmica, ou em estatuetas líticas, cerâmicas ou de osso. Os motivos podem ser Antropomorfos, Zoomorfos, Fitomorfos, Biomorfos, Geomorfos, Astronômicos, Artefactuais, Geométricos, Abstratos (Souza, 1997, p. 83).

Brasil, a descrição das gravuras indígenas foi muito divulgada no império, destacando ainda a inclusão de três ilustrações sobre os vestígios encontrados.

As mesmas pinturas de Anastácia foram novamente comentadas pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, em seu *Viagem pitoresca e literária ao Brasil*, 1834-1839. Num contexto diferente do de Martius, principalmente pelo fato de nunca ter visto o sítio. Inicialmente, Debret considerou a linguagem dos Tupis, supostos autores das pinturas, suficientemente apta para expressar o pensamento através de sinais “ou desenhos hieroglíficos” que durassem permanentemente. Sendo assim, ele traduziu as pinturas como a descrição de uma grande batalha que teria ocorrido nesta região da Bahia. Identificando o signo da Lua e estrelas, acreditou que a cena teria ocorrido pela noite. Os pontos da representação pictórica seriam os guerreiros e os traços o número de prisioneiros feitos até o começo do dia. Ao final, “a jornada guerreira termina com a enumeração dos últimos prisioneiros feitos durante essa batalha, que em resumo durou uma noite e um dia, o que coincide perfeitamente com a sua tática militar.” (1981, p. 98). A interpretação de Debret revela um grande romantismo mesclado a pura fantasia pessoal. O geometrismo abstrato dessa pintura, não concede segurança analítica nem mesmo para os modernos estudos arqueológicos. A grande motivação desta preocupação de Debret com a análise dos vestígios indígenas, confirma-se com a reprodução do local onde encontrava-se a pintura de Anastácia: “Desenhei a situação pitoresca desse rochedo, que eu considero o local do campo de batalha e no qual os selvagens erigiram esse monumento autêntico, como recordação de uma vitória suficientemente gloriosa para ser transmitida a seus descendentes.” (1981, p. 98).

Com isso, o famoso pintor contrariou totalmente a concepção de Martius, conferindo às pinturas um sentido epigráfico bem complexo. E também o rochedo torna-se o local de perpetuação de um antigo fato histórico – um *monumento*, com o mesmo sentido notável que os restos clássicos. Confrontando também este local com as ilustrações de Martius e Debret, percebemos outras diferenças. No primeiro autor, o rochedo ocupa praticamente todo o plano, destacando apenas as pinturas. Em Debret, a grande pedra surge à distância, em meio a uma paisagem, onde destaca-se seu tamanho comparado com a vegetação ao redor. Certamente o artista quis proporcionar uma visão ainda mais enobrecedora do antigo fato, como se esta região perpetua-se um grande acontecimento do passado brasileiro, sob a forma material da combinação entre as pinturas e o rochedo.

No mesmo período (1836), outro intelectual europeu realizou rápidas observações sobre arte rupestre de forma muito semelhante com Debret. Tratava-se do paleontólogo

Peter Lund, que se tornaria muito famoso no império. Na lapa do Mocambo (MG), os desenhos no sopé do rochedo, que atribuiu aos Caiapós, representariam um “monumento comemorativo dos selvagens do Brasil” (Lund, 1950b, p. 95). Mais preocupado em catalogar espécimes vegetais e fósseis, as pinturas apenas foram incluídas pelo seu aspecto pitoresco, uma curiosidade ilustrativa sobre a vida dos selvagens nessas regiões.

Percebemos como a arte rupestre serviu de embate para concepções totalmente divergentes acerca da natureza do ameríndio. Serão exatamente essas duas vertentes que acompanharão os posicionamentos teóricos de toda a Arqueologia no império: de um lado, uma visão material que limita a cultura indígena, caracterizando-os como inferiores e debilitados ou primitivos; de outro lado, aqueles que tentam encontrar as marcas de um passado civilizado nas então atuais sociedades indígenas e nos vestígios da Pré-História.

Os epigrafistas imperiais

Na grande epopéia realizada pelo Instituto para recuperar a memória, as fontes históricas e o passado material brasileiro, os resquícios de arte rupestre apresentavam uma grande possibilidade de investigação. As pinturas e petróglifos geralmente eram (e ainda são) situadas em cavernas e rochas expostas na superfície, algumas inclusive com muita facilidade de visualização. Ao contrário de outros sítios arqueológicos, que permanecem com a maior parte de sua estrutura soterrada. Essa facilidade e entusiasmo pode ser constatada em uma das primeiras reuniões do IHGB (19 de janeiro de 1839), no qual o brigadeiro Cunha Mattos apresentou ao mesmo tempo uma proposta e uma memória para leitura.

Em sua *Dissertação acerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil*, este militar delineou as principais opções que os membros da imperial fraternidade seguiriam nos próximos anos. Enumerando os métodos para se criar uma História do império, questionou a interferência de autores estrangeiros, buscando a exaltação de uma historiografia nacionalista. Na questão da Arqueologia, sua primeira abordagem foi em relação à origem dos indígenas. A própria terminologia suscitava uma das principais polêmicas do Oitocentos: “aborígenes ou autochtones” (Matos, 1863, p. 129). A primeira palavra apontou para uma origem monogenista, enquanto que a segunda relacionava uma procedência claramente poligenista. Ou seja: o antigo brasileiro foi descendente de civilizações do Velho Mundo ou teria surgido diretamente em solo brasileiro?

Baseando-se em comparações etnológicas, Cunha Matos desvinculou qualquer grupo indígena americano com o brasileiro. Sua maior evidência, no entanto, foram as

inscrições encontradas na região do rio Negro, que conjuntamente com a linguagem de tribos desta região, atestariam a antiga presença dos fenícios no Brasil. Matos claramente estabeleceu um dos principais posicionamentos difusionistas desta época. O que para alguns seriam apenas rabiscos dos indígenas, para o marechal atestavam traços típicos de civilizações superiores. Aqui identificamos outra gênese nas pesquisas arqueológicas brasileiras, nos anos vindouros: a bárbarie dos indígenas atuais apenas encobria as antigas civilizações adiantadas que as antecederam.

Cunha Matos possuía certa atualização nas pesquisas e métodos europeus. Residindo em Portugal até os 41 anos, quando então veio para nosso país, recebeu influências do panorama erudito sobre a Pré-História daquele país. Assim como em seus escritos anteriores, monumentos em pedra possuíam uma importância fundamental para atestar o grau de civilização em uma sociedade. Muito comuns na península ibérica, os dólmenes eram geralmente associados aos celtas ou a povos bíblicos. Não deixa de ser curioso esse referencial arqueológico. Enquanto a maioria dos estudiosos brasileiros tinham a arquitetura asteca e maias como principal referência, para Matos construções indígenas em pedra poderiam possuir elementos civilizatórios. Apesar dessas imagens, o marechal não conseguiu resolver o mistério que rondava as figuras esculpidas em rochedos por todo o país, especialmente as da Amazônia. O desfecho de sua memória foi a constatação da pouca habilidade dos eruditos brasileiros para tais questões, conclamando o governo e os sábios para a formação de futuras expedições etnográficas e arqueológicas.

Na mesma sessão em que leu essa memória, Matos apresentou uma proposta para que Pedro Claussen examinasse misteriosas pinturas descobertas em uma *Lapa*⁷ de Minas Gerais. Dinamarquês residente nesta província, Peter Claussen – dito Pedro o dinamarquês – era amigo de Peter Lund e dedicava-se a estudos geológicos. A notícia dessa descoberta empolgou muito os associados. Um mês depois, a leitura do programa histórico de 1839 confirmou o impacto da notícia. Ao debater sobre a questão da evangelização americana, citou-se o uso por parte dos jesuítas da decifração de sinais que representariam marcas de cristo: “decifrando engenhosamente varias inscrições que sem tem descoberto pelos sertões; e mais memoravel a de tres cruces, com outras mais figuras, que parecem mysteriosas, symbolicas e hyeroglyphicas, as quaes se referem haverem-se encontrado no disctricto de Minas Geraes, esculpidas em uma pedra da eminencia da Serra Itaquatiára.” (Leopoldo, 1839, p. 81). O redator do programa questionou se essas inscrições hieroglíficas não coincidiam com as avistadas por Claussen (p. 80-82). Na

⁷ Grande pedra ou laje que forma um abrigo-sob-rocha de teto plano. Classificação material muito utilizada no Oitocentos (Souza, 1997, p. 72).

realidade, os vestígios aludidos eram os mesmos descobertos em 1730, no sul de Minas Gerais, que padres interpretaram como sinais da passagem de São Tomé. O entusiasmo do IHGB perante esses vestígios seria decepcionantemente encerrado um ano depois.

O próprio Peter Claussen apresentou os resultados da sua pesquisa, em sessão solene (já em 1840). Ele realizou cópias das figuras da Lapa e também descrições textuais que foram lidas no Instituto. O material foi remetido para a comissão de redação, com o objetivo de serem publicados na *Revista*, juntamente com litografias dos desenhos (39ª Sessão, 1840, p. 272). Mas tal fato nunca se concretizou, devido à probabilidade das pinturas terem sido copiadas fielmente por Claussen, diferenciando-se da reprodução feita pelos antigos padres, com letras e figuras romanas.⁸ Desejosos da glorificação de um monumento notável, essas “pinturas primitivas” não poderiam ser incluídas no periódico, que justamente procurava revelar um Brasil possuidor de marcas civilizadas. Mas e se esses tão almejados caracteres de um passado revelador estivessem situados na própria capital do país? Aqui iniciou-se uma das grandes sagas arqueológicas do Instituto.

O enigma de uma Esfinge

Em outra reunião extraordinária, em 23 de março de 1839, fez-se a leitura de uma intrigante carta dirigida aos membros da agremiação. Alertava-se os eruditos para uma montanha no litoral carioca, que poderia conter uma:

inscrição em caracteres phenicios, já muito destruidos pelo tempo, e que revelam grande antiguidade. Esta incipção foi vista e observada por um conhecedor das linguas orientais, e que ao vel-a concluiu que o Brazil tinha sido visitado por nações conhecedoras da navegação, e que aqui vieram antes dos Portuguezes. Elle me certificou que tinha dado conta desta descoberta ao governo de D. João VI, e que tinha copiado a inscripção do mesmo modo por que se acha feita. (8ª Sessão, 1839, p. 66).

O autor da descoberta, o “padre mestre Fr. Custodio,” teria sido professor de grego e autoridade em Epigrafia. Esse estudo foi feito entre 1807 e 1821, muito antes da fundação do Instituto e do próprio império brasileiro. Mas essa “súbita” anterioridade dos interesses do Instituto não pode ser deslocada do contexto de sua época. A transferência da corte portuguesa para o Brasil foi acompanhada de muitos pressupostos civilizatórios também aos moldes europeus. Pensemos na criação da Biblioteca e do Museu Imperial, bem como nas expedições ocorridas neste período, financiadas pela corte, a exemplo do Barão de Eschwege e a comissão de 1817: “Começa a época em que o território, largo,

⁸ Infelizmente, esse material foi perdido. Em 1887, o sócio Tristão de Alencar Araripe já aludia ao fato dos manuscritos e desenhos não aparecerem nos arquivos do Instituto (p. 220). Atualmente, apenas uma carta de Claussen endereçada ao secretário perpétuo (1840), aparece arquivada nesta instituição.

profundo, mas, principalmente, quase desconhecido, começa a ser devassado pelo olhar especialista.” (Bittencourt, 1997, p. 101). Dentro das preocupações naturalistas do período, o estudioso de qualquer área do conhecimento deveria priorizar a *observação direta* - como bem lembra o historiador José Bittencourt - reunindo uma amostra ou evidência desse olhar sobre o território. Assim o padre Custódio,⁹ ao contrário dos antigos cronistas coloniais, estabeleceu uma relação entre os fenícios com o Brasil através de um *testemunho concreto*, a saber, uma monumento descoberto na capital. E o envio de uma cópia das inscrições, refletiu o direcionamento deste olhar do governo de D. João VI, que pretendia trazer “para um país novo elementos de um passado distante com o qual o grupo que, naquele momento, cuidava de implantar o Estado, pretendia estabelecer algum liame.” (p. 121).

Sem perda de tempo, os membros do Instituto encarregaram Paiva Guedes de encontrar a memória manuscrita, enviada ao governo pelo padre Custódio. Não tendo êxito nessa empreitada, trataram de organizar uma expedição, seguindo os mesmos passos do sábio religioso. Afinal, a pedra da Gávea localizava-se na mesma cidade e sem necessidades de longas incursões. Contudo, os resultados não foram dos mais favoráveis, retornando os expedicionários sem a glória da descoberta de um monumento grandioso. O fracasso e a decepção, todavia, não chegaram a ser como o das pinturas de Lapa em Minas Gerais. Os historiadores não abandonariam essa possibilidade assim tão facilmente. Pelo menos, poderiam alertar para futuras gerações suas idéias – essas sim totalmente concretas – de que nosso país abrigou uma grande e sofisticada civilização. Esse alento veio na forma de um *relatório*, emitido um mês após a leitura da carta de Frei Custódio.

O primeiro fato a ser observado foi a constituição do grupo encarregado da investigação, que o próprio Instituto denominou de “exploração archeologica.” (Porto Alegre, 1839, p. 99). De um lado, membros do IHGB: Manoel de Araujo Porto Alegre e Januário da Cunha Barbosa. Pintor por formação, Porto Alegre foi aluno de Debret,

⁹ É interessante notar que os membros do Instituto referem-se à esse estudioso sempre no passado: “o antigo professor de grego d’esta cidade o reverendo frei Custodio, havia em sua vida offerecido ao governo do Senhor D. João VI uma memoria sobre os caracteres” (Barbosa, 1839e, p. 271). Talvez esse misterioso personagem citado tenha sido o sacerdote e naturalista Frei Custódio Alves Serrão (Alcantara 1799 – Rio de Janeiro 1873). Sacramento Blake confirmou isso em 1883, referindo-se ao aludido manuscrito como *Memória em que se prova que o Brazil fora visitado por alguma nação conhecedora da navegação* (p. 144), que não localizamos em nenhum arquivo carioca. O problema é que Custódio Serrão veio para o Brasil somente em 1825, depois do governo de D. João VI. Sendo nomeado diretor do Museu Nacional em 1828, foi citado por Januário Barbosa (1839, mesmo ano das investigações do Instituto) em assuntos arqueológicos. Mas porque os membros do Instituto tratam o autor do antigo estudo como um desconhecido? Porque não o relacionaram com o diretor do Museu Nacional? Em sua autobiografia manuscrita, Custódio Serrão descreveu sua morada na Gávea (RJ), mas não citou em nenhum momento a aludida esfinge (Serrão, s.d.).

acompanhando-o de volta à Europa em 1831. Não é inviável que Porto Alegre tenha recebido influências do seu mestre também em assuntos referentes à Arqueologia. Como vimos, Jean Debret elaborou desenhos e interpretações instigantes sobre inscrições brasileiras. Porto Alegre pode ter sido quem copiou e esboçou os “caracteres” da Pedra da Gávea, que foram transformados em litogravura por A. de Pinho Lima e publicados na *Revista do IHGB*. Quanto ao político Januário Barbosa, foi o primeiro secretário perpétuo do Instituto. Por parte da imperial e erudita frateria, não poderia ter ocorrido melhores indicados para essa investigação. O curioso fica por conta do outro participante, que serviu como *testemunha*. Tratava-se de José Rodrigues Monteiro, Capelão de D. Pedro II. Não seria a primeira, nem a última vez que um religioso cristão se envolveria com assuntos arqueológicos no Brasil oitocentista.

O relatório inicia-se reportando ao fato de que a expedição copiou as aludidas inscrições, ao qual classificaram como “monumento que pertence á classe d’aquelles, que Mr. Court de Gibelin colocou no seu «Mundo Primitivo,» e que tem chegado ás recentes gerações envolvidas no mysterio dos tempos com os jeroglifos, os caracteres cuneiformes, e as construcções cyclopeanas.” (Porto Alegre, 1839, p. 98). Esse trecho inicial é duplamente significativo. Conferiu às inscrições da Gávea uma importância comparável às grandes construções que a Arqueologia revelou, e que são indissociáveis do valor simbólico da escrita: os grandes monumentos do Egito e os hieróglifos; as cidades mesopotâmicas e o cuneiforme. Em outro aspecto, citou diretamente o trabalho de Court de Gebelin. Esse americanista ficou muito famoso ao estudar a polêmica *Dighton Writing Rock*, uma pretensa rocha com inscrições fenícias. Obviamente, uma influência direta para nossos arqueólogos imperiais.

A partir de 1680, no condado de Bristol (Massachussets), sobre a encosta do rio Tauton, uma formação pétreia começou a desafiar a sagacidade dos antiquários do mundo inteiro. O boletim *Philosophical Transactions* publicou a teoria de que se tratava de um marco atlante. Inquietando uma vasta geração de acadêmicos setecentistas, que também aludiram sua vinculação com mapas celestes, manuscritos siberianos e mesmo um sinal de vitória das tribos indígenas norte-americanas (a alusão de Debret com as pinturas de Anástacia não foi um caso único). Entre todas as interpretações que esta inscrição sofreu ao longo do tempo, certamente a mais influente e conhecida foi a de Court de Gebelin. Sua volumosa obra *Monde primitif* foi publicada em 1781, onde o oitavo volume descreveu que Dighton seria de origem fenícia, tentando provar que esta civilização esteve em todo o planeta. A reação positiva a esta versão, ganhou imediatamente o universo intelectual norte-americano. Em 1783 o reverendo Ezra Stiles (reitor da

Universidade de Yale) pronunciou um sermão diante do governador Jonathan Trumbell, na assembléia geral do estado de Connecticut. Afirmando a autenticidade dos caracteres, elaborou uma complexa História da emigração cartaginesa para a América, que teria controlado progressivamente as tribos indígenas. Para entendermos todo o alcance ideológico e político promovido por essas interpretações, lembramos ainda a descoberta de outra inscrição tida como fenícia no ano de 1838. Em um Mound-Builder de Grave Creek (Virgínia), o proprietário Abelard Tomlinson encontrou uma laje com símbolos desconhecidos que logo foram tomados como pertencentes ao tronco semítico-hebraico (Bing, 1875, p. 215-221).

Em termos geográficos, é importante ressaltar o local em que esses dois testemunhos “fenícios” foram encontradas: o de Dighton muito próximo ao estado de Nova York (primeira capital dos EUA), e o de Grave Creek ao lado de Washington (segunda capital). Assim, os dois maiores centros políticos dos Estados Unidos teriam um vínculo direto com um passado conivente com o seu grandioso papel de nova civilização mundial. E ao mesmo tempo, legitimaram indiretamente a ocupação geográfica das terras dos indígenas. Esse longo entreato procurou demonstrar que a ação promovida pelos membros do IHGB – ao comparar a pedra carioca com os monumentos descritos por Gebelin – possuía os mesmos interesses ideológicos, tentando promover estas inscrições (da Gávea) com uma situação de glorificação da capital do império.

Voltando ao relatório sobre a investigação da Gávea, constatamos a importância dos estudos epigráficos para os intelectuais do Instituto: “A descoberta de uma inscrição é um facto, que pôde fazer uma revolução na historia; que pode reconquistar idéas perdidas, e aniquilar outras em pleno dominio: um nome, uma phrase em uma lápida, podem preencher lacunas immensas, restaurando conjecturas, e abrir uma estrada luminosa do passado ao futuro.” (Porto Alegre, 1839, p. 98). Esse aludido poder de revolução da Epigrafia, revela a grande intenção do Instituto em mudar os conhecimentos sobre a História oficial de nosso país, entremeada de fatos pouco notáveis e sem distinção no cenário mundial. E principalmente, poder colocar o Brasil do futuro ao lado das grandes nações e impérios, orgulhosas de suas lápides, estátuas e monumentos muito antigos.

Depois destas introduções elucidativas, o relatório finalmente iniciou a descrição física do objeto investigado. A existência de “caracteres ou sulcos que a elles se assemelham” (p. 99), foi um fato incontestavelmente verificado. A sua origem, artificial (humana) ou geológica (natural), é que ficou sem uma resposta objetiva. Se por um aspecto, citou-se os romances de Walter Scott e Carlo Goldoni¹⁰ tentando afastar qualquer

¹⁰ Possivelmente o autor referia-se ao romance *O antiquário* (1816), escrito por Walter Scott e *La Famiglia dell'antiquario* (1750-70) de Carlo Goldoni.

identificação com falsários ou fantasistas trapaceiros enfocados nessas obras, mais adiante, volta-se para o dilema principal: “a comissão nesta sua primeira analyse voltou (...) vendo uma inscrição, e vendo uns sulcos gravados pela natureza.” (p. 99). Diante de tão dramático quadro, impossível de ser verificado no próprio local da inscrição, a maneira encontrada para resolver a questão, foi analisar as possibilidades de os europeus terem estado no Brasil antes de Cabral.

A primeira argumentação seria o encontro de outras inscrições, pelas mais diversas regiões de nosso país. Citou-se as da Serra da Anástácia, “aonde se crê ver a descrição de uma batalha” (p. 100), uma alusão portanto às teorias de Debret; as do rio Japurá descritas por Martius e Spix, que “dão uma prova da existencia desta sorte de monumentos no nosso solo” (p. 100); e a tradição de “Letras do Diabo”, existentes num rochedo de Cabo Frio. Estas últimas seriam motivo de outra expedição, para confirmar ou não sua existência, que acabou nunca se concretizando. Apesar dos poucos exemplos citados, percebemos que essa questão encontrava-se sedimentada no imaginário erudito: existem monumentos no interior brasileiro, que atestam nossa superioridade arcaica. A pedra da Gávea não seria um caso isolado.

Após alguns momentos favoráveis ao artificialismo dos caracteres, novamente o relatório pendeu para a crítica ao caráter artificial das letras. O exame atento de cada letra levou os intrépidos aventureiros a decidir que “não se assemelham aos dos povos do Velho continente (...) e muito menos aos dos tempos modernos.” (p. 101). Também utilizando quadros comparativos de alfabetos, inseridos na obra *Mundo Primitivo* de Gebelin, negam qualquer semelhança com “inscrições fenicias, cananeias, cartaginesas ou gregas, mais parecendo sulcos gravados pelo tempo entre dous veios de granito.” (p. 101). O golpe de misericórdia na hipótese fenícia viria com a constatação de que a profundidade nos sulcos era irregular. Se fossem mesmo obra dos navegantes semitas, teriam que comportar uma uniformidade e dar “a mesma profundidade ás letras para que ellas fossem igualmente visiveis.” (p. 102). Mas o que seria certamente o desfecho sobre a alentada questão tornou-se uma grande dúvida, frente a qual a resposta final e definitiva seria reservada para o futuro, com a formação de outra expedição, portando “melhores instrumentos e com um dia mais favoravel.” (p. 102). Lamentou-se o fato da memória do padre Custódio não haver sido localizada e conclamou-se a aparição de algum paleógrafo genial, um “Champoleon brasileiro, esse Newton da antiguidade Egcypcia ou Cuvier do Nilo, para com o facho de seu genio indagador iluminar esta parte tão obscura da historia primeva do nosso Brazil.” (p. 103).

Se os resultados e conclusões obtidos não foram suficientes para esclarecer nosso enigmática passado, ao menos esse relatório transformou-se em um grande condutor das pesquisas no Oitocentos. Longe de desacreditar a feniciologia brasílica, tornou-se sua Bíblia, seu postulado maior. Tanto mais que a reprodução dos sulcos pela *Revista*, apresentou nitidamente a interpretação artificial das mesmas. O litógrafo A. de Pinho Lima (baseado em desenho traçado pela expedição), apresentou os 29 sulcos dispostos em linha, com o fundo destas mais claro em relação ao resto da rocha. O efeito imediato é de uma espécie de nicho comportando todos os sulcos, que obviamente não existe no original pétreo. Cada sulco possui acabamento preciso, com suas extremidades mais pontiagudas ou finas – um detalhe também inexistente na rocha. As diferenças de profundidades perdem-se totalmente em uma longa linha, onde somente percebem-se variações de tamanho entre cada sulco. O resultado final é a reprodução de uma genuína inscrição, semelhante à escrita dos povos mediterrâneos. Não importando o que o relatório concluiu no texto publicado, essa litrogravura certamente teve muito maior influência no ideário intelectual – a *imagem* clara e objetiva de um monumentalidade tão desejada e perseguida pelos membros do IHGB.

A esperança de um alto grau de desenvolvimento cultural em nossa Pré-História, viria novamente a ser reforçada com o encontro de um manuscrito. Relatando a descoberta em 1754 de uma antiga povoação, esquecida no interior da Bahia, esse intrigante documento foi publicado no número imediatamente posterior ao relatório da Gávea, entre julho e agosto de 1839. O texto possui uma complexidade própria ao contexto das cidades perdidas, no qual analisaremos posteriormente. Porém, destacamos a publicação de um conjunto de sinais gráficos, supostamente encontradas nesta antiga cidade, que possui relações com a temática até aqui explorada. Cada conjunto de caracteres (cinco no total), foi encontrado em uma parte específica desta localidade, que no manuscrito original foi desenhado ao longo do texto. Mas na *Revista*, todos os conjuntos foram reunidos em uma única página no início do artigo, conferindo uma imagem muito mais eficiente do que separados. Não somente as inscrições estabeleceram a maior prova da existência da cidade, como formaram junto às da Gávea, as únicas ilustrações impressas nos primeiros dez anos do periódico do Instituto. Conclui-se desta maneira, a enorme importância no imaginário erudito, destes intrigantes sinais.

O resultado da publicação dos caracteres da cidade perdida foi imediato. Semanas depois, percebia-se o entusiasmo que tomou conta da gremiação. Na 22ª Sessão, Januário da Cunha Barbosa noticiou o envio de uma cópia destas inscrições para Roch Schuch. Bibliotecário particular de D. Leopoldina e diretor do Gabinete Mineralógico de D. Pedro II, era considerado um especialista em Paleografia. Para o Instituto, a decifração destas inscrições era somente questão de tempo. Na mesma sessão (setembro de 1839), publicou-se a resposta de Schuch:

Pela comparação de incrições, que se achão na Encyclopædia methodica, nas viagens d'Ollafens por Islandia, na obra moderna, Antiquitatis Americana, achei algumas letras, 2 até 3, que parecem serem as mesmas como na ponta da Gavia, e tem alguma probabilidade que pertencem aos Runos. O alfabeto runico, que chega a huma epoca mto anterior à nossa era, tem como o dos Phenicios 16 caracteres, semelhando-se não somente entre si, mas tambem ao Grego e ao Latim. As inscrições de Minas parecem serem de hum tempo mais moderno, porém tambem, provavelmente runicas. (Schuch, 1839).

Estava inaugurada a vinculação dos navegantes vikings com o Brasil. O renomado especialista acabou não conseguindo decifrar as inscrições da cidade perdida, mas comparou a semelhança com os caracteres da Gávea, os sinais de São Tomé das Letras (MG) e ambos com o rúnico.¹¹ Estruturalmente, os sulcos cariocas não possuem analogia com os do manuscrito, muito menos com a escrita dos vikings. Ainda assim, Roch Schuch citou a famosa obra *Antiquitates Americanae*, surgida apenas dois anos antes (1837), uma grande divulgadora da tese dos vikings na América.

Seu autor, Carl Christian Rafn, foi fundador da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, entidade acadêmica surgida em 1825 em Copenhague.¹² Rafn foi um especialista na História da expansão nórdica pelo mundo, tendo sua obra um enorme impacto no final dos anos 30. Com o subtítulo *Sive scriptores septentrinales rerum ante Colombianarum in Americâ*, o livro possuía extenso volume (526p.) e grande quantidade de ilustrações (18 pranchas e diversas cartas náuticas). A principal polêmica e tese central desta publicação, seria que a região da baía de Massachusetts (EUA) teria sido a antiga colônia perdida de *Vinland*. Para apoiar essa tese, Rafn utilizou-se da então famosa pedra de Dighton, cuja

¹¹ *Runas* (do escandinavo *runa*, segredo) – As letras do alfabeto germânico, consistindo em linhas retas incisadas na madeira ou na pedra (Graham-Campbell, 1997, 225). O mais antigo alfabeto rúnico consiste de 24 caracteres, chamado de *Futhark* (Brondsted, s.d, p. 185). Em termos epigráficos, a escrita da cidade perdida baiana não possui nenhuma identificação objetiva de sua origem cultural, antes sendo uma mescla aleatória de grego arcaico com signos astrológicos, alquímicos e geomânticos (todos de origem medieval).

¹² O complexo intercâmbio entre a Sociedade Real dos Antiquários do Norte e o IHGB, foi analisado em profundidade pelas historiadoras Birgitte Holten e Lucia Guimarães (Holten & Guimarães, 1997). As mesmas tiveram acesso a documentos manuscritos e impressos existentes em Copenhague. Não é nosso intento voltar a analisar essa relação, apenas conceder outros aspectos em torno desse interesse mútuo com a arqueologia americana.

trajetória histórica nós já tratamos anteriormente. (Gravier, 1875, p. 191). A maioria dos estudos que apontavam a navegação viking no hemisfério norte, baseavam-se apenas nas sagas da Idade Média. Mas logo no início do século XIX, descobertas arqueológicas confirmavam essas antigas incursões. Novamente, o universo acadêmico viveu um momento de grande exaltação, somado é claro às possibilidades culturais e políticas destes novos estudos. A Sociedade Histórica de Rhode-Island, por exemplo, recebeu com grande entusiasmo a decifração de Rafn nos anos 30. Podemos perceber a razão disso.

Em sua *Carte du Vinland* (1837), Carl Rafn identificou pontos geográficos modernos com antigas denominações escandinavas, baseadas na narrativa *Saga de Erik*. Ao centro do mapa, acima do rio Trauton (Baía de Massachusetts), foi assinalado Dighton, o ponto onde foi localizada a rocha com a pretensa inscrição viking. Para os intelectuais da região de Massachusetts e Nova York, a perspectiva da localização de uma região ancestral, paradisíaca e cujos colonos europeus tentaram estabelecer suas raízes, foi de um grande intento a seus propósitos de irradiadora da nova civilização. Os estudos de Rafn também foram muito bem recebidos no Brasil. Em 1840, o Instituto publicou um comentário de seis páginas do livro *Antiquitates Americanae*, no sexto número da *Revista*. Apresentando o conteúdo principal das sagas e das expedições vikings, um trecho em especial deve ter alardeado todos os membros do IHGB. Ao descrever as regiões limites da exploração nórdica, citou-se a “Virginia, Carolina do Norte, e Florida, que se julga ser o paiz mais meridional de que se trata nas mais authenticas sagas, ainda que muitos geographos Scandinavos da idade media pareçam ter em vista a parte septentrional da costa oriental da America do Sul.” (Noticia, 1840, p. 208). Ora, trata-se do Brasil, é claro! O desfecho ainda mencionou as inscrições encontradas em Massachusetts que vem a “comprovar a residencia de Scandinavos no paiz.” (p. 209). Logo em seguida, no mesmo periódico, publicou-se uma tradução resumida do texto original de Rafn, *Memoria sobre o descobrimento da América*, uma detalhada reconstituição de todas as explorações nórdicas e das genealogias dos navegantes.

Neste contexto, a vinda dos corajosos navegantes germânicos ganhava muito mais terreno do que os semitas. Apesar de não efetuarem a imagem de uma civilização urbana, comercial e criadora do primeiro alfabeto como a dos fenícios, os vikings tinham escrita e fundaram as bases para muitos centros políticos do ocidente, como a Rússia, a Inglaterra e a Normandia. Uma constatação da presença nórdica em terras brasílicas certamente não seria desprezada pelos membros do Instituto. E o sábio Roque Schuch em sua carta ao Instituto, não permaneceu apenas no patamar epigráfico, tentando comprovar a teoria dos vikings no Brasil também com comparações linguísticas: “(...) o dualismo dos índios

Manãos na provincia de Pará, que tanto parece ao dualismo dos povos antigos da Escandinavia, fazem esta suposição ainda mais probavel.” (Schuch, 1839, p. 2).¹³ Mais uma vez, uma tradição secular se verificou no estudo dos ameríndios. O emprego de parâmetros entre as línguas européias e nativas foi verificado desde os tempos coloniais, sem dúvida fazendo parte do processo de identificação familiar do desconhecido. Voltando novamente ao estudo das inscrições, Schuch lembrou os registros de Henry Koster no nordeste brasileiro (1817), muito citado, mas de caráter vago, abrindo espaço para qualquer divagação sobre inscrições. No final da carta, o bibliotecário imperial omitiu-se totalmente de qualquer tradução, recomendando o envio de cópias dos caracteres para os especialistas de Viena. Mais uma vez, o desfecho para o desvendamento dos enigmáticos vestígios foi relegado para o futuro, nas mãos de terceiros.

Isso não significou a omissão da temática pelos historiadores nacionais. Em novo relatório (outubro de 1839), o insistente Januário Barbosa fez uma retrospectiva de todas as investigações e resultados parciais obtidos até então, desde a incursão da Gávea à carta de Schuch. Novas informações também foram acrescentadas, como a provável ocorrência na Ilha do Arvoredo (SC), de uma “inscrição lapidar, que alguns estrangeiros haviam já copiado; o Instituto se apressou a encarregar ao seu socio correspondentes Falcão da Frota, a investigação d’este anunciado letreiro.” (Barbosa, 1839e, p. 279).¹⁴ Isso demonstra que em todas as partes do Brasil os intelectuais estavam interessados no encontro das marcas de civilizações. Os *letreiros*, outra denominação para as figuras que surgiam em pedras e cavernas, tornam-se ícones almejados de um passado tão buscado, como percebe-se mais adiante no relatório:

Nem pareçam, Senhores, de pouca importancia estas primeiras emprezas do Instituto, porque taes indicios nos podem conduzir as descobertas apreciaveis sobre a terra de Sancta Cruz. As noticiais e inscrições lapidares que o famoso escriptor Court de Gibelin publicára em sua obra intitulada *Mundo Primitivo* (...) as inscrições (...) da provincia da Parahyba, mencionada por Coster; outras de que ainda temos noticias vagas (...) fazem que nos seja licito esperar que venha tempo em que tambem o Brazil se conheça ter apparecido a outros viajantes anteriores aos que acompanharam Cabral. As trévas da antiguidade, e talvez as da ignorancia, tem abafado monumentos preciosos, cujos restos serão iluminados pela sabedoria de mais circumspectos investigadores. (p. 279).

¹³ Roque Schuch estabeleceu contato com Carl Rafn, indicando este para integrar o Instituto como membro honorário. Os dois corresponderam-se com frequência até 1843. Analisando os materiais dessa correspondência, as historiadoras Holten e Guimarães concluíram que “para Rafn as ditas *runas* da Gávea não passavam de especulação” (1997, p. 38).

¹⁴ Os petróglifos da Ilha do Arvoredo foram estudados a partir de 1960 por arqueólogos catarinenses. Consistem de manifestações simbólicas gravadas em paredes nas praias, com motivos geométricos, circulares e concêntricos, com algumas figurações humanas, realizados pelos indígenas e pertencentes à denominada *tradição litorânea* da arte rupestre brasileira. Conf. Valença, 1984, p. 67; Prous, 1992, p. 513.

Mais do que elaborar teorias, a meta do IHGB era promover durante esse período, a descoberta sistemática de possíveis monumentos que atestassem a almejada civilização – modelo anterior para a jovem nação imperial. A pedra de Dighton, indiretamente citada através do livro de Gibelin, representava também um referencial invejado de glorificação. Se os Estado Unidos da América possuíam inscrições de navegantes anteriores a Colombo, porque não nosso tropical território?

Esse sentimento não seria desfeito com passar dos anos. Não encontrando nenhum resto arqueológico significativo, ainda assim as inscrições ocuparam um lugar central no imaginário científico. Ao morrer Januário Barboza (1846), o próximo secretário do Instituto, Manoel Ferreira Lagos, perpetuaria toda essa tradição epigráfica. Em outro relatório, extremamente longo e detalhista, Lagos realizou uma crítica aos viajantes que descobrem e copiam caracteres misteriosos em nosso país, mas o realizam sem exatidão. Conclamando a autoridade dos arqueólogos, trouxe a notícia de um novo método criado por Lottin de Laval, para o qual se “obtem de gesso o *fac simile* de quaesquer inscrições ou baixos relevos.” (Lagos, 1848, p. 99). Apesar da eminente novidade deste método (que aliás, não logrou sucesso), no Brasil continuavam os mesmo resultados neste campo de estudo: “Brevemente uma comissão do Instituto irá de novo examinar a supposta inscrição phenicia do alto da Gavia, e nos certificará serem sulcos arranhados pela unha do tempo entre os veios do granito, que iguaes se encontram em pedras destacadas na base da montanha.” (p. 105). Passados quase dez anos, essa prometida investigação nunca se concretizou. Mas porquê? Visto que a organização de uma nova comissão não demandaria tempo nem dinheiro, pois a pedra localiza-se no Rio de Janeiro. No âmbito de suas reflexões, talvez os intelectuais do IHGB temessem que os sulcos da Gávea fossem naturais. Mas a imagem de uma civilização perdida era mais forte que a realidade. Portanto, um novo e atento olhar destruiria totalmente a fantasia. Permanecendo os resultados obtidos restaria a alternativa da *suposição*, importante suporte para a continuidade dos trabalhos do Instituto. Esse comportamento pode ser verificado em outro caso, nos letreiros da Ilha do Arvoredo, citados também inicialmente em 1839. Nenhuma expedição foi efetuada nesse tempo, o que ocasionou uma suposição fantasiosa das mesmas. Lagos em seu relatório, pretendia que estas inscrições fossem “signaes runicos esculpidos em um penhasco.” (1848, p. 105). Sem conhecer as imagens destes vestígios, como foram associados aos vikings? A opinião formada sem provas, a partir de relatos superficiais, acabou por favorecer a existência de mitos arqueológicos. Sendo uma ilha, seria lógico associar seus resquícios a um povo de navegadores. E os mais oportunos

naquele momento eram os guerreiros escandinavos. A falta de informações favoreceu ao panorama de suposições genéricas: “quanto aos marachões¹⁵ antigos, que é fama acharem-se reconditos nos bosques de algumas de nossas provincias, o Instituto depois de dados mais exactos, se apressará de envidar todas as suas forças para descortina-los.” (p. 105).

Também os antigos registros de viajantes celebrizados no início do Instituto foram continuamente lembrados. O relato de Debret sobre as pinturas de Anástacia sempre encontrou prestígio, pois constituiu um dos poucos eruditos a propor uma tradução objetiva das misteriosas inscrições brasileiras. Após citar todo o seu texto original de 1839, Lagos comentou: “a decifração dos symbolos dos aborigenes não deve ser despresada, como chave que pouco a pouco nos irá franqueando os umbraes por onde penetraremos no sanctuario da historia antiga dos povos primitivos d’este paiz, ainda tão mal conhecido.” (p. 106).

Com isso, a decifração epigráfica, apesar de ser empiricamente muito pouco desenvolvida, foi uma idéia bastante incentivada a todos os intelectuais desta época. Esperança de ser uma chave para se penetrar nos recônditos misteriosos de nosso passado, as inscrições pré-cabralinas formaram um elemento definidor de civilização, distinguindo grupos considerados selvagens de sociedades ditas elevadas, ao mesmo tempo em que elas próprias serviram de *testemunho monumental* de nossa nação.

Um francês e os mistérios epigráficos

O interesse pelas misteriosas Epigrafias brasileiras prosseguiu durante a década de 60. Nesse momento, ocorreu uma correspondência entre um obscuro erudito baiano, de nome Raposo de Almeida, e um explorador igualmente misterioso, chamado Conde de la Hure. Este erudito francês questionou diversas polêmicas de nossa Pré-História, esperando que Almeida pudesse fornecer maiores esclarecimentos. Já haviam transcorridos muitos anos desde as primeiras investigações do Instituto, mas os mitos arqueológicos ainda logravam vitalidade no imaginário. A primeira questão da correspondência, foi referente à inscrição da Gávea. Contrariando o antigo relatório publicado pelo IHGB na *Revista*, Raposo Almeida pronunciou-se em favor da “mais profunda convicção de que esses caracteres foram traçados pela mão do homem, e que n’essa inscrição está um mysterio historico.” (1865). Em seguida, o investigador baiano comentou a inscrição que existiria na ilha do Arvoredo (SC). Mas a exemplo dos membros do Instituto, nunca chegou a conhecê-la, abstendo-se de maiores conclusões.

¹⁵ *Marachões* são formações de terra ou pedra aterradas pela própria natureza, ao qual encontram-se algumas vezes evidências de arte rupestre, principalmente petróglifos.

Dois outros temas da correspondência estavam muito em voga, devido à reportagens em jornais da época. Tratava-se, em primeiro lugar, de um suposto *navio fenício* descoberto nos anos 50 entre o litoral paulista e paranaense, e uma *sepultura Macedônica* encontrada nos arredores de Buenos Aires.¹⁶ Em nenhuma dessas questões, Almeida forneceu maiores detalhes. O último tópico o arqueólogo francês não havia solicitado informações: a cidade abandonada. Citando apenas as memórias publicada na *Revista*, Almeida convidou o conde para visitar seus arquivos na capital, esperando conceder-lhe maiores respostas.

O que podemos concluir desse interessante intercâmbio? Que as idéias difusionistas ainda encontravam-se muito presentes neste período. Apesar do Instituto ter omitido debates sobre essas questões durante toda a década de 50, elas não desapareceram do pensamento de algumas pessoas. Sobreviveram graças aos debates promovidos pelos jornais brasileiros. Não temos condições de analisar melhor essas notícias na sociedade, devido a maiores conhecimentos de fontes. Mas sabemos que durante todo o segundo império, essas discussões na imprensa foram muito intensas.

Com respeito ao conde de La Hure, ele examinou pessoalmente o manuscrito sobre a cidade perdida, existente na Biblioteca da Corte. Em alguns meses, elaborou uma memória que enviou ao Instituto em julho de 1865, centralizando-se em descrever os cinco grupos de inscrições encontradas na localidade abandonada. Cada letra do grupo recebeu uma analogia com caracteres conhecidos do Velho Mundo: fenício, grego arcaico, etrusco, entre muitos outros. Mas a maioria dos sinais, segundo o conde, apresentava uma grande semelhança com o alfabeto etiópico e o himiarita (de Himera, antiga colônia grega na Sicília). Apesar de seu profundo conhecimento epigráfico, Hure não apresentou nenhuma decifração. Talvez porque estes sinais tenham sido inventados aleatoriamente pelo autor original do manuscrito, não possuindo nenhum sentido objetivo.

No restante da memória, o arqueólogo francês procurou contextualizar essas aparentes analogias epigráficas com teorias difusionistas, apresentadas sob a forma de três questões. A primeira versava sobre a possibilidade da existência das ruínas, cujas principais provas foram as mesmas defendidas por Martius e os intelectuais do Instituto nos anos 40: as descobertas de cidades maias esquecidas nas florestas. A similaridade de tais vestígios seriam muitas, como inscrições em pedra, estátuas, templos e esculturas submergidas na exuberante natureza selvagem. Hure também apontou outros sítios com idênticas conformações no Velho Mundo – as ruínas de *Cartago* (África) e as de *Angkor Vat* (Ásia). Especialmente esta última, havia sido popularizada no início dos anos 60 por

¹⁶ Segundo Almeida, estas descobertas teriam sido comentadas em sessões do Instituto ao final dos anos 40, mas não conseguimos identificá-las nas publicações da *Revista*.

Henri de Mouhot, abandonada em uma floresta tropical. Outros fatos mencionados pelo conde foram as antigas buscas do cônego Benigno de Carvalho e as descobertas propagadas pelo major Oliveira, ambas entre 1841-1849. Um detalhe muito curioso, porque que a exemplo de outro intelectual francês (Emile Adêt, 1845), Hure deixou-se impressionar pela derradeira correspondência de Benigno para o Instituto, onde este último afirmou a *descoberta* da pretendida cidade, como veremos no capítulo seguinte.

A segunda questão da memória, referia-se à possibilidade do Brasil ter abrigado um estabelecimento de origem etíope, feniciano ou líbico. A civilização etiópica, segundo o conde, teria desenvolvido excelentes navegadores, que criaram comércios marítimos com os fenícios na época do reino de Saba. A certeza do contato entre esses dois mundos, mostrou-se em seus pensamentos totalmente concreta: “Il est aujourd’hui hors de doute que les Phéniciens sont vens en Amérique.” (Hure, 1865e, p. 14). O conde francês inseriu-se em uma longa tradição, mas o único autor clássico citado foi Georg Horn e seu *De originibus americanis* (1652), o qual baseado na mitologia ameríndia, defendeu o povoamento da América pelos fenícios. Hure concentrou seus esforços em apresentar evidências desse antigo contato. Da literatura grega, apresentou relatos de Aristóteles sobre descobertas atlânticas dos cartagineses, ao lado da cartografia medieval. Ao final, enumerou as recentes “descobertas” que confirmariam suas teorias: a tumba macedônica encontrada em Buenos Aires e o navio fenício do litoral brasileiro, as mesmas informações fornecidas por Raposo de Almeida.

A última problemática tratou das inscrições fonéticas pré-colombianas da América, que poderiam fornecer a origem dos caracteres encontrados na cidade perdida. Seu levantamento incluiu a rocha de Dighton (Massachussets), a do rio Aleghani (Pensilvânia), rio Negro (Amazonas), rio Usumasinta (Guatemala), Grave Creek (Virgínia) e até mesmo a pedra da Gávea. As duas últimas mereceram maiores atenções. Os caracteres de Grave Creek, escritos sobre uma pequena placa de pedra, foram descobertos em um *Mound* no ano de 1838. Diversos especialistas estudaram a peça considerando-a fenícia, como M. Jomard, Schoolcraft e M. Schwab. Um detalhe interessante: Jomard, o fundador da Sociedade Geográfica de Paris, foi sócio honorário do IHGB desde 1839. Franceses e brasileiros, unidos também em enigmas epigráficos.

Mais adiante, surgiu no texto a mais impressionante descrição de La Hure. Descontente com a afirmativa de que os caracteres da Gávea seriam naturais, o explorador resolveu investigar *in loco* a formação. Mais uma similitude com o jornalista Emile Adêt. Mas ao chegar ao local, percebeu que não tinha condições de formar uma opinião concreta. Suas crenças desmoronaram-se perante a falsa artificialidade do

conjunto. Em um outro rochedo próximo, talvez a Pedra Bonita, avistou rochas muito gastas formando duas linhas, onde se distinguia “très bien deux ou trois signes qui ont tout l'apparence de lettres chaldéennes ou palmyréniennes: Daleth ou Resch, Thau, Lamed.” (1865e, p. 9). A sua imaginação procurou encontrar uma alternativa viável para seus anseios. Não encontrando respaldo para uma formação já desacreditada, transferiu suas concepções civilizatórias para outro sítio, também natural.

E o desfecho da memória não poderia ter sido mais otimista. As imaginárias ruínas baianas, quem sabe ocultas por espessa vegetação, seriam descobertas pela exploração arqueológica. No mundo inteiro restos materiais estavam sendo revelados, como uma vila fortificada no Iêmen (1834), uma inscrição em Tunis (1843). Afinal, o Oriente e a África sempre foram tão misteriosos quanto as inexploradas regiões do Brasil. Apenas o tempo poderia retirar o véu que cobria seus segredos. Mas é evidente, com a ajuda da ciência: sua última citação foi o método epigráfico de Carl Rafn, uma das máximas autoridades desta época, nome significativo também para os eruditos brasileiros.

O caso da pedra da Paraíba

As preciosas inscrições alfabéticas não estavam sendo encontradas com o transcorrer das décadas. Mas finalmente, em 1872, os sábios brasileiros e estrangeiros puderam – pelo menos por um breve período – saborear o triunfo da descoberta. O presidente do IHGB recebeu uma carta de um fazendeiro, com nome Joaquim Alves da Costa, que teria encontrado enigmáticos caracteres em uma pedra. Anexado à carta, foi enviado uma cópia em lápis desses sinais. Em questão de poucos dias, os papéis foram entregues para Ladislau Neto, membro da comissão de Arqueologia do Instituto e do Museu Nacional.

Infelizmente a carta e o desenho originais foram perdidos, dificultando a exata designação do sítio em questão. Em uma transcrição para o francês, Ladislau Neto apresentou o trecho “propriété de Pouso Alto, près de la Parahyba.” (1885b, p. 8). Nesta época, existiam muitos povoados e regiões, de Minas a São Paulo, com o nome de Pouso Alto. Também ocorriam dois rios com o nome de Paraíba, um na província de mesmo nome e outro, na divisa do Rio de Janeiro com São Paulo. Essa falta de objetividade prenunciou, desde logo, uma tentativa do criador da carta em ocultar o verdadeiro local. Com o tempo, investigações realizadas pelos membros do IHGB sobre o autor do documento, Joaquim Costa, revelaram-se infutíferas. Simplesmente esse fazendeiro não existia e sua propriedade fora inventada. Mas com que propósitos?

O realizador do documento conhecia muito bem os membros do Instituto, pois endereçou a carta para seu presidente, o Marquês de Sapucaí. Tratando-se de uma inscrição fraudolenta, como hoje sabemos,¹⁷ o objetivo de seu autor foi desmoralizar a imperial instituição com um tema que fascinava a coletividade do período. Antes de discutirmos a questão dentro do contexto brasileiro, examinamos seus antecessores. Entre os anos 1869-1871, o mundo viveu uma renovação do interesse pela feniciologia.

Escritos apócrifos no Novo Mundo não eram novidades.¹⁸ Em 1838, foi encontrada a já comentada tabuleta de *Grave Creek*, em um Mound dos EUA. Outra descoberta em solo norte-americano, considerada inicialmente fenícia, foi a estátua gigantesca de *Onondaga*, em 1869, quando buscava-se petróleo. Alguns anos depois, foi descoberto seu autor verdadeiro, o escultor M. Morton. Também em um Mound, no vale de Newark, Ohio, foram encontradas 3 placas de pedra com letras hebraicas, no ano de 1867. Todos esses casos tiveram estudos e desenhos publicados no primeiro Congresso Internacional dos Americanistas, em Paris.

Também na França, em 1868, foi publicado um livro que se tornaria muito famoso: *Voyages des flottes de Salomon et d' Hiram en Amérique*, de Henrique Onffoy de Thoron.¹⁹ Baseado principalmente em textos clássicos, na Bíblia e em autores setecentistas, Thoron procurou demonstrar que a região do rio Amazonas (BR), conheceu importantes rotas de navegação da antiguidade. Este trabalho não apresentou praticamente nenhuma novidade na tradição difusionista, pois escritores como Georg Hornius (1652, teoria da América fenícia) e Arius Montanus (1571, a cidade bíblica de Ofir na América), foram muito conhecidos por seus paralelismos culturais. O mito permanecia indiferente às novas transformações ideológicas. A imagem dos antigos navegadores adaptou-se perfeitamente com os recentes achados arqueológicos. Isso pode ser ilustrado com a descoberta da cidade perdida de *Zimbawe*, na África, em 1871.

¹⁷ Os debates e a polêmica em torno dessa inscrição persistem até hoje, a exemplo da pedra de Kensington (EUA, descoberta ao final do séc. XIX). Desde 1872, a maioria dos estudos epigráficos apontam a inscrição da Paraíba como fraudolenta: S. Euting (1873-74), M. Schlottmann (1874), J. Friedrich (1968), F. M. Cross Jrs. (1968), O. Eissfeldt (1970), Hartmut Schmokel (1970). Quatro epigrafistas defenderam sua autenticidade: Cyrus Gordon (1967), L. Deleat (1969), Lienhard Oelekat (1968), Alb van den Branden (1968). As duas maiores autoridades em feniciologia do Oitocentos, Ernest Renan e J. Bargés, ao que sabemos, omitiram-se de qualquer opinião. Outro estudioso, Jacob Prag (1874), discordou da análise de S. Euting, mas também não elaborou maiores comentários.

¹⁸ Também na Europa ocorreram fraudes fenícias durante o Oitocentos. Em 1836, o teólogo germânico Friedrich Wagenfeld publicou uma suposta obra do sacerdote fenício Sanchuniathon. Wagenfeld afirmava que teria encontrado uma tradução em grego deste livro. Essa descoberta causou muita repercussão, tanto nos meios especializados quanto nos periódicos de vulgarização científica, demonstrando o interesse popular pela feniciologia neste período. Sobre este episódio ver: Herman: 1979, p. 112. Também nesse mesmo tempo, um judeu de Jerusalém vendeu ao museu britânico uma coleção de ídolos e vasos, com inúmeras inscrições fenícias, que foram chamadas *Saphira collection*. Logo depois, as peças foram declaradas falsificações pelo orientalista M. Ganneau. Conf. O Novo Mundo, 1874a., p. 128.

¹⁹ Este trabalho de Thoron também foi publicado num importante periódico de geografia italiano, *Il Globo*, em 1869, recebendo o título *Les vaisseaux d'Hiram et de Salomon au fleuve des Amazones*.

O autor da façanha, o geólogo alemão Karl Mauch, estava explorando ouro e tinha sido atraído pela mítico local das minas perdidas do rei Salomão. Quando descobriu o sítio de Zimbabwe, composto por ciclópicas ruínas, torres e muralhas, a imagem bíblica ditou suas interpretações: “Furthermore only the Phoenicians could have brought it here; further Solomo used a lot of cedar-wood for the building of the temple and of his palaces.” (Apud: Bahn, 1998, p. 176). Imerso no processo colonizador ocidental, este explorador (e muitos outros futuramente) não poderia conceber que os “primitivos” africanos teriam edificado tais maravilhas arquitetônicas. O mito fenício, com isso, possuía uma utilização claramente geográfica, pois concedia legitimidade para explorar as mais diversas riquezas naturais ou humanas do continente negro. Aproximou os atuais europeus de um passado também vinculado ao mediterrâneo, origem da civilização moderna.

Paralelamente a essas atitudes, provocadas por referenciais imaginários, as pesquisas no Oriente Médio também trouxeram muitas novidades para o conhecimento dos povos semitas. O célebre filósofo Ernest Renan publicou nesta época *Mission de Phénicie* (1865-74) e *Nouvelles observations d’epigraphie hebraique* (1867), renovando os estudos filológicos orientais. Em 1868 também foi descoberta a popular Estela de Mésa, pelo missionário Klein, a mais antiga inscrição fenícia até meados do Novecentos. Foi divulgada com a obra *La Stèle de Mésa* (1870), de Clermont-Ganneau, e em diversas revistas francesas.

No mês de abril de 1873, 180 dias após o recebimento da carta, Neto apresentou aos periódicos cariocas *A Reforma* e *Jornal do Comércio*, o resultado de suas investigações: a pedra original teria sido um monumento dos fenícios da antiga Sidônia! Faziam muitos anos que a imprensa brasileira estava noticiando hipotéticos encontros de vestígios fenícios, como a do navio de Cananéia (SP),²⁰ mas nenhum foi tão objetivo como a presença de uma inscrição – memória documental de atos passados.

A tradução de Neto foi possível convertendo-se os caracteres originais para a língua hebraica.²¹ O texto aludia a dez navios da cidade da fenícia de Sidônia, que sob o reinado

²⁰ Essa notícia foi veiculada durante toda a década de 60 pela imprensa nacional. O navio teria sido localizado entre Paranaguá (PR), Iguape (SP) e Cananéia (SP). O interessante dessa polêmica é que o nome da última cidade paulista provém de cananeus, o nome dado aos povos semitas, entre os quais os fenícios. Seria uma mera coincidência, ou a denominação reforçou a imaginação popular? Mais tarde o barão de Capanema solucionou o enigma: tratava-se de uma canoa indígena, semi-sepultada em um sambaqui paranaense, próximo a Paranaguá (Capanema, 1876, p. 88).

²¹ A dedução de Neto mostrou-se equivocada em muitos aspectos. Em primeiro lugar, a conversão do texto original (fenício sidônio) para o hebraico quadrado moderno, utilizou caracteres errados. Por exemplo, nos três primeiros sinais (primeira linha), o correto seria no fenício WAU (W), NUN (N), SIN (S), e para o hebraico VAR (ו), NUN (נ), SCHIN (ש). Neto errou a primeira e segunda letra, respectivamente, adotando DELT (D, DALETH ד) e LAMD (L, LAMED ל). Na estrutura geral, também houveram inúmeros erros. A quantidade de letras da conversão deveria adotar o mesmo do original, mas

de Hiram partiram do Mar Vermelho pela África, chegando ao Brasil em seguida.²² Hiram I foi um dos reis de Tiro, antiga cidade do Líbano, que teria colaborado na construção do templo de Jerusalém. Em uma passagem da Bíblia (*Livro dos Reis*), aludiu-se a ele também como fornecedor de navios para Salomão. Outro trecho bíblico idêntico com a tradução de Neto foi referente ao culto de Astarte (Ishtar) por estes navegadores. Os teóricos da vinda de fenícios e cartagineses ao continente sul-americano sempre se basearam neste fragmento do livro cristão. O conhecido autor colonial Ambrósio Brandão, por exemplo, baseado nessa afirmativa bíblica, declarou em 1618: “quem duvida que alguma naus de tal armada se desviassem e chegassem ao Cabo a que chamamos Santo Agostinho nesta terra do Brasil?” (Brandônio, 1930, p. 43). A tradição do texto sagrado, desta forma, criou um paralelismo histórico muito forte entre os dois mundos, possibilitando o fortalecimento do mito fenício para a posterioridade.

Com a popularidade do aludido trabalho de Onffroy de Thoron durante o Oitocentos, a vinculação de expedições semíticas ao Brasil tornou-se uma referência corriqueira. Ladislau Neto apenas adequou essas tradições à sua interpretação do documento. Em sessão do Instituto, o arqueólogo brasileiro também apresentou suas otimistas interpretações, bem como correspondências trocadas com Ernest Renan. Na falta de maiores informações sobre o local do achado, começaram a surgir imagens ainda mais fantásticas. Alguns jornais do Brasil afirmavam que outra inscrição idêntica havia sido descoberta em Guayaquil, sendo a informação copiada de uma revista peruana (Pinheiro, 1873, p. 616). Meses depois, o periódico *Journal des Débats*, de Paris, inverteu a situação. Desta vez, através de um jornal de Guayaquil, os franceses alegavam que a inscrição fenícia foi encontrada no Peru, no alto de uma coluna (Neto, 1885b, p. 15).

Mitos arqueológicos sempre foram relacionados com uma característica advinda do maravilhoso, o princípio da *incerteza*. Fonte inesgotável de representações frente ao desconhecido, a incerteza estabeleceu alguns parâmetros de longevidade para manifestações imaginárias do homem. No caso específico da fraude fenícia, desencadeou

em alguns casos o arqueólogo omitiu 4 letras (última linha) ou acrescentou algumas (sexta linha, 3 letras). Caso Ladislau Neto houvesse sido mesmo o autor da fraude, porque adotaria uma postura de tradução diferente do texto original? Isso demonstra para nós sua eminente inocência neste caso. Apenas sua postura difusionista e seu conhecimento na Epigrafia fenícia, o levou a criar essa tradução.

²² Versão em português por Ladislau Neto para a revista *O Novo Mundo*, 27 de janeiro de 1874:

“1ª linha: Foi erguida esta pedra pelos Cananeus sidônios que da cidade real à comércio saíram.

2ª linha: Sem mim pela (?) remota terra montanhosa e árida, escolhida dos Deuses.

3ª linha: Deuses do ano nono e décimo (décimo nono?) de Hiram nosso rei poderoso.

4ª linha: e saíram de Aziongaber, no Mar Vermelho, e embarcaram gente em navios dez.

5ª linha: e estiveram no mar, juntos, anos depois, ao redor da terra da África, e foram separados.

6ª linha: do comandante, e se desligaram de seus companheiros e chegaram aqui duaz vezes dez (doze?).

7ª linha: homens e três mulheres, nesta costa ignota que eu servo de Astarte poderosa (Mutuastarte infeliz?) 8ª linha: tomei penhor. Os deuses e deusas tenham de mim compaixão.” *Novo Mundo*, 1873, p. 154.

formas mais antigas, constantes nas imagens de nosso passado. Intelectuais tanto do Brasil, quanto da França, acreditaram que o local mais apropriado para uma descoberta deste porte seria o Peru - terra das maravilhas incaicas e de monumentos com remota idade. Essa transposição geográfica tentou criar subsídios mais interessantes para um antigo contato do Velho Mundo com nosso continente. O detalhe da inscrição sob uma coluna, reforça essa nossa interpretação: símbolo ao mesmo da presença do mundo clássico, quanto de glorificação para a inscrição. Afinal, todos estes elementos seriam muito mais interessantes para os leitores cultos conceberem a América do Sul, do que blocos partidos em uma fazenda desconhecida do interior do Brasil.

No mesmo instante que todas essas representações ocorriam, Ladislau Neto tratou de divulgar sua pesquisa epigráfica para o mundo inteiro. Muitas revistas acadêmicas publicaram a carta e os documentos deste investigador entre 1873-74, todos enviados com o aval do IHGB: *Proceeding* (London Anthropological Society), *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, *Ienaer Literaturzeitung* e *Revue critique*. Segundo Geraldo Joffily, os esses artigos consideraram a inscrição como fraudolenta (1973, p. 211), mas não sabemos quais métodos de análises epigráficas foram empregados e por quais especialistas.

Curiosamente, apesar do grande entusiasmo em torno da feniciologia, os periódicos brasileiros sempre mantiveram uma postura de extrema cautela com relação a este episódio. A primeira publicidade sobre a misteriosa pedra, no jornal *A Reforma* de 2 de abril de 1873, recebeu a seguinte conotação: “Não seria ele um logro científico desse dia de logros?” (apud: O Novo Mundo, 1873, p. 154). A ausência de informações sobre o descobridor e o local do importante achado, foram tomados logo como obstáculos para a veracidade da inscrição. A revista *O Novo Mundo*, editada em português no *New York Times*, através do diretor do *Jornal do Comércio*, concedeu ampla cobertura da polêmica (1873-1874). Refletindo a tendência desta época, esta publicação considerou o antigo contato dos fenícios com as Américas, como um fato totalmente confirmado ou correto. Citando-se Diodoro da Sicília e sua *Biblioteca Histórica*, mencionou-se as explorações semitas no Atlântico e África, muito tempo antes da suposta expedição de Hiram, da qual a tradução de Neto aludia. Minimizava-se as hipóteses do entusiasmado arqueólogo, ao mesmo tempo em que se levantavam sérias dúvidas sobre as circunstâncias da descoberta.

Os resultados não tardariam a acontecer. Ladislau Neto pela primeira vez admitiu o caráter apócrifo da pedra fenícia, em carta enviada para o próprio *Novo Mundo*, em abril de 1874. Os rumos do que pretendia ser o maior achado do século, começaram a convergir para mais um engodo científico. O jornal londrino *The Academy*, publicou uma

análise de S. Euting, da Universidade de Estrasburgo, demonstrando a fabricação recente do documento. Este estudo também foi reproduzido no *Novo Mundo*, em junho desse mesmo ano.

A repercussão deste episódio na Europa acabou gerando outras consequências. Na cidade de Viena (1874), Varnhagen escreveu ao Instituto, quando encontrou um raro exemplar de um livro seiscentista de Bento Teixeira. Este historiador deparou-se com intrigantes registros na província da Paraíba. Em meio a imensos blocos de rocha, teriam sido descobertos diversos caracteres enigmáticos – diga-se, letras latinas e figuras cristãs - reproduzidos em anexo à carta. Varnhagen solicitou que a imperial instituição verificasse essa informação, o que acabou não acontecendo. O documento foi arquivado, sendo publicado na *Revista* apenas em 1892. No clamor dos acontecimentos, uma associação entre inscrições na Paraíba e o texto fenício pareciam inevitáveis. E talvez para a elite intelectual carioca já bastava um caso insolúvel.

Um ano depois, em 1875, o conhecido difusionista Paul Gaffarel, no artigo *Les Phéniciens en Amérique* (Congrès des Américanistes de Paris), ainda insistia na vinda dos audaciosos navegantes para o Novo Mundo. Mas a pedra da Paraíba foi descartada com extrema objetividade, citando-se a autoridade do epigrafista M. Schlottmann, ao considerá-la uma astuciosa falsificação (p. 126). Neste momento, uma interessante questão surge: quem criou a fraude? E com que motivações?

O único estudo publicado no século XX a respeito do tema, *A inscrição fenícia da Paraíba* (1973), de Geraldo Joffily, apontou Ladislau Neto como autor da falsificação. Motivado por objetivos de auto-promoção ou fama, o arqueólogo teria sido o mais beneficiado pela divulgação do polêmico vestígio. Sem descartarmos totalmente essa interpretação, porém, consideramos as provas apresentadas por Joffily como insuficientes. Primeiramente, a pública simpatia de Neto para com a vinda dos navegantes semitas ao Brasil, não foi um caso isolado. Como já verificamos, diversos outros intelectuais compartilhavam essa concepção, além do fato de que os periódicos nacionais divulgarem constantemente supostas descobertas de vestígios fenícios. Essa falta de um conhecimento mais profundo das fontes do período, também levou outro historiador atual, José Bittencourt, a cometer o mesmo equívoco. Apesar de acreditar na inocência do intelectual em questão, Bittencourt mostrou-se atônito com o seu envolvimento na feniciologia, não condizente com sua figura de “cientista rigoroso.” (1997, p. 198).

Alguns eruditos ligados ao IHGB poderiam ter efetuado a fraude. Mas o que sabemos é que, além de Ladislau Neto, apenas o imperador possuía esparsos conhecimentos de hebraico. Resta-nos deste modo, a presença de estrangeiros residindo na

capital, com melhores atualizações bibliográficas que os brasileiros.²³ Elaboramos uma singela hipótese investigativa, que longe de esclarecer a fraude, apenas aponta alguns elementos históricos. Uma das únicas pessoas desta época com conhecimentos realmente especializados em Epigrafia (como também em métodos arqueológicos modernos), foi o diplomata conde de La Hure. O mesmo enviou ao IHGB diversas memórias, entre os quais a mais polêmica foi a respeito das inscrições da cidade perdida da Bahia (1865e). Sua interpretação destes caracteres como sendo fenícios foram contestados na *Revista* pelo primeiro secretário, Fernandes Pinheiro. Em 1866, solicitou ao mesmo instituto subsídios financeiros para suas pesquisas arqueológicas em Santa Catarina, mas não recebeu nenhuma resposta. Sua intensa correspondência com os membros da academia imperial, cessaram desde então, mas permaneceu na capital até meados dos anos 80. Isso explicaria sua atitude de forjar o documento: pretendia desmoralizar a instituição que não apoiou suas teorias e seus trabalhos. Outro fato muito importante corrobora nossa hipótese. La Hure havia efetuado um estudo geológico na região do rio Paraíba (São Paulo, 1866a), o que explicaria o termo na localização da misteriosa pedra!

Podemos efetuar alguns pareceres genéricos sobre a inscrição, baseados numa simples tipologia epigráfica. A escrita fenícia surgiu aproximadamente em 1.300 a.C., na cidade de Biblos, sendo a primeira forma de alfabeto ocidental. Os pesquisadores dividem basicamente a forma desses caracteres em dois ramos, conhecidos como arcaico e recente, cada um recebendo variações conforme a região e a cronologia do texto. Verificando os caracteres da pedra da Paraíba, percebemos que pertencem em sua maioria, ao *ramo recente* do alfabeto fenício, especialmente o sidônio. Geraldo Joffily, baseado em estudos do padre Reginaldo Sá, afirmou que a fraudolenta inscrição teria sido inspirada na famosa estela de Mésa, descoberta em 1868. Mas se seguirmos as tabelas fornecidas por Février (1959, p. 205-342) e Harden (1968, p. 117), notamos claramente que os glifos de Mésa (tronco moabita, ramo arcaico) diferem do texto da Paraíba. Uma outra constatação interessante foi percebemos a inclusão de uma forma diferente para a letra *Qof* (Q, Kof [𐤒], em hebraico) no texto encontrado no Brasil. Ao contrário das demais, a única aproximação que identificamos, foi com a letra correspondente da *estela de Samarie* (tronco paleo-hebraico, ramo recente). Essa espécie de mistura epigráfica só poderia ter sido realizada por alguém com grandes conhecimentos nesta área. Em sua memória manuscrita a respeito da cidade perdida da Bahia, o conde de La Hure afirmou que tinha noções do *alfabeto samaritano*, além de diversos outros (1865e, p. 02). Com isso,

²³ Ladislau Neto enviou correspondência a quatro estrangeiros residentes na capital, todos com conhecimento epigráfico. Comparando as suas respostas com a carta de Joaquim Costa, acreditou ter encontrado o autor da fraude. Porém, nunca mencionou o nome de sua suspeita.

percebemos que o intelectual francês possuía, além motivações pessoais, informações especializadas para realizar a fraude.

Voltando ao desacreditado Ladislau Neto, ele escreveu novamente ao *Jornal do Comércio* em 1875, procurando convencer a opinião pública de que era inocente no escandaloso caso. Completando um ano de sua nomeação como diretor do Museu Nacional, esperava poder livrar-se da imagem de fraudador. Para tanto, reforçou sua crença nas idéias difusionistas, motivo que o teria levado a ingenuamente acreditar na veracidade do documento. Os fenícios com certeza haviam estado no Brasil – os antigos clássicos assim o atestavam. Mas a inscrição da Paraíba era falsa, apesar de bem executada. Neste momento, Neto admitiu que trechos da Bíblia haviam sido utilizados originalmente na sua criação. Enviando diversas cartas para alguns estrangeiros residentes na capital, o persistente arqueólogo teria conseguido identificar o autor da fraude, porém, tratando-se de pessoa com alto prestígio social, preferiu ocultar seu nome.

O episódio, a partir de então, começou a declinar na imaginário erudito. Neto enviou outra carta ao sábio francês Ernest Renan, que foi publicada num opúsculo denominado *Lettre a monsieur Ernest Renan a propos de l'inscription phénicienne apocryphe* (1885). Detalhando todos os pormenores do caso, o arqueólogo brasileiro esperava definitivamente demonstrar sua inocência. Afinal, acadêmicos do mundo inteiro preteavam as viagens fenícias para todo o Novo Mundo. Ele próprio teria sido vítima de suas idéias mais otimistas. Também culpou a imprensa por parte da repercussão inicial, pois esta não teria concedido maiores relevâncias para as suas posteriores investigações. Mas, de qualquer modo, Neto não desistiria tão facilmente de encontrar provas para suas românticas teorias, principalmente, as tão pretendidas incursões semitas.

Novos mistérios pétreos

No extremo sul do país, ocorreram outros episódios semelhantes aos da inscrição da Paraíba. O jornalista Carl Koseritz, empenhado em pesquisas arqueológicas, encontrou uma laje de pedra vermelha, no município de São Leopoldo (RS). Com 1 centímetro de espessura e aplainada nas duas superfícies (segundo Koseritz, por mãos humanas), este pequeno pedaço de pedra apresentava em ambas as faces, figuras absolutamente iguais. Estas características, tanto de dupla gravação, quanto pelo tamanho do objeto, são incomuns na Pré-História brasileira.²⁴ As figuras não formavam forma objetiva, sendo

²⁴ No Rio Grande do Sul existem diversos conjuntos de gravações indígenas que são semelhantes aos da pedra de São Leopoldo, pertencentes à denominada tradição geométrica (Prous, 1992, p. 515). Mas ocorrem em locais como grutas, cavernas, grandes blocos ao ar livre e paredes de montanhas.

antes um agrupamento aleatório e abstrato. A descoberta foi divulgada no livro *Bosquejos etnológicos* (1884), onde Koseritz afirmou que cada desenho da inscrição seria um símbolo, que combinado aos outros, formava um pensamento. Mais tarde, A. Kunert (1890) e Karl von Stein (1891), contestariam a opinião de Koseritz sobre a pedra de São Leopoldo, considerando-a uma falsificação (von Ihering, 1895, p. 93,150).²⁵

O jornalista alemão também foi um entusiasta da tese fenícia. Apoiava-se, a exemplo de inúmeros outros intelectuais, na literatura clássica, na existência das ruínas latino-americanas e em tradições folclóricas dos indígenas. Essa imagem do passado brasileiro condicionava suas descobertas empíricas. Assim, ao descobrir pérolas de vidro em sepulturas nesta província, acreditou serem de procedência semita, pois os ameríndios não conheciam a fabricação do vidro (a exemplo do ferro e outras técnicas metalúrgicas). Essa questão das pérolas ainda não mereceu maiores estudos modernos, devido ao pequeno número de descobertas, quase todas ocorridas no século XIX. Neto também admitiu a procedência fenícia para estes objetos, mas pouco tempo depois outro arqueólogo, Hermann von Ihering, considerou-as como tendo origem em contatos coloniais. O investigador O. Tischler, durante o Congresso de Americanistas de 1888, em Berlin, baseado em exames microscópicos, declarou que tinham sido fabricadas na Veneza renascentista (von Ihering, 1895, p. 99).

Também em seu livro *Bosquejos etnológicos*, Koseritz descreveu as pesquisas do barão de Tefé na Amazônia. Empenhado em pioneiras expedições hidrográficas nesta província, este último teria descoberto “uma figura de granito apontando para o oeste, com inscrições fenícias.” (1884, p. 37). Infelizmente, não obtivemos maiores informações sobre esses estudos. Nas regiões dos rios Negro, Urubu, Cuminá, entre outros, existem muitas variedades de figuras indígenas gravadas sobre rochas, apresentando formas humanas com cabeças e braços, associadas a traços abstratos (Prous, 1992, p. 529). Já comentamos a grande repercussão desses vestígios indígenas, principalmente os do rio Negro, nas descrições de outros viajantes oitocentistas. No IHGB, desde 1839, vinculou-se estas relíquias petrificadas do rio Negro com o alfabeto fenício (como nos estudos do general Cunha Mattos). Apesar do escândalo ocasionado pela pedra da Paraíba, a imagem semita ainda foi muito constante no imaginário dos anos 80. O relato de Tefé nos faz

²⁵ Lembramos que num sambaqui próximo de Laguna, em Gaspar (SC), foi encontrada em 1972 uma inscrição fenícia. Em 1979 outra pedra teria sido localizada em Diamantina (MG). Conf. JORNAL DE SANTA CATARINA. Florianópolis, 27 de julho de 1972, p. 01-02; JORNAL A VOZ DE DIAMANTINA. Diamantina, 22 de abril de 1979, p. 01-09. As imagens permaneceram praticamente inalteradas no imaginário, provocando o surgimento de falsificações epigráficas, soluções para compensar a falta de uma pré-história civilizada no Brasil. Apesar disso, lembramos que não foi realizado até hoje, *nenhum estudo epigráfico profundo e completo*, de todas as pretensas inscrições fenícias surgidas no Brasil.

recordar ainda a cidade perdida da Bahia, com o detalhe da estátua apontando para um ponto cardeal.

Uma outro tema também liga-se à imagem de navegantes perdidos no Brasil: a problemática territorial. A província da Amazônia, onde a pressão internacional era especialmente acirrada entre 1850-1870, nas questões de delimitações de fronteiras e de navegações (Magnoli, 1997, p.174), foi palco das grandes investigações da Arqueologia imperial, como veremos em capítulo separado. Neste momento, o barão de Tefé encontrava-se efetuando trabalhos de limites e hidrografia no alto Amazonas, muito importantes para as metas geopolíticas do império. Sua crença nos fenícios terem navegado pela mesma hidrovía parece ter função idêntica, como para os exploradores europeus na África: o mito retira a legitimidade do espaço geográfico dos seus ocupantes atuais, os “selvagens.” Esse mesmo ideal, aproximando duas civilizações (a dos seguidores de Baal e a da monarquia tropical), ao mesmo tempo que estabelecia vínculos progressistas para as terras silvestres, pode ter sido o que impulsionou a câmara de Manaus, ao traduzir o livro de Henrique Onfroy de Thoron, *Viagem dos navios de Salomão ao rio das Amazonas*, em 1876. O espaço desconhecido, mais uma vez, foi interpretado como portador de antigas culturas, esquecidas nas matas tropicais, mas passíveis de serem assimilados aos planos da emergente nação.

Voltando à questão da Epigrafia, notamos uma associação constante no imaginário erudito, no início ao final do império: *pedra + desenho = enigma*, logo transferida para *monumento + inscrição = civilização perdida*. Seja na forma de falsificações ou de interpretações errôneas dos resquícios indígenas, essa constante adaptou-se em períodos diferentes para um mesmo fim, a celebração da origem gloriosa de nosso passado. Formas modificadas dessa relação ainda seriam percebidas no ocaso do regime imperial. A rocha com marcas humanas desconhecidas tornou-se um dos mais celebrados vestígios arqueológicos. Paralelamente, também ocorriam imagens vinculadas diretamente aos indígenas.

Desde a expedição de Martius e Spix, inúmeros viajantes europeus irromperam pelos mais diversos cantos do Brasil, coletando variadas informações e com os mais diferentes propósitos. Muitos tiveram a oportunidade de registrar diversos tipos de arte rupestre, inclusive de alguns sítios que não sobreviveram aos dias atuais: Alfred Russel Wallace (1848-1852), Francis Castelnau (1857), Richard Burton (1868), Philippe Rey (1878), Ermanno Stradelli (1882), Karl von den Stein (1884), John Casper Branner (1884), Henri Coudreau (1887), Paul Ehrenreich (1888), entre outros. Em sua grande maioria, estes registros se limitaram a ilustrações, com maior ou menor grau de exatidão

em relação ao original. Os comentários, quando existiam, eram rápidos e superficiais, mas sempre concedendo aos indígenas a autoria de tais resquícios. Apesar desse pressuposto etnológico correto, a inclusão das imagens sem um contexto analítico mais profundo, na obra de cada explorador mencionado, reforçou o caráter pitoresco, exótico, e muitas vezes, enigmático da paisagem brasileira.

Um dos poucos estrangeiros que tratou com maior profundidade o assunto foi o geólogo canadense Charles Frederick Hartt, no trabalho *Brazilian rock inscriptions* (*American Naturalist*, 1871). O explorador desenvolveu seu estudo em torno de três problemáticas: as técnicas de execução dos desenhos, o sentidos destas imagens e sua datação. Sua primeira preocupação foi a que mais atingiu resultados positivos. Este autor estabeleceu que muitos dos chamados *letreiros*, existentes no Pará e Goiás, foram formados por técnicas de gravação por raspagem e corte. Hartt foi um dos primeiros pesquisadores que relatou a existência de *polidores* em nosso país, diferenciando-os dos petróglifos. Consistem de blocos de rocha (geralmente arenito e basalto), onde os indígenas afiavam suas ferramentas líticas. Observando polidores circulares em Goiás, o geólogo corretamente deduziu, que foram utilizados para polir as faces de machados; já com os profundos sulcos triangulares, percebeu que serviriam como afiadores de gumes (1895, p. 303).

Na interpretação de desenhos existentes na serra do Ereré (AM), suas conclusões também foram muito interessantes. Auxiliado pelo depoimento dos indígenas ainda existentes na região, concluiu que as cenas pintadas seriam representações astronômicas, como o sol, lua, estrelas, planetas e cometas. A localização do sítio em um local muito elevado, reforçou a hipótese de Branner de um caráter de sacralidade cósmica para as figuras. A interpretação cosmogônica é um procedimento atualmente adotado pelos pesquisadores para determinados testemunhos de arte rupestre (Langer, 1999). Um aspecto que o geólogo não conseguiu maiores êxitos foi o referente à datação dos vestígios. Acreditava que as sinalizações rupestres seriam mais antigas que a descoberta do continente pelos europeus, antecendendo aos grupos amazônicos conhecidos. Diferenciou cronologicamente os desenhos quanto à sua técnica de execução: as esculturas (petróglifos), seriam mais antigas que as pinturas (pictóglifos). Podemos considerar as hipóteses de Hartt como integrantes de uma nova concepção dos indígenas e da Pré-história brasileira. Muitas das concepções românticas e imaginárias envolvendo o assunto nesta época foram perpetuadas pelos próprios brasileiros, como foi o caso do arqueólogo Ladislau Neto.

Atuando como diretor do museu imperial deste 1874, Neto tinha inaugurado uma nova publicação acadêmica, os *Archivos do Museu Nacional*. E no seu mais famoso trabalho, a sistematização de nossa Pré-História, publicada no sexto volume de 1885, incluiu 21 páginas sobre a questão da arte rupestre. Não de todo fortuito. O prestigiado erudito esperava poder encontrar uma verdadeira epopéia histórica, registrada na forma de anais pétreos. Desde o início do estudo, percebemos a força da imagem indígena, construída anteriormente pela elite erudita:

“a autographia de uma nação emigrante a deixar nas pedras aprumadas á beira da via dolorosa da sua tristissima jornada as endeixas de seu canto e saudades (...) ao pobre viajor que deixará, para nunca mais a ver, essa terra querida de seu berço, não se lhe accresceu ás tristes lembranças do seu lar jamais esquecidas as angustias que lhe espalharam n’alma a perda do consorte estremeçada ou de uma filha idolatrada! E as lutas sangrentas com as hordas bravias atraves de cujos territorios fôra mister passar!” (1885a, p. 534).

Toda epopéia necessita de elementos narrativos, que reforcem a dignidade e o esforço de determinado individuo ou grupo heróico. Essa dimensão excepcional, quase divina, Ladislau Neto esperava encontrar, ao reconstituir a *migração* de uma grande nação pré-histórica. Esse roteiro seria indicado pela presença de vestígios rupestres por todo a bacia dos grandes rios amazônicos, indo do noroeste até o extremo sul do continente. Originados do golfo mexicano, esses grupos indígenas procurariam pontos específicos na paisagem geográfica, com a finalidade de deixar os registros de sua História, cultura, enfim, de suas glórias. Para Neto, a localização pouco acessível de muitos conjuntos líticos, seria o indicativo da importância desses registros. Somente um fato muito glorioso ou extraordinário motivaria o seus executores a escalarem rochas íngremes ou desafiarem a escuridão das cavernas.

O momento em que foram executados esses “monumentos commemorativos de uma longa peregrinação” (p. 536), ou “cronicas escriptas em pedra” (p. 538), corresponde também a uma forte imagem romântica na imaginação do estudioso. Indiferentes aos perigos da natureza selvagem, uma tribo inteira teria ficado frente a um imenso rochedo, enquanto se executava a pintura dos grandes feitos dos chefes mortos, os atos grandiosos dos seus antepassados: “foram heróes de grandes epopéas aquelles velhos guerreiros, cujos feitos cada tradição emmoldura em proporções gigantescas, que mais avultam ao ruido harmonioso das aguas correntoras e aos vapores crisados pelos ultimos raios do sol nas extremas do occaso.” (p. 537). Nenhum estudo moderno autoriza essa interpretação de Ladislau Neto. Ao enunciar um caráter épico para os restos rupestres, o intelectual vinculou modelos de comportamento e de valores, típicos da literatura: culto aos antepassados, exaltação da terra (espaço geográfico), registro dos atos gloriosos e das

batalhas heróicas, e até mesmo a veneração das virtudes migratórias (por outras nações, sedentárias). Mas esse modelo interpretativo necessitava ser demonstrado empiricamente. E nesse momento, a imaginação de Neto ditou totalmente as regras.

Analizando gravuras e pinturas de Itamaracá (MT), este arqueólogo acreditou serem o esquema de uma grande aldeia fortificada, circundada por emblemas de seus respectivos chefes. Mas na realidade, tratam-se de representações totalmente geométricas e abstratas, impossíveis de serem reduzidas à qualquer interpretação, mesmo nos tempos atuais. Para gravuras do rio Negro (AM), vislumbrou o que seriam simbolizações de chefes coroados e suas esposas. Com certeza, tratam-se de rostos antropomórficos, simétricos e geometrizados, muito comuns nesta região. Porém, o traço que o arqueólogo julgou ser uma coroa talvez represente simplesmente cabelo humano. E em nenhum grafismo rupestre pode-se aferir posições ou distinções sociais, pela absoluta ausência de dados tipológicos entre as culturas pré-históricas com suas manifestações visuais.

A grande intenção de Ladislau Neto era verificar a existência de monumentos epigráficos em nosso passado. O referencial difusionista ainda foi muito forte em suas idéias. Em determinados momentos na explicação das figuras rupestres, utilizou comparações com a “cruz buddhica”, presente na Índia, ou às afinidades com o alfabeto fenício. Apesar dessas animadoras vinculações, acabou creditando-as à pura fantasia. Afinal, não poderia envolver-se em mais um escândalo interpretativo, como ocorreu com a pedra da Paraíba. Sua última esperança em um passado alternativo para nossa História, sob a forma de um monumento pétreo, ainda foi almejada em 1887. Neste ano, foi informado de uma nova descoberta, desta vez na província de Santa Catarina.

O etnólogo Karl von den Stein e demais membros da Comissão Científica Alemã, depararam com uma estranha formação rochosa na cidade de Laguna (SC). Os cientistas estavam realizando estudos geológicos e escavações arqueológicas em sambaquis nesta cidade litorânea, quando foram informados por um juiz de direito, da existência de uma pedra, coberta com inscrições rupestres. Logo que examinaram a rocha, os membros da comissão decidiram levá-la para a Alemanha, originando protestos dos moradores locais. O que se seguiu foi uma acirrada disputa entre políticos, militares e cientistas. O presidente da província ordenou a entrega do objeto para a comissão estrangeira, porém, vereadores esperavam transferir a rocha para o Museu Nacional, pois seu diretor, Ladislau Neto, interessou-se pela posse de tal vestígio. Afinal, poderia ser um monumento epigráfico sem precedentes, como queria também a imprensa da capital da província, Desterro (Godinho, 1969, p. 92-99).

Transportada para o Museu Antropológico de Berlin, Karl Stein publicaria neste mesmo ano de 1887, a resposta para o enigma. Tratava-se de um grande bloco de pedra contendo quatro *bacias de polimento*, depressões circulares provocadas pelo desgaste artificial de instrumentos líticos. Definitivamente, não era um vestígio epigráfico, nem ao menos arte rupestre. Ladislau Neto viu desaparecer sua última esperança de relíquia monumental. Algum tempo depois, morreria no Rio de Janeiro, nos primeiros anos do novo sistema político. As esperanças de encontrar uma inscrição alfabética pré-cabralina no Brasil, por parte dos acadêmicos nacionais, cessaram desde então.

Imagens petrificadas, sonhos despedaçados

“A História, na sua forma tradicional, dedicava-se a memorizar os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem.” Michel Foucault, *Arqueologia do saber*, 1969.

Desde o surgimento da Arqueologia no Brasil, coincidindo com a criação do IHGB, os estudos epigráficos constituíram um importante alento para a elite imperial, interessada na descoberta de um passado civilizado. De Manuel Porto Alegre a Ladislau Neto, a descoberta de inscrições rupestres, nos mais diversos cantos do país, conduziu ao reconhecimento de antigos monumentos. Alguns tidos como originados pelos fenícios, outros pelos vikings. Uma noção de *analogia*, portanto, entre estes resquícios e o Mediterrâneo: materiais pétreos, suportes de escrita alfabética, portadoras da materialidade histórica das esquecidas civilizações, seus anais, suas memórias, suas vitórias e suas glórias.

Ao identificarem palavras escritas nas manifestações visuais dos indígenas, os estudiosos perpetuavam um referencial etnocêntrico, elemento essencial na conquista do espaço selvagem, do mesmo modo que os antigos viajantes. Seja na forma de grafismos na Amazônia, beirando riachos; pinturas escondidas em cavernas de Minas Gerais; sinais misteriosos em montanhas do Mato Grosso e Goiás; gravuras em ilhas catarinenses - todas atestam uma variedade imensa e diferenciada de estilos culturais pré-cabralinos, mas que foram unificados em uma *única imagem* pela elite erudita do império: monumentos arcaicos que poderiam antever a suprema condição da monarquia nos trópicos. Esses antigos legados serviriam como testemunho material de que já haviam se estabelecido em nosso território, as bases de uma *memória*, decodificada agora pelos estudiosos do império.

Os monumentos pétreos, desta forma, poderiam materializar para o presente, imagens invisíveis e perdidas, substituindo documentos históricos tradicionais. Um papel semelhante ao dos historiadores europeus do período, ao estudarem estátuas e restos arquitetônicos. O Brasil – enquanto objeto/estado anterior aos portugueses e a colonização – passaria a existir desde tempos imemoriáveis, resgatado agora pela Arqueologia. Não existiria uma fronteira entre o presente da nação e sua equivalente no umbral dos tempos. Um dos exemplos mais oportunos foi a imagem de uma grande migração pré-histórica, onde os indígenas avançavam pelo território através dos cursos fluviais, perpetuando reverências ao espaço natural e a tradição de sua tribo. Essa imagem idealizada dos vestígios rupestres, demonstra o tradicional imaginário de uma nação em formação, cujos monumentos demarcam “um espaço que, diríamos, não é atemporal, mas sempre existiu no tempo.” (Bittencourt, 1997, p. 207). A arte rupestre transmuta-se em uma espécie de marca territorial, um sinal epigráfico testemunhando os antigos feitos da nação.

E o surgimento de fraudes arqueológicas, como as pedras fenícias da Paraíba e de São Lourenço, coincidiram com novas interpretações sobre arte rupestre. A *fraude*, neste contexto, acabou funcionando como uma opção mais imediata aos anseios da elite – mesmo que originalmente não tenha sido criada para isso. Logo que foram divulgadas, as fraudes serviram como provas de um passado tão almejado quanto buscado, e que sempre escapou objetivamente de nossos investigadores: o Brasil, enfim, possuiria um passado tão formoso quanto as nações mais prósperas da Europa!

Mas tudo caminhou para um eclipse conjunto entre estes vestígios com o fim da monarquia: revelaram-se as falsificações, despedaçaram-se os sonhos. Restaram apenas os enigmáticos testemunhos dos tempos pré-históricos, mudos, petrificados, indiferentes a toda fantasia que cercou seus estudos desde a colônia.

Capítulo 2

A MIRAGEM DE UMA CIDADE

Ah! Luz nenhuma cai do céu sagrado sobre a cidade, em sua imensa noite. Mas um clarão que vem do oceano lívido invade os torreões, silentemente, e sobe, iluminando capitéis, pórticos régios, cúpulas e cimos, templos e babilônicas muralhas; sobe aos arcos escuros e esquecidos onde o granito se fecunda em flores; sobe aos templos magníficos, sem conta, onde os frisos se enroscam e entretecem de vinhedos, violetas, sempre-vivas. Edgar Allan Poe, *A cidade no mar*, 1840.

Em um canto esquecido da Livraria Pública da Corte, um manuscrito muito antigo e carcomido foi descoberto em 1839 pelo naturalista Manuel Ferreira Lagos e entregue ao IHGB. Tratava-se do documento hoje conhecido como 512, com o título de *Relação histórica de uma occulta, e grande povoação antiquíssima sem moradores, que se descobriu no anno de 1753*. Sem saber, Lagos havia desencadeado a criação do mais famoso mito arqueológico do Brasil. Uma miragem fantástica, a qual diversos intelectuais dedicariam todos os esforços para tentar solucioná-la.

Sapiente da enorme importância desse documento, o cônego Januário Barboza logo o publicou integralmente na *Revista*. Não sem antes realizar um pequeno prefácio, onde apelou para o estudo das antigas tradições, reconstituindo a saga de Robério Dias, o Muribeca - preso por não revelar ao governo português a localização de ricas minas de prata na Bahia. Mesmo sem nenhuma comprovação da realidade desta cidade, para os entusiasmados intelectuais, tal *Relação histórica* era um vestígio “que em facto de historia póde conduzir a grandes descobertas.” (Advertencia, 1839, p. 194). É muito importante a análise deste documento, na conjuntura de sua época, também para entendermos mais a fundo, a receptividade por parte do Instituto no Oitocentos. Inicialmente resumiremos a narrativa, definindo em seguida algumas hipóteses sobre o tema.

A origem do mito

O subtítulo da narrativa esclarece o motivo da expedição pelos bandeirantes, a busca das minas de prata de Muribeca, na qual ficaram dez anos vagando nos sertões da Bahia. A estrutura da aventura não possui praticamente nenhum elemento fantástico, típico dos relatos quinhentistas sobre o Eldorado amazônico. Nem seres extraordinários, nem uma geografia pela qual o maravilhoso ditava totalmente as regras.

O início do relato descreve o encontro de uma montanha muito brilhante, devido à existência de cristais. Admirados pelo local, os bandeirantes no entanto não conseguiram

escalar a formação rochosa. Um negro da expedição, ao tentar alcançar um veado branco (albino?), encontrou um caminho calçado por dentro da montanha, pelo qual a excursão seguiu adiante. Do alto da montanha, avistaram adiante uma “povoação grande, persuadindo nos pelo dilatado da figura ser alguma cidade da Costa do Brazil.” (Relação, 1754). Após certificarem-se de que o local estava despovoado, iniciaram sua exploração.

O acesso para a cidade era feito por um único caminho de pedra. A entrada da urbe era formada por “tres arcos de grande altura, o do meio he maior, e os dous dos lados são mais pequenos: sobre o grande, e principal devizamos Letras que se não poderão copiar pela grande altura.” Na cidade, as casas eram feitas com muita regularidade e simetria, parecendo “huma só propriedade de cazas, sendo em realidade muitas, e algumas com seus terrados descubertos, e sem telha, porque os tectos são de ladrilho requeimado huns, e de lages outros.” Percorrendo o interior destas habitações, os bandeirantes não encontraram nenhum vestígio de móveis ou qualquer outro objeto. Ao final da rua, depararam com uma praça regular, que possuía em seu interior uma: “collumna de pedra preta de grandeza extraordinaria, e sobre ella huma Estatua de homem ordinario, com huma mao na ilharga esquerda, e o braço direito estendido, mostrando com o dedo index ao Polo do Norte; em cada canto da dita Praça está uma Agulha, a imitação das que uzavão os romanos, mas algumas já maltratados, e partidos como feridas de alguns raios.”

Sobre o pórtico principal da rua, também situava-se uma “figura de meio relevo talhada da mesma pedra, e despida da cintura para cima, coroada de louro” e com inscrições abaixo do escudo. Nos lados esquerdo e direito da praça existiam edifícios imensos. O primeiro parecia, segundo os narradores, um templo com muitas figuras em relevo nas suas laterais, como cruces e corvos. Outras partes da povoação jaziam em grande escombro e muita ruína, que teria sido causado por um terremoto. Próximo à praça descrita, também havia um grande rio. Seguindo por ele, após três dias encontraram uma enorme catadupa (cachoeira). Neste local, ocorriam grandes quantidades de covas e furnas, muitas cobertas com lages e inscrições. Ainda entre as ruínas foi encontrada uma moeda de ouro muito grande, com “a imagem, ou figura de hum moço posto de Joelhos, e da outra parte hum arco, huma coroa, e huma sétta.” Após chegarem na região entre os rios Paraguaçu e Una, os expedicionários enviaram uma carta ao Rio de Janeiro, originando o manuscrito original.

Inicialmente, devemos perceber que estas ruínas não pertencem ao modelo urbanístico colonial português ou espanhol. A possibilidade de terem encontrado alguma centro de mineração, abandonado após o término da exploração, também é muito remota. Na metade do século XVIII, a maioria dos complexos mineradores ainda estavam em

atividade na Bahia. Inscrições, templos, pórticos e estátuas nos levam ao encontro de uma origem mediterrânea clássica, portanto aos aspectos imaginários do relato. O problema principal é determinar como foi o contato com esse modelo europeu. A primeira metade do Setecentos foi marcada por uma grande efervescência clássica na Europa, antecipando uma matriz cultural para a data do manuscrito: a comparação das praças com as construídas pelos romanos; estátuas com coroa de louros; pórticos grandiosos; moedas de ouro e citações de acidentes geográficos ocidentais (“Alpes e Pyniéos”; “Nillo”). Tudo isso nos leva a crer que o autor do relato estava profundamente inserido no contexto das descobertas arqueológicas e culturais que estavam sendo efetuadas na Europa ao início do séc. XVIII.

Mas existem também dois elementos na narrativa que fazem parte de tradições folclóricas muito mais antigas, advindas do séc. XV e XVI. A primeira é referente aos montes de cristais reluzentes, no início do relato. Aventureiros (Guillen, 1570; Knivet, 1597) descreveram pelo interior brasileiro a existência de montanhas e serras resplandescentes, associadas a metais e pedras preciosas. Essa tradição formou a partir do Setecentos, o fundamento para alguns folclores bandeirantes, como a Lagoa Dourada (Eupana e Sabaroboçu). O historiador Buarque de Holanda acreditava que essa tradição esteve intimamente relacionada com o mito do Paraíso Perdido, para o qual funcionaria como uma espécie de antecipação do maravilhoso: “da montanha que refulge passa-se muitas vezes sem dificuldade aos castelos, cidades, casas e igrejas de cristal, tão frequentes nas clássicas visões do paraíso.” (Holanda, 1958, p. 66). Graças ao avistamento dessa montanha fascinante, os bandeirantes puderam localizar as ruínas baianas. Também muitas narrativas de cidades imaginárias possuíam uma estreita vinculação com montanhas feitas com metal precioso, como por exemplo o Eldorado (Langer, 1997, p. 30). Outra tradição de origem colonial diz respeito a certa estátua, encontrada na Ilha dos Corvos (Açores), cujo folclore sobreviveu até o séc. XVIII, em forma literária ou poética. Segundo Damiano de Góes, em sua *Chronica do Principe D. Joam* (Lisboa, 1567), durante o reinado de D. Manuel, navegadores em incursão pela mencionada ilha, descobriram no cume de uma serra uma imensa estátua de um homem vestido de bedém (túnica mourisca), sem barrete, com o braço estendido e a mão apontando para o poente. Abaixo da estátua foram ainda avistadas inscrições misteriosas, sem possibilidades de tradução (Costa, 1900, p. 53). Já o poema *Caramuru*, de José de Santa Rita Durão (Lisboa, 1781), também mencionou a célebre estátua: “E na ilha do Corvo, de alto pico (...) Onde acena o país do metal rico (...) Voltado estava ás partes do occidente, d’onde o aureo Brazil mostrava a dedo.” (Apud: Costa, 1900, p. 55). Na cidade

perdida da Bahia também existiria uma estátua central, cujo braço estendido apontava o dedo para o norte, com certas inscrições indecifráveis no mesmo local. Percebemos com essas duas tradições, que o autor do manuscrito estava perpetuando um folclore mais antigo, incorporado ao universo dos bandeirantes e exploradores. Mas os elementos da Arqueologia setecentista foram muito mais determinantes na estrutura do texto, como já mencionamos.

A descoberta e escavação de Herculanium iniciou-se em 1710, mas foi com a confirmação de seu nome e origem (1738), que estas ruínas romanas tornaram-se muito famosas. Pompéia foi escavada por sua vez, a partir de 1748, e sua identificação ocorreu apenas em 1768. Podemos também estabelecer uma relação destas ruínas romanas, principalmente Herculanium, com a cidade do manuscrito, ao perceber que o terremoto citado pelo bandeirante é uma catástrofe natural semelhante ao vulcão (no caso, o Vesúvio). A natureza interferindo na obra humana. Outra questão é identificar como essas matrizes foram conhecidas no Brasil. A primeira publicação em larga escala dos vestígios romanos apareceu somente em 1756, com o livro *L'antichità romana* de Piranese, três anos após a descoberta da cidade baiana. É possível, deste modo, que o autor da imaginária cidade tenha estado anteriormente na própria Europa em contato com esse panorama cultural.

O pesquisador Hermann Kruse e o historiador Pedro Calmon estabeleceram como autor do manuscrito em questão, o bandeirante João da Silva Guimarães. Percorrendo os desconhecidos sertões da Bahia, entre 1752-53 ele teria noticiado a descoberta das muito procuradas minas de prata de Robério Dias, justamente na região dos rios Paraguaçu e Una (Kruse, 1940b, p. 20; Calmon, 1950, p. 164).²⁶ Uma similaridade de data e localização, com a prescrita na *Relação* da cidade abandonada. Exames efetuados pela Casa da Moeda dois anos depois, porém, declararam que as minas não passavam de minérios sem nenhum valor. Aturdido, Guimarães foi conviver com os índios, desaparecendo após 1764. A obra de Pedro Calmon nos forneceu outra pista valiosa, para a elucidação da origem histórica deste mito. Um dos auxiliares das buscas de Guimarães foi o governador da província mineira, Martinho de Mendonça de Pena e de Proença (p. 165). Examinando sua biografia, descobrimos que ele tinha sido bibliotecário, poliglota e filólogo, membro da Real Academia de Lisboa (Machado, 1933, p. 434).

Além de ter proferido uma palestra sobre megalitismo português (*Discurso sobre a significação dos altares rudes e antiquísimos*, 1733), Proença também realizou, em

²⁶ Pedro Leolino Maris, da Vila do Bom Sucesso, teria convencido o vice-rei Conde de Atouguia que o mestre de campo João Guimarães encontrou as minas de prata, manifestada na *Carta de 7 de dezembro de 1752*. Conf. Calmon, 1950, p. 164.

1730, uma investigação sobre as misteriosas inscrições de São Tomé das Letras, em Minas Gerais. A partir de 1738, estes caracteres se tornaram muito famosos, circulando cópias por toda a província. Ao analisarmos uma dessas reproduções, percebemos grande semelhança de alguns glifos com os da cidade perdida, principalmente cruces e letras latinas. Além disso, foram interpretados por um dos autores da reprodução, Mateus Saraiva, como sendo caracteres *romanos*. No período em que circulavam as cópias, o bandeirante Guimarães abandonara Vila Rica e partiu em missão exploratória para as regiões dos rios São Mateus, Doce e Pardo, todos na província mineira. Atacado por índios, foi então auxiliado pelo governador Martinho Proença (Calmon, 1950, p. 162). Talvez a origem do mito esteja nesse antigo contato, entre um bandeirante e um acadêmico interessado em Arqueologia. Proença tinha todas as condições para criar a imagem de uma cidade em ruínas semelhante às romanas, repleta de inscrições, enquanto Guimarães desejava a todo custo encontrar riquezas sem fim. O acadêmico morreu em Lisboa (1743), enquanto João Guimarães anunciou oficialmente em 1752, a descoberta de minas de prata pelo interior baiano, e dois anos depois, escreveu o manuscrito da cidade perdida.

O início das buscas

Os investigadores do Instituto Histórico não conheciam os autores do manuscrito, mas mesmo assim, a narrativa foi encarada como um fato totalmente verdadeiro. Ao contrário das tribos indígenas, habitantes de rudimentares choupanas, essas ruínas aventavam a possibilidade de uma antiga civilização muito adiantada ter ocupado a jovem nação. Imediatamente, todos os esforços em encontrar esses maravilhosos vestígios foram efetuados. Em setembro de 1839, o sócio Manuel Pontes recolheu informações sobre a existência no Espírito Santo de “antigas povoações e riquezas subterrâneas no deserto, que separa a província de Minas e o litoral (...) em que apenas conseguir estes monumentos, será prompto em comunica-los ao Instituto.” (22ª Sessão, 1839, p. 260-261). Por certo, uma informação advinda de narrativas folclóricas da região. Na mesma reunião, o geólogo Roque Schuch citou em carta, que o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied encontrou “algumas ruínas de uma villa destruída na província do Espírito Sancto.” (p. 262). É claro que para esses intelectuais não importava se essas ruínas tinham origem colonial ou pertenciam a civilizações desconhecidas de nossa História oficial. O importante é que eram testemunhos realizados em pedra, de um passado monumental que deveria ser resgatado e glorificado. Ainda nessa entusiástica assembléia do Instituto, o

autor da descoberta do manuscrito, Manuel Lagos, oferecera-se para litografar e doar 500 exemplares das inscrições da cidade perdida. Como esperado, “esta oferta foi recebida com especial agrado.” (p. 262).

Ao completar um ano de fundação, o Instituto Histórico apresentava sob a forma do relatório de seu secretário, os resultados obtidos durante este percurso. Se não eram completos, ao menos revelavam uma franca esperança no cumprimento das suas metas básicas. Ao citar estupendas descobertas arqueológicas em países muito próximos do Brasil, como Palenque no México e fortificações no Peru, Januário Barboza deixou claro que tais vestígios também podiam ser encontrados no Brasil: “As trévas da antiguidade, e talvez as da ignorancia, tem abafado monumentos preciosos, cujos restos serão iluminados pela sabedoria de mais circumspectos investigadores.” (Barboza, 1839d, p. 279). Neste mesmo trimestre, Barboza recebeu uma carta do paleontólogo Peter Lund, que realizava escavações em Minas Gerais. O teor da missiva, a respeito da cidade perdida, era altamente positivo aos propósitos do grupo:

Peço licença por insistir tanto mais neste empenho, - cazo não estais já satisfeito – como vejo no presente numero da revista e publicado hum manuscrito, que trata de huma descoberta da mais alta importancia para a historia antiga do Brazil, e a qual para ser convenientemente elucidada achara differentemente hum Tribunal mais competente do que a esta sociedade, mormente em caso se verificar a hypothese de hum illustre membro do Instituto que derivou esses monumentos dos antigos Scandinavos, hypothese que, devo confessar, me parece pouco confirmado pela conformação dos caracteres das inscrições juntas. (Lund, 1839).²⁷

Apesar de acreditar na existência da localidade perdida, Lund mostra-se cético quanto à origem nórdica da mesma, aventada pelo geólogo Roque Schuch na *Revista do IHGB* três meses antes. Praticamente todos os eruditos envolvidos com o passado do Brasil neste momento, foram complacentes com o relato bandeirante. A exemplo de Schuch, Peter Lund também enviou correspondência para Rafn em Copenhague. O detalhe no manuscrito que mais chamara a atenção de Lund foi referente à estátua do homem apontando para o Norte e sua similar na ilha de Açores (Holten & Guimarães, 1997, p. 41), uma tradição folclórica muito antiga, como já havíamos comentado.

Advindo o novo ano de 1840, surgem novas referências sobre o intrigante tema. Dois eruditos, o cel. Ignacio Accioli Silva e A. Moncorvo, residentes na Bahia, enviaram dados baseados em descrições regionais: “sobre a cidade abandonada nos sertões desta

²⁷ Este documento é um manuscrito nunca publicado, existente em Copenhague: Peter W. Lund, *Ilmo Conego Januario da Cunha Barbosa*, 10 de novembro de 1839, Biblioteca Real de Copenhague, Ny Kgl. Samling, 2677, fol. Lunds Brevkopiboger II, 2°. As historiadoras Holten & Guimarães, 1997, p. 41, apesar da data deste documento, enganaram-se ao citá-lo no texto de sua pesquisa como possuindo comentários à expedição de Benigno Carvalho. Isso nunca poderia ter ocorrido, pois esta expedição foi organizada a partir de 1841, dois anos após o envio da carta em questão.

província (...) que não parece ser fabuloso, pelas coincidentes notícias de varios antigos moradores, e exploradores dos sertões, pois por tradição se falla em uma grande Povoação, ou Cidade desprezada e que dizem a habitáram Indios e negros fugidos.” (35ª Sessão, 1840, p. 152).

Na tentativa de conseguir informações sobre a antiga cidade, os investigadores acabaram por contatar manifestações do folclore de muitos séculos. Conhecidas pela denominação de *ciudades encantadas* por toda a América Latina, elas seriam metamorfoses de antigos mitos coloniais, como o Eldorado e tradições bandeirantes, formando um rico e elaborado imaginário popular (Langer, 1997a, p. 67-70). Muitas destas tradições de cidades encantadas sobrevivem até os dias de hoje, por meio da transmissão oral, mas algumas também foram incorporadas à literatura e à poesia, como Maiundeua e Axuí (Pará e Maranhão). Sendo um campo praticamente inexplorado pelos historiadores, nos é muito difícil elaborar análises sem maiores conhecimentos de fontes. Resta apenas tentar criar hipóteses entre essa aludida entrevista dos eruditos com os populares, ou seja, como as tradições coloniais sobreviveram na forma folclórica do século XIX. Essas cidades encantadas na Bahia sofreram influências do relato de Guimarães em 1754?

Voltamos novamente ao livro de Pedro Calmon. Nele, o historiador afirmou que após a morte do bandeirante João Guimarães em 1766, rumores já tinham sido iniciados por populares (1950, p. 165). Quando iniciou-se a grande extração de diamantes na Bahia, a partir de 1844 na região da Chapada Diamantina, o folclore estava bem consolidado: “(...) História sussurada ao pé do fogo (...) Acreditou-se veemente nessa fábula da extinta cidade engastada, com as suas tôrres e os seus pórticos, num sítio inacessível da serra (...) Uns passaram a jurar sôbre o que os outros diziam. Não faltou quem visse com os seus olhos. Cruzaram-se testemunhos.” (Calmon, 1950, p. 170).

Mas também não podemos descartar interferências de outras tradições antigas, como as de redutos indígenas e quilombos pela província, como a própria entrevista dos membros do IHGB deixou claro. Na Bahia havia diversos vestígios de antigos quilombos, como nas regiões de Bom Jesus da Lapa e Rio das Rãs (Galdino, 1999a). Relatos imaginários também são muito frequentes por toda a região. Em Lagoa Santa (MG), existe a fábula de uma cidade submersa através de uma catástrofe, muito similar ao mito de uma cidade submarina de esmeraldas que ocorre na área do médio rio São Francisco, na Bahia (Langer, 1997a, p. 69; Galdino, 1999a). Percebemos desta maneira que o mito popular foi reinterpretado pelo imaginário erudito, reforçando as convicções vigentes sobre um passado grandioso prestes a ser revelado.

Neste início de 1840, para além do entusiasmo dos eruditos filiados ao Instituto, também os estrangeiros estavam profundamente interessados na confirmação das enigmáticas ruínas. Uma expedição naturalista provinda de Copenhague, a bordo da fragata Bellone, teve como passagem o porto de Salvador. Composta pelos militares Suenson e Schultz, além do botânico Kruger, foram encarregados de examinar a misteriosa localidade. Não chegaram nem a concretizar a expedição ao local, por falta de maiores informações geográficas: “Mais rien ne fut exécuté, et nous en sommes encore réduits aux conjectures sur cette antique cité.” (Gaffarel, 1875, p. 127).²⁸ O grupo também obteria informações do “archevêque de Bahia, Mgr Romualdo, ordonna bien à un de ses prêtres de lui adresser un rapport préalable sur la situation de cette ville et promet de se charger de l’expédition.” (p. 127). Esse arcebispo, Romualdo Seixas, no ano anterior, foi citado como membro do IHGB na categoria de sócio correspondente (Lista, 1839, p. 282). Mais tarde viria a ser conhecido como Marquês de Santa Cruz. Importante personagem no cenário político daquele momento, como primaz do Brasil foi quem presidiu em 1841 à solenidade de sagração de D. Pedro II. Ainda durante os anos 40, Seixas seria admitido como sócio na Sociedade Real dos Antiquários do Norte, demonstrando seu grande interesse por assuntos arqueológicos.

Os dados trazidos do interior da Bahia por Moncorvo e Accioli, além do interesse do arcebispo Romualdo, seriam reforçados por uma inesperada carta de Munique, assinada por Martius. Constituindo-se na gênese da futura dissertação *Como se deve escrever a História do Brasil*, o documento foi lido com muito interesse na sessão realizada em agosto de 1840. No periódico da agremiação, publicou-se determinados trechos do manuscrito, procedimento que segundo nossa interpretação, procurava demonstrar somente as idéias mais importantes para as metas projetadas nesta época:

Em quanto aos meus estudos sobre a historia primitiva dos autochtones do Brasil, e da America em geral, consta-me, como facto geral, que toda a povoação primitiva das Americas viveu em tempos remotissimos em um estado muito mais civilizado do que aquelle em que achámos tanto os Mexicanos do nosso tempo, ou outros povos montanhezes, como os Indios selvagens do Brasil. Toda esta povoação, sem duvida muito mais numerosa, cahiu de uma posição muito mais nobre por diversas causas. Como agora se deve desesperar da possibilidade de introduzir os autochthones nos circulos da civilisação Européa, elles se tem tornado tão sómente objecto de nossa curiosidade philosophica e historica; e seria certamente assumpto interessantissimo indagar as principais causas dessa decadencia e degradação. (44ª Sessão, 1840, p. 402).

²⁸ Não conseguimos encontrar maiores referências sobre essa pretendida expedição dinamarquesa. Outras obras também confirmam esse ocorrido, porém, sem citar detalhes de fontes: Costa, 1900, p. 46; Estellita Jr., 1933, p. 159. Em um documento enviado ao IHGB, o arqueólogo dinamarquês Carl Rafn referiu-se a um capitão de navio, de nome *Suenson*, que teria enviado um pequeno artefato do Peru para Copenhague durante os anos 40 (Rafn, 1845, p. 101). Trata-se de um dos nomes apontados como integrantes desta expedição.

A primeira idéia esboçada por Martius foi a respeito de um passado muito remoto para os primeiros brasileiros. A confirmação das diferenças civilizacionais entre essa povoação e os indígenas contemporâneos se fez através da idéia de *contingente populacional e padrões de nobreza*. Essa primeira idéia já havia sido levantada, de maneira oposta, pelos deflagadores da inferioridade americana durante o Setecentos. Para Buffon, Raynal e De Pauw, as informações dos cronistas e viajantes sobre as sociedades ameríndias eram falsas, pois a população das cidades pré-colombianas seria muito pequena, com os índios espalhados pelo campo. A concepção geológica de um continente novo contrariava a idéia de uma grande população urbana na América (Ventura, 1991, p. 25; Gerbi, 1996, p. 183). Com isso, para Martius, uma remota ancestralidade e uma grande população seriam fundamentais para definir a outrora sociedade que existiu no Brasil. Além de enunciar os postulados básicos desse passado, também forneceu elementos geográficos:

Os meus estudos apontão para o Brasil o lugar onde residem ainda as maiores lembranças do tempo antigo, e vem a ser os matos entre os rios Xingú, Tocantins e Araguaya. Ahi residem descendentes dos antigos Tupys (os Apiacás, Gés, mandurucús, etc), que ainda fallão a lingua Tupy: elles devem ser os depositarios da Mythologia, tradição historica, e restos de alguma civilização dos tempos passados. Nesses logares talvez se possam encontrar ainda alguns vestígios, que derramem alguma luz sobre as causas da presente ruina destes povos. Mas infelizmente ainda ninguem lá foi estuda-los. (44ª Sessão, 1840, p. 402).

Essa localização geográfica tornou-se muito aceita a partir deste período. Em 1859, o francês Snider-Pellegrini localizou a origem da humanidade na Atlântida, pelo qual seus vestígios seriam encontrados no Mato Grosso (Vivante & Imbelloni, 1939, p. 191). Em 1925, Georges Lynch localizou civilizações perdidas no mesmo local e o explorador Percy Fawcett esperava encontrar a Atlântida entre o Tocantins e o Mato Grosso (Langer, 1997a, p. 125-141). Mas essa teoria teria origem em Martius? Talvez Martius tenha sido influenciado por elementos simbólicos de longa duração, presentes no imaginário cartográfico europeu desde o século XVI até meados do Setecentos. Trata-se efetivamente das representações do mítico lago *Eupana* (denominado pelos espanhóis de Xarayes), representado no centro do Brasil, na região entre o Araguaia e Tocantins. Associado algumas vezes a povoações indígenas com pedras preciosas e ouro, além de ser ilustrado com quatro ilhas e quatro rios, esse acidente geográfico possuía uma fundamentação paradisíaca (p. 53-57). Martius pode ter conhecido mapas como *Americae Descriptio* (1650, Nicolao Visscher), *Amérique Meridionale* (1685, Sanson D'Abeville) e *Whole World* (1719, Herman Moll), onde a figuração do misterioso e fantasioso local mereceu destaque geográfico.

As provas desse suposto tempo antigo, segundo Martius, seriam encontradas na mitologia indígena e em vestígios arqueológicos nesta região central do nosso país. Nada mais conveniente para as metas do Instituto, do que essas hipóteses que encaminhavam para uma formidável descoberta em solo brasileiro. Na mesma sessão, o historiador Varnhagen declarou: “uma proposta para methodicamente serem recolhidas pelo Instituto as possíveis notícias sobre essa grande geração decadente.” (44ª Sessão, 1840, p. 403). Conciliando desta maneira, os artigos sobre a pedra da Gávea, a cidade da Bahia e as observações do sábio alemão, o Instituto sentia-se seguro para estabelecer um panorama otimista de nossos vestígios, determinando para todos os agremiados a busca desta geração perdida. Conciliando-se ao mesmo tempo com os estatutos, cujo exemplo podemos observar com o programa da *Revista* em julho de 1841.

Com o título *Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil?*, o sócio Rodrigo Pontes conclamou as bases estatutárias da agremiação, com a finalidade de estabelecer a sistematização dos documentos do Brasil. Os temas ainda não esclarecidos, foram exortados a serem resolvidos através das viagens científicas. Mas deixou claro que essas viagens não poderiam ser tão promissoras quanto as da Europa: “Eu conheço que o resultado de taes viagens não produziria neste paiz a abundancia de documentos para a historia delle que em França, por exemplo, se tem colhido das excursões archeologicas.” (Pontes, 1841, p. 150). É certo que o acervo arqueológico, que Rodrigo Pontes tinha em mente era composto basicamente por monumentos coloniais. Descreveu catedrais, palácios e construções européias, comparando com alguns vestígios encontrados no nordeste brasileiro, principalmente os de origem holandesa. Mas não descartou possíveis ruínas pré-históricas: “(...) e qual de nós poderia vêr, por exemplo, sem vivo sentimento de interesse (...) as pedras gravadas, as estatuas esboçadas, descobertas por Mr. Bauve nas visinhanças da villa da Barra na comarca do Rio Negro, e que, segundo a opinião do mesmo viajante, attestam a existencia de uma antiga civilização?” (p. 151).

Situado no Amazonas, o rio Negro constituiu uma região muito especial no século XIX, por conter petróglifos exóticos, gravados em blocos superpostos.²⁹ Não encontramos nenhuma informação sobre a expedição de Mr. Bauve, o que indica talvez uma comunicação pessoal com Rodrigo Pontes. De qualquer forma, a idéia exposta foi de monumentos da geração perdida, estátuas pertencentes a uma alta civilização, aos moldes do pretendido pelo Instituto. O Amazonas ainda servirá de inspiração para muitas pesquisas e devaneios arqueológicos. Continuando em seus argumentos, Pontes reforçou

²⁹ Na região dos rios Negro, Cuminá e Puri, existem representações geométricas de cabeças humanas radiadas, geralmente gravadas na rocha próximas de cachoeiras (Prous, 1992, p. 530).

a idéia da expedição exploradora como maior instituidora do progresso científico, corrigindo erros geográficos e históricos. O final da dissertação foi dedicado exclusivamente a discutir a problemática da localização exata do quilombo dos Palmares. O que não deixa de ser uma fato muito curioso. Afinal, os intelectuais do IHGB procuraram, de todas as maneiras, omitir os fatos relacionados com o negro e a escravidão e privilegiar o estudo indígena no Brasil (Schwarcz, 1998, p. 132). Em parte isso pode ser explicado por uma busca do autor em torno de pressupostos civilizacionais dos quilombos. A sua preocupação foi tentar estabelecer qual era a população aproximada do reduto, tendendo a um grande número de habitantes, talvez trinta mil pessoas (p. 153). Em outras passagens do texto, descreveu a estrutura de Palmares de uma maneira gloriosa: “O Paço do seu Zombi era toscamente sumptuoso na fôrma e na extensão, as cazas dos particulares ao seu modo magnificas e recolhiam mais do vinte mil almas de ambos os sexos, e dez mil de homens capazes de tomar armas.” (p. 153). Apesar de modesto, esse império negro no Brasil representou uma opção interessante para o panorama pretendido pelo Instituto. Os relatos populares resgatados na Bahia, a respeito de cidades perdidas habitadas pelos foragidos da escravidão, deste modo, encontraram respaldo nas pesquisas históricas sobre quilombos efetuadas pelos eruditos. Os vestígios de civilização deveriam ser encontrados de qualquer maneira, não importando sua origem histórica ou cultural.

Um viajante do maravilhoso

Conscientes de que a glórficação monumental só poderia ocorrer através de explorações, os membros do Instituto nomearam em 1840, o cônego Benigno José de Carvalho e Cunha para encontrar a cidade perdida da Bahia. Quais foram os motivos da escolha deste religioso? As pistas nos levam a um contexto externo ao IHGB. Benigno era professor, poliglota, especialista em línguas orientais e padre subordinado ao arcebispo Romualdo Seixas na Bahia. Suas ligações eram muito profundas, tanto que em 1840 dedicou um de seus livros (*A religião da razão*) para este arcebispo. As razões para o interesse de Seixas para com a cidade perdida são obscuras. O mais provável é que mantivesse um controle sobre todos os fatos científicos e culturais reinantes em sua província, indicando desta maneira o cônego Benigno para encontrar as tão almeçadas ruínas.

Ainda no ano de 1840, em princípios de novembro, Benigno de Carvalho chegou a Salvador em seu período de férias. Com a finalidade de solucionar a primeira “questão

que me forra encarregada pelo Instituto – a situação da cidade abandonada n'estes sertões.” (60ª Sessão, 1841, p. 141). Começou a investigar equipado com um “mappa circunstanciado da America Meridional” (Cunha, 1841b, p. 197), entregue pelo próprio arcebispo Romualdo Seixas. Desde o séc. XVII, existiram muitos mapas com essa denominação, que no caso, abrange a parte sul das Américas. Os mais famosos foram os de Sanson D’Abeville (1685) e D’Anville (1784), porém, ambos são extremamente precários na descrição geográfica do nordeste brasileiro. Acreditamos que o referido mapa entregue a Benigno foi o popular *América Meridional* de Juan de La Cruz de Cano, publicado inicialmente em 1775, sendo reimpresso com correções de limites em Londres (1779). Com a escala 1:4.000.000 e projeção mericilíndrica, representando somente o nordeste brasileiro, com detalhes extremamente precisos para o período, sendo superado apenas no final do Oitocentos (Hist. cart., 1967, p. 225). A região da Bahia foi muito privilegiada neste mapa, apresentando diversos afluentes do rio São Francisco e outros detalhes hidrográficos da região, não constantes em outros mapas da época. Outro procedimento, inicialmente adotado por Benigno, foi o recolhimento de informações de viajantes que estiveram no interior da Bahia, como o desembargador Mascarenhas de Assis e o dr. Remigio Andrade. Com isso, em três meses realizou “exames, hypotheses, e preparativos.” (Cunha, 1841b, p. 198).

Na sua estadia em Salvador, o cônego encontrou algumas contestações da legitimidade de sua expedição. A credibilidade da cidade perdida, apesar de sua grande aceitação acadêmica, não era um fato absolutamente genérico. Sem desanimar, negou o caráter fabuloso das ruínas baseado principalmente na estrutura narrativa do documento bandeirante:

(...) eu porém não descubro nella nem motivos de o desconfiar, pois nada há alli que cheire a invenção poetica, e será impossivel descortinar uma razão de gloria ou interesse, que podesse estimular uma tal ficção (...) antes noto nesta Relação certa simplicidade e desalinho, como de quem escreve sem estudo, pois nem se guarda ordem na exposição dos factos, contando depois o que se devia ser narrado em seguimento, se o escripto fosse pensado: mostra que foram escriptos os factos á proporção que iam lembrando. (Cunha, 1841b, p. 198).

Percebe-se que Benigno concebia o manuscrito como um autêntico diário de campo, onde os fatos descobertos foram sendo narrados fielmente. Ao mesmo tempo uma narrativa muito simples e ingênua, o documento incluiria detalhes estranhos ao universo bandeirante, como as supostas inscrições avistadas: “como lembrariam a mineiros os caracteres gregos, ou runnos?” (p. 198). Essa lógica interna, também percebida pelos

outros membros do Instituto e até alguns estrangeiros, constituiu a prova mais tangível da existência do fascinante local.

A primeira problemática colocada em campo por Benigno foi a localização exata do sítio. Concentrando-se no único detalhe geográfico mencionado no documento, que relata a existência de um riacho de frente à cidade pelo qual os aventureiros desceram e após três dias chegaram aos rios Paraguassú e Una, firmou sua hipótese: “(...) a serra do Cincorá, situada neste rumo, cuja extremidade a Este fica acima de Valença 3 ou 4 dias de jornada, é o lugar indicado na Relação, onde deve encontrar-se a cidade abandonada.” (p. 199). Em seguida passou a obter maiores referências sobre essa serra com os moradores das regiões litorâneas da Bahia. Suas peculiaridades reforçam ainda mais as convicções do religioso:

(...) a mais alta e inacessível que tem os sertões da Bahia (...) erizada por grandes penhas, em que brilham muitos cristais; e seu cume está sempre coberto de densa nevoa até 11 horas ou meio dia (...) não tem mais do que uma tromba da parte do Norte, pela qual se faz acessível seu cume (...) esta tromba³⁰ (...) leva boas tres ou quatro horas a subir, e mostra ter sido rompida á força de braço humano (...) que desde a povoação do Cincorá até á entrada desta tromba vão duas leguas, e não há rio ou mata que embarece o viajante: são geraes;³¹ e tudo isto se conforma com a relação dos aventureiros. (p. 199).

Três características básicas são levantadas pelo cônego em relação à serra do Sincorá: inacessível, desabitada e misteriosa. O detalhe dos cristais reforçou o manuscrito, mas as outras aproximações foram criadas totalmente pela mente do cônego. Uma evidência a favor da localização do sítio nesta região seria a existência de uma estrada (tromba), que devido à sua possível antiguidade, teria sido construída pela civilização perdida: “o rompimento desta serra é obra de povos anteriores á descoberta do Brasil pelos Portuguezes.” (p. 200). Uma hipótese reforçada pelo pequeno tamanho das vilas nas regiões entre os rios Paraguaçu e Contas, do qual Valença era a maior de todas. Ainda na cidade de Salvador, o cônego realizou diversos estudos hidrográficos, todos baseados apenas nos mapas do período. Suas conclusões topográficas demonstram a precariedade do conhecimento geográfico em que eram baseadas suas hipóteses. Ao tentar situar o rio do manuscrito, seus dados mostram-se equivocados:

Na cima desta serra (Sincorá) da banda do Sul nasce um só rio, que no mappa não traz nome, acompanha a cordilheira, correndo de Oeste para E'ste, e dando aqui volta á serra vai precipitar-se ao norte della neste cotovello do Paraguassú, dois dias de

³⁰ Estrada realiza em locais elevados, como montanhas ou serras.

³¹ Campos extensos e desabitados cujas terras se encontram inaproveitadas; ermo; lugar virgem; campos gerais (Grande Larousse, 1998, p. 2696). O dicionário Aurélio, porém, confere também um sentido de local inóspito: lugares desertos e intransitáveis, no sertão do Nordeste (Dic. Aurélio, 1995, p. 322).

viagem a Oeste de Maracá: o seu fontanal fica em 43° 6' de longitude, 13° 40' de latitude. Na margem esquerda deste rio, a que os povos circumvisinhos chamam *Braço do Sincorá*, a legua e meia da tromba pouco mais ou menos, é que deve estar a *cidade abandonada*. (Grifo do autor, p. 200).

Na realidade, Benigno acrescentou um grau a mais de longitude para este riacho, o que em termos geográficos é uma grande diferença. Baseado nesta localização, realizou um cronograma de campo, estabelecendo o roteiro pelo qual deveria seguir em viagem. Acreditava o cônego que gastaria 14 dias seguindo o mesmo trajeto dos bandeirantes até a cidade, mas como estava no final das férias, começou a abandonar a idéia de concretizar efetivamente a busca no distante recanto. Planejava ir somente até a cidade de Valença, a maior vila da região, onde obteria maiores informações sobre o rio Braço do Sincorá, se possuía cachoeiras e minas ao seu redor, confirmando o relato dos bandeirantes.

Chegando à cidade de Valença em 5 de fevereiro de 1841, o padre foi acompanhado de um rapaz chamado Ordinando, recebendo um salvo conduto do presidente da província. Que não chegou a ser utilizado, pois devido à grande quantidade de chuvas na região a expedição foi cancelada. O resto de sua estada na cidade histórica de Valença foi ocupado recolhendo tradições orais dos antigos moradores. O primeiro entrevistado foi Antonio Joaquim da Cruz, que tinha viajado pelas regiões interioranas da Bahia. Afirmava que teria subido o Sincorá e que a cidade perdida ficaria localizada em uma mata na direção leste, mas não teve coragem para adentrá-la. Confirmou ainda a existência de uma grande catadupa (cachoeira) e de profundas minas que emitiriam um estranho estampido: “elle (Antonio Cruz) attribuiu isto á grande quantidade de ouro e prata que continham.” (p. 202). De outros moradores de avançada idade, recolheu informações sobre uma cidade muito antiga destruída por um “terremoto, outros que por alluvião (inundação): alguns affirmam que ella existe, mas que nella está um dragão que traga quem lá se aproxima; outros dizem que quem lá vai não volta; e a este respeito me contaram uma anedocta de certo coadjutor (sacerdote) que foi a desobriga (visita clerical) para aquelles sitios, e nunca mais appareceu, etc. etc.” (p. 203).

Observamos aqui alguns exemplos de cidades encantadas presentes no folclore baiano. Todos estes aspectos sugerem uma origem muito mais antiga, anterior à bandeira de João Guimarães no séc. XVIII. Isso pode ser conferido, por exemplo, com o desfecho catastrófico sugerido para a cidade. Terremotos e inundações foram muito comuns em outras cidades imaginárias, como a Atlântida grega. Também tiveram grande influência dos simbolismos bíblicos, a exemplo do dilúvio universal, e muito populares nas teorias eruditas a partir do Setecentos, explicando a origem da humanidade. O aspecto do desaparecimento de pessoas que visitaram a cidade também é percebido em outras

localidades imaginárias sul-americanas, como a Ciudad de los Césares (Gandia, 1929, p. 273). No Brasil, temos os casos de Maiandeuá (Maranhão) e Grozongo (Pernambuco), cidades fabulosas que desaparecem sem deixar vestígios (Cascudo, 1984, 88). No estado da Bahia, o folclore de *taperas abandonadas*³² que se afundam no chão ainda é muito comum (Galdino, 1999a).

Todos estes testemunhos colhidos por Benigno reforçaram suas convicções e hipóteses, confirmando a situação da cidade perdida na região do Sincorá. Planejando a futura expedição para o final de 1841, esclareceu em uma carta enviada em fevereiro ao Instituto que essa jornada seria muito “longa e perigosa por causa das serpentes e onças, em que abundam aqueles sítios; há selvagens, porém mansos” (Cunha, 1841a, p. 142). Apesar destas aparentes dificuldades, solicitou à agremiação carioca subsídios financeiros para a execução da viagem, em pelo menos “dois contos de réis.” (p. 142).

Entraram em cena mais uma vez os poderosos aliados de Benigno. Um parecer realizado pela comissão de História do Instituto estipulou a publicação dos documentos enviados pelo padre, além do pedido imediato de verbas ao governo, para o êxito da expedição (Pontes, 1841a). E caso não seja possível a realização de um mapa da viagem, ao menos os responsáveis publicassem um relatório detalhado da mesma. Em julho foi publicada a memória de Benigno na *Revista do IHGB*, no mesmo mês da coroação do imperador.

Após este agitado período político, o arcebispo Romualdo Seixas foi efetivado como membro honorário do Instituto, sendo motivado a auxiliar o bom êxito da busca ao interior da Bahia (73ª Sessão, 1841, p. 491). Com a influência de importantes personalidades, certamente a empresa não demoraria a colocar-se em campo. No mês de outubro, Benigno enviou outra carta para a capital, desta vez tratando de minas descobertas recentemente na região da serra da Mangabeira (BA), ao qual acreditava que seriam as minas de Muribeca, muito procuradas pelos bandeirantes. Além de interesses políticos, cada vez mais a planejada viagem a campo do cônego cercava-se de intenções econômicas.

No início de novembro, o presidente do IHGB (Visconde de São Leopoldo), realizou uma petição ao imperador D. Pedro II, solicitando financiamento para a

³² A palavra vem do tupi, significando aldeia extinta. É muito empregada pelos populares da Bahia e nordeste para designar povoações e vilas abandonadas ou em ruínas. Em 1888 o escritor Lindolfo Rocha se referiu ao depoimento de um velho vaqueiro em Conquista (BA), a respeito do encontro de uma *tapera sem gente*. Tentando encontrar um boi desgarado, encontrou uma praça, cuja entrada se fazia por meio de arcarias. No meio da praça havia um estátua de homem (Rocha, 1908, p. 158). Em 1925, o explorador Percy Fawcett também se referiu a essa tradição na mesma cidade de Conquista (Fawcett, 1954, p. 217). Nos dias de hoje esse folclore da descoberta de ruínas por vaqueiros ainda é muito comum no interior baiano (Galdino, 1999a).

expedição. A importância desse empreendimento foi ressaltada pelo documento principalmente pelo seu caráter *utilitário*. Caso falhasse em seu objetivo maior, ao menos a exploração poderia encontrar “terrenos incultos, e ainda não desafiados no interior do Brasil.” (Leopoldo, 1841a). Situando-se em uma região pouco conhecida, a cidade perdida poderia fornecer elementos de ordem mineralógica, como também terrenos para a agricultura e a alimentação. Competindo com o grande tema da *Revista do IHGB* – a etnografia indígena – as pesquisas do espaço geográfico nacional sempre foram muito destacadas. A publicação de narrativas de viagens, explorações, novas delimitações cartográficas e territoriais contribuiriam para a construção do império tropical. Todo estudo para desmantelar o incógnito e o vazio de conhecimento era sempre muito incentivado pela elite.

É evidente que as regiões próximas à capital tiveram um interesse imediato por suas importâncias econômicas ou políticas. Em uma carta remetida ao secretário perpétuo, um viajante mineiro enviou dados do “deserto que separa as povoações da província de Minas Geraes, e às povoações do littoral nas Províncias do Rio de Janeiro, Espirito Sancto, e Bahia (...) derramando algumas luzes sobre os pontos pouco conhecidos dessa interessante porção de territorio ainda oculto.” (37ª Sessão, 1840, p. 265-266). A província da Bahia neste contexto tinha uma situação estratégica. Somente o seu litoral era bem conhecido neste período e a expedição de Benigno coincidia com essa necessidade de desvendar o que se denominou de *deserto*: tudo aquilo que não foi ainda explorado, abrangendo florestas, matas, rios e montanhas. Na realidade, estamos tratando aqui de uma categoria cultural muito mais ampla, a imagem do *sertão*. Mais do que simples locais interiores do império, são “espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.” (Amado, 1995, p. 149). Extraviada no incógnito, a cidade perdida da Bahia esteve associada à imagem do sertão. Um exemplo pode ser percebido com o coronel Ignácio Aciolli Silva. Especialista nos temas da província baiana, estava inserido neste contexto de elucidação do espaço geográfico e, ao mesmo tempo, no estudo da cidade perdida. Em 1840 recolheu informações populares sobre esse tema, e tencionava descobrir outros dados sobre os “vestígios da antiga habitação, que consta terem sido ultimamente encontrados nas escavações de diamantes da serra do Assuruá.” (69ª Sessão, 1841, p. 359). O sertão torna-se ao mesmo tempo, um empecilho para a civilização – por seu caráter de nulidade territorial, e um potencial econômico – pode revelar imensas riquezas. A busca de ruínas implicava em solucionar essas duas problemáticas, completando a proposta da unidade

territorial: “A motivação para pensar o Brasil é a convicção de uma nação incompleta, por isso o dito sobre o sertão se faz com ares de diagnose e, mais, reveste-se de acusações à sua permanência enquanto fardo para o país.” (Souza, 1997, p. 161).

Outro aspecto ressaltado na petição ao imperador foi a respeito da expedição de Benigno como *interiorização da civilização*. Buscou-se através do avanço científico a dominação do espaço selvagem, mas também a propagação dos ideais de civilidade, moral e religião. Afinal o caçador da cidade esquecida não era um padre? O mesmo princípio de algumas expedições naturalistas e de pacificação indígena, que além do explorador/cientista sempre participava um religioso. Em Benigno essa função foi unificada dentro do contexto de uma missão heróica semelhantes a dos jesuítas, ao interferirem na realidade americana durante o período colonial (Raminelli, 1996, p. 50). Mesmo o documento dirigido ao imperador, parece apontar nas entrelinhas esse fato. Para o Visconde de São Leopoldo, a civilização estacionou nos locais onde justamente existiram as importantes missões jesuíticas “e que não são de certo as que devem constituir os limites ocidentais de nosso império.” (Leopoldo, 1841a).

Quatro dias depois da solicitação, prontamente houve uma resposta positiva por parte do imperador. Novamente se manifestou o presidente do Instituto, muito otimista por certo ao verificar que sua petição foi aceita:

(...) Inclinado sempre para coadjuvar a tudo quanto possa ser de utilidade ao Império: Houve por bem mandar expedir avisos não só ao Ministério da Fazenda, para que na Thesouraria d'aquella Provincia se entregue ao referido Conego a quantia de Seiscentos mil reis para as despesas da viagem, que tem de empreender como tambem ao da Justiça para ser dispensado de todas as obrigações da Cathedral, em quanto tiver ocupado em tão importante comissão. (Leopoldo, 1841b).

Recentemente coroado, D. Pedro II iniciou seu relacionamento com a construção de uma identidade nacional, mas também com a política cultural que se praticava neste período. Com isso, ao mesmo tempo em que participava do mais entusiasmado e pretensioso projeto do Instituto, nas suas primeiras décadas de existência, também refletia sua credibilidade na existência de uma remota civilização esquecida em nosso país. Nada mais conveniente ao seu recente governo do que a descoberta de imponentes ruínas no remoto brasílico.

No início de dezembro finalmente o obstinado padre Benigno novamente colocou-se em campo. Desta vez conseguiu chegar à região pretendida, onde permaneceu por muito tempo. Enquanto a capital aguardava com ansiedade qualquer notícia de seus resultados, a expectativa criava muitas hipóteses favoráveis aos propósitos da agremiação. Na terceira sessão pública de fundação do IHGB em dezembro de 1841, o imperador

novamente compareceu, revelando o prestígio desta solenidade. Comparados com os anos anteriores, os discursos e conferências foram muito mais exaltados. Depois de três anos de atividades as pesquisas começavam a formar uma sólida crença em um passado capaz de rivalizar-se com o das grandes nações, inspirando também a formação de novos rumos para o futuro. Totalmente convicto disso, o presidente do Instituto - Visconde de São Leopoldo - realizou um discurso incitando a procura de novas fronteiras do conhecimento, pela qual a conquista de descobertas inusitadas inflamariam o espírito humano. O desfecho da palestra glorificou o mecenato imperial:

(...) vós vindes em cada anno anunciar á Nação o grão e diffusão das luzes, para d'ahi calcularem-se os esperançosos fructos da civilização e da moralidade: isto é já um importante serviço! Subirá ainda a mais vossa fama, se a expedição confiada a um intrepido nosso consorcio, em pesquisa de inculcados monumentos, e de um cidade abandonada, que se diz recondita nos sertões do Brasil, obtiver exito desejado (...) uma civilização, talvez contemporanea á do Egypto á da India. (Leopoldo, 1841c, p. 521).

Influenciada pelo conceito francês de civilização, a elite imperial procurava demonstrar constantemente a ligação do Brasil com o Velho Mundo e sua cultura. Desta maneira, utilizava um parâmetro de comparação com outras formas de sociedade, como a dos ameríndios, para poder expressar seus próprios valores e se auto-afirmar. O que Norbert Elias denomina de *consciência nacional*, a função geral do conceito civilizacional, expressava-se constantemente no Instituto: “a consciência que o ocidente tem de si mesmo.” (Elias, 1994, p. 23). Como o próprio Visconde afirmou, o imperador conclamou os resultados do Instituto, na expectativa futura da nação alcançar os patamares superiores do mundo contemporâneo. A descoberta da cidade perdida refletiria diretamente nesta imagem do Brasil: uma nação em progresso, portadora de vestígios arqueológicos, conhecimentos científicos, ideais e costumes elevados. A própria imagem de D. Pedro II foi construída como mecenas culto que patrocinou o possível desvendar da maior glória pretendida neste período.

O próximo intelectual a pronunciar-se, o cônego Januário Barbosa, manteve os mesmos ideais. Relatando as principais atividades, projetos e descobertas nos últimos três anos. O secretário perpétuo não omitiu o fato dos temas indígenas terem ocupado a maior parte das preocupações da instituição. Mas qual o motivo desse grande interesse? O próprio Barbosa esclareceu: “investigar o grão de civilização a que haviam chegado os povos do novo Mundo antes de aparecerem ás vistas de seus descobridores, força era que nos costumes dos Indios procurassemos o fio, que nos deve conduzir a tempos muitos mais anteriores.” (Barbosa, 1841, p. 522). Se as pesquisas etnográficas e a literatura

conduziam a um interesse objetivo pela imagem do indígena heróico, puro e honroso (Schwarcz, 1998, p. 136), os estudos arqueológicos tentavam encontrar indícios muito mais promissores. A grande antiguidade desses possíveis vestígios foi sempre mencionada como um indicativo de sua sofisticada civilização. Pois as sociedades pré-cabralinas encontradas pelos europeus no período de descobrimento eram muito primitivas (aos olhos dos nossos nacionalistas), com os grandes acontecimentos do passado esquecidos pelos seus habitantes, confiantes apenas na tradição oral. Nesta situação, as investigações etnográficas pouco poderiam contribuir para elucidar a questão do *fio condutor para a geração dos tempos antigos*. Para reforçar suas hipóteses, Januário Barbosa citou von Martius, repetindo todo a sua longa carta publicada um anos antes no mesmo periódico. Também um naturalista brasileiro, José Vieira Couto, teve um tratado sobre Geologia mencionado pelo secretário a favor da geração perdida: “E não será tudo isto motivo assás poderoso para nos applicarmos tambem, e já guiados por alguns indícios, á descoberta de abandonadas povoações sobre serras altissimas do Brasil (...) sobre a antiguidade d’este tão mal conhecido torrão?” (Barbosa, 1841, p. 526).

Devemos perceber que esses argumentos procuravam legitimar politicamente a expedição do cônego Benigno, recentemente enviada pelo interior baiano com os custos imperiais. Louvado por Barbosa como gênio da Arqueologia, o religioso foi caracterizado como uma espécie de herói por ter embrenhado-se em tão cerradas florestas e ter de atingir serras ainda não devassadas. Ao enaltecer o custeamento por parte de D. Pedro II, Januário Barbosa ainda insistiu nos perigos da empresa ao caracterizá-la como muito arriscada. Ao final, porém, a justificativa foi feita por outros meios, repetindo os argumentos anteriores da petição do IHGB:

Uma tal tentativa, Srs., é sempre gloriosa aos que a empreendem; e quando se não chegue ao desejado effeito, a descoberta de terrenos, que pódem ser vantajosos ao Estado, compensará de certo os esforços que se fizerem com este fito. Assim o Brasil tem sido devassado em muita partes do seu interior, e tem pago superabundantemente as fadigas de affoutos aventureiros, com thesouros, de que ainda se aproveita o Estado. (p. 528).

Ao mesmo tempo procurando calar as vozes opositoras, que negavam a existência destas civilizações perdidas, essa justificativa atendia ao alargamento das fronteiras econômicas da nação. O conhecimento geográfico propiciava interessantes retornos financeiros sob a forma de minérios valiosos, terras para a agricultura, habitação e a exploração de recursos naturais. E também o melhor controle político das fronteiras entre as províncias, estas com enormes extensões desconhecidas entre as capitais e o interior. As fantásticas ruínas da Bahia ainda foram apontadas como um: “perduravel monumento,

que marque nas gerações futuras o feliz reinado de nosso Augusto Protector o Senhor D. Pedro II, e que chame as vistas das Academias e dos sabios do mundo a este grande territorio, cuja geographia, ainda mais que sua historia, se acha desgraçadamente confusa, por não dizer ignorada.” (p. 528). Anteriormente, na comentada petição, o Visconde de São Leopoldo também havia caracterizado a cidade baiana como um possível “monumento historico até hoje desconhecido” (1841a).

Ao início da formação do novo império, a elite intelectual já demonstrava um interesse objetivo em vincular vestígios monumentais com o reinado de D. Pedro II. Neste sentido, o historiador Jacques Le Goff define o conceito de monumento enquanto memória vinculada a um determinado recorte do passado, perpetuadora de sociedades históricas (1983a, p. 95). E essas tão almejadas ruínas, assim, poderiam simbolizar a perenidade da nação brasileira. Ao mesmo tempo, rompendo com nossa vinculação histórica com Portugal, ao demonstrar que outras civilizações européias estiveram em nosso solo muito tempo antes. Mas não podemos limitar o uso simbólico do passado apenas para com vestígios arqueológicos e históricos. O próprio espaço físico foi utilizado pela elite imperial para dar credibilidade a uma idéia de nação.

Seguindo seus pensamentos, Barbosa relatou a aprovação de uma comissão que deveria reunir em um único volume todas as informações geográficas disponíveis, formando um “grande Atlas Imperial Brasileiro, que eternize a gloria dos nossos uteis trabalhos.” (p. 529). As características do espaço físico deveriam formar também uma memória, que o historiador José Bittencourt denominou de *território largo e profundo*, isto é, as simbolizações de espaço e tempo efetuadas pela elite intelectual que, somadas às representações históricas, foram importantes elementos na formação do Estado Imperial (1997, p. XVIII). Com isso, o secretário ao relacionar os objetivos da comissão do Atlas como sendo a busca de monumentos, estava mencionando acidentes físicos que poderiam caracterizar a grandeza do império. E assim como as ruínas humanas, poderiam ser transformados em ícones simbólicos da nação. Tanto para a população em geral, como para a academia e países estrangeiros – importantes referenciais para nossa situação cultural. Percebemos que: “(...) todo imaginário social, da mesma forma que possui um forte componente político, possui também um forte componente espacial pelo poder simbólico atribuído aos objetos geográficos, naturais ou construídos, que estão em relação direta com a existência humana. Em outras palavras, todo imaginário social pode revelar-se imaginário geográfico.” (Castro, 1997, p. 177). Aqui também verificamos outro conceito, de que *a paisagem geográfica é uma construção imaginária*, enfim, uma representação cultural de determinada sociedade ou indivíduo (Corboz, 1994, 139). Os

planos da elite imperial para a construção de uma nação tropical necessariamente estavam assentadas em determinados símbolos geográficos, sem o qual este imaginário político não teria legitimidade.

Não esgotando estes recursos simbólicos visando a estruturação do poder imperial, a *Revista do IHGB* mantinha-se aguardando as notícias de seus associados. E a aventura de Benigno de Carvalho estava distante de um fim. Em duas cartas recebidas já no início de 1842, percebemos as dificuldades da tão aguardada expedição. O cônego afirmou que a quantia de 600 réis recebida para os custeios eram insuficientes para realizar o trajeto almejado, obrigando-o a tomar um caminho mais curto (80ª Sessão, 1842, p. 102). Logo em seguida, em outra carta enviada da mesma província, o nosso conhecido coronel Ignacio Accioli Silva preocupou-se com o sucesso da referida expedição, por acreditar que os recursos eram muito escassos (p. 102). Quatro meses depois o mesmo coronel enviou outra correspondência noticiando que a expedição ainda não tinha retornado (85ª Sessão, 1842, p. 216). Somente em agosto a ansiedade geral seria em parte desfeita, após o recebimento de um novo e detalhado relatório.

Ao contrário do anterior, esse prospecto não era nada animador. O obstinado padre lamentou, em todo o documento, as privações e dificuldades em concluir a sua missão, além da falta absoluta de recursos financeiros. Aguardando uma possível quantia a ser enviada pelo governador da província, o expedicionário efetuou diversas obras de desmatamento, abertura de estradas e queimadas. Frente a tantas intempéries, o padre adoeceu por diversas vezes de febre e malária, ficando com grande debilidade física. Recebendo uma resposta negativa do governador, o general Andréa, Benigno encontrava-se numa difícil situação. Sem dinheiro e saúde para chegar ao local pretendido, só lhe restava especular ainda mais sobre o instigante assunto antes de retornar para Salvador. Enviou o ordenança do grupo e um negro das redondezas para investigar a região do rio “Paraassusinho.” Após 15 dias retornaram sem sucesso, “em razão do emmaranhado mato que o cerca de um a outro lado.” (Cunha, 1842, p. 401). Não sem antes contatar pessoas no rio Grande, que teriam descoberto um quilombo perdido do Sincorá. Benigno terminou o relatório acreditando que escravos fugidos teriam dominado as antigas ruínas, esperando retornar para verificar a exatidão dessas informações. Para isso necessitava novamente de subsídios do Instituto o qual estipulou em 350.000 réis.

Depois de dois anos de buscas infrutíferas, os acadêmicos imperiais começaram a tornar-se mais críticos com relação ao sucesso desse empreendimento. O coronel Ignacio Accioli Silva, ele mesmo anteriormente um caçador de cidades perdidas e difusionista, enviou uma carta em 1843, dando conta ao governo que o cônego faria outra expedição

ao Sincorá. Não sem antes terminar a missiva com certa ironia: “a sua excursão archeologica não satisfêz a expectação publica, nem mesmo isso era possível, como sempre lhe fiz ver, por muitos motivos.” (113ª Sessão, 1843, p. 376). De um início totalmente entusiástico, a descoberta dos gloriosos monumentos baianos começou a revelar-se frustrada. A realidade de nosso panorama pré-histórico e etnográfico parecia querer suprimir todas as fantasias construídas na década anterior. Mas o mito ainda conseguiu sobreviver.

Um ano depois, a persistência do incansável Benigno de Carvalho mais uma vez iria prosseguir na academia. Uma nova correspondência (1844), atualizou suas pesquisas no desconhecido interior baiano. Desistindo da procura pela margem direita do Paraguaçu, agora concentrou seus esforços na região do rio Orobó. Acreditava que a cidade estaria a poucos dias de jornada. Organizando nova expedição com um número maior de pessoas e equipamentos, partiu em direção do local mencionado. Mas em vez de efetuar somente explorações, iniciou a construção de uma ponte e de uma estrada, ligando as margens do rio Tingá com a vila de Santo Amaro. (Cunha, 1844, p. 327). Qual foi a motivação real desses gastos com tempo e dinheiro, atrasando o objetivo principal do empreendimento? Benigno devia querer aproveitar todo o investimento em soluções concretas para o desenvolvimento da região. Lembremos da anterior petição realizada pelo IHGB ao imperador e dos relatórios do secretário perpétuo, todos aludindo os interesses econômicos da expedição. Sendo criticado nesta altura dos acontecimentos por alguns opositores, a utilização empírica do dinheiro, contribuiria para os objetivos desejados. Outra possibilidade, pequena mas não improvável, é que o padre sofria de diversas doenças na ocasião (reumatismo no braço, malária, inflamação do fígado), que o impossibilitou de maiores aventuras por regiões selvagens.

No desfecho de sua correspondência, Benigno apresentou três provas parciais para a existência da famigerada cidade, visto que novamente não conseguiu vestígios concretos e objetivos. A primeira foi um estudo corográfico da região, especialmente do rio Tingá. Não mencionado segundo ele em nenhum mapa, demonstrou hipóteses do seu desenvolvimento hidrográfico, desde a nascente até sua desembocadura no rio Paraguaçu. Ainda em relação ao curso deste último, contestou os estudos de Spix e Martius: “erraram a formação deste rio, e até o rumo de seus fontanaes.” (p. 328). Com certeza, o padre queria demonstrar que o centro da Bahia era um local ainda desconhecido, suscetível de novidades geográficas. A próxima prova apresentada foi o encontro de objetos considerados exóticos: uma fornalha de metais e um cadinho. Segundo os expedicionários que o acompanhavam “esta mata não montava a mais de cento e tantos annos.” (p. 328).

Portanto esses objetos não poderiam – pela lógica do pesquisador – remontar a origens históricas ou coloniais. Um argumento bem pouco convincente, pois a exploração em busca de bens preciosos na Bahia foi muito antiga nessa província, remontando ao século XVII. A terceira e última demonstração seria a mais importante. Através de uma carta recebida de José Rodrigues da Costa da Otinga, Benigno ficou sabendo de uma testemunho pessoal da existência da cidade. Um escravo chamado Francisco, da região de Serrado do Orobó:

se me offerecia para me acompanhar, e mostrar o quilombo, onde elle esteve, e a cidade que eu busco: diz este negro que o quilombo está fôra da cidade abandonada, mas perto; que os negros do quilombo ai vão passear nos domingos; e dá tão exacta noticia das casas e entrada da cidade, e das estatuas e do rio, que corre defronte, que quadra completamente com o roteiro do Instituto, e com o que eu tinha calculado; mandei chamar o negro, e lhe prometti a alforria, porém o senhor não o deixou vir. (p. 329).

Não descartamos a antiga existência do folclore popular a respeito de cidades encantadas, nem a tradição de quilombos desconhecidos no qual aludimos anteriormente. Porém, deve-se também ressaltar que os objetivos da missão de Benigno, já há alguns anos internado pelo sertão, deviam ser conhecidos pela maioria dos habitantes do interior da Bahia. O contato do explorador erudito com as comunidades, nesse caso, deve ter sofrido intenções veladas. O escravo Francisco afirmou que esteve no quilombo quando jovem, vindo a ser cativo na idade adulta (Cunha, 1845, p. 103). Mas desejoso da alforria, Francisco reforçou o relato com vistas a agradar o entusiasmado pesquisador do Instituto. Se é certo que esses quilombos existiam ainda no período que o padre explorou a região, suas vinculações com a cidade perdida foram puramente imaginárias.

Comparado com seus outros relatórios, não podemos deixar de considerar esse último como o mais promissor de Benigno. Neste, apresentou a descrição (sabemos que imaginária) de uma pessoa que teria conhecido as miríficas ruínas. Para a intelectualidade do império isso desempenhou uma nova e favorável motivação em torno do assunto. Mas também um fator externo contribuiu para isso. Martius enviou um texto para o IHGB que novamente estimulou o mito de civilizações perdidas em nosso país.

A decadência de uma civilização

O estudo em questão iria tornar-se célebre na historiografia brasileira. Tratava-se da monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*. Escrita em 10 de janeiro de 1843 na cidade de Munique, foi remetida pelo autor ainda nesse mesmo ano para o Instituto.

Segundo informou o secretário em seu relatório anual (dezembro de 1843), o sábio escreveu a tese para participar do concurso promovido pela agremiação. Sem dúvida, trata-se de uma versão ampliada do estudo anteriormente publicado em 1840, e que contava ainda com uma extensa bibliografia brasileira, não publicada na *Revista*. Um modelo historiográfico baseado em uma grande experiência geográfica. A reconstituição do passado brasileiro não poderia partir apenas de premissas teóricas e sim, de um programa que conseguisse reconstituir os grandes enigmas existentes no território físico, indo além dos documentos arquivados nas províncias. Martius apresentava-se como um especialista do devassamento de nossas florestas, mas principalmente, um árduo defensor de uma alta civilização em nossas épocas arcaicas.

Na resposta à correspondência encaminhada por uma comissão brasileira em Hamburgo, Martius refletiu a ansiedade depositada em seus trabalhos: “tarefa tão gloriosa, quão digna de louvor, levantar o véo que tem coberto até hoje a historia antiga da raça vermelha, mas esse grande mysterio de uma historia em que tudo se tem apagado, em que tudo é abysmo e ruina.” (125ª Sessão, 1844, p. 381). A aprovação de sua tese não pode ser vislumbrada de outra maneira. Projeto metodológico que percebeu as plenitudes sociais almejadas, por certo, mas principalmente um projeto histórico que possuía em sua estrutura uma teoria arqueológica, ao qual se buscava legitimar neste período. Finalmente, no início de 1845, publicou-se integralmente o precioso documento na abertura da revista trimensal.

Em linhas genéricas o documento propõe um estudo pragmático da História brasileira, assentada na mescla entre as três raças. A identidade nacional, principal fio condutor da narrativa, somente seria concretizada quando ocorresse o aperfeiçoamento conjunto dos três grupos raciais, no que Manoel Guimarães denominou de o alicerce do mito da democracia racial (1988, p. 16). Cada um desses grupos étnicos recebeu um tratamento específico na formação de nosso país, mas a valorização dos estudos indígenas foi muito importante para a criação desta identidade pretendida pelo império. A obscuridade da origem dos antigos habitantes do Brasil foi o primeiro ponto levantado pelo sábio alemão: “Quaes as causas que os reduziram a esta dissolução moral e civil, que n’elles não reconhecemos senão ruínas de povos?” (Martius, 1845, p. 393). Frontalmente oposto às idéias de Rousseau acerca do bom selvagem, no qual os aborígenes seriam originalmente criados em um mundo de perfeição natural, Martius convergiu para um posicionamento que revelou sua vinculação com a tese decadentista. A maioria dos pesquisadores relacionou o pensamento de Martius nesta dissertação, como diretamente

influenciado pelas teses de De Pauw.³³ Um exame detalhado de sua obra, no entanto, revela uma interpretação muito mais complexa: o sábio germânico foi vinculado ao ideário depauwiano somente nos anos 30, sendo a dissertação e outros escritos dos anos 40 influenciados pela perspectiva civilizacional do império brasileiro.

O decadentismo esteve intimamente relacionado com as imagens da América construídas desde sua descoberta, mas reforçadas durante o século das luzes. O conde de Buffon, em sua *Histoire naturelle de l'homme* (1749), popularizou a idéia de uma natureza americana debilitada e inferior à européia, com animais e plantas estagnados, clima úmido e regiões inabitáveis. E Cornelius De Pauw ao ampliar essa tese da inferioridade também para seus habitantes humanos, procurou demonstrar sua imaturidade e sua natureza corrompida (Gerbi, 1996, p. 56-76). Com esse segundo autor, temos o auge dos debates sobre o Novo Mundo no pensamento setecentista, gerando muitas polêmicas inclusive com sábios de origem latino-americana.

No primeiro momento de sua obra *Viagem ao Brasil* (1831), Martius apresentou seu posicionamento eurocêntrico nas mais diversas regiões em que visitou o país acompanhado de Spix. Os indígenas foram vistos como degenerados e muitas vezes como dementes, embrutecidos, sem humanidade, reduzidos “a modos de animais.” (Spix & Martius, 1981, p. 172). Criticou o sucesso das missões civilizatórias, devido ao estado de decadência moral e física dos selvagens. Em 1831 escreveu o romance *Frey Apollonio*, baseado nas suas experiências de campo, onde surgiu pela primeira vez a imagem da fragmentação americana: “A humanidade parece-me uma imensa ruína. São os restos decadentes de poderosa construção, erguida há muito tempo – há milhares de anos provavelmente -, colossal, grave, fantástica, em estilo apenas captável pelos sonhos. Não sei e nem sequer imagino o que a possa ter destruído.” (Martius, 1992, p. 92).

Estas questões foram aprofundadas filosoficamente no texto *O estado do direito entre os autóctones do Brasil* (1832). As tribos americanas apresentariam uma rudeza animal, imbecilidade, uma pobreza intelectual monótona provocada por um estado de ruína, decorrente de possíveis catástrofes. Reiterando um passado de milênios, descreveu hipóteses de terremotos, incêndios, gases sufocantes, inundações e até mesmo desvios morais como causas para essa decadência. Mas a sua hipótese mais interessante foi a comparação com “a causa do desaparecimento da decantada Ilha Atlântida.” (Martius, 1982, p. 70). Aqui Martius convergiu, assim como o decadentismo depauwniano, para matrizes advindas do Seiscentos. O *diluvianismo*, explicando muitas vezes a origem de selvagens espalhados pelo mundo é uma delas. Mas também não podemos esquecer do

³³ Oliveira Filho, 1987, p. 164; Cunha, 1992, p. 135; Lisboa, 1997, p. 164; Sallas, 1997, p. 342; Schwarcz, 1998, p. 251.

atlantismo, que procurou relacionar muitas vezes o mítico local com o continente americano. Desde Francis Bacon (*Nova Atlântida*, 1627), a citação de um dilúvio explicando a destruição do formidável continente e sua magnífica civilização, bem como a migração para a América de descendentes tornados ignorantes, tem sido recorrente. No mesmo período, Jorge Hornius publicou seu famoso tratado *De originibus Americanis* (1652), reiterando essa tese. A cartografia contribuiria com o conhecido mapa de Nicolas e Guillaume Sanson *Atlantis Insula* (1689), onde a América foi representada como o continente de Platão. Nem mesmo Buffon e De Pauw escaparam do fascínio do mito no Setecentos. O primeiro (*Histoire générale et particulière*, 1749-67), acreditava que a América uniu a Europa, separadas por um terremoto, cujos últimos resquícios seriam a Irlanda e os Açores, enquanto o último (*Recherches philosophiques sur les américains*, 1768-69), também concebeu a unidade dos dois continentes. Não somente os detratores da América perpetuaram o mito, como também seus defensores. Tanto Clavigero (*Storia antica del Messico*, 1780), quanto o conhecido Giovanni Carli (*Delle lettere americane*, 1780), foram ardorosos adeptos da América atlante. Esta última obra é considerada o primeiro tratado sistemático e crítico sobre o atlantismo (Vivante; Imbelloni, 1939, p. 69-82; Besmertny, 1949, p. 33-34).

Mas Martius não descartou a possibilidade dos ameríndios conterem em sua própria natureza a propensão para o degraadamento moral e social: “Não há dúvida: o americano está prestes a desaparecer.” (Martius, 1982, p. 70). Nenhum monumento, criação espiritual, arte ou ciência desses povos sobreviveu, apenas a poeira de um triste definhamento. O que traduz perfeitamente o ideário do abade prussiano:

Para De Pauw, a degeneração natural dos índios não é um processo mas um estado original do qual jamais saíram, correspondendo portanto ao inverso da civilização. O estado degenerado, outrossim, é traduzido não somente pela ausência de traços e vestígios materiais que permitam a reconstrução de sua História, mas também pelo fato de o passado do homem americano ser idêntico ao presente, de nada ter-se transformado neles e em torno deles. (Lisboa, 1997, p. 164).

Como já vislumbramos antes, Martius na sua interpretação do sentido dos petróglifos brasileiros, concebeu que a natureza indígena na Pré-História assemelhava-se totalmente às tribos da atualidade.³⁴ Essa concepção generalizante e moral das tribos

³⁴ Nesse mesmo período (1835), outro explorador alemão, Johann Moritz Rugendas, também professou uma perspectiva decadentista acerca dos indígenas brasileiros. Segundo Anna Sallas, as idéias de Rugendas seriam semelhantes às professadas por Martius acerca da origem e estado dos povos antigos do Brasil (1997, p. 286). Em 1977 o antropólogo Egon Schaden, por sua vez, mostrou-nos um outro caminho interpretativo. Para ele, Rugendas possuía um pensamento muito atual e descontextualizado de seu período. Acerca das sociedades indígenas, elas teriam atingido um estado de cultura superior, sendo destituídas desse rumo para a civilização devido ao contato europeu: “na época da conquista, os habitantes mais primitivos do Brasil estavam num estágio de civilização mais elevado que aquele em que

ameríndias foi defendida pelo sábio germânico até o final dos anos 30. Temos também que perceber, que era o público europeu que ele redigia a maioria de seus escritos até então. O auge desse posicionamento ocorreu em uma palestra proferida em 1838, no encontro entre naturalistas e médicos alemães de Freiberg. Publicada em 1839 sob o título *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Südamerika's, zumals Brasiliens*, constituiu sua reflexão mais profunda sobre Antropologia americana. O desprezo pelas formas sociais dos indígenas, suas práticas culturais e seu comportamento foram a tônica principal do estudo. O habitante contemporâneo das matas foi interpretado como um ser amoral, sem História, “incapaz dos menores sentimentos da alma!” (Martius, 1904, p. 559). Fadado à extinção, ao desaparecimento total. Seja por suas degeneradas qualidades morais quanto características físicas, como a baixa fecundidade das mulheres. Nessa marcha inevitável para o total desaparecimento, é interessante percebermos a interpretação de Martius a respeito dos monumentos arqueológicos americanos. Baseado na obra descritiva de Humboldt (*Vues des Cordillères et Monuments des Peuples indigènes de l'Amérique*, 1810) e Lord Kingsborough (*Antiquities of México*, 1831-1848), afirmou que os construtores dessas enigmáticas edificações seriam um povo perdido e ignorado, sem relação com os ameríndios das mesmas regiões. Com isso, tanto os incas quanto os astecas não seriam responsáveis pelas formidáveis estátuas, pirâmides e estradas encontradas no Peru e México.

O início dos anos 40 marcou uma ruptura no posicionamento de Martius. Em nova correspondência dirigida ao Instituto, admitiu a idéia de uma civilização muito mais adiantada, que teria degenerado para a forma das tribos contemporâneas. E o mais importante, o encontro dos vestígios dessa geração perdida constituiria um marco para a integração dos indígenas com a nova civilização proposta pelo império brasileiro. Em vez da extinção total, o ameríndio seria fadado a uma nova perspectiva, vinculado aos interesses da elite nacional dos trópicos. Por isso, suas ligações com o decadentismo foram objetivamente revistas (1840, p. 401). Em um novo texto chamado *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (enviado ao IHGB em 1844), contestou a obra do cônego De Pauw, que teria “opiniões fantasiosas, oriundas da propensão para o barroco e o extraordinário.” (Martius, 1939, p. 2).

Voltamos novamente à dissertação histórica de Martius. Realizada para participar do concurso promovido pelo Instituto, percebemos seu interesse pelo ideal indígena

os vemos hoje. A razão principal dessa decadência está, sem dúvida, nas suas relações com os portugueses.” (Rugendas, 1949, p. 65). Martius, ao contrário de Rugendas, concebeu durante os anos 30 uma visão ontológica do decadentismo indígena: sua natureza estava inevitavelmente predestinada a um desaparecimento moral e físico, antes mesmo do contato europeu.

promovido pelo elite imperial. Seguindo suas reflexões, o primeiro documento histórico para se estudar em profundidade a cultura indígena seria sua linguagem. A partir dela, o sábio deduziu que todas as tribos brasileiras derivadas do tronco Tupi, pertenceram a “um único e grande povo, que sem duvida possuiu a sua historia propria, e que de um estado florescente de civilização, decaiu para o actual estado de degradação e dissolução.” (Martius, 1845, p. 394). Aqui o erudito alemão integrou-se a um modelo diferenciado de decadentismo, proferido por seu mentor intelectual e científico. Antoniiello Gerbi, em sua famosa obra, detalhou a tese decadentista professada por Humboldt, mas que rejeitava qualquer adesão à teoria de De Pauw. Para o sábio germânico, a bárbarie do Novo Mundo não seria tanto a ausência completa de civilização, mas o efeito de uma longa decadência, de selvagens que outrora foram portadores de alta civilidade (Gerbi, 1996, p. 313). Devemos ressaltar que De Pauw não preocupava-se com a origem dos americanos e opunha-se frontalmente aos relatos dos monumentos arqueológicos americanos (assim como Buffon e Raynal), ao contrário de Humboldt, que tratou de divulgá-los amplamente (Ventura, 1991, p. 25). Assim como o naturalista germânico, Martius nos anos 40 contestou frontalmente as posições polemizadoras do padre prussiano: “uma multidão de allegações extravagantes, de factos inteiramente falsos, (como por exemplo foram espalhados pela obra escandalosa de Mr. De Panu) deviam ser excluidos de uma vez.” (Martius, 1845, p. 396). O naturalista bávaro transformou-se de detrator a ardente defensor dos povos americanos.

A crença na unidade primitiva ainda foi observada por Martius em 1861, quando comentou sobre as tribos autóctones: “Ellas pertencem todas a um só povo antigo ou ramo da arvore do genero humano. As suas linguas são, na raiz una, por varios modos deste tempo immemorial até os nosso dias sucessivametne transformadas e continuamente desfiguradas.” (1895, p. 66). Observamos aqui outra influência direta dos ideais de Humboldt. A concepção de uma identidade natural de toda a humanidade, em todas as escalas da civilização, não importando as diferenças geográficas, nivelou totalmente qualquer outra possibilidade histórica e criou um sentimento diferenciado para com os seres considerados primitivos ou selvagens. Neles, são identificados as antigas luzes iluminadoras do ideal de civilidade, formando um ideal monogenista para com as origens da humanidade: “O homem do século XIX contempla o selvagem como contempla o descendente deserddado de antepassados mais illustres e gloriosos, assim como sobre a possível, horrenda imagem de sua própria remota e culpada prôgenie.” (Gerbi, 1996, p. 313). A posição detratora da América procurava destituir os indígenas de qualquer associação com as luzes européias, omitindo-os do curso da História, da religião e dos

bons costumes. Ao contrário, o decadentismo professado pelos defensores do Novo Mundo, justamente estabelecia vínculos entre os selvagens com os europeus, de modo retroativo, mas que também concedia legitimidade para as metas civilizatórias dos mesmos. Foi com essa forma de percepção antropológica que Martius inseriu os indígenas brasileiros em uma posição positiva dentro do projeto de caldeamento das raças, em sua dissertação ao Instituto.

Após contestar textualmente De Pauw, a dissertação histórica tentou estabelecer a verdadeira base histórica para a etnografia americana, que para Martius seriam as ruínas arqueológicas. Aqui chegamos ao ponto central, ao clímax das metas que o sábio pretendia estabelecer para a melhor investigação de nosso passado. Os modelos foram encontrados nos vestígios recentemente divulgados na América Central e Peru: “Paupatla, Mexico, Uxmal, Copán, Quito, Tiaguanaro, &c.” (p. 396). Pela primeira vez, Martius mencionou as pesquisas de Benigno na Bahia, mas o resultado negativo desse empreendimento até aquele período, de maneira nenhuma abalou suas expectativas. A importância fundamental desse trecho nos obriga a sua longa citação:

A circumstancia porém de não se terem achado ainda semelhantes construções no Brasil certamente não basta para duvidar que tambem n'este paiz reinava em tempos muito remotos uma civilização superior, semelhante á dos paizes que acabo de mencionar. Na verdade, mostra a experiencia que mormente em paizes elevados se encontram vestigios de uma tal civilização dos authoctones americanos, mas apezar d'isso não somos auctorizados por argumento algum a duvidar da sua possibilidade no Brazil. D'ahi resulta um desejo, que certamente muitos dos membros do Instituto partilharão comigo, que se lhes facultassem meios para fazer sacrificios em favor de investigações archeologicas; especialmente prestando auxilio a viajantes que procurassem estes monumentos. Se considerarmos que alguns logares, v.g. em Paupatla, se elevam mattas altissimas e millenarias sobre as construcções de antigos monumentos, não se há de achar inverosimil que o mesmo se encontrar nas florestas do Brasil, tanto mais que até agora ellas não são conhecidas nem accessiveis senão em muita pequena proporção. (p. 397).

Mais que um incentivo, uma proposta de legitimação das pesquisas arqueológicas, que deveriam ser executadas por todo o interior brasileiro. O fracasso momentâneo em encontrar ruínas de grandes dimensões e com tamanho colossal no Brasil, não deveria ser motivo para a descrença nas mesmas. O grande argumento encontrado para justificar esse procedimento foram os resquícios maias: situados em florestas tropicais, pouco acima do Equador. O escasso conhecimento geográfico das matas brasileiras tornou-se um grande aliado da imaginação e das possibilidades fantásticas. Mas não podemos omitir o que pode ter sido o grande incentivador das idéias de Martius, o recente lançamento das obras de Frederick Catherwood e John Stephens: *Incidents of travel in Central America, Chiapas and Yucatán* (1841) e *Incidents of travel in Yucatán* (1842). Esses livros

despertaram no imaginário europeu toda a potencialidade das imagens sobre a floresta tropical. Locais misteriosos e ocultos, que surgem como repositórios de descobertas maravilhosas.

A imagem da floresta encontrava-se solidificada no imaginário europeu há muitos séculos. Keith Tomas nos relata que a idéia de progresso na Europa moderna colocava-se frontalmente oposta ao universo das matas, sendo sua eliminação um triunfo da civilização. As florestas deteriam todos os aspectos considerados primitivos e perigosos e a própria expressão selvagem derivaria de *silva*, selva. (1983, p. 232). Uma prolongamento desta perspectiva nos concedeu Le Goff, ao estudar as matrizes medievais do imaginário da floresta. A idéia de solidão aproximou esse espaço geográfico de outro aparentemente oposto, o deserto. Ambos constituem locais privilegiados para o surgimento de lendas e temores fantásticos, espaços limítrofes entre o sagrado e o profano, entre o conhecido e o desconhecido (Le Goff, 1990, p. 44). Podemos ainda ampliar essa tendência também no Brasil para a imagem de *sertão*. Uma terminologia colonial provinda possivelmente de desertão, designando os espaços interioranos desconhecidos, inacessíveis mas também perigosos e selvagens (Amado, 1995, p. 149; Souza, 1997).

Resta ainda mencionar que durante o Oitocentos se consolidou no imaginário ocidental, a fusão entre a imagem da floresta com vestígios de cidades perdidas. Isso se deve, além das descobertas maias, os estupendos encontros de Borobudur em Java (1815), Angkor Vat no Camboja (1858) e Zimbawe na África (1871). Criou-se uma nova forma de representação das ruínas. Antes estas apresentavam-se imersas em uma paisagem geográfica propícia para criar um cenário intermediário entre o palácio e a rocha, ocasionando um profundo sentimento de melancolia (Starobinski, 1994, p. 200). A arte europeia tradicionalmente fundia a montanha e a rocha nos fragmentos arqueológicos, ocupando o verde apenas as vegetações rasteiras de pilares e colunas (Carena, 1983, p. 111). Com as cidades perdidas maias, porém, ocorreu um ocultamento quase total das ruínas. A floresta consome literalmente a obra humana, esquecida por culpa da natureza.

As possibilidades que a Arqueologia abria para o conhecimento humano eram infundáveis. Que surpresas seriam reveladas no fundo das matas? Esse foi sem dúvida o principal direcionador de pesquisas que a dissertação de Martius apontava. Não teria outro caminho a percorrer, mesmo porque o pensamento erudito do período estava totalmente ocupado pelas descobertas maias. Essas pesquisas, por um lado, mostravam que as idéias de De Pauw não tinham fundamento e por outro, ressuscitaram velhos mitos

do imaginário. Entre eles a existência de civilizações esquecidas pela humanidade. Era o momento certo para legitimar ainda mais as buscas de Benigno na Bahia.

Em um dos seus mais emocionados discursos (1845), o segundo secretário Manoel Ferreira Lagos, nos ofereceu um profundo quadro das concepções arqueológicas do período. Comentando as pesquisas de Lund em Minas Gerais, afirmou que estas: “(...) vem corroborar a idéia da ressurreição da Atlantida de Platão, confirmando-nos Bertrand que a tenue camada de vida que floresce na superfície do globo sómente encobre ruínas, limitar-me-hei a avançar com Pauw: - Da Antiga America apenas resta o céu, a terra, e a lembrança de suas espantosas calamidades.” (Lagos, 1845, p. 524). O contexto da inclusão do mito platônico nos evidencia a certeza quase absoluta dos acadêmicos em encontrar vestígios soterrados no Brasil. Até mesmo a obra do detrator máximo das Américas foi utilizada como suporte, ao referir-se aos antigos cataclismas do continente. Não se pode duvidar que Ferreira Lagos era um entusiasta da Arqueologia americana. Em quatro páginas do relatório, que deveria cobrir as atividades da agremiação neste período, dedicou a examinar um livro de viagens de B.M. Norman pelo Yucatan, publicado em 1843. Essa visão pela América Central foi uma transferência da esperança de encontrar similitudes em nosso país: “as publicações d’este genero devem interessar-nos nimiamente, pois servirão para o futuro, o coração m’o prediz, á delucidação da antiga historia da Terra de Santa Cruz.” (p. 536). Justamente aproveitando esse momento de deleite arqueológico, Lagos sequenciou a narrativa citando as explorações do infelizmente padre Benigno. E para sedimentar definitivamente a imagem desse Brasil carregado de antigos monumentos, reproduziu longos trechos da dissertação histórica de von Martius. Apesar dessa confiança no sucesso das pesquisas de campo, novamente voltou a justificá-las com seu aspecto de devassamento econômico.

O instigante tema da cidade perdida voltou à ordem do dia no Instituto, com a publicação de outra carta de Benigno Cunha, em abril de 1845. Escrita quatro meses antes para o presidente da Bahia, o tenente Andréa, ao mesmo tempo foi um relatório geral de todas as suas expedições, assim como uma espécie de última e desesperada tentativa de credibilidade para o assunto. Afinal, já haviam se passado três anos de explorações sem nenhum resultado concreto. O próprio padre pela primeira vez, apresentou sinais de descrença: “confesso que algum tempo estive perplexo, sem saber o que faria, visto nada ter descoberto n’esta serra.” (Cunha, 1845, p. 102). Porém, um novo contato com narrativas de idosos das localidades próximas reanimou suas posteriores convicções – como a existência de veados brancos (que foram citados no documento bandeirante). Ainda baseado nas descrições do negro Francisco de Orobós (aquele que pedia a alforria),

aumentou para três o número de quilombos existentes ao redor da cidade perdida. Já sabemos que o presidente Andréa não partilhava de grandes otimismo para com essa expedição. E o pedido de mais soldados, cavalos e dinheiro para Benigno, nunca foi atendido. Nem mesmo sua estupenda afirmação surtiu efeito: “*Eu me animo a afirmar a V.Ex., que a cidade está descoberta.*” (grifo original, p. 104). É evidente que essa declaração tinha propósitos imediatos para conseguir maiores recursos, mas para o contexto posterior do Instituto, surtiu efeitos avassaladores. Um deles foi iniciar as contestações acerca da veracidade desse local.

No mês de junho de 1845, o periódico baiano *O Musaico* publicou um artigo arqueológico de Ascânio Motta. Reproduzindo essa recente carta do delirante padre, o autor afirmou sua convicção no eminente encontro das tão decantadas ruínas (Motta, 1845, p. 12). Apesar da importância política desse erudito, fundador do Instituto Literário de Salvador, as apreensões da província para com o assunto tornavam-se cada vez mais acirradas. O fim da miragem estava próximo.

A repercussão internacional

Entre os anos de 1844 a 1845, o relato bandeirante sobre a cidade perdida ganhou importantes traduções em periódicos europeus, demonstrando que o interesse pela Arqueologia brasileira fascinava também o universo intelectual do europeu. Um sintoma de nossa imagem de país tropical, imerso em um grande ignoto repleto de mistérios e enigmas a serem desvendados.

A importante revista portuguesa *O Panorama* publicou um curioso artigo de J.C.N.C. a respeito dos monumentos pré-históricos do Brasil (jan-dez de 1844). O autor do estudo, com certeza um erudito lusitano, conhecia muito bem as edições da *Revista do IHGB* e talvez fosse influenciado pelas mesmas. Tratando das origens dos selvagens dos trópicos, considerou-as restos degenerados e embrutecidos de antigas raças civilizadas (C., J., 1844, p. 355). Não estamos longe dos ideais de Martius, propagados pela publicação da agremiação carioca. A seguir o estudioso apresentou a transcrição de boa parte do documento 512. O otimismo com os resultados positivos da busca de Benigno também foi uma das tônicas do texto: “(...) parece o mesmo socio persuadido d’haver fixado a vereda que conduz á localidade procurada.” (C., J., 1844, p. 357). Não podemos conhecer as proporções intelectuais provocadas pela publicação desse artigo em Portugal. Mas em nosso país ele foi citado em algumas ocasiões até em 1848.

Para o mundo nórdico, a tradução do relato da cidade perdida foi realizada pelo paleontólogo Peter Lund na *Antiquarisk Tidsskrift* (Historisk Beretning om en stor aeldgammel Stad uden bebiere, som opdagedes Aaret 1753), de 1843-45, periódico da Sociedade dos Antiquários do Norte, em Copenhague. Ele tratou de incluir também a primeira memória de campo do cônego Benigno de Carvalho. Os intelectuais da Dinamarca, especialmente Carl Rafn, tentavam estabelecer conexões entre o continente americano e as antigas incursões vikings. A descoberta da antiga cidade no Brasil poderia evidenciar essa relação. Ambos os países com isso procuraram estabelecer as origens nacionais, resgatando possíveis grandiosidades arcaicas. Devido à linguagem originalmente publicada, a repercussão do artigo ficou praticamente restrita ao círculo intelectual nórdico. O mesmo não ocorreu com estudos em francês, procurando transmitir a mesma perspectiva. Pierre Victor Lerebours em sua obra publicada anteriormente em Paris, *Coup d'oeil sur les antiquités skandinaves* (1841), acreditava que a cidade baiana abandonada era um centro viking. As lápides com inscrições seriam escritas do antigo islandês e a famosa estátua da praça central – um homem apontando para o norte – uma alegoria do deus germânico Thor e seus atributos, como o martelo e o cinturão mágico (Rodrigues, 1876a, p. 99).

Também não muito distante deste pensamento, outro intelectual francês chamado Carlos Emile Adêt, faria um detalhado estudo deste imaginário ponto geográfico. Desta vez a publicação seria no periódico *La Revue Independente* (agosto de 1845). Com o sugestivo título de “Découverte d’une ville ancienne dans les forêts du Brésil”, o autor iniciou suas idéias comparando as ruínas baianas com as ruínas de Palenque (popularizada por Stephens em 1842), Nínive (descoberta em 1843 por Emile Botta) e as da Ásia. O estudo foi ocasionado devido à publicação da carta de Benigno na *Revista do IHGB* (abril de 1845), onde este afirmava textualmente que tinha descoberto a cidade. Com uma extraordinária atualização, o autor na realidade impressionou-se com uma afirmativa, que sabemos hoje era totalmente falsa.

A problemática que transparece em todo o texto relaciona-se à origem dos americanos. Seriam autóctones ou vieram de outros continentes? A resposta do pesquisador veio com a publicação integral do relato bandeirante e a comentada carta do cônego. Analisando o primeiro documento, Adêt foi também atraído pela descrição da estátua central, que comparou com as existentes em Palenque. Preocupado com as causas catastróficas que levaram ao despovoamento das áreas civilizadas do Novo Mundo, acabou convergindo em seu texto para os vikings como construtores desses antigos

monumentos. Percebemos a grande influência das teorias de Carl Rafn no pensamento francês dessa década. E também o interesse por assuntos brasileiros.

Adêt descreveu um curioso caso que teria ocorrido em 1825 em nosso país. Os habitantes da cidade de Viana (próxima a São Luíz, Maranhão), observaram ao fundo de um lago esvaziado pela seca, edifícios e ruas de uma antiga cidade. Não temos maiores detalhes sobre esse incidente, nem como o pesquisador francês teve acesso a ele. Ruínas coloniais que são submergidas por rios e lagos, visíveis em determinadas épocas do ano ou por secas prolongadas, são comuns até nossos dias. Porém, essa narrativa pode ter relação com uma famosa cidade imaginária denominada de *Maiandeuá*. Localizada tanto no norte do Pará quanto no Maranhão. Tradicionalmente é descrita como uma cidade submersa por uma enorme inundação, com grandes riquezas e tesouros ocultos.³⁵ Ainda no estado do Maranhão, temos a tradição de outra cidade com riquezas fabulosas, *Axuí*, perseguida durante o Setecentos (Langer, 1997a, p. 68-69). É importante percebermos a importância para o imaginário europeu, do catastrofismo relacionado com vestígios históricos. Os dilúvios, os terremotos e outras forças naturais agem como justificadores da queda e do desaparecimento da civilização, em todas as partes do mundo. Mesmo onde quase não existem evidências arqueológicas. O território brasileiro com as cidades submersas e as ruínas baianas, revela-se como um imenso potencial de novidades e maravilhas desconhecidas, legitimando as teorias difusionistas do povoamento fenício e viking.

Emile Adêt citou sem maiores detalhes viajantes que teriam encontrado caracteres rúnicos nas costas do Brasil. Prosseguindo o relato, mencionou os registros de Debret e a famosa esfinge da Gávea. Esse certamente é o ponto mais curioso de seu estudo: afirmou que examinou pessoalmente as inscrições da formação carioca! Comparou as semelhanças entre esses caracteres com as letras hebraicas e etiópicas. Observamos claramente em seu trabalho, uma metodologia difusionista que iria se tornar bastante comum no final do Oitocentos e no século XX. Primeiro, iniciou o trabalho realizando um inventário de vestígios verificados *in loco* pelos viajantes e exploradores, alguns bastante controversos. Posteriormente, o autor voltou-se para a comparação etimológica entre o Novo e Velho Mundo, e consolidou seus posicionamentos. Como exemplo, citamos a sua tipologia entre a palavra guarani CAHAN e o sânscrito CANANAM, que no francês significam floresta (Adêt, 1845, p. 508). Essa comparação procurou estabelecer vínculos

³⁵ O folclorista Osvaldo Orico registrou a tradição da cidade de Maiandeuá no lago Uaçú, próximo ao rio Pindaré no Maranhão (Orico, 1975, p. 215). A cidade de Viana, descrita por Emile Adêt, fica exatamente entre esses pontos geográficos. A mais antiga menção à Maiandeuá realizada por um brasileiro foi na obra do paraense Santana Neri, *Folk-lore Brésilien*, em 1889 (Conf. Cascudo, 1984, p. 229).

antropológicos e históricos entre os dois troncos. Por fim, o pesquisador acabou por se filiar a uma tradição muito antiga: a de associar localidades bíblicas com a América. Seguindo os passos de Montanus (1571) e Garcia (1607), defendeu que *Ophir* seria o Peru e *Parvaim* o México.

Nessa breve análise do artigo, percebemos que a pretensa descoberta da cidade perdida da Bahia, serviu como suporte propulsor para uma complexa vinculação histórica entre os continentes. As publicações e teorias do IHGB recebiam um interesse imediato no cenário intelectual europeu, particularmente francês. O periódico *La Revue Independente* foi publicado de 1841 a 1848, criado por Pierre Leroux e a polêmica baronesa George Sand, com tendência eclética (Larousse, 1871, p. 1129). A publicação do artigo de Adêt refletiu a percepção do espaço selvagem brasileiro como receptáculo de maravilhas arqueológicas. Já a contrapartida disso, a recepção do artigo francês pela intelectualidade carioca foi praticamente nula. Não verificamos em nenhum momento, o comentário por parte dos membros do Instituto desse estudo. Uma explicação possível para tal silêncio é que a base para as reflexões de Emile Adêt se fundamentaram na premissa do cônego Benigno (que afirmou ter encontrado a cidade), para a qual os eruditos brasileiros também sabiam perfeitamente que era falsa.

A miragem custa a desaparecer

Voltamos dessa maneira para o persistente padre. Benigno Cunha não comunicou-se mais com a capital a partir de 1845. Somente no ano seguinte, enviou outra carta para o general Andréa, em Salvador, publicada no periódico *O Crepusculo* do Instituto Literário de Salvador. A redação da revista inicialmente comentou as pesquisas do padre com extrema negatividade. Foram contrários à existência da localidade, principalmente pelo fato de não existirem outros restos de civilização pré-histórica no estado: “não poderá existir só sem outros vestígios das artes em suas immediações.” (Tourinho, 1846, p. 20). Nenhum viajante até aquele período, tinha conseguindo encontrar qualquer evidência que modificasse a opinião do Instituto Literário da Bahia. Para estes intelectuais, seria um melhor investimento da expedição do infortunado padre, o levantamento topográfico da província (p. 20).

E de certa forma foi o que propôs este último relatório, enviado para o também descrente presidente da província. Benigno não citou uma única vez em toda a narrativa, o tema da localidade abandonada. Os seus estudos foram baseados em um mapa enviado pelo general Andréa, do qual não forneceu maiores detalhes. Basicamente, o padre

questionou as bases empíricas de todo o levantamento cartográfico existente a respeito do interior da Bahia, nos mapas de Eschwege, Spix e Martius. Parecia lógico para este entusiasmado explorador, justamente procurar delimitar com maior precisão o espaço desconhecido do interior, concedendo maior importância política para suas metas básicas. O relato possui um momento curioso comparado com outras cartas do padre. Dedicou muitas linhas para descrever com grande entusiasmo uma caverna situada no rio Prata (Cunha, 1846, p. 21), onde percebemos um surgimento nítido de imagens delirantes, típicas de exploradores em situações de extrema dificuldade ou frustração.

Em meados de 1846, o general Andréa, com aprovação da assembleia provincial da Bahia, retirou as ordenanças e o auxílio financeiro ao expedicionário (Freitas, 1888, p. 156). Benigno permaneceu em campo, provavelmente na região do Sincorá, até 1848. Surgiram boatos de que teria ficado louco, escutando sinos e outros sons. Escreveu para o bispo Romualdo Seixas, solicitando faculdades espirituais para beneficiar os habitantes da nova cidade a ser descoberta, onde em breve entraria (Seixas, 1861, p. 147). Outros rumores desse período diziam que Benigno teria realmente encontrado as almejadas ruínas, e que minérios preciosos estariam sendo explorados por seus superiores hierárquicos (Estellita Jr., 1933, p. 158). O que sabemos de concreto é que retornou frustrado para Salvador, vindo a falecer nesta cidade em 1849.

Se as explorações do cônego Benigno não corresponderam aos anseios almejados pelo imperial Instituto, os anos que passavam não retiraram de imediato o interesse pelas civilizações perdidas em nosso solo pátrio. Isso se devia principalmente a importantes membros do IHGB que eram devotados ao encontro desses vestígios: Ferreira Lagos, Manuel Porto Alegre e o coronel Ignacio Accioli Silva. Entre os anos 1847-49, os assuntos relacionados com Arqueologia na academia contariam com suas marcantes presenças. Em 1847 foi criada a seção de Arqueologia do Instituto, tendo como diretor o conhecido Manoel Porto Alegre. Por sua vez, o primeiro secretário, Ferreira Lagos, apresentou um programa de discussão, referente aos vestígios monumentais da presença européia no nosso país antes de Cabral (168ª Sessão, 1847, p. 278), que não conseguiu maiores repercussões.

Mas e a cidade perdida? Quase findando a década, surgiu uma última e desesperada tentativa de elucidar o mistério. Estamos no ano de 1848. O major Manoel Rodrigues de Oliveira enviou da Bahia para a capital, um estudo contestando a localização proposta por Benigno – região do Sincorá – e propondo uma nova interpretação do documento, baseada principalmente em indícios encontrados no interior da província.³⁶ Oliveira

³⁶ O major Manoel Oliveira havia obtido informações de diversos residentes pelo interior da Bahia, através de correspondências emitidas entre março a julho de 1848: Oliveira, M., 1848; Tavares, 1848;

chamou a atenção dos intelectuais cariocas para duas regiões em especial, a primeira situada entre a vila de Belmonte (entre os rios Paraguaçu e Una, BA) e a outra em Provisão (sudoeste baiano, próximo à cidade de Camamu). Na primeira foram localizados vestígios de móveis antigos, louças, balaústres, ferramentas, vidros, e na segunda foices, machados e espadas de ferro. Tratavam-se obviamente, de objetos coloniais pertencentes a grupos exploradores, mineradores ou antigas guarnições. Inclusive, no relato original da cidade perdida, não ocorre nenhuma referência a móveis, alfaias ou objetos cotidianos como vidros e louças, pois os bandeirantes encontraram as casas somente em ruínas. Peças de ferro e ferramentas também não faziam parte da *Relação*. O único e exclusivo ponto em comum com esses objetos coloniais foi a menção de uma moeda de ouro, ao final do manuscrito.

Ao mesmo tempo em que criticou as pesquisas do cônego, Oliveira concebeu hipóteses fantasiosas muito mais ousadas do que seu predecessor. Fez um breve esboço do alcance urbano dessa perdida civilização no centro da Bahia. Teriam construído um ancoradouro às margens do rio Paraguaçu, uma estrada de acesso próximo ao rio Una, e as pedreiras de mármore da serra foram utilizadas para fabricação de estátuas e monumentos. Mas para as vistas da intelectualidade carioca, os pontos levantados pelo major tiveram uma aceitação reservada. Constituíam sem qualquer margem de dúvida, provas concretas de que o sertão possuía um passado desconhecido, mas que a exploração empírica falhava em atingir. O documento enviado também recordou o caráter utilitário para a formação de novas expedições de busca: a descoberta de riquezas para o império (Oliveira, 1848d, p. 367).

Enquanto as novidades arqueológicas não surtiam maiores efeitos nesse ano de 1848, a *Revista do Instituto* procurava sanar esta importante lacuna de nosso passado. O secretário Ferreira Lagos, atlantologista convicto, solicitou ao IHGB que fosse remetido de Paris o livro de M. Jolibois, *Dissertation sur l'Atlantide* (1843), para que integrasse a biblioteca da mesma instituição (198ª Sessão, 1848, p. 404). Parece que o pedido não foi atendido, mas a crença nessas localidades imaginárias não foi abalada. Na mesma página,

Câmara, 1848. O estudo publicado na Revista do Instituto com o título *Novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada*, originalmente tratou-se de um ofício enviado para o deputado João José de Moura Magalhães. Conf. Oliveira, 1848c. Ainda em 1851 o major remeteu ao Instituto diversas peças e instrumentos coletados no interior da Bahia, supostamente provenientes da cidade perdida, conjuntamente com uma carta e dezesseis números de periódicos onde publicou artigos. Conf. 226ª Sessão, p. 419. Esse mesmo material foi enviado ao imperador durante os anos 50, sob a forma de uma memória e que era acrescido do documento bandeirante, das inscrições da cidade e um relatório sobre os achados baianos. Pertenceu ao arquivo pessoal do imperador até final do império. Conf. Freitas, 1888, p. 256. Não conseguimos identificar essa documentação em nenhum acervo do Rio de Janeiro, Petrópolis e São Paulo.

o intrépido Porto Alegre requisitou maiores informações sobre uma estátua antiquíssima, supostamente encontrada pelo viajante Francis Castelnau no rio Negro (AM).

Em seu habitual relatório das atividades da magnânima instituição ao final do ano, Lagos mais uma vez nos brindou com sua defesa desse passado alternativo. A existência de monumentos perdidos no tempo acabou por virar pura poesia: “fada encantadora, a historia transforma então as ruinas em palacios, o pó em nação, e substitue pelo ruido das cidades antigas o silencio mysterioso do deserto; ella embellece o presente com os sonhos gloriosos do preterito.” (Lagos, 1848, p. 99). Tratava-se de puro subterfúgio. Passados dez anos, a gloriosa descoberta do século foi sendo transferida para o futuro. Somente a poesia parecia fundamentá-la. Novas cidades perdidas estavam sendo descobertas no mundo inteiro, mas para infortúnio destes eruditos, não em solo brasileiro. As ruínas de *Nineveh*, por exemplo, popularizadas em 1845-46 por Austen Layard na Mesopotâmia, fizeram a celeuma intelectual da Europa. E não é surpresa encontrarmos ela citada neste texto de Lagos. Menos ainda, a relação entre o continente de Atlântida com a América. O secretário vai costurando todas as conjeturas, todas as teorias que possibilitem uma nova idéia de Brasil, sem precisar recorrer a provas arqueológicas empíricas. Bastava um raciocínio bibliográfico. Assim, de Platão passou para Carl Rafn e as pesquisas sobre os vikings no Novo Mundo. Uma enorme distância cronológica e cultural não parece fazer diferença para suas metas. Pois, o que importa se as Américas, especialmente o litoral brasileiro, foi povoado por atlantes ou bárbaros medievais? A marca civilizatória necessitava ser legitimada em uma nova nação, que estava sendo ultrapassado por todo o ocidente “civilizado” no tocante a descobertas ruinísticas.

A parte final desse relatório e, diga-se de passagem, a mais longa, foi dedicada às escavações empreendidas entre os dois trópicos. Sempre atualizado, resumiu as revolucionárias pesquisas de Squier e Davis, divulgadas nesse mesmo ano no livro *Ancient monuments of the Mississippi Valley*. O objeto de investigação eram os Mound Builders, túmulos pré-históricos existentes no sul dos Estados Unidos, de que já tratamos no início de nosso trabalho. Estes cientistas foram os primeiros a demonstrarem sistematicamente, que esses vestígios não eram obras de civilizações perdidas hebraicas ou atlantes, e sim de antigos indígenas locais. Mas para o secretário isso parecia irrelevante. O que importava era o objeto de estudo, não as conclusões dos sábios norte-americanos. A divulgação internacional de vestígios, *que pareciam ser monumentos* erigidos intencionalmente com essa finalidade, era muito mais importante que sua fria descrição material. Tanto que na conclusão desse trecho conclamou: “Vêem-se nas margens do Mississippi antigüidades de outra especie; rochedos carregados de caracteres

incognitos, que se pretende phenicios, e outros semelhantes aos monumentos druidicos ou celticos.” (p. 103). Mas a terra predileta dos apreciadores de estupendas descobertas foi o México, sem dúvida. E de suas fragmentadas cidades nenhuma ocupou tanta importância no meio intelectual quanto *Palenque*. Sem esconder sua profunda admiração pelos detalhes arquitetônicos que segundo ele, fundem estilos “índico, egypcio e arabe” (p. 103), aproximou esse universo dos maias com nosso panorama etnográfico... Comparou um ídolo do painel do palácio de Palenque com a vestimenta de um indígena do Pará! Esse procedimento de aproximação tipológica, comum no difusionismo, refletiu mais do que nunca a interferência do etnocentrismo europeu no processo científico. Antes de comentar as pesquisas no Brasil, Lagos citou o encontro de lápides com inscrições na Venezuela. É quase certo que seriam petróglifos indígenas, muito comuns nesta região, confundidos com formas de escrita. Após deter-se também com o mesmo assunto através de citações de Martius e Debret, o secretário incitou o desejo nacional do encontro de “Nestores mudos” encobertos por nossas florestas.

A partir desse trecho já adivinhamos onde o secretário pretende chegar. De novo o tema circunscreveu-se em torno do famigerado cônego. Desta vez não foi publicada nenhuma carta ou relatório. Já não se esperava que o objetivo principal da expedição fosse concretizado, mas que ao menos fosse enviado seus preciosos roteiros, desvendadores das fronteiras do império e mesmo de “grande porção de fosseis para locupletar o museu d’esta sociedade.” (p. 107). Assim, de caçador de cidades perdidas, Benigno transformou-se em caçador de fósseis! Por certo, um destino bem mais glorioso do que ser convertido em um visionário de quimeras. Prerrogativa que o tempo tratava de confirmar, apesar dos esforços da agremiação.

Contestações da fantasia

Com a morte do desafortunado cônego em 1849, morreram também as expectativas do império brasileiro em encontrar o seu “espelho” civilizacional na Pré-História. Esse eclipsamento da cidade perdida no período se deve também em parte aos protestos de intelectuais baianos. O presidente e a assembléia provincial nunca foram favoráveis aos intentos de Benigno. Seu fracasso apenas reforçou essas convicções. Mesmo o estudo do major Manoel Oliveira foi severamente contestado. Outro militar, o brigadeiro José da Costa Bittencourt Camara, publicou em 1849 na revista *Razão* (Canavieiras, BA), uma crítica às conclusões de Oliveira. O brigadeiro acreditava que o documento bandeirante era apócrifo. Algum explorador esperto teria descoberto diamantes no Sincorá ficando

muito rico, mas por remorsos teria fabricado o dito roteiro, baseado nas formas geológicas do local (Freitas, 1888, p. 257). Também algumas importantes agremiações de Salvador se opunham à existência dessas ruínas, como a Sociedade Instructiva e o Instituto Literário (Blake, 1882, p. 392). Um sócio do IHGB, Theophilo Benedicto Ottoni, concordava em opinião com o brigadeiro José Camara. Tendo também explorado o Sincorá, acreditava que o roteiro bandeirante era uma alegoria das minas de diamante da região, elaborado para disfarçar a sua exata localização. Estabelecia ainda que alguns detalhes do relato realmente eram verdadeiros, porém obras da natureza (Lagos, 1848, p. 107).

A que se deve essa ferrenha contestação local? Talvez devido aos enormes gastos com as sucessivas expedições que não trouxeram nenhum resultado concreto para a província. Mesmo o contato muito próximo com o folclore local não deve ser descartado. O que para os distantes eruditos da capital pareciam ser evidências favoráveis à existência da abandonada cidade, os intelectuais baianos poderiam considerar meros relatos populares – a fantasia era a mesma, ao final de tudo. O desgaste político das expedições pode ter contribuído para a contestação da realidade do mito. Ao final da década de 40, temos também como opositor ninguém menos que o bispo metropolitano da Bahia, o Marquês de Santa Cruz. Acusou o desiludido cônego de ter-se afastado de suas ocupações eclesiásticas básicas, perseguindo uma quimera e efetuando uma “empresa verdadeiramente cômica.” (Seixas, 1861, p. 147). Mas sabemos que o próprio bispo foi um dos grandes instigadores da busca dessa controvertida localidade. Assim, do ponto de vista político, econômico e mesmo cultural, a existência das ruínas baianas passa para segundo plano, sendo o ano de 1849 um divisor contextual das pesquisas arqueológicas no império. Marcou o fim de um período de grande entusiasmo, onde o mito foi um enorme atrativo para os pesquisadores.

Pelo lado do Instituto, todos procuraram contornar a amarga situação. Dentro dessa alternativa, publicou-se ao final de 1849, um relatório enviado por Benigno oito anos antes, que tratava basicamente de importantes minas de diamantes descobertas em Assuruá (BA). Muito oportuno, o texto aventava a possibilidade de civilizações antigas, mas sem mencionar diretamente as ruínas buscadas. O teor principal, justamente, foi o pedido clamoroso para a administração imperial explorar suas preciosas minas e bens naturais. Uma justificação empírica tardia e eficaz para os trabalhos de campo do padre, a essa altura dos acontecimentos já visto como um fantasioso demente. Um texto deste ano mereceu destaque por procurar também estudar a Pré-História, mas contornando a questão da localidade baiana. Originou-se de uma solicitação de Freire Alemão, membro

da comissão de Arqueologia, procurando traçar um panorama do perfil primitivo das províncias imperiais.

O estudo foi elaborado em Madri pelo historiador Varnhagen, o visconde de Porto Seguro, com o título de *Ethnographia indigena, linguas, emigrações e archeologia*. Nitidamente influenciado por Carl von Martius, o historiador conclamou o estudo dos dialetos como a melhor opção para se compreender toda a complexidade étnica do continente indígena. Varnhagen se mostrava um profundo difusionista com tendências fantasiosas. A respeito de suas investigações na província do Paraná, comentou a passagem pelas formações geológicas de Vila Velha (Ponta Grossa), denominadas de *itaoca* (casas de pedra). Ao contemplar o conjunto à distância, comparou sua simetria com os monumentos europeus e com ruínas de antigas povoações. Ao examinar os vestígios no local, o seu guia lhe instruiu que seriam rochas naturais. Essa experiência porém não desiludiu a sua imagem inicial. Ao voltar para a Europa, surpreendeu-lhe a semelhança entre a palavra paranaense *itao-ca* com a inglesa *Etaoca*. A imaginação falou mais alto que a razão e a realidade. Não podia acreditar que o local fosse simplesmente obra da natureza e alertou o Instituto: “ficaram-me apprehensões que outros mais afortunados poderão desvanecer-se em cartas que a nossa Revista publique.” (Varnhagen, 1849, p. 372). Assim, a idéia difusionista da comparação etimológica suplantou sua experiência empírica – a semelhança entre as palavras, em sua imaginação, apontava para origens comuns entre a civilização inglesa e a ameríndia.

A exemplo de diversos outros americanistas, Varnhagen acreditava no encontro dos vestígios da *antiga geração* esquecida em nosso passado. Concebeu que essa sociedade era muito mais civilizada que a raça degenerada, segundo ele “pela maior parte botocuda e cannibal.” (p. 372). É por essa perspectiva que deve ser entendido seu desprezo e contestação aos escritores que idealizavam o índio como símbolo da nacionalidade brasileira. Para Varnhagen, era muito mais importante o estudo arqueológico, procurando resgatar essa glória perdida, que a defesa dos selvagens contemporâneos. O local propício para o encontro do que restou dessa antiga geração seriam nossas luxuriantes matas. E nesse momento percebemos o quanto suas idéias foram atingidas pelo fracasso do cônego Benigno. Advertiu que a formação de expedições de busca perderiam tempo e dinheiro, pois o “ouro não se deve buscar, mas que deve elle apparecer.” (p. 372). A abertura de novas estradas, cidades e as plantações de fazendeiros, deveriam ocupar o lugar dos exploradores, propiciando aos sábios a magnífica descoberta de tais indícios. Um fato que o decorrer do tempo não lograva concretizar.

A nova aurora da miragem

As decepções e os gastos exploratórios com a cidade perdida, fizeram com que o tema fosse praticamente omitido até os anos 60. Muitos intelectuais brasileiros ainda mantinham certa empolgação com a sua existência, mas preferiam manter suas idéias em nível pessoal, longe das discussões acadêmicas. Em 1865, o IHGB recebeu um novo estudo sobre a cidade perdida, *Inscriptions reproduits par un manuscrit de la biblioteque publique de Rio de Janeiro de 1754*, provinda do conde de La Hure. Nenhum membro da comissão de Arqueologia assinou qualquer parecer sobre este documento, demonstrando a nítida evasiva da instituição com o tema. O escolhido para isso foi o secretário J. Fernandes Pinheiro. Mas mesmo ele mostrou-se temeroso de tal encargo: “pondo de parte a minha inopia para só attender ao fervoroso zelo com que me honro de servir á nossa associação, ordenou-me o nosso venerando presidente que ácerca de tão delicado assumpto elaborasse um juizo.” (1866, p. 439). Consolidava-se neste período a idéia de que a localidade não passava de formações naturais, tomada como ruínas pela fantasia.

Anteriormente, em 1862, o escritor José de Alencar publicou *As minas de prata*, implicitamente defendendo esse pensamento. A prata de Muribeca, motivo original da expedição bandeirante, foi situada no romance em uma gruta na serra do Sincorá (BA):

“O aspecto era de uma esplêndida cidade subterrânea, toda vazada em prata. Templos soberbos, palácios suntuosos, torres elegantes, ali se sucediam uns aos outros. Quanto tem de mais sublime e gracioso a arquitetura gótica, oriental ou grega, as ogivas rendadas, os arabescos delicados, as colunas elegantes, fora ali excedido pela mão da natureza.” (Alencar, 1977, p. 456).

Alencar deve ter elaborado sua descrição baseado no folclore popular sobre a caverna da Lapinha, situada também no Sincorá. O São Francisco teria fornecido diversos elementos geológicos para formar a mirabolante visão ruinística. Também ao incursionar pelos interiores baianos em 1867, o famoso explorador britânico Richard Burton confirmou com diversos moradores essa visão corrente. De qualquer modo, anexou a primeira transcrição do manuscrito bandeirante para o inglês, em seu livro *Explorations of the highlands of the Brazil* (1869). Para os europeus, o Brasil ainda era um país misterioso, suscetível de mirabolantes fantasias a respeito de seus interiores ignotos.

Apesar dessa conjuntura desfavorável à credibilidade do mirífico local, Fernandes Pinheiro foi bastante ousado em seu parecer. As questões levantadas pelo conde Hure foram detalhadamente analisadas. Percebemos aquelas mesmas imagens constantes dos primeiros anos do Instituto, sobrevivendo com extrema atualidade nas idéias do

secretário. A esperança da descoberta era recorrente no documento. Além dos exemplos orientais citados pelo erudito francês, Pinheiro enumerou muitas outras cidades perdidas reveladas recentemente. Mito e poesia pareciam fundir-se em uma só direção, com o passado brasileiro oculto pela natureza tropical: as árvores tornam-se o pedestal, as montanhas, as paredes e os rios o sarcófago da extinta civilização. Para legitimar essa imagem, novamente foi resgatada as investigações dos anos 40. Martius ainda apareceu como a autoridade máxima da etnologia brasileira, mas o cônego Benigno Carvalho foi descartado, optando-se pelas descobertas de Manoel de Oliveira. Para o secretário, não importava se a cidade baiana seria localizada em Camamú ou no Sincorá – pois existiriam muitas outras espalhadas por todo o país!

Mesmo com essa exaltação, Fernandes Pinheiro não acreditava em outros temas polêmicos, como a Atlântida e a vinda de fenícios para a América. Os estudos epigráficos também foram questionados, devido aos poucos resultados obtidos com as decifrações até aquele momento. O posicionamento do secretário foi muito claro. Os autores dos enigmáticos monumentos brasileiros não foram civilizações do Velho Mundo, mas as mesmas culturas autóctones que elevaram os centros urbanos andinos. Ainda neste mesmo período, Pinheiro voltaria a confirmar suas declarações do parecer em seu relatório anual. Após isso, o tema novamente passou por um longo período de ausência na *Revista* do Instituto e em outras publicações acadêmicas importantes. Somente nos derradeiros anos do império surgiram algumas tentativa finais de solucionar o enigma.

O fim do delírio

Dúvida e certeza acompanharam a trajetória do mito no pensamento acadêmico. Alguns investigadores estrangeiros, apesar de serem ferrenhos difusionistas, já contestavam a veracidade da antiga cidade, como Paul Gaffarel em seu artigo *Les phéniciens en Amérique* (1875). A ausência de monumentos similares em outras regiões do Brasil foi apontada muitas vezes como um grande obstáculo para a existência de construções pré-históricas. Mas para o naturalista Barbosa Rodrigues (*Antigüidades do Amazonas*, 1876), essa lacuna material era apenas um indício da dispersão dos antigos vikings, os prováveis autores da cidade perdida. Transcorreram-se os anos, as explorações geográficas aumentaram e as fronteiras do desconhecido diminuíam. Somando-se à novas teorias científicas e recentes estudos de cultura material, as civilizações imaginárias tiveram seu espaço reduzido no imaginário erudito. Ou então prestaram-se para novos usos, como a crítica histórica.

Em uma sessão no Instituto de 1883, o historiador Cezar Marques leu a memória *Expedição do Axuí para o descobrimento de uma riquíssima cidade*. Seu intento principal foi criticar o antigo governador, que havia financiado uma ousada expedição de busca no Maranhão em finais do Setecentos. Um escravo de nome Nicolau afirmou conhecer a localização da cidade de ouro chamada Axuí, habitada por negros muito ricos. Levando os exploradores para uma fracassada e inútil incursão. Para Marques, a organização de tal empreendimento consistia na mais pura falta de preparo político, também presente na atualidade: “Infelizmente em nossos dias repetem-se estas tristes scenas.” (1895, p. 4). Uma tardia referência para a expedição de Benigno de Carvalho na Bahia, vista então como uma busca do quimérico.

Outro grande questionamento da mirífica localidade ocorreu no livro *Diccionario geographico das minas do Brasil* (1885), de Francisco Ferreira. Em sua sistematização corográfica, o autor colocou a cidade perdida como uma grande fantasia na busca de pedras preciosas da chapada diamantina. O mais curioso foi que apontou como autores do “espirituoso e romantico manuscripto” (p. 221), ninguém menos do que Martius e Spix, quando atravessaram o Sincorá entre 1817-1819. Os exploradores estrangeiros, além de serem acusados de efetuarem falsas imagens da sociedade e da natureza brasileira, foram responsabilizados pela criação da grande especulação arqueológica do império.

Enquanto alguns eruditos meticulosos questionavam o mito, outros o perpetuavam como última aternativa para a glorificação de nosso passado. Ladislau Neto, arqueólogo do Museu Nacional e IHGB, uma das personalidades mais importantes no desfecho do império, também acreditava que os navegadores fenícios e outros povos teriam aportado nossas praias. Quem sabe, construído os misteriosos centros urbanos tão perseguidos. Sua crença na miragem, porém, foi feita de forma quase velada. Em 1884 enviou uma carta para Aristides de Souza Spinola, afirmando que as inscrições das ruínas baianas seriam caracteres proto-helênicos e egípcios, modificados pelo bandeirante. Como poderia, em seu pensamento, alguém inventar uma escrita que só seria decifrada décadas depois? (Spinola, 1888, p. 252). Publicamente quase não houve qualquer referência de Ladislau Neto ao tema. Apenas em uma pequena nota ao artigo *Investigações sobre a archeologia brasileira* (1885), o pesquisador voltou a defender as mesma idéias. Não poderia ser de outra forma, pois sua brilhante carreira já havia sido perturbada por outras polêmicas, como a pedra fenícia da Paraíba. Para ele, a cidade deveria estar localizada em uma profunda gruta ou galeria subterrânea na serra do Sincorá. No mesmo ano, escrevendo a Ernest Renan, voltou a comentar em uma nota de rodapé, que a cidade existiria em cavernas calcáreas. Uma derradeira tentativa de explicar porque ela nunca foi encontrada.

Se a floresta não oferecia mais esse papel de velamento, quem sabe as escuras e profundas cavidades terrestres poderiam. Uma alternativa que José de Alencar já havia apresentado em 1862. Literatura e ciência parecem situadas no mesmo patamar, onde a realidade confundiu-se com a fantasia. É o domínio do imaginário, aproximando categorias nem sempre tão distantes.

Em 1887, a *Revista* publicou mais um texto tratando sobre essa conturbada temática, chamado *Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil*. Seu autor foi alguém distante dos cânones científicos, o crítico literário Tristão de Alencar Araripe. Nessa altura dos acontecimentos, nenhum especialista queria envolver-se em um assunto tão espinhento. O estudo em questão foi originado devido ao recebimento de uma notícia espetacular, onde o jornal *Constituição* (Recife) publicou um artigo de Jacome Avelino, tratando da existência de uma cidade petrificada no Piauí, que logo foi enviado ao Instituto. Na realidade, tratavam-se das formações geológicas conhecidas hoje por *Sete Cidades*, motivo de intenso folclore e especulações fantásticas. Mas para Avelino, constituíam a prova cabal de que teria existido um povo antiquíssimo e civilizado no interior brasileiro. Animado pela possível descoberta, Tristão Araripe transcreveu a notícia original em seu artigo. Repetindo todas as teorias anteriores, desta vez os vestígios descobertos pareciam ser muito mais promissores. Mesmo a Atlântida foi citada, mostrando que o ânimo com as civilizações desaparecidas não havia cessado. Araripe também procurou informações com o deputado piauiense Simplicio Rezende, que confirmou a existência de ruínas milenares no Piauí. O Instituto acabou solicitando informações oficiais por parte do presidente da província, cujo resultado apareceu em julho de 1887. Uma comissão de 10 vereadores foi para Sete Cidades, constatando que se tratavam apenas de formações naturais. Uma grande decepção, ou um escândalo deve ter tomado conta da imperial instituição. Repetindo as cenas anteriores, a miragem parecia escapar das mãos dos investigadores.

Mesmo assim, as ruínas baianas ainda tiveram um último sopro de vida na imaginação, tanto na capital quanto na própria província da Bahia. Nesta última, foi oferecido um prêmio em dinheiro pelo Instituto Histórico e Geográfico de Salvador, a quem conseguisse informações sobre ruínas na região do Jequié (1888). A intenção fracassou, apesar das frequentes descrições folclóricas de todo o sudoeste baiano.

Os intelectuais cariocas também optaram por outras alternativas de localização do sítio. Em uma seção da Sociedade de Geografia, na qual participaram o conde D'Eu, o marquês de Paranaguá e Aristides Spinola, a discussão centralizou-se na provável região que poderia fornecer a maior descoberta da Arqueologia imperial: a mata inexplorada de

Provisão, sudoeste da Bahia. As palestras foram publicadas no ano anterior, em um artigo denominado *A cidade abandonada* (1888). Para o marquês de Paranaguá, a autenticidade do sítio seria confirmada com a apresentação de antigos relatórios, escritos por antigos padres baianos, assegurando a existência de ruínas milenares. Por sua vez, Spinola, convicto da presença fenícia nos tempos pré-colombianos, apresentou o encontro de antigos objetos que poderiam elucidar o secular enigma. Mas com o advento da república, as academias de todo o Brasil cessaram de perseguir a miragem ou de elaborar outras idéias a seu respeito. O mito, para a ciência oficial, estava definitivamente sepultado.

As metamorfoses do mito

Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço.” Baczko, *Imaginação social*, 1983.

As ruínas buscadas por décadas no império brasileiro possuem uma especificidade histórica bem definida, constituindo um conjunto de imagens relacionadas com o advento da Arqueologia moderna. Imagens estas determinadas por parâmetros mediterrânicos, a exemplo das cidades romanas como Pompéia e Herculano. Sabemos hoje que essas ruínas brasileiras nunca existiram, e o que os estudiosos perseguiram foi uma miragem, um *mito arqueológico*. A cidade perdida da Bahia, concebida através do manuscrito 512, esteve impregnada de elementos culturais típicos do Setecentos, como detalhes arquitetônicos, pórticos, pirâmides, estátuas, praças, e principalmente, vestígios epigráficos. Sua interpretação pelos acadêmicos oitocentistas, deve ser entendida através de idéias vinculadas com esse momento, a exemplo do difusionismo: “seulement à partir du XIX siècle que l’archeologie préhistorique ait commencé à agir comme productrice de mythes.” (Demouille, 1982, p. 741).

Mas este contexto histórico não explica a credibilidade e longevidade do mito, apenas sua especificidade temporal. O manuscrito bandeirante despertou inicialmente o interesse acadêmico (1839), mas a sua *legitimação* - o primeiro passo efetuado para diferenciar a *Relação* de uma simples fábula, oposta à razão, o confronto entre *mythos* e *logos*³⁷ - ocorreu somente quando houve contato com o folclore baiano, a respeito das cidades encantadas. Em 1840, intelectuais enviaram de Salvador para a capital, notícias desses relatos, e a partir de 1841, o explorador Benigno de Carvalho, já em campo, recolheu inúmeras outras descrições orais. Desta maneira, a *palavra* concedeu uma legitimidade ao mito, muito maior que a *escrita*: “a verdadeira vida do mito tem sua fonte em uma palavra viva.” (Detienne, 1992, p. 222). A literatura e a escrita formam o grande valor demonstrativo do logos, contraposto à palavra do mythos. Com a afirmação de moradores da Bahia *terem visto ou visitado* tais ruínas, criou-se condições muito mais profundas de sedução para a imagem da cidade perdida: “a narração oral desencadeia no público um processo de comunhão afetiva com as ações dramáticas que formam a matéria da narrativa.” (Vernant, 1992, p. 174). Desta maneira, um manuscrito velho, rasgado, quem sabe apócrifo, sozinho não explica porque houve tanto empenho por parte do Instituto, financiando expedições custosas e perpetuando o mito arqueológico por toda a década. A cultura erudita acabou fundindo estruturas narrativas próprias com as mantidas pela cultura popular – cuja origem, por sua vez, provém de bases míticas muito mais antigas, herdeiras diretas de imagens coloniais.

³⁷ Aqui identificamos a gênese inicial da problemática do mito: a aceitação da narrativa-discurso (μύθος) ou sua oposição (λόγος), uma tradição de pensamento típica do ocidente: “o mito se define pelo que não é, numa dupla relação de oposição ao real, por um lado (o mito é ficção), e ao racional, por outro (o mito é absurdo).” (Vernant, 1992, p. 171). Para Victor Jabouille, *mito* seria a linguagem do imaginário, enquanto *logos* a linguagem da demonstração, mas nem sempre constituem formas antagônicas (1986, p. 32), originando a *mitologia*, a união dos contrários (Jesi, 1973, p. 15). Na mitologia, Vernant concebe que a transformação das narrativas faladas para as escritas, delimitou a oposição do mythos e logos (1992, p. 172).

Após esse momento inicial de legitimação, o mito passou a ter um valor de *paradigma*, constituindo um modelo de referência para se pensar o passado brasileiro. A partir de 1840, a aceitação da antiga existência da *geração perdida* - uma civilização muito avançada, mas desaparecida sem deixar quase nenhum vestígio - nos demonstra a inclusão do mito na História. Uma narrativa fabulosa, irreal, foi interpretada dentro de um discurso “verdadeiro”, autenticando uma forma ideal *de como deveria ter sido* o Brasil dos tempos antigos, sem nenhuma evidência concreta para confirmá-la: “Dentro do que o saber histórico chama de ‘mitoso’, o ilusório se nutre da memória antiga, e o fictício se apropria das narrativas dos logógrafos, das investigações dos arqueólogos e das litâneas dos genealogistas.” (Detienne, 1992, p. 226). A partir desse pressuposto, toda uma escala de valores sociais foi reforçada, a exemplo do caldeamento racial proposto por Martius em 1845. O sentido de civilização que se pretendia criar nos trópicos durante o império, foi baseada em um modelo situado na aurora dos tempos, uma sociedade sofisticada, mas que decaiu e cujos resquícios deveriam ser resgatados a todo custo. Um monumento que refletiria o Brasil para o mundo, para as grandes nações do ocidente, completando todas as ansiedades e ausências simbólicas que o segundo império enfrentava no seu início: “Em sua forma autêntica, o mito trazia respostas sem jamais formular explicitamente os problemas.” (Vernant, 1992, p. 181).

A partir desse momento paradigmático, em que a cidade perdida serviu de referencial ético, social e civilizatório para o império, o mito assumiu conotações muito semelhantes a estruturas simbólicas universais. Sua busca, neste contexto, foi similar a de outros mitos, em locais e épocas diferentes: “no seio de uma cultura os mitos, quando nos parecem se contradizer, correspondem-se tão bem uns aos outros que fazem referência, em suas próprias variáveis, a uma linguagem comum, que estão todos inscritos no mesmo horizonte intelectual e que só podem ser decifrados no quadro geral onde cada versão particular assume seu valor e seu relevo em relação a todas as outras.” (p. 184). De uma perspectiva histórica e única, podemos então observar semelhanças atemporais com as cidades imaginárias do período colonial, e mesmo com modelos clássicos. Tanto a Atlântida, o Eldorado, o lago Eupana e Parimé, como a cidade perdida da Bahia, foram buscadas por propósitos diferentes, sejam motivos de ordem econômica, colonialista, científica, cada uma dentro do contexto social de sua época. A medida em que essas narrativas prolongam sua existência, modelos míticos básicos surgem em sua elaboração. Assim, aparecem constantes atemporais, como as *motivações paradisíacas* e o retorno da *Idade do Ouro*: imagens de uma antiga ordem, de um tempo idílico situado no início da humanidade, que revela a inocência total e a felicidade social absoluta (Holanda, 1959; Girardet, 1987; Delumeau, 1995). Outra constante foi o *deslocamento geográfico* – toda cidade imaginária foi buscada em diversos locais, movendo-se conforme o devassamento do ignoto e o processo de colonização. Sempre baseado no mecanismo do maravilhoso, essas narrativas acabaram encontrando suas limitações justamente na esfera territorial. Quando o espaço desconhecido tornou-se esgotado em todos os seus aspectos, o mito arqueológico foi eliminado de seus simbolismos básicos, sendo contestado racionalmente. Aqui ocorreu um retorno ao confronto entre *mythos* e *logos*: o que era entendido antes como realidade, agora é transportado novamente ao terreno da fantasia, do quimérico, do irreal. As ruínas da Bahia, ao final do império, foram eliminadas do campo acadêmico, relegadas a uma condição de miragem provocada por antigos pesquisadores. Porém, toda elaboração simbólica nunca morre definitivamente,³⁸ sendo transformada em uma nova narrativa, ocasionando sua sobrevivência para o novo século: “os mitos se respondem mutuamente e o aparecimento de uma versão ou de um mito novo se faz sempre em

³⁸ Pode parecer um tanto arbitrário comparar formas míticas separadas por um vasto intervalo de tempo, mas já havíamos aludido anteriormente (Langer, 1997a, p. 70-72; 157-160; 186-192), que o importante nas imagens de cidades perdidas, é como foram organizadas internamente, ou seja, a lógica interna do mito. Não importando suas inúmeras variações regionais e temporais – a forma externa como a narrativa foi percebida –, o que relaciona um mito com outro, foram seus sistemas de pensamento, que denominamos aqui de *constantes atemporais*. Para nós ocidentais, acostumados a hábitos mentais fortemente racionalizados, essas categorias soam extremamente anti-naturais, e em consequência, são extremamente difíceis de serem percebidas no mito. Sobre esse referencial, ver a brilhante análise de Jean-Pierre Vernant, 1992, p. 188-191.

função daqueles que já existiam anteriormente.” (Vernant, 1992, p. 220). Assim, se para a ciência oficial a cidade perdida tornou-se uma aberração fantástica, por sua vez, estrangeiros e amadores brasileiros promovem dezenas de expedições em sua busca, no início do século XX até nossos dias.

O historiador pode unicamente entender o lugar do mito na História, e nunca o seu significado mais profundo, pois, ao racionalizar formas emotivo/imaginárias, penetra no campo da experiência, na ordem do existencial.³⁹ Seja na forma de cidades feitas de ouro, ou de magníficos resquícios arquitetônicos, *o mito* assumiu várias páginas fascinantes da História brasileira, e que não podendo ser compreendido em sua totalidade, ao menos pudemos vislumbrar sua importância para o imaginário dos tempos imperiais.

³⁹ “A realidade mítica é tal que escapará sempre, por alguns de seus aspectos, à mais sutil como à mais rigorosa das análises.” (Girardet, 1987, p. 23); “Peixe disperso nas águas da mitologia, o mito é uma forma inacessível.” (Detienne, 1992, p. 231); “não temos experiência direta do mito em si, mas somente de determinados mitos: e estes (...) têm origem obscura, forma protéica e significado ambíguo. Aparentemente, são imunes à explicação racional (...).” (Ruthven, 1997, p. 13). Esse aspecto velado dos mitos se deve diretamente ao seu *carater de experiência viva*: “O homem não espera apenas que o mito lhe ofereça uma explicação do mundo ou de um modo de vida. Espera também encontrar, na narrativa mítica, uma ocasião de conceber a possibilidade de uma outra condição que não a de finitude à qual é submetido.” (Bilen, 1997, p. 187).

Capítulo 3

RESTOS SELVAGENS, RESTOS HERÓICOS

Um arqueólogo que descreve suas ruínas, como o amante que descreve sua amada, engana-se a si mesmo, arriscando-se a entediar os outros. Para os indiferentes que ouvem o apaixonado, todas as mulheres se parecem e todas as ruínas também. Victor Hugo, *Le Rhin*, 1842.

Em toda investigação arqueológica efetuada no Novo Mundo, ocorreu uma inerente vinculação a determinadas imagens dos indígenas, atuais ou do passado remoto (Trigger, 1980). Esse processo também foi verificado na Arqueologia do Brasil império, em todos os seus aspectos: sambaquis, inscrições arcaicas, cidades perdidas, vestígios amazônicos. Mas percebemos uma relação muito mais profunda entre essas imagens, com os resquícios diretamente relacionados com as investigações etnológicas. Assim, restos líticos, cerâmicos, e, principalmente, fragmentos humanos ósseos receberam uma especial identificação com pressupostos ideológicos mantidos pela elite erudita.

Esses materiais foram investigados pelo Instituto por duas maneiras. Através de descobertas fortuitas, por viajantes e moradores das mais diversas províncias ou, mais raramente, por meio de investigações criteriosamente conduzidas. Um dos poucos exemplos desse último caso, durante as primeiras décadas do segundo império, foram as escavações conduzidas pelo dinamarquês Peter Lund, que se iniciaram antes mesmo da criação do IHGB.

O sábio dos ossos diluvianos

O naturalista introduziu seus pioneiros estudos na imensidão tropical em 1825, no qual empreendeu explorações por diversas províncias brasileiras. Em 1833 estabeleceu permanência definitiva em nosso país, por motivos de saúde. Quando retornou com o botânico Riedel para a região do Curvelo (MG), manteve contato com o dinamarquês Peter Claussen, que já havia descoberto restos fósseis nesta mesma província. Desta maneira, decidiu fixar residência na região. O primeiro local investigado, do ponto de vista paleontológico por Lund, foi a gruta do Maquiné (Cordisburgo), em companhia do norueguês P. A. Brandt em 1834 (Gorceix, 1950, p. 33).

As condições de exploração das sombrias cavernas mineiras eram muito precárias. Com ajuda apenas de velas e candeeiros, Lund e Brandt arrastavam-se muitas vezes por

horas, abaixo de condições extremamente adversas e desconfortáveis pelas paredes calcáreas das cavernas (Couto, 1950, p. 9). Apesar disso, suas primeiras descrições destes locais não denotavam qualquer tipo de situação adversa. O que percebemos é uma grande sensação de maravilhamento perante as formas naturais: “nunca meus olhos viram nada mais belo e magnífico nos domínios da natureza e da arte.” (Lund, 1950a, p. 75). A medida em que os dois pesquisadores avançavam, grande quantidade de material fóssil era encontrado. As evidências iam sendo encaixadas no modelo catastrófico de Cuvier, assim que eram descobertas. Ao final de sua primeira memória, Lund estipulou que as ossadas foram restos de animais que fugiram de uma grande inundação (o *Diluvium*), cujas marcas geológicas estariam em todas as formações deste local. Na gruta de Maquiné, o investigador deparou-se com um fragmento de basalto trabalhado artificialmente, que julgou ter sido elaborado por habitantes selvagens em visita à caverna (p. 71). Mais tarde, elaborou um relatório sobre machados de pedra encontrados em São Paulo e Minas Gerais, publicado no *Annaler for nordisk*, 1838.

Prosseguindo em suas expedições, Lund explorou a Lapa da Cerca Grande em 1836. Próximo da região, encontrou as pinturas rupestres do Mocambo, realizando uma descrição superficial. Os seus interesses neste período apontavam mais para os restos fossilizados de animais, pelo qual realizou entusiasmas escavações. Três de suas dissertações foram enviadas para Copenhague e publicadas em dinamarquês, somente recebendo traduções em francês a partir de 1839, como no *Annales des Sciences Naturelles*. Nesse ano, as descobertas do naturalista começaram a penetrar no universo acadêmico europeu de forma generalizada, ao mesmo tempo que no brasileiro, tornando-se sócio honorário do IHGB.

No primeiro semestre de 1839 o sábio nórdico enviou uma carta para o Instituto, solicitando que esta instituição enviasse correspondência para a Sociedade Real dos Antiquários do Norte de Copenhague. Além disso, acompanhava em anexo um exemplar do opúsculo *Mémoire sur la découverte de l'Amérique au sixième siècle* de Carl Rafn (17^a Sessão, 1839, p. 249). Como intelectual dinamarquês, Lund não poderia deixar de integrar o grande otimismo desencadeado na década de 30, que procurou identificar no passado americano sinais da presença viking. Mas não sendo especialista em História ou Arqueologia escandinava, o máximo que poderia realizar era um apoio às investigações conduzidas por ambas as instituições.

Em outra correspondência remetida em 1840, Lund enviou algumas memórias em dinamarquês, ressentindo-se da pouca acessibilidade do tema (36^a Sessão, 1840, p. 263). O que o sábio não tinha conhecimento era do pouco preparo que os próprios associados da

capital possuíam acerca de assuntos geológicos, arqueológicos ou paleontológicos. Na realidade, em sua meta de construir uma identidade para a nação, o Instituto incentivou uma verdadeira caçada a todo tipo de objeto, que atestasse algum interesse para o desvendamento da Pré-História. Com isso, a descoberta era uma prática mais importante que sua própria análise intrínseca. Nesse sentido, destaca-se o fato de que a maioria, dos objetos arqueológicos resgatados durante os anos 40 pelo IHGB não recebeu praticamente nenhum estudo. Seu destino final acabou sendo o futuro museu da instituição ou o Museu Nacional. Em relação a outras décadas do império, os anos 40 foram absolutamente superiores em encontros materiais.⁴⁰ A que se deve esse fato? Num período de construção e formação do segundo império, a Arqueologia brasileira encontrava-se sem uma metodologia definida. A importância simbólica do objeto pré-histórico para os objetivos de recuperação de nossa História, possuía um valor inestimável, mas o despreparo dos acadêmicos para seu estudo, acabou por destinar esses materiais a um confinamento museológico.

A problemática dos primeiros brasileiros preocupava os membros do Instituto desde a sua fundação. O militar Cunha Mattos, por exemplo, indagou: “quando e como foi povoada a America de homens e de animaes?” (Mattos, 1839, p. 268). E também instigados pela dissertação do secretário Januário Barboza (*Lembrança do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro*, 1839), foram enviados de todas as províncias do Brasil objetos históricos e indígenas. Da ilha de Paquetá (Pará), um sócio remeteu fragmentos de ossos e de um pote desencavado em uma fazenda. (18ª Sessão, 1839, p. 253). Da Paraíba e Minas Gerais, foram enviadas notícias do encontro de vasos com esqueletos indígenas (45ª Sessão, 1840, p. 416, 417), e de um machado de pedra remetido de Minas Gerais (108ª Sessão, 1843, 357). A importância desses objetos pode ser vislumbrada no que o historiador José Bittencourt concebeu por *reliquia*: “marcas tangíveis do passado que sobrevivem no presente.” (1997, p. 231). Diferentemente da memória documentada, a relíquia não poderia ser reproduzida, sendo um valor não renovável (p. 231). Antigos manuscritos recuperados pelo projeto imperial estavam dentro da possibilidade de serem impressos pela *Revista do Instituto*. Com isso, os objetos arqueológicos tornavam-se únicos e muito valiosos, marcas de um tempo que precisava ser resgatado. Porém nenhum membro do Instituto realizou qualquer escavação durante esse período. Coube a Peter Lund realizar as primeiras descobertas por escavações em todo o continente sul-americano.

⁴⁰ *Entrada de objetos arqueológicos no Museu do IHGB. 1839-1849: 11; 1850-1889: 10. Seg. Bittencourt, 1997, p. 283-287.*

A descoberta do brasileiro fóssil

No dia 18 de janeiro de 1842, o sábio nórdico enviou uma terceira carta para a agremiação da capital.⁴¹ O caráter principal da mensagem dizia respeito à sua então recente descoberta (entre 1840-41) de restos fósseis humanos, dentro da caverna do Sumidouro (Pedro Leopoldo, MG). Diferente de outros vestígios humanos descobertos por ele durante os anos 30 nesta região, esses ossos encontravam-se misturados a restos de animais extintos. O que provaria sua remota antiguidade. Devido à existência de uma lagoa nas margens da caverna, Lund deduziu que os ossos poderiam ter sido misturados pelas águas de grandes correntes. O fato mais claramente comprovado de tais indícios seria a extrema longevidade da ocupação humana em nosso país: “a povoação do Brasil deriva de tempos mui remotos, e indubitavelmente anteriores aos tempos históricos.” (1842, p. 84). Saber com exatidão qual era a época (a datação) desses ossos, era um trabalho impossível tanto para Lund, como para qualquer paleontologista do período. Assim, o sábio dedicou-se a detalhar com minúcias o que poderia retirar de informações físicas dos restos pétreos. Exames na largura e tamanho dos crânios, o levaram a incluir os ossos na categoria das raças americanas, provando que os antigos habitantes do continente eram da mesma raça do tempo da conquista européia. Também pela comparação craniana aproximou os americanos dos mongólicos (asiáticos), perpetrando uma tendência do período e que vigora até nossos dias: a origem do ameríndios pelo estreito de Bering.

Depois dos exames físicos, o dinamarquês enveredou-se pela seara antropológica. Pretendia descobrir o grau de civilização dos povos descobertos. Através de uma tipologia comparativa entre o tamanho do crânio com a inteligência do indivíduo, avaliou estes restos como sendo de um povo de muitos poucos progressos, indústrias e artes. Um vestígio arqueológico encontrado junto aos esqueletos, um pequeno triturador de pedra, serviu para reforçar suas convicções sobre a precariedade civilizacional destes homens.

Apesar da imensa importância destas descobertas, os membros do Instituto praticamente não manifestaram nenhuma reação nesse ano, nem nos relatórios ou

⁴¹ Lund teria enviado uma outra carta em 1842 para o secretário Januário Barboza, até hoje inédita, arquivada na Dinamarca, tratando das descobertas dos fósseis humanos em Minas Gerais (Conf. Holten & Guimarães, 1997, p. 42). Na Biblioteca Real, Universidade de Copenhague (Museo Lund) e na Sociedade dos Antiquários, existem ainda inúmeros documentos manuscritos de Lund escritos em português, francês e dinamarquês, que ainda não receberam uma catalogação definitiva, e muito menos, um estudo pormenorizado. Através da gentileza dos bibliotecários Palle Ringsted e Jacob Thomsen (Biblioteca Real), recebemos uma listagem impressa de algumas dessas fontes, bem como um manuscrito de Lund enviado para Januário Barboza.

discursos oficiais. Esse silêncio coletivo da instituição seria uma demonstração do despreparo em relação ao tema? Ou aguardava a instituição imperial descobertas arqueológicas mais formidáveis para o destino da nação?

Existe ainda outras possibilidades e hipóteses. Como o próprio Lund possuía hesitações acerca da datação dos vestígios, o Instituto talvez preferiu concentrar seus esforços no intercâmbio com a Real Sociedade de Copenhague, em suas pesquisas sobre os vikings. Ou ainda aguardar os resultados da expedição de Benigno de Carvalho, em busca da cidade perdida da Bahia. Mas se não ocorreu um interesse objetivo neste momento, constatamos uma influência indireta das pesquisas em Minas Gerais.

Entre 1841-1849 e 1882, foram publicadas na *Revista* da instituição cinco excertos tratando do fascínio do tema das cavernas. A primeira constituiu um poema árcade feito pelo mineiro Manoel Alvarenga, denominado *A gruta americana*. Trata-se de uma ode às maravilhas da natureza subvertidas sob a forma da caverna, como também seus aspectos mitológicos. O último trecho publicado pelos membros do Instituto foi revelador: “Tu me guiaste ao Templo da Memória.” (Alvarenga, 1841, p. 344). Obviamente, os eruditos cariocas estavam ao mesmo tempo glorificando a beleza natural, e incentivando o estudo do passado da nação. Que por coincidência, unia-se em ambos na província de Minas Gerais, reduto do arcadismo e das descobertas paleontológicas.

Seis meses após a publicação da terceira carta de Lund para o IHGB, tratando dos restos humanos, novamente apareceu um excerto setecentista sobre cavernas (outubro de 1842). Desta vez tratava-se de um estudo de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a *Gruta do Inferno*, localizada no Mato Grosso. Dentre toda a volumosa obra de exploração deste naturalista pelo interior brasileiro, cujos manuscritos tinham sido trazidos para o Brasil nesse exato ano de 1842, não foi coincidência a escolha dos intelectuais em publicar justamente esse trecho. Como nas descrições de Peter Lund, o naturalista Alexandre Ferreira mostrava-se extremamente empolgado com a visita a este intrigante local, não sem antes estar horrorizado com sua escuridão e profundidade (Ferreira, 1842, p. 365). As formas naturais (paredes, estalactites e estalagmites) foram comparadas pelo explorador às construções arquitetônicas góticas. Em outro excerto da *Revista do Instituto*, novamente essa caverna foi relatada, desta vez pelo engenheiro Henrique Rohan em 1847. As construções arquitetônicas foram novamente lembradas quando avistou o panorama geológico interno, inferindo-lhes ainda um caráter de “inferno mythologico” (Rohan, 1847, p. 383). Em 1849 a comissão do Instituto escolheu novamente outro fragmento de Ferreira, agora a *Gruta das Onças*, também no Mato Grosso. Aqui o naturalista manteve um referencial geográfico, deslumbrando-se com as maravilhas naturais da caverna:

“decoradas de exquisitas dendrites, que representam ruínas, mappas, paisagens.” (Ferreira, 1849, p. 88).

Por último, a *Gruta do Inferno* recebeu uma terceira memória na *Revista*, desta vez por João Severiano da Fonseca, em 1882. Em 14 páginas, este explorador mesclou momentos de puro delírio, com imagens fantasmagóricas e fantásticas. As cavernas ocupavam a imaginação erudita da época. Um misto de fascinação e mistério conduzia as suas investigações. Mas existiria algum elemento unificador dessas imagens ou sentimentos acerca desses acidentes geográficos, relacionadas com o imaginário arqueológico? Um quadro de Rugendas (1835), representando a caverna de São José nos conduz a uma resposta. Em um imenso salão natural, um viajante contempla (de costas ao ponto de fuga) uma pequena cachoeira dentro da caverna. Interpretado como uma imagem da submissão do homem perante a grandiosidade da natureza (Sallas, 1997, p. 181), podemos também afirmar o caráter de fascinação do viajante perante as formas ameaçadoras e terríveis que despontam nas extremidades da caverna. Esse sentimento de impotência, na realidade, remete às imagens do temor ao desconhecido. A similitude observadas entre as formas geológicas com construções arquitetônicas, relaciona-se ao sentimento de degradação e melancolia das ruínas, advindo daí a origem de muitas terminologias empregadas para cavernas pelo mundo todo. Não se trata de um caso fortuito. A arte ocidental preservou algumas imagens vinculadas com essa relação ao representar interiores de pirâmides (sejam egípcias ou americanas), catacumbas e construções arruinadas. Penetrar nesses espaços desconhecidos para o explorador dos séculos XVIII e XIX significava levar as luzes do conhecimento para as fronteiras ignotas do desconhecido. Somente o avanço da investigação científica – entenda-se aqui, a Arqueologia, a Geologia e a Paleontologia – poderia sublimar esses sentimentos.

Em uma ilustração de P. A. Brandt realizada para a capa da primeira memória de Lund (1837), observamos também essa idéia. A entrada da *Caverna da Lagoa de Pedra* (MG) foi representada de dentro para fora. Uma imensa quantidade de luz afasta toda a escuridão do local da formação, sendo examinada pelo paleontólogo Lund e um ajudante. O sábio examina algumas pedras no local, enquanto o auxiliar escava o chão da caverna. Semelhante às imagens da Arqueologia setecentista, os instrumentos de escavação conferem um sentido alegórico do avanço do conhecimento defronte ao enigmático, do inexplorado representado pela escuridão da gruta.

Essa nossa rápida incursão ao imaginário das cavernas pode elucidar o interesse despertado pelo tema nos intelectuais do império brasileiro. Formações naturais exóticas que possibilitavam formidáveis descobertas paleontológicas e arqueológicas – os

preciosos ossos e cacos tão procurados pelo Instituto. Mas voltemos novamente ao silêncio da agremiação perante os achados de Lund. Ele perdurou até 1845, mas já percebemos a tentativa de atualização sobre esse tema. O secretário Januário Barbosa em seu tradicional relatório anual (janeiro de 1844), comentou a aquisição da obra *Crania Americana* de Samuel Morton, escrita em 1839. O grande entusiasmo na avaliação do livro não passou despercebido na *Revista*. O estudo craniológico foi apontado como um grande caminho para o desvendamento das origens americanas, bem como na emissão de hipóteses para a discussão entre o monogenismo e o poligenismo (Barbosa, 1844, p. 10). Morton foi um dos pioneiros dos estudos biológicos incorporados à Antropologia, cientista da Escola Americana de Poligenia. Estabeleceu paralelos entre as populações americanas baseado no material craniológico (Schwarcz, 1993, p. 54). O Instituto ainda adquiriu outras obras desse autor entre 1845-1847, como *An inquiry into the distinctive characteristics of the aboriginal race of America* e *Crania Egyptiaca*.

Aos poucos, o estudo da cultura material e dos restos fósseis passava por uma maior atualização, no que dizia respeito aos seus aspectos metodológicos. O exemplo a ser seguido, além do óbvio modelo europeu, eram as pesquisas norte-americanas, muito mais avançadas nesse período. Um dos primeiros sintomas da necessidade de organizar, catalogar, definir e estudar os vestígios físicos da Pré-História brasileira, foi a proposta da criação de um museu para o Instituto em 1844, servindo “de prova do estado de civilização e indústria, usos e costumes dos habitantes do Brasil.” (Pontes, 1844, p. 262). Neste caso, o sócio Silva Pontes estava interessado, além do recolhimento dessas peças, no seu uso como testemunho documental de um passado atuante. Aliás, uma noção que prevaleceu durante muito tempo em nossa historiografia (Bittencourt, 1997, p. 242). Nesse contexto, não poderia surtir melhores efeitos para a agremiação do que o recebimento de nova correspondência ao Instituto, por parte do erudito dinamarquês (abril de 1844).

A polêmica da antiguidade do brasileiro

Demonstrando maturidade nas suas interpretações, Lund procurou esclarecer a questão da coexistência dos ossos humanos com animais extintos. Constatou que os registros para comprovar essa hipótese, eram descobertos com frequência em todo o mundo, fazendo as velhas teorias ruírem. O que não implicava necessariamente na dissolução do pensamento de Cuvier, no qual ainda mostrava-se ainda apegado (Lund, 1844, p. 335).

Seguindo suas exposições na carta, o paleontólogo estabeleceu padrões de analogia entre os ossos americanos e os da Europa, principalmente no processo de fossilização. Os estudos de morfologia zoológica indicavam que os animais encontrados juntos aos ossos humanos de Minas Gerais pertenciam a espécies extintas. O que conferia uma antiguidade muito grande para os primitivos habitantes do Brasil. Além dessa problemática, a análise craniológica também propiciou o desenvolvimento de outro questionamento acerca da origem ameríndia.

Lund comparou a forma dos crânios mineiros com os europeus. Analisando ainda os dentes desses mesmos vestígios, encontrou semelhanças com os verificados no Antigo Egito, mas não teve explicação para esse fato. No seu entender, as cunhas e machados de pedra do Brasil assemelhavam-se em forma com os do Velho Mundo. Ao interpretar esses restos, o erudito nórdico concordou com a tese do povoamento asiático, devido às semelhanças morfológicas existentes entre os crânios das raças americana e mongólica. Mas aonde pretendia chegar com suas teorias? Não concebendo fronteiras entre a craniologia européia, americana e asiática, necessariamente assumia um posicionamento *monogenista*, fiel à tradição humanista de Rousseau. Isso fica bem mais claro adiante, quando combateu as teorias estabelecidas pelo francês Prichard.

Segundo os padrões naturalistas estabelecidos, as raças humanas apresentariam três formas de crânios: a oval (Caucasóide, Europa), prognada (Etiópica, África) e piramidal (Mongólica e americana, Ásia e América). Esta última seria inferior anatomicamente com a caucasóide. A raça americana ocuparia o lugar final nessa escala, sendo uma descendente degenerada da mongólica. Com isso, pela lógica dessa teoria, quanto maior o retrocesso no tempo, maior seriam as aproximações anatômicas entre o crânio americano com um asiático. Mas Lund realizou uma descoberta totalmente contrária – os ossos mineiros afastavam-se em muito do tipo mongólico, originando uma inversão dessa ordem escalar. O continente americano seria muito mais antigo do que pensavam os sábios da época. Temos deste modo, duas consequências diretas dessa exposição do polêmico pesquisador. A primeira é que os antigos habitantes da América não seriam inferiores aos do antigo continente europeu. E em segundo, a humanidade guardaria as mesmas estruturas fisiológicas em sua esquecida aurora. Essas descobertas de Lund ainda encontraram outros caminhos teóricos, no contexto intelectual desta época.

Nesse mesmo ano de 1844, o sábio enviou correspondência para seu compatriota Carl Rafn, em Copenhague. Tratava-se de um relatório muito mais detalhado em suas pesquisas, do que o enviado ao IHGB. Algumas interpretações de Lund eram desconhecidas aos intelectuais brasileiros. Por exemplo, a respeito de certas perfurações

encontradas nos crânios humanos, o erudito dinamarquês comentou que poderiam ser originadas de guerras tribais (Lund, 1950c, p. 484). Compartilhou essa ousada hipótese somente com Rafn, um procedimento normal para um terreno tão movediço quanto a Paleoantropologia do início do Oitocentos. Quanto ao restante do documento apenas reiterou o que havia pronunciado na carta para o Instituto, ou seja, a remota antiguidade do homem americano e sua semelhança com o ameríndio moderno, invertendo os modelos existentes. Neste momento também criticou o difusionismo, negando a imigração de habitantes do Velho para o Novo Mundo antes de Colombo. Em suma, propôs um questionamento nas relações cronológicas entre os asiáticos, os ameríndios e as outras raças humanas.

Das gélidas terras germânicas, voltemos ao nosso ensolarado país. A mencionada omissão crítica por parte do Instituto não durou muito tempo, sendo desfeita pelo relatório das atividades anuais (janeiro de 1845). O comentário sobre as descobertas de Lund ocupou nada menos do que quatro páginas da *Revista*. O segundo secretário, Ferreira Lagos, substituiu o cônego Januário Barbosa na redação deste documento. Isso pode explicar em parte, o interesse pelas descobertas fósseis, pois Lagos foi muito mais dedicado aos assuntos arqueológicos que o antigo secretário perpétuo.

O entusiasmo pelo valor das pesquisas nas cavernas mineiras se fez presente em toda a exposição. A questão da existência mútua entre o homem fóssil e os animais extintos certamente teve lugar, mas não deixa de ser curioso o destaque que Lagos conferiu para outro aspecto. Acerca de animais extintos ocorreu uma acentuada admiração pela presença de ossos de lhama em Minas Gerais. Um animal tipicamente andino em terras brasileiras. Mas qual a relação desse entusiasmo zoológico com a arqueologia brasileira? Ferreira Lagos era um difusionista convicto e um defensor ferrenho do atlantismo. Em seu raciocínio, se animais habitantes dos Andes migraram para a costa tropical, o mesmo poderia ter ocorrido com as grandes civilizações dessa cordilheira. Isso explica sua maior atenção para com a lhama do que com o homem fóssil. Aos seus olhos, restos petrificados de culturas primitivas não poderiam tornar mais gloriosa a História do império. Desta maneira procurou identificar nos documentos do sábio nórdico alguma passagem que legitimasse a existência de *períodos* ou *localidades geográficas*, mais apropriadas aos interesses nacionais. Isso ocorreu com as observações de Lund sobre a antiguidade remota das terras brásílicas, retomadas com suas palavras: “já existia como um continente extenso a parte central do Brasil.” (Lagos, 1845, p. 524). Não deixa de ser interessante esse recorte, recordando a tese de Martius sobre a localização da *geração decadente*, a grande civilização perdida situada entre o Araguaia e o Tocantins. Ao final

do comentário sobre o tema, Lagos definitivamente complementou seus pensamentos: as descobertas do paleontólogo dinamarquês comprovariam “a idéia da ressurreição da Atlantida de Platão.” (p. 524).

Não podemos esquecer a conjuntura intelectual predominante nesse ano. No mesmo número da *Revista* foi publicada a mais famosa tese de Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, onde predominou a idéia da grande civilização decadente na Pré-História brasileira. Nas questões indígenas foi proclamado o Decreto 426 (*Regulamento acerca das Missões de catechese e civilização dos Índios*), pela qual estabelecia-se diretrizes gerais administrativas para as comunidades aborígenes (Cunha, 1997, 138). E a existência da cidade perdida da Bahia atingiu seu clímax no imaginário, tanto no Brasil quanto na Europa.

O deslocamento do interesse de achados fósseis para antigüidades civilizacionais, como o efetuado por Lagos, foi um ato normal no panorama desta época. Alguns pesquisadores europeus também realizaram esse procedimento, como o publicado pela *Revista* em abril de 1845. Tratava-se de um relatório sobre o Museu de Antigüidades Americanas (Copenhague), escrito por Carl Rafn. Em sua busca pelos resquícios vikings no continente americano, a Sociedade Real dos Antiquários do Norte acumulou um grande quantidade de objetos arqueológicos provenientes de doações e remessas de correspondentes. Aprovado pelo rei Cristian VIII, um espaço museológico foi fundado para recepcionar esses vestígios junto ao Museu da instituição de Rafn. Cada localidade americana possuía uma seção, exposta ao grande público. A que nos interessa objetivamente foi denominada de *Antigüidades dos Índios da america do Sul*. Era formada por objetos enviados por exploradores da Dinamarca (Lund, Helmreichen, Kroyer, Suenson), como pontas de flechas, vasos e ossos. Testemunhos das explorações geográficas ocidentais no mundo selvagem, e das relíquias materiais de um passado primitivo, os vestígios arqueológicos expostos em museus constituíram elementos de relação entre as luzes da civilização com as trevas do mundo selvagem. Assim, tanto a meta das pesquisas de Rafn, quanto do Museu de Antigüidades e da Sociedade Real dos Antiquários, era construir uma idéia de nacionalidade baseada na antiga glória de seus antepassados nórdicos. Demonstrando que os ameríndios possuíam vínculos de alguma espécie com esses aventureiros, estabeleceriam relações diretas na atualidade: um país em expansão e com metas civilizatórias nas fronteiras do mundo conhecido. A Arqueologia funcionando como suporte para a conquista material das nações. Do mesmo modo, as pesquisas promovidas pelo império brasileiro confluíam para o mesmo caminho,

originando o relacionamento entre as instituições. E o grande ponto em comum para ambas eram os trabalhos de Peter Lund.

Tanto para o Instituto quanto para a Sociedade Real, as questões problematizadas por Lund, quanto à coexistência humana com animais extintos, eram irrelevantes. Os intelectuais brasileiros mantinham um grande interesse pela ocupação humana de nosso solo, enquanto que o país nórdico apenas seguia as descobertas de um compatriota. Cristiano VIII, rei da Dinamarca, conferiu a medalha *Ingenio et Arti* para Lund em reconhecimento aos seus trabalhos. Já no Brasil, as descobertas de fósseis ameríndios teriam grandes consequências científicas e culturais, somente a partir dos anos 70.

Em 1845, Lund remeteu para Copenhague os vestígios fósseis que descobriu, deixando um fragmento de crânio e alguns ossos para o Instituto. Foi também o ano em que enviou mais cartas para a instituição carioca. Suas idéias haviam atingido plenamente o mundo erudito deste período. A revista *Mémoires de la Société Royale des Antiquaires du Nord* de 1845, publicou sua carta para Carl Rafn a respeito das pesquisas na caverna do Sumidouro. Também o conde de Santarem traduziu para o francês outra carta famosa, dirigida para o cônego Januário Barbosa, em que Lund apresentou suas interpretações a respeito da antiguidade brasileira. Publicada no *Boletim da Sociedade de Geografia de Paris* (1845), causou grande comoção nos meios intelectuais franceses (Lagos, 1895, p. 190). Não é difícil percebermos a causa disso. Os estudos de Arqueologia pré-histórica encontravam-se ainda muito precários na Europa, e somente em 1846, com a publicação de *Antiquités celtiques et antediluviennes* de Boucher de Perthes, as pesquisas de fósseis humanos ganharam grandes dimensões de pesquisa. No Brasil, o interesse pelos estudos fósseis foi retomado justamente em agosto de 1845. Em uma mesma sessão do Instituto, foram lidas a carta de resposta do secretário para Lund e uma correspondência de outro sócio, Jacob van Ersen. Este último também havia enviado restos fósseis para os estudiosos da capital.

Descobertos em Cantagalo (RJ), essa coleção de vestígios animais fossilizados mereceram uma comissão para avaliar a descoberta. O parecer reportou-se basicamente a descrições físicas dos ossos, como tamanho e detalhes estruturais. Apesar da falta de maiores conhecimentos em Paleontologia, no qual a comissão admitiu francamente suas limitações, causa admiração a ousadia em interpretar os fragmentos como sendo de Preguiçosos (Megatérios) e Megalonix. A antiga existência desses animais gigantescos provava aos olhos dos pesquisadores a extrema grandiosidade da natureza brasileira, cujos vestígios geológicos estavam sendo descobertos por todo o território. A comparação pelos sócios do Instituto, destes resquícios com equivalentes encontrados por Tomas

Jefferson na Filadélfia, reforçou a idéia do continente americano ocupado na sua antiguidade por criaturas imensas e colossais. Com isso, as detratações de Buffon e De Pauw estavam indiretamente invalidadas. Os estudos posteriores do baiano Ignácio Aciolli (*Dissertação*, 1849), conduziram aos mesmos princípios. A *Revista do IHGB* também inseriu estampas com a reprodução de alguns dos ossos remetidos por van Ersen – uma das poucas ilustrações contidas no periódico em todo o império. Uma questão acompanha a reflexão sobre esse parecer: porque os intelectuais do Instituto deram maior atenção às descobertas e doações de van Ersen do que as de Peter Lund?

Duas podem ser as respostas. Em primeiro lugar, o material humano catalogado por Lund necessariamente estava vinculado às suas interpretações arqueológicas – que sabemos muito bem, eram polêmicas. Talvez os eruditos cariocas optassem por não se envolver abertamente em um assunto tão revolucionário, apesar do entusiasmo pela questão. A falta de maiores conhecimentos impediu a formação de uma comissão para avaliar publicamente suas descobertas e conclusões. Apesar da benevolente idéia de uma remota data de povoamento do solo pátrio, anterior mesmo aos europeus, abordagens mais profundas sobre o passado de nossos ancestrais não foram efetuadas neste momento. Uma segunda hipótese seria de que o ideal de Pré-História, conclamado pelo império, era de civilizações superiores perdidas em nosso território, e não de rudimentares habitantes.⁴² Esse comportamento começou em parte a ser questionado a partir de 1847.

Neste ano, as esperanças do encontro da cidade perdida da Bahia estavam praticamente escassas, até o seu total eclipsamento dois anos mais tarde. No mês de julho, o primeiro secretário Ferreira Lagos apresentou uma proposta de programa, interrogando quais as tradições indígenas que poderiam provar a visita de europeus em nosso país, antes de Cabral. É claro que não foram registradas por nenhum sócio. Apesar da profunda convicção de Lagos e outros membros sobre temas difusionistas, a defesa pública de tais idéias encontrava-se em um período de franca instabilidade. A entrada de novas publicações no Instituto, como as obras de Samuel Morton (agosto de 1847), colocavam os estudos de Antropologia física como as novas canalizadoras das problemáticas americanísticas. E ainda em setembro do mesmo ano, foi enviada uma proposta para a criação de uma *nova seção* na instituição, que se dedicaria aos estudos de Arqueologia e etnografia indígena.

⁴² Isso pode ser comprovado em parte, com um comentário manuscrito de Ferdinand Denis, escrito nos anos 50: “O Dr. Lund escreveu sobre Lagoa Santa uma bela dissertação para provar que o Brasil tem a glória de ser o mais antigo continente de nosso planeta. Não foi sem intenção que o ilustre naturalista fez semelhante proposição, e ele teria sido ainda mais bem recebido se tivesse podido provar que o Brasil havia sido visitado pelos habitantes de Sidon ou de Cartago. Esta é a mania de toda a América: ela quer ancestrais ilustres.” Apud: Rouanet, 1991, 173.

Imediatamente esta seção foi aprovada, com o objetivo de “formar um Instituto Imperial, digno de ser oráculo científico das duas Américas.” (178ª Sessão, p. 444). Como diretor da seção, o erudito Manoel Porto Alegre. E ainda como membros da comissão Francisco Freire Allemão (com formação em medicina e botânica), que já havia participado de alguns estudos arqueológicos no Instituto; José Oliveira (político e militar) especialista em estudos etnológicos; Joaquim Silva (formado em medicina) estudioso de questões geográficas. Percebemos o ecletismo dessa comissão. Intelectuais contando com as mais diferentes formações, mas todos possuindo pouco preparo nas questões mais empíricas da Arqueologia, como escavações e descrições de campo. Isso refletiu na produção do IHGB da próxima década, que consagrou muito pouco espaço para o terreno da ciência material do passado.

E quanto a Peter Lund? A partir de 1846, isolou-se na sua residência em Minas Gerais. Não realizou mais nenhuma escavação até sua morte em 1880, nessa mesma província. Até mesmo o contato com outros exploradores ao local (como Richard Burton em 1867, e o Duque de Saxe) foi negado. Várias são as hipóteses levantadas para esse comportamento. Razões de saúde e falta de incentivos financeiros geralmente são consideradas secundárias, em relação aos motivos de ordem científica (Souza, 1991, p. 60). O mais provável é que Lund tenha negado concretamente a teoria catastrófica de Cuvier, devido aos vestígios que encontrou no Brasil. Como um profundo religioso (correspondente e parente do bispo Kierkegaard), seu enclausuramento foi um reflexo do conflito intelectual entre a Paleontologia teológica tradicional e as novas evidências do passado humano.

Os primeiros passos do Instituto para com os vestígios materiais estiveram mais próximos da expectativa do que propriamente de resultados durante os anos 40. Eclipsados pela procura de vestígios mais gloriosos ao destino da nação, esses resquícios físicos da presença de antigas culturas somente encontraram maior repercussão, por meio das pesquisas de Peter Lund. As relíquias, tão almejadas pelos programas da instituição e muito solicitadas aos sócios das províncias, acabaram não satisfazendo aos anseios da elite imperial. Ainda demandariam muitos anos para que esse panorama se modificasse profundamente.

Entreato: os anos 50 e a idealização romântica do indígena

A nova década surgiu com muitas mudanças para o cenário nacional. A estabilização do poder monárquico e do projeto centralizador acentuou a simbiose entre o

Estado e a historiografia. Desde 1848, o Ministério e a Câmara compunham-se em sua maioria de elementos conservadores. Diversos embates sociais e econômicos ocupavam as diretrizes políticas do momento, como a questão agrária, a imigração o tráfico de escravos, todos acabando em parte vinculados. Com a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz (ambas de 1850), criou-se uma quantidade enorme de recursos em investimentos para a infra-estrutura do país, principalmente em transportes, navegação, construções e instrução pública (Holanda, 1972). Dentro desta estabilidade econômica, seguiu-se um período de paz para o país, logo após o encerramento da guerra contra Rosas em 1852. O modelo da burguesia de Paris foi adotado em toda a nação, que viu crescer novas camadas sociais. Todos estes fatos reforçariam uma grande popularidade do imperador, que ainda aumentou sua visibilidade política ao simbolicamente tomar posse territorial da nação, com suas viagens pelas províncias a partir do final da década de 50.

No contexto internacional, em 1851 foi realizada a primeira *exposição universal* em Londres. Símbolo do fascínio das massas perante as novidades da tecnologia mecânica, e resultado empírico do crescente êxito do capitalismo industrial. Neste mesmo ano, foi instalado o primeiro cabo submarino entre a Inglaterra e a França, um empreendimento de engenharia sem precedentes. Além do caráter tecnológico, as exposições possuíam aspectos de celebração nacionalista, perpetuando datas históricas e, principalmente, classificando países dentro do cenário mundial (Hardman, 1988, p. 60). Apesar do Brasil estar pouco preparado para essa nova realidade tecnológica, a confiança na sua transformação futura se fazia sentir na imprensa local, como nessa declaração do *Jornal do Comércio* de 1851: “Viva o progresso (...) Avante! É esta a palavra da época que vivemos, é este o voto de todos os brasileiros.” (Apud: Holanda, 1969, p. 36).

Também os eruditos cariocas estavam em júbilo nesse período. No dia 15 de dezembro de 1849, foram inauguradas as novas instalações do IHGB. Ocupando uma sala do paço imperial para suas reuniões, biblioteca e arquivo, o recente espaço também associou-se a transformações culturais. O próprio imperador passou a acompanhar os trabalhos da agremiação mais de perto, além é claro de fornecer maiores financiamentos. Não somente os historiadores, mas todos os intelectuais em geral estavam muito eufóricos com as mudanças. Mesmo os escritores auxiliaram o estabelecimento das bases da identidade nacional, patrocinados pela monarquia (Rouanet, 1991, p. 115).

Em 1851, os novos estatutos do Instituto foram publicados, alargando as atividades e metas do estabelecimento. A vinculação política do Instituto com a monarquia tornou-se ainda mais acirrada. Os estudos indígenas foram incrementados como preocupação básica, e nesse sentido, os sócios da agremiação dedicaram-se ainda mais aos

conhecimentos etnográficos, filológicos e literários para desenvolver a linha evolutiva na História da nação brasileira. Logo no início dos novos estatutos percebemos as mudanças. Tratando dos fins e objetos do Instituto, o artigo primeiro acrescentou ao lado dos estudos históricos e geográficos, a “archeologia, ethnographia e linguas de seus indigenas.” (Novos estatutos, 1851, p. 477). Os estudos materiais do passado pré-histórico passaram a ser legitimados como uma das principais finalidades da instituição. Em congruência com a *imagem idealizada do indígena*, veiculada pela literatura e a serviço da elite imperial.

Mas entre essa idealização das atividades acadêmicas e sua efetiva comprovação prática, ocorreu um grande abismo. As pesquisas relacionadas com a Arqueologia e até mesmo a produção historiográfica do IHGB, não acompanharam a estabilidade econômica e política da monarquia durante os anos 50, sendo muitos inferiores em quantidade que as da década anterior. Esse limite pragmático, distante das metas estatutárias, foi devido principalmente à grande atuação dos membros do Instituto na carreira pública, dificultando maiores pesquisas e trabalhos acadêmicos (Guimarães, 1995, p. 564).

Com relação à Arqueologia mundial, verificamos um panorama totalmente diferente, ocorrendo contínuas descobertas e estudos por todas as regiões. Foram encontrados na Alemanha, os vestígios da civilização das palafitas, no lago de Zurique (1853). Uma descoberta que demonstrava a remota idade do homem fóssil. Porém, de maneira genérica, a discussão da ancestralidade humana ainda estava muito instável. Os estudos de Boucher de Perthes, efetuados na década passada, suscitavam muitos debates. Somente a obra de Charles Lyell, opondo-se ao catastrofismo cuveriano-buffoniano, já demonstrava certa aceitação acadêmica, inserindo o homem numa perspectiva geológica (Poirier, 1981, p. 20). Esta instabilidade teórica e metodológica não foi seguida pela Arqueologia clássica. Monumentos, cidades perdidas, inscrições misteriosas e civilizações arcaicas foram constantemente reveladas, dando continuidade aos trabalhos pioneiros anteriores. O descobridor de Nineveh, Emile Botta, publicou sua obra clássica a respeito desse famoso sítio, *Letters on the discoveries at Nineveh*, 1850. Outra publicação extremamente importante para esse período, foram as decifrações da escrita cuneiforme, empreendidas pelo britânico Henry Rawlinson (no periódico *Archaeologia*, 1852).

Com relação ao método de investigação, em 1850 foi publicado um documento que definiria a profissionalização do arqueólogo e de seus estatutos de investigação na Europa. No boletim *Archäologischer Anzeiger zur archäologischer Zeitung*, E. Gerhard estabeleceu as diferenciações entre os amadores, colecionadores e artistas diletantes com o especialista no resgate material do passado. Criou o rompimento definitivo com a época

das coleções de objetos, organizados apenas pelo seu valor estético. O momento do encontro científico com o objeto (a escavação), passou a ser a grande característica da Arqueologia.

Nas Américas, os estudos mais promissores foram os realizados no hemisfério norte. Ephraim Squier publicou diversas obras, entre as quais *Serpent symbol in America*, de 1851, que apresentava catálogos de artefatos, excelentes mapas de sítios e registros de enormes quantidades de materiais arqueológicos do sul dos Estados Unidos (Fagan, 1984, p. 231). A obra mais importante desta época, entretanto, foi a sistematização publicada pelo Instituto Smithsonian, com autoria de Samuel Haven. Apresentando o título *Archaeology of the United States* (1856), foi um grande compêndio bibliográfico de todas as pesquisas e escavações conduzidas até então. Uma das conclusões mais importantes desse estudo foi a contestação das raças perdidas dos Mound Builders (Fagan, 1996, p. 290).

Com relação ao extremo sul da América, o naturalista suíço Juan Tschudi, em companhia de Mariano Rivera, publicou em 1851 o livro *Antiguedades peruanas*. Encartado com um atlas, a obra divulgaria em grande escala os misteriosos monumentos incaicos, demonstrando ao mundo as possibilidades da arqueologia nas regiões desconhecidas dos Andes. Justamente na época em que a busca monumental no Brasil pré-histórico encerrava suas atividades, as pesquisas nas áreas vizinhas apenas estavam começando.

Se a Arqueologia brasileira não logrou nenhum estudo específico, nenhuma memória especializada na década do apogeu imperial, ao menos podemos vislumbrar algumas questões envolvendo a Pré-História, manifestando-se constantemente nos ensaios etnológicos, historiográficos e literários publicados pela *Revista*. Durante esse período, os intelectuais ligados diretamente ao antigo periódico *Niterói* (fundado em 1836, em Paris, por Gonçalves Dias, Joaquim Silva, Joaquim Macedo, Varnhagen, Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães) foram os responsáveis pela maioria destes estudos publicados pelo IHGB, de 1850 a 1859. Se nos anos 40, a enorme quantidade de pesquisas estrangeiras e nacionais refletiu a constante procura por uma identidade, agora o círculo se fecha em torno do grupo mais próximo ao imperador. O *índigena transforma-se em símbolo nacional*, cabendo aos membros da elite erudita a construção dessa pretendida imagem em todos os campos do conhecimento e da arte.

A imagem etnológica

Com a participação cada vez maior de D. Pedro II nas sessões do Instituto, este passou a eleger diversas questões e problemáticas para serem sorteadas entre os membros da agremiação. O então famoso poeta Gonçalves Dias foi encarregado de desenvolver alguns trabalhos relacionados com os primitivos habitantes de nossa terra. O primeiro tema recebeu o título de *Brasil e Oceania*, exercendo muita influência a partir de sua primeira leitura, na sessão solene de 1853 (foi publicado em 1867).

Inicialmente, a memória impressiona pelo seu grande tamanho, aproximadamente 327 páginas, o maior estudo desenvolvido desde a década passada. Demonstrando um grande conhecimento etnológico, Gonçalves Dias pretendia fornecer o estado intelectual e moral dos indígenas quando de sua conquista pelos europeus. O principal grupo étnico destacado pelo autor foi o Tupi, a última ou única raça conquistadora (1867, p. 9). Sua primeira pista foi a questão da emigração dos indígenas para nosso país, apoiado principalmente em dados culturais, do qual realizou complexas comparações. Também recorreu a textos coloniais, mas sua grande fonte teórica foi o livro *L'Homme américain* (1839), de Alcide d'Orbigny. Para esse naturalista francês, os Tupi penetraram no Brasil vindos do sul para o norte, o que para Dias teria ocorrido de maneira oposta.⁴³ A descrição dos diversos grupos que habitaram o litoral e suas características físicas tomaram grande parte do trabalho do escritor brasileiro. Nesse aspecto tomou partido das opiniões de Humboldt e novamente de Orbigny.

O poeta dedicou ainda muitas páginas, à capacidade intelectual dos “selvagens”, questionando Cornelius De Pauw e seu posicionamento detrator dos habitantes americanos (1867, p. 169). Na descrição das aldeias indígenas, constatou que não possuíam templos, nem edifícios e “não usavam de instrumentos com que podessem lavrar a pedra.” (p. 177). Uma verificação muito penosa para um contexto intelectual que na década anterior, procurou provar a existência de cidades pré-históricas no Brasil. Mas a questão da geração perdida, apesar de desacreditada objetivamente, ainda foi lembrada muito rapidamente e sem qualquer alarde. Tratando da origem dos Tupi, concebeu este grupo étnico como sendo os restos de uma *civilização desconhecida*. Parecia que o sonho ainda não estava totalmente morto. Mas as evidências necessitavam ser analisadas dentro de um novo contexto, onde a perspectiva etnológica suplantava qualquer conjectura arqueológica. Assim, no capítulo *Se os americanos caminhavam para o progresso ou para a decadência*, voltou a discutir o assunto. A sua noção de civilização mostrou-se

⁴³ Também na atualidade se conservam essas duas concepções do movimento migratório Tupi. De um lado a visão dominante, de que os grupos Tupi-guarani partiram do sul para o norte do litoral brasileiro; e segundo dados arqueológicos, de que o deslocamento Tupinambá foi realizado da Amazônia para o litoral sul-brasileiro. Fausto, 1992, p. 382.

baseada principalmente na religião, pela qual conferiu diferentes graus de avanço intelectual, conforme a aptidão das culturas para o doutrinamento cristão. O autor neste momento resgatou inúmeros trechos das teses de Martius, a respeito da decadência do selvagem. Em outra passagem, contrapôs também em seu texto o poeta-viajante Chateaubriand, que concebeu os indígenas americanos como totalmente omissos de civilização. E seu posicionamento pessoal ficou entre esses dois termos: os antigos americanos não conheceram nenhuma grande cultura intelectual, mas possuíam uma civilização – que seja, um estado religioso satisfatório – e caminhavam para a completa decadência.

A segunda parte da memória de Dias tratou dos grupos indígenas da Oceania, procurando contrastá-los com nossos próprios representantes primitivos. Dos três grupos que classificou, o escritor citou os Malaio, os Polinésico e os Papuá. Os primeiros foram considerados os mais inteligentes e civilizados, devido à religião estruturada; os segundos rudimentares; e os últimos os mais embrutecidos e estúpidos. Coincidência ou não, Dias denominou os Papuá de negros “com formas comparadas aos macacos” (p. 395). Não é irrelevante, se levarmos em conta a clara tendência da elite imperial, em omitir os negros do caldeamento racial do império em construção. Só os ameríndios interessavam, ao menos como emblemas do movimento romântico e da nacionalidade tropical. Como conclusão ao seu extenso trabalho, Gonçalves Dias recomendou a catequese indígena como maior aliado ao projeto de colonização das terras selvagens. A religião como suporte imprescindível na construção de uma identidade territorial para a nação brasileira.

Uma missão exploratória

Transcorrida a metade da década de 50, os resultados almejados pelo Instituto não satisfaziam as necessidades de desenvolvimento do Império. Havia muita pouca informação sobre as províncias e as mais diferentes regiões da nação. Necessitava-se urgentemente melhores resultados empíricos, pois “o conhecimento do território pode ser considerado como importante instrumento para a manutenção da unidade interna.” (Bittencourt, 1997, p. 260). Em maio de 1856, o primeiro secretário Ferreira Lagos apresentou a proposta de se realizar uma expedição naturalista, pelas áreas menos conhecidas do Brasil. Como meta básica, esperava-se formar uma grande coleção de produtos do reino animal, vegetal e indígena. Gozando de grande prestígio, o Instituto levou apenas dois meses para ver aprovada esta comissão pelo governo imperial.

A estruturação da expedição não deixou de ser no mínimo curiosa. Para presidente, foi eleito Francisco Freire Alemão, que também deveria incumbir-se da seção de botânica. Ora, ele era membro da comissão de Arqueologia e etnografia do IHGB, nesta mesma época! O encarregado da seção etnográfica da futura expedição, acabou sendo o poeta Gonçalves Dias, e ainda, quem elaborou as metas para esta mesma seção foi o secretário Porto Alegre. Em toda essa balbúrdia, uma coisa percebemos claramente: a Arqueologia não existia enquanto sistema de conhecimento devidamente ordenado, nem ao menos mereceu um segmento próprio na planejada expedição. Todas as seções planejadas para a viagem – botânica, geológica, astronômica, geográfica e etnográfica - atendiam as necessidades de acervo do Museu Nacional e do Instituto. E no caso, a ciência arqueológica aparecia enquanto mero complemento das atividades almeçadas para os estudos etnográficos.

Porto Alegre enumerou três metas básicas para a seção etnográfica, a saber, a organização física, intelectual e filológica dos grupos indígenas. Possibilitando com isso uma melhor integração dos selvagens ao império tropical, ao mesmo tempo fornecendo para o governo, melhores informações sobre o tema mais caro ao Instituto. Os maiores interesses apontados pelo secretário foram preocupações de ordem física, “o conhecimento do typo” (1856, p. 69), principalmente o estudo dos crânios humanos. Aqui notamos a sedimentação de uma influência que já era percebida nos anos 40, os *estudos frenológicos*. Diversos sócios já tinham se referido às pesquisas do norte-americano Samuel Norton, em obras doadas para a biblioteca do Instituto. Nesse momento, Porto Alegre planejava a obtenção de moldes de cabeças, estudando os dados morais pretendidos pelo sistema de Franz Gall (1758-1828). Além das características fisiológicas e anatômicas, o secretário apontou o estudo da linguagem, religião, crenças e superstições como dados primordiais. Os estudos arqueológicos mereceram apenas uma pequena citação de três linhas: “far-se-há collecções de (...) tudo emfim quanto possa servir de prova da industria, usos e costumes dos indigenas, inclusive suas mumias e sepulturas, reparando-se, entre outras circumstancias dignas de nota, na posição que ellas occupavam em relação aos pontos cardeaes” (p. 73). Essa preocupação com a orientação de sepulturas, já havia sido apontada por Varnhagen, em artigo para a *Revista* em 1849.⁴⁴ No caso de Varnhagen e Porto Alegre, foram decisivos estudos publicados sobre ruínas orientadas no Peru e América Central, nos quais não citam detalhes bibliográficos.

⁴⁴ Muito provavelmente uma das influências de Varnhagen foram os estudos de megalitismo europeu dos anos 40. O arqueólogo dinamarquês Jens Worsaae, num de seus livros mais populares (*Primeval Antiquities of Denmark*, 1843) apresentou túmulos pré-históricos com indicações de orientação astronômica (Bahn, 1996, p. 91).

Apesar das poucas expectativas arqueológicas em torno da expedição, logo no primeiro ano, em 1859, Guilherme Capanema realizou a importante descoberta de um crânio nas grutas de Quixadá (Baturité, Ceará), que foi estudada mais tarde por Armand Quatrefages. Desde as escavações de Peter Lund, efetuadas 17 anos antes, não se efetuavam descobertas de fósseis humanos no Brasil. Aproximava-se a época das grandes escavações do império.

A imagem histórica

Um dos primeiros programas apresentados em 1850, durante as sessões do Instituto, criou muita polêmica entre os associados. Com o título *Sobre o descobrimento do Brasil*, seu autor, Joaquim Norberto Silva, acreditava que o mesmo não teria sido obra do acaso, tese não compartilhada por Duarte Ribeiro e Gonçalves Dias. Não é nossa intenção examinar aqui toda a discussão que foi criada em torno do assunto, mas antes o seu envolvimento com nosso objeto. Silva nos concedeu em primeira mão, um panorama das problemáticas arqueológicas discutidas nos anos 40, agora revistas em novas perspectivas.

As escavações de Peter Lund mereceram o destaque inicial. Se suas descobertas não foram ainda totalmente aceitas no mundo acadêmico, ao menos segundo Silva, suas declarações de que nosso continente foi muito antigo eram animadoras (1852, p. 132). É fácil seguir o raciocínio do autor. O que está em jogo, a questão da descoberta acidental ou não do Novo Mundo, poderia ser esclarecida por meio de dados geológicos. Admitindo-se que nosso país existe num contexto antiquíssimo, logo seus habitantes também devem ter ancestralidade remota. Bárbaros ou civilizados, eles pertenceram “a um só tronco” (p. 133), o que dá margem a uma concepção monogenista, para o qual resgatou Martius e Orbigny. Espalhados por todo o mundo, as raças também difundiram-se por todas as regiões da América, preservando sua memória nos hieróglifos e monumentos arruinados.

Em seguida, Joaquim Silva citou outro pesquisador muito importante nas duas décadas anteriores, Carl Rafn. A América, sem dúvida, havia sido conhecida em todas as suas regiões por antigos povos europeus, principalmente os navegadores bárbaros. Para a comprovação desta hipótese, Silva utilizou-se de pressupostos arqueológicos que, se não eram reconhecidos de todo, serviram ao menos para tentar acalmar os ânimos de seus adversários. As cidades perdidas não tardaram a surgir em seu texto, todas ocultas em misteriosas florestas centro-americanas. Dos vikings agora apelou aos fenícios, outra

febre difusionista que dificilmente morria no imaginário de sua época. Para legitimar nossas esquecidas cidades, os recursos utilizados foram os mesmos da década passada, ou seja, os estudos de Martius, as explorações de Benigno de Carvalho e as descobertas do major Oliveira. As trevas da antiga História americana poderiam ser desfeitas a qualquer momento. Do palpite, passou então para propostas empíricas: um levantamento de todas as notícias envolvendo as misteriosas inscrições hieroglíficas existentes por todo o solo nacional. No último parágrafo a respeito de Arqueologia, suas convicções pessoais o impeliram a citar a mais duradoura de todas as civilizações imaginárias. Nesta concepção, os gregos formaram um povo muito novo quando comparados à História exposta pela Atlântida de Platão. Metaforicamente, também nosso país seria muito recente comparado aos vestígios de uma desconhecida civilização pré-cabralina (p.140).

Em outro estudo de Joaquim Silva, com o título de *Memoria historica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro* (1852, publicada na *Revista* em 54), não percebemos as mesmas diretrizes teóricas. Sua preocupação básica foi recuperar o lugar dos indígenas em nossa História, principalmente no momento da descoberta e início da colonização. As referências arqueológicas surgem quando indagou a respeito da origem desses povos. Os grandes vestígios desses antigos habitantes da América se fazem notar pelos restos cerâmicos, “vasos quebrados sem nexos” (p. 79). Fragmentos que se assemelham a um grande quebra cabeças, confuso e irregular, mas que se presta a indagações polêmicas. O que para Silva demonstrava ser um grande triunfo para os sábios. Aproveitou este momento para citar De Pauw, quando o abade detrator mencionou a falta de memória sobre as terras americanas: “Nada mais existe da Antiga América do que o céu e a terra, e a memoria de suas desgraças” (p. 79). Certamente um dos trechos mais lembrados do abade pelos membros do Instituto. Mas em vez de contestar a frase, ela serviu de reforço para seu novo posicionamento perante a Arqueologia.

No texto, a exuberância das florestas sepultando as cidades maias através dos séculos, foram comparadas às ruínas romanas, cobertas pelas cinzas vulcânicas. Esse silêncio monumental também foi reportado para nossos vestígios indígenas, como as “*engaçabas* ou *commucis*, encontrados nas entranhas de nosso sólo.” (grifo do autor, p. 79). Nesse momento, Joaquim Silva tornou-se muito pessimista quanto ao futuro das investigações nesse campo. Essas relíquias tribais após alguns anos desapareceriam totalmente, não restando material para os pesquisadores. O esforço da ciência em tentar decifrar os restos cerâmicos, as letras ilegíveis (as pinturas rupestres) e os crânios humanos, teria um resultado totalmente fútil. Se os estudos materiais não obtiveram

maiores triunfos, pelo menos a História constituiria para Silva a disciplina capaz de solucionaram, no futuro, os enigmas americanos. Esse seu novo posicionamento foi um reflexo direto dos fracassos da Arqueologia brasileira até aquele momento. Apesar disso, outros membros da agremiação ainda estavam otimistas com os antigos trabalhos efetuados em solo pátrio.

O escritor Joaquim Manuel de Macedo foi um dos intelectuais que não seguiu o pessimismo de Silva. Eleito primeiro secretário do Instituto no início da década, foi mais um exemplo de como o período foi favorável aos literatos. Em seu relatório efetuado para o aniversário de quinze anos da instituição (1853), não faltaram referências baseadas na História e Arqueologia clássica. Tudo para descrever o grandioso destino que o futuro reservaria para a nação imperial. Do Egito e seus mistérios, à beleza artística dos gregos, passando pelas cidades magníficas de Roma, Babilônia, Cartago e Tadmor. O mundo inteiro respirava descobertas estonteantes, não podendo o secretário deixar de comentar alguns sítios arqueológicos que faziam sucesso no meio acadêmico, e ocasionavam imagens delirantes na literatura. A *imagem ruinística* ainda era muito presente na elite imperial: “os imperios se desmoronam, as gerações desaparecem, os genios se apagam, e sobre os esqueletos das grandes cidades vão sentar-se proscriptos Marios⁴⁵ a meditar sobre as vicissitudes humanas.” (Macedo, 1853, p. 611). Mais do que em qualquer outra época, as ruínas ofereciam uma visão romântica sobre os destinos humanos, refletindo as transformações que os impérios e nações percorreram em sua História. Neste percurso civilizatório para demonstrar o lugar futuro do Brasil no mundo, Macedo não escondeu seu entusiasmo com descobertas que ainda podem ser efetuadas em nossas matas (p. 623), reservando com isso uma missão divina para o glorioso império dos trópicos. Mais uma vez, percebemos a utilização das ruínas arqueológicas como símbolos da realidade histórica de uma determinada sociedade, elegendo elementos materiais para destacar aspectos do imaginário.

Esse posicionamento do secretário Joaquim Macedo também refletia outra tendência da elite carioca. A maioria dos intelectuais acreditava em teorias difusionistas ou de antigas civilizações perdidas. Mas essas idéias não estavam encontrando condições de serem apresentadas publicamente, devido às experiências sem resultados da década passada. Com isso temos um interessante quadro esboçado neste momento: uma constante contradição entre um posicionamento reservado e vislumbres esporádicos de alguns mitos tradicionais.

⁴⁵ Uma referência ao general romano Caio Mário, proscrito para a África em 88 a.C. Conf. Grande Larousse, 1998, p. 3826.

Enquanto o intelecto coletivo fervilhava, os resultados empíricos não surgiam. Nenhuma escavação, nenhuma descoberta. A *comissão de arqueologia e etnografia* do IHGB não realizou qualquer trabalho prático por toda a década. Em 1855, o grupo foi composto por Antonio Mello (militar e político), José Fontes e Francisco Freire Allemão (médico e botânico). Este último foi o único membro original da comissão criada em 1847, porém, concentrava mais seus esforços nas aulas do Colégio Dom Pedro II, do que em resgatar ou estudar vestígios arqueológicos.

Ao mesmo tempo em que esta insípida comissão não apresentava resultados concretos, um político ressuscitava antigos mitos, não desaparecidos por certo no imaginário da elite, mas ausentes objetivamente na *Revista*. O futuro presidente da província de Goiás, Caetano Filgueiras, enviou em 1855 um estudo intitulado *Reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brazil*, publicado um ano depois. O autor utilizou-se de diversas referências clássicas para demonstrar que o Brasil, na realidade, já fora antevisto pelos gregos. Assim Thule, o Jardim das Hespérides, os Elysios e principalmente a mítica Atlântida, na realidade foram denominações diferentes para a América Meridional. Seguindo o raciocínio de Joaquim Macedo a respeito da grandiosidade futura do Brasil, o escritor apontou a providência divina como causadora dessa antevisão, em uma espécie de profecia passada. Claro que estamos distante da utilização da Atlântida ou de outras civilizações perdidas para explicar a existência de uma *geração perdida* em nossa Pré-História. No caso, Filgueiras associou uma imagem literária com o episódio histórico da descoberta de nosso país. Cabral foi visto como uma espécie de porta voz de uma força maior, o baluarte do destino divino que a futura Terra de Santa Cruz seria reservada. Percebemos que este político acreditava no mito platônico, mas só pôde incluí-lo em sua memória através de uma forma quase poética.

O contexto desta década não permitia outro tipo de procedimento. No mesmo volume em que foi impresso este estudo (tomo XIX, 1856), mais um manuscrito, *Geographia historica, physica e politica do Brazil*, foi indeferido para publicação na *Revista*. Um dos motivos alegados foi de que seu autor, Francisco Nunes de Souza, apresentou o Eldorado como um império existindo no Amazonas, rio percorrido por Orellana em 1540 (Sessão 19/09/1856, p. 27). Com este ato, os eruditos da Casa da Memória Nacional esperavam eliminar qualquer fábula relacionada com nosso passado. Os escândalos envolvendo episódios históricos e fraudes arqueológicas haviam consumido muito dos ideais da elite em propagar publicamente seus próprios mitos pessoais. Visando ocultar seus erros passados, outro ardil do grupo imediatamente

vinculado ao imperador e ao Instituto, relacionava esses episódios desagradáveis da academia com a presença de estrangeiros em solo pátrio.

Uma curiosa memória de 1854 nos esclarece essa questão. Surgida com a finalidade de responder ao programa *Quaes as tradições, ou vestígios geológicos que nos levem á certeza de ter havido terremotos no Brasil*, o engenheiro Guilherme Capanema apontou, em meio a essa discussão, alguns nomes que atrapalharam o desenvolvimento científico brasileiro: Castelnau, Darroin, Sellow, Helmreichen, Parigot e Peter Clausen. O primeiro, como veremos em capítulo separado, foi envolvido com a polêmica da estátua amazônica. Qualquer outro elemento discutível em seu livro (publicado a partir de 1850, e examinado em sessões do Instituto por Ferreira Lagos em 1855), logo era mencionado como obra de um escrupuloso difamador: “parece que esse tão victoriado viajante só tencionava ser lido nos toucadores [gabinetes femininos] de Paris.” (1859, p. 139). Peter Clausen teve um tratamento semelhante a Castelnau. No final da década de 30, residindo em Minas Gerais, enviou diversos estudos sobre arte rupestre ao Instituto. Amigo de Lund, neste período foi reconhecido como grande incentivador das pesquisas de fósseis. Quinze anos depois, desta vez sua memória estaria associada como a de um criado, mascate e negociante (p. 138). Uma mudança de atitude que retirou uma autoridade, antes concedida legitimamente a investigadores de nossos desconhecidos horizontes. Mesmo o pai de Capanema, Roque Schuch (veio ao país com a missão austríaca de Martius), durante o episódio da pedra da Gávea, revelou ser um elemento fundamental na teoria dos vikings no Brasil. Mas é claro, foi omitido tanto por seu filho como por outros membros da instituição, neste contexto em que o elemento estrangeiro muitas vezes recebia críticas desfavoráveis.

Um manual de História

Apesar da importância de todas essas publicações da *Revista*, a obra mais famosa da década foi *História Geral do Brasil*, de Varnhagen. O grande modelo da elite imperial para se pensar nosso passado, convertido em um manual que privilegiava a civilização branca por meio de três elementos básicos – Nação, Estado e Homem brasileiro (Odália, 1979, p. 19). O visconde de Porto Seguro conduziu seu modelo de construção dos fatos, como um inevitável destino que a nação desempenharia no futuro. O elemento português foi sempre o mais destacado, principalmente em seus aspectos de conquista da terra colonizada, legitimando o poder dos brancos na nova sociedade imperial: “A civilização

européia na óptica varnhageniana é superior porque ela traz lei, ordem e autoridade – elementos básicos para a constituição de uma nação” (p. 20).

O primeiro volume da obra saiu em 1854, e o segundo em 1857, ambos editados em Madri. Os indígenas foram tratados em três capítulos, onde a imagem constante em todo o texto foi de sociedades primitivas, imperando a falta de patriotismo, de sentimentos pelos semelhantes e pela terra habitada. Sendo selvagens, os ameríndios pareciam condenados a um desfecho sem civilização. Varnhagen foi um dos intelectuais brasileiros em que a influência de De Pauw e Martius foi levada a um caráter pragmático. Condenados à extinção por serem decadentes, o uso da força física, da fixação e dos trabalhos compulsórios contra os indígenas, encontraram porta voz na obra do Visconde de Porto Seguro (Cunha, 1997, p. 137).

Varnhagen foi um dos intelectuais que acreditou na hipótese da *geração perdida*, sendo a recuperação de seus vestígios um procedimento muito mais importante do que o resgate heróico do índio decadente e selvagem (pelos literatos). Mas devido aos fracassos das expedições arqueológicas, o historiador assumiu uma postura cautelosa em relação aos vestígios monumentais. Assim, seu texto *Ethnographia indigena* (1849), possuiu muito mais descrições de vestígios materiais que seus outros escritos posteriores. Os estudos dos grupos indígenas, sua linguagem, organização religiosa e social durante a História ganharam terreno nos anos 50.

Mas em sua *História geral*, ainda apareceram algumas citações esparsas de testemunhos arcaicos, como por exemplo urnas funerárias e sepulcros de barros localizados em Minas Gerais. Porém, esses resquícios seriam diferenciados da antiga geração perdida, ainda citada por Varnhagen, mas desta vez de maneira mais discreta: “Monumentos de raças anteriores, analogos aos do Mexico, Centro-America e Perú, não têm por ora apparecido no Brazil, se bem que não falem alguns toscos lavores, praticados na pedra, a respeito dos quaes nenhuns estudos sérios se tem feito” (1877, p. 53). Ou seja, o sonho de uma antiga civilização aos moldes de nossos vizinhos americanos, ainda não estava totalmente sepultado. Estes lavores em pedra mencionados nada mais são dos que os petróglifos indígenas, glorificados na primeira década do Instituto, mas, como apontou o visconde, não foram sistematizados por nenhum estudo.

Varnhagen também assumiu objetivamente sua posição difusionista. Para ele, o continente americano foi povoado por grupos asiáticos através do estreito de Bering, mas o contato com o Velho Mundo nunca cessou desde então (p. 54). A misteriosa geração perdida, tão cara aos anseios eruditos, não manteve nenhum elo com os indígenas ao tempo do império. Pelo menos aos olhos do historiador mor. Distantes dos benefícios da

paz e da cultura do espírito, as sociedades indígenas apresentavam-se como propensas à ferocidade, em um estado de natureza bravia e animal. Omitido da religião e das leis, o homem natural converteu-se em fera. Essa concepção de barbárie distanciava-se da imagem idealizada pelos literatos nacionalistas, onde o homem natural dos trópicos foi glorificado como o herói de nossa História: “não sabemos como haja ainda poetas, e até philosophos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem” (p. 52). O autor também atacou diretamente os indianistas, chamando-os de “patriotas caboclos”, no segundo volume de 1857.⁴⁶

Apesar dessa oposição às imagens idealizadas pelos escritores, a obra de Varnhagen logo assumiu uma posição sem precedentes na elite erudita. Porto Alegre, por exemplo, em seu relatório como secretário do IHGB (1858), deixou muito claro a importância política que poderia advir de um manual sistematizado da cronologia brasileira. Durante essa década, a França pretendia alargar as fronteiras da Guiana, que logo foram contestadas pelo diplomata brasileiro Joaquim Caetano da Silva. Naturalmente, a legitimidade nacional proveio de um referencial histórico. O ministro francês Armand d’Avezac-Macaya, publicou no *Boletim da Sociedade Geográfica de Paris*, uma extensa crítica sobre a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, que por sua vez leu uma réplica nessa mesma sociedade. De ambos os lados, procurava-se uma vitória onde o espaço físico fosse justificado pelas artimanhas do passado. Porto Alegre manifestou estar bem consciente dessa utilização pragmática dos escritos históricos. Conclamou o governo para subvencionar os trabalhos do “chronista-mór do imperio” (1858, p. 404), o coronel Ignacio Accioli Silva, autor de trabalhos sobre corografias histórico-geográficas (recordemos: também foi um dos caçadores de cidades perdidas!). A discussão territorial sempre foi muito importante e, no momento da maior estabilidade política do império, revelou-se fundamental.

Utilizando imagens arqueológicas, Porto Alegre enalteceu os trabalhos dos cronistas do Brasil: “O historiador quando preenche devidamente sua missão é um benemerito da patria e da humanidade (...) A sua missão é muitas vezes como a do antiquario, que reúne os fragmentos esparsos de um monumento e o recompõe aproximado á verdade” (p. 465). Mas se justamente a História mereceu um lugar privilegiado nos meios eruditos, o primeiro secretário ainda ressentia-se da falta de conhecimento acerca dos primeiros brasileiros. A obra de Varnhagen omitiu-se de maiores inquirições a esse respeito. Elegeu-se o indígena devidamente documentado – a saber, o abordado pelos documentos coloniais até o império - como alvo dos debates.

⁴⁶ Essa frase foi inserida no discurso preliminar ao segundo volume (1857) e retirada da segunda edição de 1877. Conf. Puntoni, 1996, p. 128.

Nesse momento, nos é muito reveladora a posição assumida por Porto Alegre. Confiante no triunfo do império, acreditava que a extensão territorial da nação poderia apossar-se de todo o espaço geográfico ocupado pelas tribos indígenas, não restando mais do que uma “raça degenerada e bastarda” (p. 469). Em um determinado momento do relatório de Porto Alegre, percebemos as causas do pessimismo da elite sobre os estudos pré-históricos: “Os processos archeologicos, e os pelos quaes a Paleontologia libertou-se dos sonhos da antiguidade.” (p. 469). Que sonhos são esses? Sabemos por antecipação: esfinges vikings, inscrições fenícias, cidades perdidas, estátuas amazônicas. Ruínas de antigas civilizações perdidas no umbral do passado, que a Arqueologia fracassou em situar no Brasil. O desfecho do relatório não poderia ter sido mais frustrante. Os brasileiros foram menos felizes que seus vizinhos latinos, pois não possuem os maravilhosos monumentos, tradições e escritos de povos adiantados. Restava aos acadêmicos nacionais, o desvendar do selvagem na História. Um pequeno ensaio do poeta Gonçalves de Magalhães foi uma das tentativas do período para elucidar essa questão.

Os indígenas do Brasil perante a História (escrita entre 1858-59 e publicada em 1860 na *Revista*), era também uma resposta enérgica às concepções indianistas de Varnhagen. A exemplo de outros literatos, Gonçalves de Magalhães defendia uma imagem positiva e heróica do primeiro brasileiro, colocando-se contrário a uma História dos vencedores europeus. Como personagem dominado, o indígena teria tido sua História modificada conforme os interesses colonizadores, além de prejudicado pela fantasia de seu opressor. Partindo do pressuposto varnhageniano *dos índios como alienígenas* – recordemos, para este historiador os Tupi teriam provindo das Caraíbas, portanto emigrando originalmente para nosso solo – Magalhães teceu alguns comentários sobre o passado americano. Não tomando partido nem do poligenismo ou do monogenismo, preferiu deixar em aberto as polêmicas arqueológicas pela precariedade das investigações. Mas em detrimento da idéia de Varnhagen, esboçou a possibilidade de que o Brasil poderia ter sido o antigo Éden, também emigrando os povos daqui para outras áreas do mundo.

Independente da origem das culturas pré-cabralinas, o autor passou para outra estratégia, desta vez com um caráter mais histórico. Demonstrou que os *bárbaros* na realidade teriam sido os europeus, ao aniquilarem as cidades e monumentos indígenas. Aqui evidentemente, a grande quantidade de obras descritivas sobre as culturas maias, astecas e incas do início do Oitocentos colaborou para reforçar a grandiosidade da antiguidade americana: “tão facil nos é suppol-a anterior, como contemporanea da mais antiga civilisação da India e do Egypto” (Magalhães, 1860, p. 11). Nesse sentido, a

imagem de uma civilização – em seu sentido moral, cultural e político – foi generalizada a todo o continente e para uma época muito remota. Rivalizava mesmo com o grande local concebido pela Arqueologia moderna, o Egito.

Em seu próximo capítulo, Gonçalves de Magalhães anunciou as características moralmente elevadas do comportamento selvagem. Mesmo atos de vingança coletiva teriam fortes razões políticas, a exemplo do que aconteceu em muitos episódios do ocidente. Vivendo em um regular estado social e sem leis escritas, os indígenas mantinham uma sociedade que protegia seus membros. A figura do chefe supremo existia e a paz era garantida por um conselho de anciões. A justiça, a ordem e uma sofrível forma de governo seriam fatos incontestáveis nas tribos brasileiras. Além disso, em um capítulo próprio, a religião reforçou esses aspectos, demonstrando que os índios teriam crenças e cultos. Portanto, o espírito humano seria o mesmo em todo local, sendo a razão, a religiosidade e a sociabilidade mais poderosas que a História.

Em outros capítulos, o autor abordou a questão da barbárie, ao tratar da arte e indústria nativa. A descrição de diversos pormenores culturais, retirados do próprio livro de Varnhagen, autorizou-o a afirmar: “A selvageria completa é uma ficção (...) De certo nem os indígenas deste continente eram tão ferozes, tão incultos, tão selvagens como os barbaros do norte da Europa, nem os portugueses tão degenerados como os romanos da decadencia.” (p. 37 e p. 48). Gonçalves de Magalhães procurou deslocar a tradicional imagem de barbárie empregada pelos europeus aos ameríndios - esta constituída de imagens decadentes, pagânicas e apolitizadas (Raminelli, 1996, p. 55) - para procurar na própria História ocidental, os mesmos elementos que os povos utilizaram afim de dominar outras sociedades. Esse argumento comparativo foi recorrente em todo o texto. Aproximando nossos indígenas com os etruscos, gauleses, cartagineses, gregos, entre outros, o autor concedeu uma nobreza histórica para os atos efetuados pelos mesmos. Mas com que finalidade?

Devemos considerar esta dissertação de Magalhães em torno de duas variáveis. A primeira, o próprio escritor enunciou no segundo capítulo: “O fim deste trabalho he reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil.” (p. 6). Desde a instituição do projeto de Martius, a elite imperial preocupou-se em dimensionar a positividade das minorias étnicas dentro de um grande caldeamento racial. Obviamente o elemento branco foi preponderante, mas o indígena assumiu uma importância ainda maior que o negro: “fazia-se do indianismo um tema que, além de se concretizar na realidade local, também se inseria na tradição clássica do Ocidente (Schwarcz, 1993, p. 113). Uma idéia bem distante da prática, pois o império possuiu uma das piores políticas indigenistas

da História brasileira (Cunha, 1992, p. 137). A outra alternativa foi concedida na última parte, denominada “conclusões históricas.” O resgate do indígena perante a História, deveria desconsiderar seus *atos* – muitas vezes repletos de selvageria, crimes e erros – e admirar suas *virtudes de herói*. Magalhães tentou criar legitimidade para o grande tema do romantismo nacionalista deste período, no qual ele mesmo esteve vinculado.

A imagem literária

A eleição do indígena como tema principal do romantismo e da ciência no império já se fazia sentir desde o início do segundo império. Mas foi durante os anos 50, e mais especificamente, na segunda metade desta década, que a simbologia do selvagem foi estruturada enquanto vertente artística, científica e literária do Brasil. Algumas das obras indianistas mais famosas surgiram neste momento: *O Guarani*, de José de Alencar (1857); *A confederação dos Tamoios*, de Magalhães (1856) e *Os Timbiras*, de Gonçalves Dias (1857). Este último também publicou um *Dicionário de língua Tupi* (1857), seguido por *Crestomalia da língua brasileira*, de Ernesto França (1859). Lembremos que até o imperador estudava o Tupi-Nheengatu neste período.

Mas se por um lado, o indígena assumiu uma grande importância temática, não existiu uma percepção única deste tema. Do ponto de vista *administrativo*, os índios brasileiros foram subdivididos no Oitocentos em “bravos” e “domésticos-mansos.” (Uma tipologia anteriormente existente em toda a legislação colonial). A partir dos anos 1840, também houve disputas entre os adeptos da catequese indígena e a oposição de outra parcela da intelectualidade, que defendia o extermínio e remoção dos grupos (Monteiro, 1996, p. 17). Outro critério classificatório, baseado em definições etnológicas, apresentou a divisão no império em *Tupi* (preferidos pelo romantismo) e *Botocudo* (privilegiados pela ciência) (Cunha, 1997, p.136).

Na realidade, o antagonismo conceitual entre esses dois grupos indígenas foi verificado desde o Seiscentos. Os Botocudo surgiram na historiografia a partir do século XVI, quando dos primeiros contatos portugueses. Neste momento, sua denominação surge em oposição aos grupos Tupi, os *Tapuio*, sendo mais tarde alcunhados de *Aimoré*, *Botocudo* e *Kren* (Paraiso, 1992, p. 77). Ao lado dessas diferenças filológicas e etnológicas dos grupos indígenas, os europeus também utilizaram imagens que manifestaram suas concepções civilizatórias. Um exemplo foi o pintor holandês Albert Eckhout, que em alguns de seus quadros (*Índio Tupi*; *Índia Tarairiu*, 1641) representou os Tupi como submissos aos brancos e domesticados. Ao contrário, os Tapuia receberam

uma conotação guerreira, bárbara e canibalística (Raminelli, 1996, p. 85-90). Ou seja, a oposição entre o *índio civilizado* - em vias de pacificação - e o *selvagem*.

Uma pista provável para entendermos a comentada divisão sobrevivendo no império surge quando examinamos a política indigenista logo no início do Oitocentos. Nas regiões de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo ocorreram grandes massacres de Botocudo, promovidos por soldados e mesmo civis. A justificativa para essa ação, com óbvios objetivos políticos e mesmo econômicos, foi a imagem desse grupo como “antropófagos, rebeldes contumazes, agressivos, incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação.” (Paraiso, 1992, p. 83).

No último ano do período regencial, surgiu outra pista em um dos autores europeus mais lidos pela elite da época, Alcides d’Orbigny. Seu livro *L’homme américain* (1839), apresentou uma raça e um ramo para nossos primeiros habitantes, denominados de “Brasilio guaraní.” Os Guarani foram separados de outras nações e tribos, como os Botocudo, Bororo, Guarayo, apenas pela linguagem, pois todos pertenceriam ao mesmo ramo físico (1944, p. 409). Mas na primeira página a respeito da raça brasileira, o autor francês inseriu um *quadro populacional*, que com certeza deve ter despertado a atenção dos acadêmicos brasileiros. Nele somente apresentou duas nações, a dos Guarani e a dos Botocudo. A primeira contaria com 222.036 indivíduos cristianizados, enquanto que a segunda não teria nenhum representante catequizado. Um dado significativo, pois a evangelização foi um fator preponderante no processo de assimilação pretendido pelo império. Inoperantes para a religião, o grupo dos Botocudo representava um obstáculo para o avanço da civilização.

Os Botocudo sempre foram tidos como índios bravios, incapazes de aceitar a escravidão, sofrendo inúmeras repressões até o início de nosso século. Utilizando botoques de madeira auriculares e labiais – advindo daí seu nome, eram ao contrário dos Tupi-Guarani (assimilados ou extintos no império), presentes em larga escala no território. Inclusive ambos os grupos foram inimigos no início da colonização, um fato preservado pela literatura indianista. O interesse antropológico pelos Botocudo, logrando grande interesse no academismo oitocentista, se deve principalmente aos exploradores germânicos. Em 1820-21 surgiu em Frankfurt os dois volumes de *Reise nach Brasilien*, do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Nesta obra, o grupo foi extensamente descrito. Além disso, o pesquisador levou um membro da tribo para a Europa e um exemplar de crânio para Blumenbach, que o caracterizou como o *mais próximo que vira do orangotango*. E ainda Robert Avé-Lallemant (*Reise durch Nord-Brasilien*, 1860) e Paul Ehrenreich (*Über die Botocudos der brasilianischen Provinzen*, 1887), destacaram

outros estudos sobre esses ameríndios. Ehrenreich, inclusive, caracterizou o Botocudo como um dos mais arcaicos da família Jê (Cunha, 1997, p. 136; Holanda, 1972, p. 437), certamente o grande paradigma da ciência etnográfica no Brasil.

Os Tupi ao tempo do império já eram indígenas assimilados e praticamente extintos: “figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo (...) É o índio bom e, convenientemente, é o índio morto.” (Cunha, 1997, p. 136). Tiveram sua imagem associada ao bom selvagem de Rousseau, transformando-se no indígena suscetível para a conversão religiosa, os bons costumes europeus, enfim, a todos os aspectos considerados positivos pela civilização ocidental. O tronco Tupi-Guarani foi privilegiado pelo indianismo romântico e pelo academismo brasileiro dos anos 40 até 1890. Estudos históricos (Varnhagen, Ignacio Accioli) e etnográficos (Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães) confirmavam essa tendência. Em um dos mais famosos romances indianistas, *O Guarani* (1857), podemos também perceber essas imagens antagônicas.

Peri, da tribo Guarani, é o retrato de um índio *domesticado*: “fala português, é nobre, limpo, se veste como todo homem superior” (Ortiz, 1988, p. 265). Cristianizado ao final do romance, tornou-se símbolo de um elemento étnico dissolvido perante a nova realidade social. Ou seja, exaltava-se romanticamente um povo praticamente extinto. Os inimigos de Ceci são os Aimoré (também chamados de Tapuia e pertencentes ao grupo Botocudo). Inimigos históricos contrapostos pela literatura. No aspecto comportamental, estes selvagens do romance de Alencar vivem quase sem roupas, alimentam-se de carne humana e moram em cavernas. A exemplo de animais selvagens. Não possuem pátria e nem religião. Essa caracterização de animalidade foi reforçada ainda pela descrição de farta cabeleira que cobriria o rosto dos homens.⁴⁷ Em Peri, o cabelo é cortado rente ao rosto e sua inteligência é frontalmente oposta ao espírito decadente e embrutecido daqueles que combate (Ortiz, 1988, p. 265). Também as atitudes de Peri o transformam em um homem nobre. Essa eleição do indígena domesticado em baluarte da nova ordem social, já havia sido antevista em outro romance, *A confederação dos Tamoios* (1856), de Gonçalves de Magalhães.

⁴⁷ É interessante percebermos que essa imagem de selvagem assemelha-se às representações do homem de *Neandertal*, descoberto nesta mesma conjuntura, 1856 (Vale de Neander, Alemanha). Concebido na era vitoriana como um ser humano estúpido, andar animalesco, habitando locais ermos como cavernas e grutas (Brissaud, 1978, p. 63), em nítida oposição com os vestígios do homem de *Cro-Magnon* (encontrados em 1868 na França), considerado o primeiro homem moderno. Mais tarde, os arqueólogos brasileiros entre 1870-1890 serão influenciados por esses critérios, opondo os Botocudo e os Tupi por referenciais frenológicos e físicos (Monteiro, 1996, p. 19). Atualmente os estudos indicam que os *Neandertalensis* não apresentavam essas características indicadas no Oitocentos. Para desfazer esse imaginário bestial, o *Neandertal Museum* de Erkrath (Alemanha), apresenta atualmente uma réplica deste homem arcaico vestindo terno e gravata (Gore, 1996, p. 32).

Na História não existe a oposição entre tribos mas sim a reconstituição do conflito entre os índios Tamoio (Tupi) e os portugueses em 1560. Na realidade essa singela oposição acaba revelando divisões internas. Assim, os brancos aparecem representados com colonizadores cruéis e como religiosos (jesuítas), enquanto os indígenas também se apresentam como bárbaros catequizados ou como espíritos indomáveis (Schwarcz, 1998, p. 132). Reorganizando a documentação colonial segundo o método histórico vigente, Magalhães criou uma obra literária que garantia o “mito fundador da nação-estado” e uma “genealogia imaginária para a contemporaneidade brasileira” (Puntoni, 1996, p. 131).

Personagem de uma História idealizada, o nobre indígena transforma-se em herói de um império que também o fez vítima. Algumas imagens da pintura no império são de índios agonizantes (*Moema*, Meireles, 1863; *O último Tamoio*, Amoedo, 1883). E a tradução do título de um dos poemas mais célebres de Gonçalves Dias, *I-Juca-Pirama* (1851), também nos transmite essa mesma imagem: “O que é digno de ser morto.” Nesta História de canibalismo, o herói é sacrificado em nome de seu povo, tornando-se um modelo simbólico de virtude e qualidade para a nação tropical. Os Aimoré são contrapostos aos Tupi, do mesmo modo que os gregos aos muçulmanos – os nobres guerreiros opondo-se à selvagens bárbaros (Dias, 1851). Poema dedicado a D. Pedro II, exemplifica o envolvimento do imperador para com temas indianistas. Alguns livros, como o próprio *A confederação dos Tamoios* de Magalhães, foram diretamente encomendados e financiados pelo monarca.

Paralelamente a essa definição da imagem indígena, diversos acontecimentos culturais começaram a marcar o mundo acadêmico europeu. A ampulheta de Cronos não cessou de girar, e a seguir veremos algumas dessas transformações e idéias.

A década do homem fóssil: os anos 60

Assim como sua predecessora, a nova década transcorreu omissa de investigações arqueológicas, por parte da academia brasileira. Um panorama que não foi verificado em outros países, pois os estudos sobre o homem fóssil foram legitimados no mundo inteiro. Nesse patamar de credibilidade científica, tomam a dianteira dos estudos na Inglaterra, dominando as diretrizes teóricas, e na França, promovendo pioneiras descobertas de campo. A virada da década conheceu um dos baluartes da ciência moderna, a primeira edição de *Origin of Species* (1859), de Charles Darwin, baseada em sua viagem exploratória pelo mundo. O tema da evolução tornou-se um assunto muito popular e invadiu o imaginário vitoriano. Num período de tantas descobertas materiais, a

sistematização foi uma consequência natural para estes homens de ciência. Ainda era utilizada para os tempos antes da escrita, a divisão proposta pelo arqueólogo dinamarquês Cristian Thomsen, em seu *Guia das antigüidades nórdicas* (1836): idade da pedra, do bronze e do ferro. Em 1865, o britânico Sir John Lubbock acrescentou novas terminologias e períodos. Na obra *Prehistoric times*, surgiram as expressões *pedra lascada* e *polida*, diferenciando padrões de tecnologia lítica, e período *paleolítico* e *neolítico*, caracterizando a época em que esses tipos de ferramentas foram produzidas (Bahn, 1996, p.116-125)

As teorias acerca da Pré-História percorriam as mais diversas fronteiras do mundo acadêmico. A própria população em geral também demonstrava um grande entusiasmo pelo tema. Na Exposição Universal de 1867, em Paris, uma das estantes mais prestigiadas foi a dos vestígios descobertos no Vale de Vézère: arte em ossos, machados de sílex e pontas de lanças (Wendt, 1953, p. 168). Esse fascínio tanto popular como científico refletiu uma necessidade das nações de sistematizarem o passado de suas regiões. Uma grande quantidade de museus, alguns com nítida especialidade arqueológica, foram criados pelas mais diversos países. Espelhos de suas congêneres européias mais antigas, os museus representaram a necessidade de ordenar os espécimes materiais disponíveis em territórios específicos. Mesmo no extremo sul do continente americano, toda cidade possuía um museu para levar ao grande público as aspirações da burguesia industrial. Enfatizando produtos locais e educando as massas, diferiam muitas vezes das coleções européias, mas buscavam os mesmo objetivos civilizadores. Reiterando ainda as palavras do historiador José Bittencourt, os novos museus se tornam *palco das nacionalidades*, consolidando a identidade e a memória (1997, p. 182).

Percebemos a inclusão do Brasil nesse processo de consolidação museológica da década. Também a criação do Instituto Politécnico (1862) confirmava a necessidade de nosso país em avançar nas pesquisas. *Progresso, ciência, técnica, civilização* foram as tônicas do período, pois uma nação que desejava ingressar na nova ordem mundial deveria investir nesses temas. Um reflexo disso foram as exposições nacionais, a primeira organizada em 1861, no Rio de Janeiro. Com despesas maiores que as receitas, estas exposições demonstravam a necessidade da elite imperial em investir na propaganda e na visibilidade dos propósitos progressistas da nação (Schwarcz, 1998, p. 394). Inclusive a participação brasileira nas exposições internacionais – a primeira na Londres de 1862 – refletia o mesmo princípio: modificar a imagem externa do país e impor a sua real condição de nação civilizada (p. 394).

Se a relação entre nação moderna e cosmopolita girava em torno da capital do império, neste mesmo contexto vemos surgir um desmembramento cultural por parte das províncias. No Rio Grande do Sul foi criado o segundo Instituto Histórico (1860), que já contava com uma revista própria um ano depois. No Recife foi fundado o Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano (1862). Este último, apesar de sua denominação, não efetuou nenhum estudo ou publicação em Arqueologia durante esta década. Segundo Lilia Schwarcz, o nome diferenciado do instituto “mais do que marcar uma especificidade formal, parecia evidenciar uma perspectiva teórica distinta” (1993, p. 119). Resultado do desejo de preservação cultural da elite rural do nordeste, o IAGP privilegiou os estudos históricos regionais e as aspirações provincianas (p. 118). Ainda no nordeste, em Alagoas, temos a inauguração de outro Instituto Archeológico e Geográfico, no final dos anos 60.

Novos intercâmbios, velhas idéias

Observando o material de correspondência do IHGB nesta década, encontramos poucas novidades. Além dos tradicionais boletins da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, surgem novos periódicos, recebidos desta vez de nascentes instituições européias voltadas para os estudos arqueológicos, como a Sociedade Arqueológica Americana e a Sociedade de Arqueologia da Bélgica (1864-68). Em todos os casos, o relacionamento entre as entidades não passou de simples permutas. Ao contrário de suas congêneres do Velho Mundo, o Instituto parecia preocupar-se apenas com formalidades diplomáticas, visando enriquecer o acervo bibliográfico da instituição. Não existindo maiores preocupações com a Arqueologia, novamente vemos repetidas as mesmas situações da década anterior. Velhas idéias para novas situações.

Também observamos o surgimento de algumas personalidades de renome internacional, buscando contato com nossa tropical fundação, como o arqueólogo francês Armand de Quatrefages em 1860, enviando uma recente publicação. Mais tarde, em 1868, foi admitido como sócio correspondente o padre Brasseur de Bourbourg, influente estudioso da Pré-História americana, autor do clássico *Histoire des nations civilisées du Mexique et de l'Amérique centrale* (1850). O interesse destas personalidades em contatar o Instituto, demonstra claramente o prestígio da instituição para a comunidade internacional.

Não somente as idéias do Instituto mostravam-se sedimentadas nos anos passados. Examinando mais uma vez a composição da comissão de Arqueologia, verificamos que o

único membro original reeleito foi o conselheiro Freire Allemão, atuante desde 1847. Praticamente permaneceu na comissão até 1874, quando então faleceu. Sua nomeação constituiu um ato totalmente burocrático e político, visto que não criava nenhum parecer, estudo ou publicação referente à Arqueologia. Este caso de “apadrinhamento” tornou-se evidente com a posse de Alemão como diretor do Museu Nacional em 1866, sem condições de saúde e no final da carreira como professor. Sintoma da troca de favores, característica da burocracia imperial, as nomeações garantiam o emprego de muitos membros da elite e também a manutenção das estruturas sociais (Bittencourt, 1997, p. 175).⁴⁸

A ciência do antigo passaria por uma nova transformação em nosso país, somente a partir dos próximos anos. Acompanhar essa trajetória de mudanças será o nosso passo seguinte.

Raças e Pré-História: os anos 70

Todo o ideário científico, do evolucionismo às pesquisas pré-históricas, entrou no pensamento brasileiro durante a década de 70, devido a recentes atualizações bibliográficas e a inserção das teorias raciais no contexto político do Estado (Schwarcz, 1997). As novas idéias precisavam encontrar espaço em um ciência tipicamente nacional, estabelecida nos dois maiores centros acadêmicos de então: o Instituto e o Museu Nacional. Em especial, um naturalista chamado Ladislau Neto, surgiu unindo essas duas entidades nas questões envolvendo os estudos arqueológicos. Em 1871 integrou a comissão de Arqueologia do IHGB, cargo que ocupou até o final do império.

Outro novo membro dessa comissão do Instituto, José Couto de Magalhães, seria responsável por um dos mais influentes estudos antropológicos do império. Originalmente impresso na *Revista* em 1873, três anos mais tarde foi publicado com o título *O selvagem*. Poucas obras refletem melhor o espírito científico deste período. Logo no início deste estudo, Magalhães procurou definir o sertão como o laboratório da Antropologia: “esse grande museu de historia natural chamado o interior do Brasil” (1873, p. 358). Seu método, centralizado na descrição e classificação, basicamente era o método naturalista, que ignorava a utilização tempo da História (os documentos e monumentos), ocupando-se

⁴⁸ Os outros membros eleitos para a comissão de arqueologia na década de 60, também pareciam indicar casos de apadrinhamento: Claudio Luiz da Costa, foi cirurgião e militar; Candido Baptista de Oliveira, político e professor; Braz da Costa Rubim, lexicógrafo e historiador, com publicações sobre as províncias brasileiras. A única oportunidade em que essa comissão apresentou algum parecer, foi assinada por Rubim em 1867. Tratou-se de um deferimento à memória do conselheiro Miguel Maria Lisboa, aceitando sua nomeação para representar o Brasil no Congresso Archeologico da Bélgica (Sessão 31/05/1867, p. 39).

do tempo evolutivo, aquele apontado pela natureza física. O cientista natural buscaria seu objeto, as relíquias arqueológicas e etnográficas, “em sítios profundamente ocultos no território.” (Bittencourt, 1997, p. 178). Com isso, o espaço territorial seria um grande museu, à espera de ser meticulosamente devassado, fornecendo matéria prima para sua equivalente humana, o museu naturalista. Um trabalho a ser efetuado pelos interessados em uma ciência que ganhava cada vez mais, ares de disciplina nacional.

Neste trabalho de Magalhães, duas problemáticas sobressaem-se das demais: a origem do homem americano e seu estado tecnológico, bem como a definição da raça selvagem. Os primeiros autores evocados denunciam o recente triunfo das teorias evolucionistas: Darwin, Quatrefages, Lyell. O homem foi criado a partir de uma forma primitiva, “os grandes quadrumanos anthropomorphos” (p. 391), até chegar a sua forma mais atual e perfeita, dividida em quatro troncos. Os indígenas da América pertenceriam ao tronco vermelho. Para Magalhães, a maior dúvida residia em estabelecer a data presumível da antiga ocupação do solo brasileiro.

Com as recentes investigações européias, e suas descobertas apresentadas até em Exposições Universais, nossos acadêmicos esperavam poder ter os mesmos resultados no nosso país. O que não era uma tarefa muito fácil. O estudo da cultura material nunca havia tido grande importância, sendo os registros aleatórios, superficiais, enfim, sem nenhuma perspectiva sistematizadora. Como então teorizar sobre um campo tão pouco conhecido? Omite-se o desconhecido, adaptando-se a ciência dentro dos parâmetros disponíveis. O problema é que o passado americano foi muito diferente do Velho Mundo, além de muito mais recente. Numa questão importante para a arqueologia de então, a tipologia de artefatos líticos, percebemos claramente essa abordagem. Nas idéias de Magalhães, nunca haviam sido encontrados no Brasil instrumentos de pedra lascada, somente polidos. Pode parecer uma constatação muito simples, mas temos que pensar na consolidada teoria evolucionista: os homens transformam-se de formas primitivas para seres mais perfeitos. A Pré-História européia confirmava essa abordagem da biologia. Assim, os cientistas criaram, por exemplo, as classificações denominadas de *Paleolítico* – para os instrumentos humanos lascados grosseiramente, e *Neolítico* – para as ferramentas bem trabalhadas e polidas.

Os dois únicos locais que possuíam esse tipo de acervo na época, o Museu Nacional e o Instituto, foram investigados pelo general e revelaram-se frustrantes, pois somente apresentavam instrumentos polidos. A reconstituição por meio da obra de viajantes, também efetuada por Magalhães, era muito limitada. Sabemos hoje que tais objetos

existiram, mas suas descobertas ocorreram mais tarde, já em finais do Oitocentos.⁴⁹ Não encontrando tais objetos líticos, ele acreditava que o Brasil não teria tido um período Paleolítico. Os selvagens quando chegaram ao país, já haviam passado por essa fase em outros locais, e portanto, o homem pré-histórico brasileiro não seria muito antigo. Neste momento, Couto de Magalhães defrontou-se diretamente com as teorias de Peter Lund e Claussen, que, ao encontrarem restos humanos junto a fósseis de animais extintos, haviam declarado justamente o contrário.⁵⁰ No recente livro encomendado por D. Pedro II, *Climats, géologie, faune et géographie botanique du Brésil*, 1872, o naturalista Emmanuel Liais citou a existência de ferramentas pétreas de depósito arcaicos, em diversas regiões do Brasil. Mas para Magalhães, não havia nenhuma dúvida: esses vestígios humanos e animais foram misturados acidentalmente pela natureza, gerando o equívoco. Apesar dessa tendência interpretativa, sua mais famosa reflexão surgiu no capítulo *Raças selvagens*.

O monogenismo, advindo de Armand Quatrefages, pode ser percebido a todo momento, seja ao traçar hierarquias dos índios brasileiros ou suas características físicas. O referencial etnocêntrico impera absoluto: a raça indígena “mais poderosa e inteligente” (p. 446) é a Abaju, por ser mais parecida com a européia, apesar da pureza do tronco Tupi. A mestiçagem seria uma característica normal da espécie humana, com resultados até positivos. Aqui entra em cena o ponto mais importante de todo o trabalho – a integração do selvagem e do mestiço na civilização do império. Seguindo a linha inaugurada por Martius, o general Magalhães foi um dos defensores da pacificação do selvagem através da catequese. Ao contrário de outros países, os primitivos ocupantes do Brasil não necessitavam ser massacrados, no momento da expansão territorial. Até mesmo fontes de riqueza poderiam ser obtidas com o trabalho indígena: o aproveitamento econômico dos campos e das vastas florestas tropicais. O primeiro passo para essa política indigenista seria a difusão da língua portuguesa em escolas por todo o interior, a exemplo do Colégio Izabel, fundado no Araguaia em 1871. Com o recurso da linguagem, administradores seriam formados, organizando a indústria extrativa e pastoril.

⁴⁹ Mesmo nos dias atuais, a periodização pré-histórica ainda é um assunto complexo, sujeito a muitas interpretações. Um quadro sistematizador foi proposto por André Prous (1992, p. 112) e sugere o período *Pleistoceno* (paleoíndio, mais de 12 mil anos), *Arcaico* (grupos sem cerâmica) e *Ceramistas*. Em ambos ocorrem a existência de artefatos líticos lascados, utilizando-se a cerâmica para definição de fronteiras cronológicas.

⁵⁰ Durante os anos 60-80, popularizaram-se novamente na Europa as descobertas de Peter Lund, com estudos de Charles Carter Blake (1864), Johannes Theodor Reinhardt (1868, 1872, 1880), Rudolf Virchow (1872), C. Rank (1872), Lacerda (1878), Armand de Quatrefages (1881), C. F. Lutken (1883), Kolmann (1884), M. H. Ten-Kate (1885) e Soren Hansen (1888). Conf. Souza, 1991, p. 71-72. A maioria desses estudos estrangeiros não estão disponíveis nos acervos brasileiros, motivo de sua ausência em nossa bibliografia.

O resultado empírico desse plano e de possíveis cruzamentos dos indígenas com a população branca seria o auxílio direto para o progresso da nação. Para a elite intelectual, esse plano mostrou-se em parte inviável, mas ao menos vinculava-se à imagem propagada pela literatura, elegendo o índio como modelo heróico de virtude. Os resultados foram imediatos. No relatório anual do IHGB de 1873, o primeiro secretário J. Caetano Pinheiro elogiou a proposta como pertinente com a realidade brasileira. Três anos mais tarde, o próprio imperador solicitou o trabalho em forma de livro, a ser apresentado na Exposição Universal dos Estados Unidos. A figura do Tupi, o bom selvagem, deveria ser combinada com o império rumo a uma nova sociedade em progresso, a civilização do futuro (Schwarcz, 1998, p. 377).

Deste modo, planos civilizatórios e métodos científicos o Brasil já possuía. Os *planos* ficavam por conta da meta de assegurar a unidade territorial, levando a civilização branca e européia para todas as fronteiras selvagens do país. Na realidade, uma atualização da antiga necessidade iluminista do domínio sobre a natureza, transfigurada nas primeiras décadas do império com os trabalhos do Instituto. O *método* majoritário foi o naturalismo, no mesmo período em que a cultura material e os estudos físicos ganhavam dimensão preponderante no mundo acadêmico. Restava apenas aguardar novas expedições, novas explorações pelo espaço territorial, mas também, locais mais apropriados para receber as relíquias da nação, que resultariam de tais tarefas. Isso tornou-se viável com a reformulação do Museu Nacional, em 1875.

A nova aurora das relíquias

Desde os anos 60, o naturalista Ladislau Neto pretendia modernizar o museu imperial, seguindo a tendência de todas as instituições congêneres no mundo.⁵¹ Estagnado por falta de verbas, funcionários adequados e, principalmente, sem uma política administrativa condizente com os grandes museus, como por exemplo, a união do caráter científico com o pedagógico. Isso foi possível, em parte, com a elaboração dos novos regulamentos de 1875-76, já tendo Neto assumido como diretor: “O Museu Nacional é destinado ao estudo da História natural, particularmente a do Brasil, e ao ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes” (Apud: Bittencourt, 1997, p. 188). Neste mesmo contexto, surgiram outros projetos do

⁵¹ E também nesta década surgiu seu interesse pioneiro pela arqueologia brasileira, publicando os estudos: “Considerações sobre os vasos usados pelos indígenas do Brasil” (*Diário Oficial*, 13 de junho 1867) e “Descrição da caverna do Furado, na província de Alagoas” (*Diário de Alagoas*, 1865). Conf. Blake, 1883, p. 281-282.

governo imperial, visando esquadrihar as potencialidades físicas da nação: a Comissão Geológica (1875), a Escola de Minas em Ouro Preto (1875), a *Carta do Império do Brasil* (apresentada na Exposição Nacional de 1875), e a Repartição Hidrográfica (1876). Não se trata de uma simples coincidência entre muitas datas. A administração pública pretendia viabilizar economicamente nossos valiosos recursos naturais, mas para isso, seriam necessárias incursões empíricas. Se somarmos ainda, neste mesmo tempo, a Exposição de Pré-História Argentina (1875), a criação do Museo Arqueológico de la Sociedade Científica (1875) e do Museo Arqueológico y Antropológico (1878), todos em Buenos Aires, poderemos concordar com José Bittencourt, caracterizando os espaços museológicos sul-americanos como instituições periféricas e integradas por eruditos com formação européia, visando investigar os espaços desconhecidos, organizá-los e torná-los compreensíveis de modo abrangente (1997, p. 193).

O Museu Nacional tornou-se o grande depositário de objetos retirados no território nacional, seja por doações esporádicas, assim como por resultado de expedições sistemáticas. Essa mesma função havia pertencido ao Instituto, nas primeiras décadas do segundo império. Todas as relíquias arqueológicas encontradas no Brasil, deveriam ser enviadas a um novo destino – o museu imperial, mais apropriado para os homens de ciência. Um exemplo prático ocorreu com descobertas na província de Alagoas. No que ficou conhecido como Jazigo de Taquara, foram encontrados ossos, crânios, urnas funerárias, machados, colares, enfim, tudo o que poderia fazer a felicidade de um arqueólogo. Imediatamente, vários sócios do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano partiram em busca de melhores informações, e é claro, do resgate das importantes relíquias. Após o envio de diversas peças e informações ao Museu Nacional, foi publicado um relatório minucioso na *Revista do Instituto Archeologico*, em 1874. O autor do estudo, o secretário João Cabral, demonstrava estar bem atualizado com as terminologias de seu período, ao fornecer descrições detalhadas de cada objeto encontrado. Um procedimento muito distante das primeiras notícias veiculadas pelo IHGB, na década de 40, onde achados de objetos indígenas apenas mereciam uma ou duas linhas de notificação. Descrevendo um machado de ferro encontrado, concluiu corretamente que tivera origem colonial, visto que os indígenas não conheciam a metalurgia. Mas o grande destaque de Cabral, neste relatório, foi em relação aos vestígios de ossos humanos, principalmente os crânios. O próprio Ministério da Agricultura (do qual o Museu Nacional era vinculado), havia solicitado ao secretário, mais escavações em busca de esqueletos, demonstrando o grande interesse em torno desse tipo de vestígio. Percebemos a popularização das recentes periodizações para a Pré-História, mesmo nas

mais distantes províncias. Rapidamente as novas teorias científicas alargavam o horizonte das idéias, permitindo novas possibilidades, e outras formas de perceber a natureza e o homem. Podemos vislumbrar certas facetas desse abrangente popularização, com um romance impresso exatamente em 1875, denominado *Dr. Benignus*.

Seu autor, o escritor Augusto Emílio Zaluar, foi um experimentado viajante. Com grande influência estilística de Júlio Verne, este romance conta as aventuras do naturalista Benignus pelo Brasil. Abandonando a corte, o personagem primeiramente viaja para o interior de Minas Gerais, desejando explorar, conhecer as fronteiras do saber, estudando a flora, fauna, os aspectos geológicos e meteorológicos da natureza brasileira. Como auxiliar em suas peregrinações pela mata, o culto Benignus emprega um cozinheiro, o humilde peruano Katini. A exemplo de outros trabalhos literários, Zaluar usou um nítido antagonismo entre os dois principais personagens, reforçando o caráter civilizador da cultura européia, representado evidentemente, por Benignus. A escolha da província de Minas Gerais, como cenário principal da aventura, não foi fortuita. Seguindo a narrativa, uma descoberta esclarece a razão.

Próximo ao leito de um vale, a dupla de aventureiros descobre uma caverna, onde encontram uma urna funerária. Dentro deste recipiente, depararam com uma folha seca de papiro, escrita na língua indígena. Um enigma a ser solucionado, fazendo do Brasil a “fonte inexaurível como subsídio para a História das primeiras épocas da humanidade!” (p. 84). Desde a criação do IHGB, a província mineira forneceu muitas descobertas valiosas para a Arqueologia, além de fósseis animais e misteriosas inscrições, associando intimamente essa província com a Pré-História. Um dos capítulos seguintes, “O Dr. Lund” reconstitui toda as peripécias deste sábio e suas correspondências com o Instituto. Por muito pouco, no romance, os personagens não empreendem uma visita ao sábio, em Lagoa Santa (ele ainda era vivo nesta época!). Com o auxílio de um outro personagem, o geólogo francês M. de Fronville, a comitiva segue explorando as regiões limítrofes com Goiás. Neste instante, realizam sua maior descoberta, novamente em uma caverna: ossos de animais junto a restos humanos, além de objetos líticos.⁵² Uma referência direta para as controvérsias sobre a antiga coexistência do homem com seres desaparecidos.

O vestígio que recebeu maior atenção de Benignus foi um crânio humano. Acreditavam ter descoberto a característica da raça americana: “frontal deprimido, e formando quase ângulo recto com as órbitas” (p.226). Aqui o autor preocupou-se

⁵² Esse trecho pode ter sido influenciado pela descoberta, em janeiro de 1875, de crânios na caverna Babylonia, em Minas Gerais. Situada na fazenda de Sant’Anna, seus primeiros exploradores foram Ladislau Neto, Gorceix, Glaziou e Hartt. Um fato noticiado pelos jornais da época, sem dúvida, mas que infelizmente não tivemos acesso.

justamente com as grandes questões do momento: as perspectivas osteológicas e frenológicas dos restos pré-históricos. Não faltam ao texto palavras extraídas diretamente de Quatrefages, Broca, Lyell, entre outros. Questões fundamentais da Arqueologia brasileira prenunciavam-se, como a raça e sua origem no tempo: seria o “brasileiro” muito antigo? Seus vestígios poderiam ser encontrados? Quais eram suas antigas características?

O romance *Dr. Benignus* foi o segundo a considerar a Arqueologia como tema de fabulação em nosso país (anteriormente tivemos *A Estátua amazônica*, de Porto Alegre, 1848), mas já com muitas diferenças. O livro de Porto Alegre filiava-se a enredos onde as revelações da antiguidade tornam-se motivos de conflitos sociais, temores individuais e fascinações que levam a um destino incerto da ciência (como no *Antiquário* de Scott, 1816, e *A Vênus de Ille*, de Mérimée, 1837). O período em que Zaluar escreveu seu romance, pertencia a outro momento da literatura. Com a descoberta de Tróia (1871), o grande público foi fascinado pela noção de espetáculo e curiosidade despertado pelas escavações: “disso decorre o perfume de coisa desconhecida e misteriosa que envolve o exercício principal da Arqueologia.” (Schnapp, 1993, p. 75). O escavador torna-se um personagem heróico, transportando todos para uma visão “concreta” do passado, por meio dos pormenores revelados pela ciência do antigo (como em *She*, de Haggard, 1887, e *Os Xipéhu*, de Rosny, 1888). A própria identidade do leitor é evidenciada, a exemplo do romance *Dr. Benignus*, onde as origens da nação confundem-se com os restos pré-históricos. Num momento em que a monarquia respirava aliviada o fim da guerra do Paraguai e passava por uma relativa estabilidade econômica, Zaluar inspirou-se no modelo darwiniano, no grande paradigma da evolução. Tudo para poder explicar a origem do brasileiro, esquecida através dos tempos, mas que poderia ser recuperada por meio dos fósseis, escondidos nas entranhas da natureza do país.

A revista do Museu Nacional

Com a reorganização do Museu Nacional em 1876, surgiu a sua revista, o *Archivos*. Já na primeira página do periódico, aparecem os nomes de alguns membros correspondentes: Darwin, Quatrefages, Gorceix, Reichenbach e Virchow. Um reflexo da necessidade deste Museu em sintonizar-se com a comunidade científica internacional, ao mesmo tempo em que obteria permutas bibliográficas, imprescindíveis aos estudos pretendidos. A maioria dos artigos publicados foi de pesquisadores nacionais, versando principalmente sobre ciências físicas e biológicas. Apesar de reduzidos, os estudos a respeito da cultura material indígena foram extremamente importantes, encontrando

ampla repercussão tanto em nosso país, quanto pelos maiores centros estrangeiros.⁵³ Neto preocupava-se muito com o prestígio mundial que o periódico poderia alcançar, sempre colocando algum acadêmico de renome em suas páginas (Lopes, 1997, p. 184).

Logo no número de estréia, importantes estudos monográficos foram impressos. O primeiro, *Descrição dos objectos de pedra de origem indigena*, foi feito pelo naturalista Charles Frederic Hartt. Examinando machados, raladores, pontas de flecha, pilões, o pesquisador realizou um pormenorizado estudo da tipologia, forma e funcionalidade dos artefatos de pedra existentes no Museu Nacional. Apesar de não relacionar a nenhum contexto antropológico ou, ao menos, a alguma hipótese cultural, o estudo surpreende pela grande atualidade. Dez anos antes, o então diretor do Museu Nacional, Leopoldo Burlamaqui, afirmou: “Toules sauvages du Brésil, lors de la découverte, et ceux qui vivent encore loin des civilisés, ignoraient l’usage des armes et des ustensiles de pierre, tout leurs armes sont en bois.” (1865). Caso tivesse examinado as coleções de sua própria instituição, Burlamaqui teria reformulado estas considerações.

Em seguida, outro importante artigo teve como autores Rodrigues Peixoto e o médico João Batista de Lacerda. *Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil*, foi influenciado, de um lado, pelas teorias craniológicas de Paul Broca e Blumenbach,⁵⁴ e de outro pelos estudos pioneiros de Samuel Morton (EUA) e Moreno (Argentina). As investigações de Antropologia física, para estes dois eruditos brasileiros, deveriam sanar as lacunas que os estudos etnológicos não conseguiram responder. Cada osso fossilizado – existente no acervo do Museu - foi dividido por série, recebendo elaboradas medições. Os crânios da primeira série, em número de seis, foram atribuídos aos Botocudos (provindos em sua maioria, da caverna Babylonia, em MG), e também enquadrados no mesmo nível dos aborígenes australianos, considerados inferiores intelectualmente: “As suas aptidões são, com effeito, muito limitadas e difficil é fazel-os entrar no caminho da civilização” (Peixoto, 1876, p. 72).

⁵³ Nesse momento, discordamos de dois estudos feitos sobre esse aspecto: Lilia Schwarcz (1997, p. 72) e José Bittencourt (1997, p. 194), consideram que os artigos de arqueologia publicados no *Archivos* não tiveram nenhuma relevância, foram pouco significativos e não contribuíram para o avanço da disciplina no país. Demonstraremos a grande repercussão dos mesmos na comunidade internacional, bem como a grande sistematização que proporcionaram. Bittencourt baseou-se em André Prou, mas este mesmo arqueólogo afirmou que os estudos no período monárquico, efetuados pelo Museu Nacional, *foram promissoras e com grande nível* (1992, p. 9). Quanto às considerações de Schwarcz, o pequeno número de artigos sobre o tema não implica necessariamente em falta de repercussão ou prestígio. Uma prova da repercussão, foi o primeiro artigo de Lacerda no *Archivos*, citado pelos consagrados Quatrefages (1877, p. 218), Nadaillac (1882, p. 23) e Kate (1885, p. 241).

⁵⁴ Para termos uma idéia da dimensão dos estudos craniológicos neste momento, basta verificarmos os trabalhos apresentados no Congresso de Americanistas de 1875. Ao lado das tradicionais teorias disufionistas (*Les phéniciens en Amérique*, Gaffarel; *L’Atlantide*, Chil & Naranjo, entre outros), encontramos o estudo *Crânes Colombiens*, de Paul Broca.

O crânio da Lagoa Santa (doado por Lund ao IHGB, e transferido para o Museu Nacional nesta ocasião), foi comparado em forma com os da série anterior, dos Botocudos, porém, tinha capacidade cefálica muito superior, de 1388cc. Ora, como este fóssil era considerado muito mais antigo, a conclusão óbvia seria de que “no decurso de muitos seculos a raça dos Botocudos não tem subido um só grao na escalla da intelectualidade.” (p. 73). Outro crânio, encontrado na Ilha do Governador (RJ), pertenceria a um indivíduo Tamoio, e apesar de aparentar certas semelhanças frontais com os anteriores, “já se tinha modificado um pouco o typo da raça primitiva.” (p. 72).

Considerando-se que os Tamoio eram incluídos no tronco histórico dos Tupi, verificamos a perpetuação da imagem indígena criada pela elite, décadas antes. Os Botocudo seriam uma raça primitiva, inferior e selvagem; enquanto os índios Tupi formavam o grupo heróico da nação. Em outro momento do texto, verificamos a noção do embranquecimento como distanciador da vida primitiva. Um crânio descoberto em Macaé (RJ), foi considerado produto de um cruzamento adiantado, com uma grande superioridade intelectual em relação aos míseros Botocudo. Junto a este vestígio fóssil, estava um fragmento de espada, que permitiu datar todo o sítio como sendo do período colonial. Portanto, este antigo cruzamento só poderia ter sido realizado com os europeus, originando a avantajada caixa encefálica do espécime examinado.

Métodos modernos, medições rigorosas e exames matemáticos precisos, conduzindo para as mesmas conclusões de outrora: existiria um indígena exemplar, heróico por excelência, e outro como verdadeiro representante da animalidade. A Antropologia física confirmava esta divergência, uma oposição existente entre duas raças indígenas, na qual somente uma teria o privilégio do moderno cruzamento étnico. Mas não somente a estrutura fóssil permitiria tais considerações. Também os objetos primitivos, diretamente relacionados com a cultura material, seguiram o mesmo caminho. Agora, de um médico tornado antropólogo, partiremos para o texto de um arqueólogo.

Estamos falando de Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, no momento de seu maior prestígio. Desta vez, ficamos com seu estudo *Apontamentos sobre os tembetás*,⁵⁵ que surgiu no segundo número do *Archivos*, em 1877. Através desses adornos labiais, Neto realizou um extenso e muito ousado estudo, tentando encontrar “todo o epilogo da evolução anthropologica” (p. 105) dos índios brasileiros. Antes de descrever estas peças, o arqueólogo reconstituiu a trajetória de diversos ornamentos corporais, desde tribos

⁵⁵ *Tembetás* – (*Tembê*, lábio e *itá*, pedra). Ornamento labial de pedra polida, cilíndrico, bicônico ou triangular de lados levemente convexos. As rochas preferidas são o cristal de rocha, o quartzo leitoso e o basalto. São ornamentos labiais análogos aos que os índios usavam na época da descoberta e que alguns usam até hoje. Conhecem-se tembetás de pedra polida verde, de formas arredondadas. Conf. Souza, 1997, p. 122.

polinésicas até a aurora dos primeiros europeus. Pretendia descobrir porque o homem sentia necessidade de mutilar o próprio corpo. Sua hipótese, muito curiosa por sinal, seria de uma lei natural que imitaria a proeminente mandíbula primitiva “e de alguma sorte pithecoide dos primeiros representantes da humanidade.” (1877b, p. 117). Em outras palavras, modificando seu corpo com a evolução, o humano primitivo recordaria suas antigas feições por meio de adereços corporais!

Mas voltemos aos tembetás. Um ornamento utilizado praticamente por todos os povos indígenas americanos, não poderia passar despercebido para Neto, ainda mais que o Museu Imperial possuía uma grande coleção. Resumindo suas principais idéias, os ornamentos de pedra seriam integrantes típicos das culturas primitivas, uma característica de todo indígena. Os maravilhosos exemplares do acervo carioca, em suas idéias, não poderiam ter sido realizados por qualquer povo. Não faltam adjetivos para descrever esses objetos: “joia peregrina de sua vaidade (...) gracioso (...) ricos adornos de pedra (...) bello e interessante artefacto.” (p. 123, 124, 130). Quem teria fabricado tão belas peças pétreas? Com toda certeza povos aparentados com os Tupi – Tupinambás, Tamoios ou Goitacazes. Artesões superiores, capazes de grandes proezas culturais. Para destacar ainda mais o grau de adiantamento a que chegaram os heróis de nosso passado, Neto utilizou um exemplo antagônico. Descreveu como os Botocudo, os representantes modernos da barbárie, usavam rodela de madeira junto ao lábio inferior. Chamados de Kimua, um “grosseiro e imperfeitissimo arremedo” (p. 124) das peças de pedra. A imagem de tão desconfortável adereço junto à boca (ele incluiu um desenho disso), levou o arqueólogo a um escandalizado discurso. Como poderiam beijar esses selvagens? Se não tinham esse tipo de relação afetuosa, o próprio ato sexual seria feito como os animais! Claro que o contato com a civilização faria com que essas imorais atitudes fossem eliminadas naturalmente. Um exemplo que citou, foi de Botocudos aculturados da Bahia e Espírito Santo, onde os botoques estavam quase extintos. Em conclusão, observamos como uma análise de objetos materiais pode se prestar para “confirmar noções preconcebidas sobre a inferioridade dos não europeus.” (Monteiro, 1996, p. 19).

Ladislau Neto além de difusionista convicto, era partidário do monogenismo. Em comum com Lacerda, que foi poligenista, era a perpetuação das mesmas imagens sobre nossos indígenas, cuja trajetória evolutiva baseou-se em registros fósseis. Niveladora de opiniões, os ideais da elite imperial apartavam qualquer conflito mais acentuado sobre a origem do brasileiro, principalmente no Museu e no Instituto. Mas de qualquer modo, as divergências teóricas ainda assim surgiram nas futuras publicações nacionais.

Os selvagens expostos: a década de 80

A última década do império não poderia ter iniciado de melhor forma, aos olhos da Arqueologia dos fósseis. No norte brasileiro, o explorador Ferreira Pena enviou ao Museu Imperial, vários ossos, encontrados preservados em uma gruta do rio Maracá. Imediatamente, o médico João Lacerda elaborou alguns comentários sobre este material, no quarto volume do *Archivos*, em 1881. O modelo para comparar esses mesmos vestígios osteolíticos foram os Botocudo, na qual o investigador constatou certas diferenças estruturais. Com isso, os crânios de Maracá seriam de um outro tipo etnológico, mais recente e talvez de origem estrangeira. Lacerda ainda estipulou uma relação direta entre os fragmentos Botocudo com os da Lagoa Santa, mais antigos. Que indicavam o Brasil como um país que teve habitantes originais autóctones. Em outros termos, o médico defendia o poligenismo, sendo contrário à idéia da migração asiática pelo Estreito de Bering, que supostamente povou as Américas.

Saindo dos domínios acadêmicos, o tema dos Botocudo parecia interessar toda a sociedade. Preparava-se na capital uma grande exposição de Antropologia, mas antes mesmo dela acontecer, ansiava-se pelos afamados indígenas. Em uma charge da então influente *Revista Illustrada*, dirigida por Angelo Agostini, percebemos toda essa expectativa. Satirizando a morte de um colaborador do periódico, o desenhista colocou sua charge junto aos Botocudo, com a legenda: “Estes também fazem como elle, não cogitam em coisa alguma. O que o Martinho tem de menos no beijo, sobra-lhe na lingua.” (1882a, p. 5). Essa comparação com os adereços labiais, nos recorda a indignação de Ladislau Neto naquele artigo do *Archivos*. Com certeza, era a característica que mais impressionava nestes indígenas. Após a abertura da aguardada Exposição Antropológica Brasileira, ocorrida em 29 de julho de 1882, num sábado, essa imagem solidificou-se no imaginário.

Novamente, a *Revista Illustrada* nos concedeu um quadro nítido das percepções do período, com ilustrações em duas páginas. Um arlequim, ao entrar no Museu Nacional, assusta-se com a enorme quantidade de objetos, trofeus e armas expostas. Em seguida, o monarca D. Pedro II é representado portando trajes de cacique, sendo observado por um pequeno menino Tucano. Um sátira ao excesso de importância que a elite manteve com o herói primitivo. No final, retorna o tema dos adereços labiais, onde dois Botocudo tentam beijar-se! O arlequim do início, em tamanho miniaturizado, é devorado por um selvagem em seu enorme disco labial. Horror e fascinação, sem dúvida, sempre andam juntas. Não poderia haver nesta época um indígena mais antagônico aos princípios civilizatórios, às

regras de bem viver de qualquer cidadão do império. Mas também, que outro selvagem poderia atrair mais pessoas numa única exposição? Isso é o que responde o último quadro: “Mas quem diria! Esses anthropophagos é que ficaram com medo de serem devorados pela curiosidade publica. Só a muito custo o director do Museu impediu que elles fugissem.” (1882b, p. 4-5). Em uma hilariante cena, um cidadão tenta retirar com suas mãos, o disco de madeira da boca de um Botocudo, que foge assustado!

Nesta mesma revista, temos também divertidos textos, escritos por Julio D., recuperando a celeuma provocada pela exposição. O autor visitou o evento um dia após ser aberta, num domingo, para evitar a imensa quantidade de discursos oficiais... A imagem que percebemos em seu texto é uma verdadeira invasão de pessoas, buscando a todo custo, encontrar até índios de verdade pelo museu! As visitas prosseguiram com imenso sucesso até meados de agosto, onde encontramos uma curiosa anedota, também transcrita por Julio D.:

“Quinta-feira, 10, são onze e meia horas da noite, o Dr. Ladislau Neto, quebrado de trabalho, morto de cansaço, está em dever de dar um pouco de repouso ao seu corpo, quando lhe batem á porta.

A criada vae ver quem é.

- É um negocio importantissimo que só ao doutor posso confiar, e é urgente, amanha já não há mais tempo, vá chamal-o.

- Uma robe-de-chambre, um gorro, e eis o director do Museu bocejando ao individuo:

- Então, o que há?

- Queria pedir-lhe um favor: parto amanha para São Paulo, pelo trem das seis, e não queria ir, sem ter visto os botocudos!

- Sem commentarios, não acham?” (*Revista Illustrada*, 1882c).

Nossos indígenas possuíam a capacidade de fascinar os habitantes do império, seja pelas imagens elaboradas pela literatura, como pela ciência que os converteu simbolicamente, em peças museológicas. Nesse contexto de modernidade, progresso e civilização, o olhar para criaturas primitivas devia criar uma satisfatória sensação de bem estar, e de orgulho para cidadão membros de um império tropical, cuja capital refletia todo esse avanço social. Agora que sabemos os motivos de tanto sucesso público, vamos examinar mais de perto as teorias e imagens vinculadas a essa importante exposição, por parte de seus criadores.

A origem do grande evento foi ocasionada pelo apoio do ministro da Agricultura, Pedro Souza, aos projetos de Neto para divulgar as pesquisas do Museu Nacional. Este último enviou solicitações para todas as províncias, esperando receber materiais: os moldes de Botocudo chegaram de Goiás e do Espírito Santo; objetos etnológicos vieram do Amazonas e Mato Grosso; peças líticas e cerâmicas foram remetidas pelo Museu Paranaense e coleções particulares, além de muitas escavações organizadas especialmente

para essa finalidade; e os livros expostos foram emprestados da Biblioteca Nacional (Lopes, 1997, p. 176). Segundo o *Guia da Exposição*, as coleções foram organizadas em oito salas: Vaz de Caminha, Lery, Rodrigues Ferreira, Hartt, Lund, Martius, Gabriel Soares e Anchieta. Apesar de cada uma destas seções ter uma proposta histórica e conceitual diferente, os variados objetos arqueológicos estavam presentes em praticamente todas elas, em maior ou menor número. A sala Lund foi a que mais recebeu restos humanos fossilizados, enquanto que a Hartt continha a maior parte dos fragmentos cerâmico e a Lery os restos de sambaquis.

A exposição durou três meses e teve um público com mais de mil visitantes, um verdadeiro êxito no país e com certa repercussão internacional (p. 176). Um periódico especialmente impresso, em diversos fascículos, foi entregue para o público em geral, a *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Pouco depois, foi encadernada em um único volume e distribuída para todas as províncias. Com uma linguagem muito mais acessível do que os *Archivos* e a *Revista do Instituto*, pode ser considerada uma antecipadora das modernas revistas de popularização científica. Num total de 112 artigos, escritos por especialistas do momento – como Neto, Lacerda, Magalhães, Hartt; políticos e viajantes – A. Soido, A. Campos, E. Deiró; e antigos cronistas – João Daniel, Vasconcelos, Anchieta. Além da linguagem simples, a publicação chama a atenção por sua grande estrutura iconográfica, uma das mais detalhadas de todo o império. Com a média de uma figura por página, resgatando antigas ilustrações ou contextualizando os artigos, a revista popularizou ao extremo o imaginário indígena no Brasil.

A capa da edição encadernada e o primeiro artigo, evidentemente, trataram de índios *Botocudo*. Neste texto, J. Lacerda acentuou ao extremo a imagem negativa sobre eles: baixos, fracos, com pernas delgadas e mão delicadas; as mulheres com seios caídos e muito feias; o tipo osteológico deprimente. E é claro, o repulsivo disco de madeira e seus hábitos canibalísticos. Qual o destino para tão miserável etnia, a raça humana mais inferior? A extinção, prevista por Lacerda para no máximo 50 anos... Quase em seguida, outro texto deste médico, que não fosse por seu caráter etnocêntrico ao extremo, soaria como cômico em nossos dias! *A força muscular e a delicadeza dos sentidos de nosso índios* reconstituiu um experimento prático feito pelo investigador. Empregando um aparelho chamado dinamômetro de Mathieu, mediu a força de 5 indígenas e as comparou com alguns brancos de tamanho medíocre. O resultado obtido, seria que os selvagens, apesar de muito mais musculosos, tinham força menor, ocasionada pela sua inferioridade racial. Portanto, muito menos aptos ao trabalho que os negros, justificando o sistema econômico em vigor.

Devemos sempre ter em mente que as hipóteses defendidas por Lacerda, apesar de radicais, não iam contra os pressupostos da elite imperial. Lilian Schwarcz, comentando sobre o mesmo assunto, pensa a posição de Lacerda como uma mudança de perspectiva, oposta à imagem romântica de um índio ideal: “Por oposição à imagem idealizada do romantismo, que via nos Tupis um modelo rousseauiano vivo, apareciam agora os Botocudos.” (1993, p. 75). Nos identificamos com a visão do historiador John Monteiro, para o qual não teria existido uma política única sobre os índios brasileiros, pois as novas teorias raciais tiveram que conviver com o discurso tradicional, que identificava as raízes da nacionalidade na mesma figura indígena (1996, p. 20). Os experimentos científicos, as medições cranianas e as pesquisas arqueológicas a partir dos anos 70, apenas *confirmaram* um modelo já estabelecido. O indígena idealizado, o herói das virtudes nacionais da literatura, ainda era o Tupi, que não existia mais no império. O representante da selvageria, que deveria ser extinto pela civilização, ou seria exterminado pelas próprias deficiências da raça, foi o Botocudo. Como veremos ainda em capítulo separado, o antigo índio amazônico – o Marajoara - foi glorificado neste período.

Todavia, é evidente que ocorreram algumas opiniões diferentes, no emaranhado teórico que foi o Oitocentos. Por exemplo, um intelectual chamado J. Serra, ex-deputado, assinou um revelador artigo com o nome *Os typos indígenas*. Ao visitar a exposição antropológica, constatou criticamente que as reproduções restringiram-se a “duas ou tres physionomias de filhos da selva, e sem grande variedade de tribus.” (1882a, p. 15). Sendo conhecedor de vasta bibliografia, Serra ressentiu-se da ausência de menções a outras tribos, desde referências existentes no período colonial, a etnias que ainda existiriam em muitos cantos do império, descritas por exploradores mais recentes. Podemos deduzir com esse relato, que a distribuição de representações etnológicas da exposição deve ter sido concentrada nos modelos antagônicos Tupi-Guarani e Botocudo.⁵⁶ Em outro estudo, *Meios de catechese*, Serra novamente colocou a religião como instrumento de assimilação das raças inferiores, ao processo civilizatório do império. A evangelização torna-se uma solução viável, impedindo o extermínio desnecessário e compatibilizando o selvagem para a economia pastoril e de extração. Nesse ponto, percebemos que o erudito foi contra a linha inaugurada por Varnhagen – defensor do massacre dos selvagens, e filiou-se diretamente aos pressupostos de Couto Magalhães. Inclusive, em outro artigo, *Desenvolvimento da raça*, indiretamente criticou as pesquisas de João Lacerda: “Para o estudo do homem americano mais convem o conhecimento das linguas, mythos,

⁵⁶ No estudo *Civilizações extintas*, também publicado nesta revista, J. Serra criticou a ausência de artefatos das civilizações astecas, incas e maias, na exposição do Museu Nacional. Para ele, o estudo do homem brasileiro não poderia ser desvinculado do resto da América.

industrias, e todos os attributos da condição social em que viviam, do que o estudo zoológico pelos caracteres anatomicos.” (1882c, p. 81). Ao nosso ver, essas críticas se devem muito mais a diferenças metodológicas do que a conflitos relacionados com a imagem indígena.

Explicamos melhor. J. Serra, Neto e Couto de Magalhães foram favoráveis às *análises etnológicas*, tradicionalmente monogenistas. O homem americano teria vindo de outras regiões e conservou características ancestrais ainda visíveis na atualidade. Por isso a importância dos estudos culturais, principalmente a linguagem e a mitologia, para esses pensadores. Por outro lado, J. Lacerda encabeçou os *estudos antropológicos*, que neste momento concediam muita atenção para os exames físicos e biológicos, preponderando a craniologia. A exemplo de Paul Broca e Samuel Morton, Lacerda foi poligenista: o homem teria sido originado de diversas regiões da terra, simultaneamente. Com o advento da teoria evolucionista, os posicionamentos de ambas as correntes foram amenizados por aqui, mas sem cessarem os embates sobre o espinhoso tema dos fósseis. Entre os intelectuais, a origem (poligenia ou monogenia) e o futuro (conversão ou extermínio) dos indígenas não eram temas pacíficos. Mas as suas características primitivas, inferiores – em alguns casos degenerada – tuteladas sob o prisma da evolução, foram genericamente aceitas.

O homem das cavernas do Brasil

Além de perpetuar velhos embates, a *Revista da exposição* também trouxe diversos termos inéditos por aqui: troglodita, Neandertal, Cro-Magnon. Um reflexo da influência da Arqueologia européia. A primeira destas palavras foi citada por Neto, em seu prefácio *Ao leitor*, caracterizando o tipo mais primitivo das Américas, em oposição ao mais culto – o Quíchua (incaico). Mais adiante, em outro parágrafo, o arqueólogo caracterizou o homem troglodita como aquele que primeiro manipulou a pedra, em diversas partes do mundo, tendo as mãos como principal diferenciador biológico. Uma idéia que diferenciava nossa espécie de outros animais. Mas a origem dessa palavra parece estar associada, justamente, às características bestiais do ser humano. Advindo do grego *troglodytes*, significa aquele que mora em cavernas. Foi popularizada com Lineu, que em seu *Antropomorpha* (1760), caracterizou um tipo muito semelhante ao homem, porém

peludo. Para Thomas Huxley (1868, p. 112), Lineu teria copiado sua figura do orangotango de Bontius. Seja como for, é inegável a vinculação da terminologia com os macacos, tanto que o nome científico do chimpanzé é *pan troglodytes*. Vamos encontrar sua utilização novamente em 1857 (Dic. Gen. Biog. et historique, p. 2666), referindo-se a habitantes de cavernas do continente africano. Seres animais, peludos, morando em cavidades naturais, distantes do mundo civilizado. Essa imagem vai identificar-se durante os anos 70, com o estereótipo clássico do homem pré-histórico, o Neandertal.

Os fósseis humanos mais controvertidos da História foram inicialmente descobertos em 1856, na região de Neander, Alemanha, advindo daí seu nome. Com o sucesso do livro de Darwin, *The origin of species* (1859), esses vestígios logo estavam associados ao homem macaco: “ils appartiennent a une race barbare et sauvage, la trace la plus ancienne des habitants primitifs de l’Europe.” (Huxley, 1868, p. 283); “Une expression effroyablement bestiale, sauvage et simienne (...) le crâne le plus bestial et le plus simien qui existât.” (Buchner, 1878, p. 77-78). Percebemos com muita facilidade, características deduzidas paralelamente com a análise física dos ossos. Primeiro, o lado bestial, identificado aos animais, especialmente os macacos; em segundo, a selvageria, oposta aos mais elementares princípios civilizatórios – lei, religião, sociabilidade. Constatamos a existência de um *princípio antagonista* nos estudos paleoantropológicos. Não tardou para que os pesquisadores acabassem descobrindo o perfeito modelo oposto dos Neandertais. Estamos falando do Cro-Magnon, escavado pela primeira vez em 1868, na França. Mesmo primitivo, seu crânio era muito mais semelhante ao atual, e foi associado imediatamente com um tipo mais perfeito, inteligente e sociável. Nos já desenvolvemos no início deste capítulo, uma processo semelhante no caso brasileiro, com a imagem indígena assentada no binômio Tupi versus Botocudo. Agora, durante os anos 80, esse modelo europeu foi adaptado conjuntamente com o estereótipo nacional.

Ao estudar aspectos frenológicos no artigo *As deformações da face e do crâneo entre os povos americanos* (Revista da Exposição, 1882), Ladislau Neto utilizou a frase “conformação neanderthaloide.” (1882c, p. 17). Ora, todos sabemos que os índios brasileiros, mesmo os pré-históricos, são representantes diretos do *Homo sapiens sapiens*, e que os Neandertais foram de um grupo considerado extinto, os *Homo neanderthalensis* (Hublin, 1996, p. 37). Em outras palavras, são crânios muito diferentes entre si. Não há qualquer parâmetro de comparação, a não ser o fato de que foram todos antigos seres humanos! O que Neto tinha em mente eram as imagens de selvageria, de primitivismo associado com estes fósseis da Alemanha. E não podemos esquecer que ambos, os mais antigos crânios brasileiros e os neandertalensis, foram encontrados em cavernas, o

receptáculo simbólico da bestialidade.⁵⁷ Encontramos uma concepção semelhante, ainda na mesma revista, desta vez com Lacerda. No estudo *O Craneo da Lagoa Santa*, este médico afirmou sobre esse fóssil: “elle está abaixo do homem quaternario da Europa. O Cro-Magnon era artista, cinzelava e insculpia o marfim, copiava as fôrmas dos animais, e dispunha de armas e de astucia capazes de vencer na luta o mammoth.” (1882e, p. 146). Caso levemos em conta que este fóssil analisado por Lacerda, está sendo antagonizado com um tipo fóssil superior, podemos dizer que encontra paralelo com as idéias de Neto.

O modelo de homem primitivo, para nossos arqueólogos imperiais, era o Botocudo. Assemelhado ao Neandertal por sua extrema inferioridade, só poderia ser antagonizado com um tipo fóssil superior. A descrição de uma visita à *Sala Lund* por João Lacerda, durante a exposição no Museu Nacional, confirma nossas idéias:

“O espirito do visitante, absorto na contemplação daquella peça anthropologica, remonta ás idades passadas e transporta-se pela imaginação ao theatro do descobrimento. Então, meditando, elle diz consigo mesmo: Quão longa não foi a evolução humana, que, partindo de tão modestos principios, chegou por gradações infinitas até produzir as maravilhas e grandesas da civilização actual! (...) até transformar inteiramente o homem primitivo, tão chegado aos brutos, sem moral, sem lei, sem organização social, no homem civilisado.” (Lacerda, 1882e, p. 146).

Temos aqui, a mesma conclusão que utilizamos para explicar o sucesso popular da exposição. Seja ao olhar uma reprodução etnológica de um Botocudo, com seus ornamentos labiais tão escandalosos, ou ao observar um crânio fossilizado, o cidadão do império brasileiro contemplou estas amostras museológicas como uma espécie de *espelho*, situando-se ele mesmo dentro da escala evolutiva, no ponto extremo da civilização e dos bons costumes. A natureza não poderia ter tomado outro rumo, afinal, a sociedade moderna também representou o triunfo do intelecto sobre o irracional.

Para entendermos melhor todas essas imagens cruzadas, vamos utilizar um personagem externo a esse contexto: o jornalista Karl Koseritz, de origem alemã e residindo em Porto Alegre, que foi também um pesquisador da Pré-História brasileira. Realizou escavações, uma exposição antropológica local, e escreveu diversos artigos para jornal. Em seu livro *Imagens do Brasil*, registrou uma viagem ao Museu Nacional em 15 de agosto de 1883. Ao visitar a sala Lund deparou-se com os exemplares de crânios e esqueletos em um armário, cerca de 60 fósseis. Sua descrição da cabeça de Lagoa Santa foi muito oportuna:

⁵⁷ Isso pode explicar, em parte, a contestação da autenticidade para as pinturas da caverna de Altamira (Espanha, 1880). Exemplos magníficos de arte, comparadas por alguns especialistas aos melhores impressionistas, não poderiam ter sido executadas por selvagens habitando cavernas! Sobre essa polêmica, ver Wendt, 1953, p. 256-292.

“Para dizer a verdade o crânio me desiluiu um pouco; eu pensava encontrar um crânio gigantesco, com características de meia animalidade, como o de Neandertal, e verifiquei que o crânio podia muito bem pertencer a um índio de uma das nossas raças de hoje. Nenhum aspecto de forma pitecoide; a fronte é baixa e oblíqua, as órbitas pequenas, as maçãs do rosto pouco salientes; é uma cabeça longa com têmporas deprimidas, mais ou menos do tipo de Cro-Magnon. Trata-se de um verdadeiro enigma, pois este crânio, sem dúvida o mais velho da América do Sul, difere afinal muito menos da forma atual do que os crânios, milhares de anos mais jovens dos sambaquis.” (Koseritz, 1980, p. 165).

Por certo, Koseritz conheceu a *Revista da Exposição* e os *Archivos*, formando em sua mente, uma associação entre o Neandertal, os Botocudo e o crânio da Lagoa Santa, este exposto na capital e aqui descrito. Sendo o mais antigo fóssil conhecido, nada mais natural que fosse também o mais primitivo, arcaico e animal. Que decepção, assemelhava-se aos atuais indígenas! Mas como não podia deixar de ser, o pesquisador também adotou referenciais etnocêntricos para os vestígios pré-históricos. Necessitava encontrar um modelo perfeito de homem das cavernas. E o encontrou, mas nos restos do homem dos sambaquis, sítios arqueológicos do litoral brasileiro. Para ele, os ossos destes locais eram bestiais, “que só se vê nas raças negras ou nos macacos antropomorfos (...) na primeira visita o confundi com um crânio de chipanzé ou de gorila (...) De resto os botocudos de hoje são os verdadeiros descendentes da raça dos sambaqui, e têm os mesmos característicos desta.” (p. 204). Novamente vemos uma ligação entre interpretações de marcas do passado – supostamente homens macacos - e o selvagem por excelência da atualidade.⁵⁸ O circuito imagético Neandertal/Botocudo novamente se fecha, mas por outras vias.

Até esse momento, nós percebemos o percurso das teorias arqueológicas em nosso país. Mas e quanto à Europa? Que repercussão tiveram essas pesquisas brasileiras? A melhor publicação disponível para essa avaliação, é o livro *L'Amérique préhistorique*, do marquês de Nadaillac. Publicado três meses após a abertura da Exposição, em 7 de outubro de 1882. Trata-se, com certeza, da obra mais influente e famosa sobre o tema, durante o final do Oitocentos. Este autor teve acesso aos documentos de Lund, em Copenhague, citou publicações como o *Archivos* e a *Revista*, e livros nacionais, a exemplo de *O Selvagem*, do general Couto Magalhães. Demonstrando o grande prestígio internacional da academia brasileira, na área da americanística.

⁵⁸ Uma análise muito semelhante a de Koseritz, Lacerda e Neto, pode ser encontrada anteriormente em um artigo do francês M. Philippe Rey. Ao interpretar crânios de Botocudos, encontrados por ele no Rio Doce (entre o Rio de Janeiro e Espírito Santo), caracterizou-os como tendo “disposicion simienne des lignes courbes temporales.” Mais adiante, ao comentar sobre fósseis humanos encontrados na Argentina, descreveu-os como “néanderthaloide.” (Rey, 1879, p. 341).

No capítulo introdutório do livro de Nadaillac, logo percebemos a influência da imagem indígena, criada pela elite de nosso país. A idéia principal foi de um grande *contraste* no panorama étnico sul-americano: como não podia deixar de ser, no Brasil ocorreriam dois grandes povos, o Tupi-Guarani, habitante de grandes vilas, agricultor e caçador, e o Botocudo, um grupo “sauvage et cannibale.” (p. 9). Dos tempos atuais, o autor depois transferiu seu pensamentos para o passado mais remoto. Mais uma vez, as descobertas de Lund vieram à tona. O auge da repercussão das ossadas encontradas por este dinamarquês, aconteceram em 1879, durante o Congresso de Antropologia de Moscou. Neste evento, o famoso Quatrefages realizou uma conferência sobre os crânios de Lagoa Santa (publicada em 1881), comparando-os com os indígenas dos dois litorais sul-americanos. Podemos dizer com muita confiança, que durante todo esse século, os fósseis humanos mais populares, fora da Europa, foram os descobertos no Brasil. E o livro de Nadaillac sedimentou essa importância envolvendo nossos vestígios humanos.

Ao lado do aspecto puramente osteolítico, o autor filiou-se na tradição difusionista. Os grupos de selvagens conhecidos durante a colonização européia, tiveram como predecessores ou contemporâneos, indígenas mais civilizados. Esta desconhecida raça teria deixado como marcas de sua passagem, as pinturas rupestres e os monumentos megalíticos, raramente encontrados no Brasil. Para esses últimos vestígios, o pensador francês resgatou as descrições coloniais de Elias Herckman, o qual supostamente encontrou em Pernambuco, no ano de 1641, imensas pedras amontoadas pelo homem: “as tais pedras pareciam-se na forma com altares.” (Barlaeus, 1980, 225). Apesar de existirem no Brasil traços de megalitismo pré-cabralino, não se comparam em tamanho com os encontrado na Europa. Herckmann deve ter confundido blocos naturais com disposições humanas. O curioso é que este assunto despertou pouca atenção dos pesquisadores nacionais. Somente Varnhagen, em uma carta endereçada ao Instituto, mencionou esse antigo episódio (1874, p. 201). Essa busca de uma ligação entre a cultura européia – superior, civilizada, sofisticada - pode ser melhor entendida no último e mais importante capítulo no livro de Nadaillac, a respeito da origem dos americanos.

As considerações deste romântico marquês foram contrárias à escola poligenista: o homem surgiu no Novo Mundo por via migratória, instalando-se em muitos pontos. Mas em vez de seguir a já consolidada teoria do Estreito de Bering, preferiu optar por um modelo muito mais empolgante. Ressuscitou a velha ilha-continente de Platão, transmutada agora em modelo antropológico, explicando a diversidade de etnias existentes no solo americano. Depois de tantos séculos, ainda era difícil ao intelectual europeu, *pensar a originalidade* de nossa geografia, dos tipos biológicos, enfim, dos

exóticos habitantes do nosso continente. O que Nadaillac não conseguiu explicar, transportou para a dimensão do misterioso, daquilo que estaria fora da ciência. A última frase da obra foi muito reveladora: “La terre d’Amerique est un grand mystère.” (p. 574). Esse caráter enigmático acabou dando legitimidade para mitos tradicionais, em pleno auge dos experimentalismos osteolíticos. Outro exemplo desse mesmo mecanismo adaptativo foi com a publicação *Etude sur le sauvage du Brésil*, de Gabriel Gravier, publicado em 1881. Baseado nos dados antropológicos dos livros de Couto de Magalhães, este autor ainda defendia a provável vinda dos fenícios para o Novo Mundo.

Do mesmo modo, a imagem do americano como um degenerado, também ainda encontrava subsídios no Brasil. Perdido em meio a dezenas de artigos na *Revista da Exposição Antropológica*, aparece um artigo de Félix Ferreira, chamado *As artes industriaes indigenas*. Segundo este autor, o Brasil teria sido palco de uma grande civilização adiantada, com diversos contatos pelo mundo, e sepultada por uma horripilante catástrofe. A imagem da Atlântida ainda era muito forte no imaginário, apesar de não ter um caráter totalmente objetivo. Mesmo Ladislau Neto acabou não resistindo ao apelo difusionista e, na mesma revista, publicou o estudo *Do elemento japonês na America*. Desiludido com o episódio da pedra fenícia da Paraíba, acabou tendo que optar por outra tipo de civilização, aos seus olhos menos atraente, mas ainda assim, muito mais adiantada que a dos nosso selvagens...

Triunfo e decadência

A repercussão ocasionada pela exposição de 1882 iria se prolongar ainda por muito tempo. Três anos depois, um volume especial do *Archivos* foi impresso especialmente para comemorar a antiga exibição, e os estudos envolvendo a origem de nossos indígenas. Todos os artigos envolveram temas arqueológicos. O primeiro, *Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos*, de J. Rodrigues Peixoto, apesar do título, não apresentou nenhuma novidade conceitual. Mais uma vez, vemos o modelo antagônico revestido de experimentos craniológicos. O Tupi seria o grupo de maior importância, enquanto que os Botocudo, aparentados com os fósseis de Lagoa Santa e os sambaquis, foram considerados tipos mais grosseiros e inferiores. Como representantes mais atuais deste último grupo, Peixoto citou os “brugres” da província do Paraná.

O mais longo e importante estudo deste volume, foi *Investigações sobre a archeologia brasileira*, de Ladislau Neto, ocupando 300 páginas.⁵⁹ Para termos uma idéia

⁵⁹ No Brasil, foram publicadas até agora somente cinco sistematizações sobre a pré-história nacional: o artigo de Ladislau Neto, no *Archivos* (1885); *Archeologia comparativa do Brazil*, de Herman von Inhering

da enorme dimensão que teve esse trabalho na sua época, basta percebermos que a próxima grande sistematização, muito inferior em qualidade, só foi publicada em 1934. Este compêndio foi uma consequência do interesse de Neto pelo tema, a partir dos anos 60, quando divulgou suas primeiras descobertas aos jornais da capital. Com a proposta básica do IHGB, desde sua fundação, de recolher as relíquias ocultas em solo nacional, inúmeros objetos vinham sendo enviados de todas as províncias, com destino à capital. E é claro, descobertas que também despertavam a atenção da imprensa. Devido às suas características físicas – muito mais duráveis que os ossos fósseis - os utensílios de pedra sempre foram os vestígios favoritos dos amadores, dos leigos e da população em geral. Como consequência, os armários do Museu Nacional estavam abarrotados de inúmeras peças líticas! No capítulo *A idade paleolítica e neolítica no Brasil*, Neto tentou criar um panorama classificatório para toda essa abundância de peças. Não era uma tarefa muito gratificante, porque faltavam nesta época, informações mais profundas sobre cronologias, tipologias, padrões culturais, enfim, dados que só poderiam ser contextualizados com datações – lacuna que somente no século XX foi preenchida. Essa carência de dados, a exemplo de outras situações, levou o arqueólogo a procurar explicações em modelos difusionistas. Ao tentar explicar a forma de instrumentos de pedra, encontrados no Rio Grande do Sul, Neto não exitou em compará-los com facas cerimoniais dos astecas, chegando mesmo a considerar um contato cultural entre os indígenas dos dois hemisférios. Um fato quase impossível, devido à enorme distância geográfica entre esses dois grupos.

A maioria destes artefatos de pedra não era encontrada pelos pesquisadores nas então recentes tribos brasileiras. Com acabamentos bem definidos, os resquílios levaram novamente o pesquisador a confirmar a tradicional imagem sobre os indígenas. Por exemplo, machados descobertos no Paraná deveriam ter sido confeccionados por “proto-guarany, provavelmente já em via de decrescimento moral na época da conquista européia.” (1885, p. 504). Se estas peças não foram feitas por povos mais civilizados durante a Pré-História, como explicá-las nestas regiões? Na imaginação de Neto, outra possível resposta surgiu. Elas poderiam provir de roubos, por meio de “verdadeiros salteadores nomades.” (p. 510). Uma terceira explicação cultural do pesquisador, esta para adornos líticos, descartou contatos migratórios e assaltos arcaicos. Os brasileiros primitivos utilizariam ornamentos de pedra por motivos animistas: aplacariam a fúria da

(1904); *Introdução à arqueologia brasileira*, de Angyone Costa (1934); *Introdução ao estudo da arqueologia brasileira*, José Anthero Pereira Jr. (1968) e *Arqueologia Brasileira*, de André Prous (1992). Levando em conta a abrangência do estudo, a bibliografia crítica e a qualidade conceitual, somente os trabalhos de Neto e Prous obtiveram resultados satisfatórios.

natureza, transfigurando em suas formas o “pavor que imprimiam taes phenomenos no espirito timorato dos primeiros habitantes.” (p. 531). Aqui, evidentemente, Neto atribuiu a esses semióforos um grande significado, cuja utilidade como objeto seria praticamente nula. A funcionalidade e demais padrões tipológicos, tão destacados pela Arqueologia moderna, foram substituídos pelo *caráter celebratório* das peças, convertidas pela ciência em antigos objetos de disputa tribal.

De maneira genérica, a sistematização de Neto conseguiu reunir uma boa bibliografia, disponível até aquele momento, mas suas conclusões foram parcialmente afetadas pela precariedade de um estudo mais especializado. Prevalecendo, com isso, imagens que forneciam uma explicação conveniente para as metas civilizatórias da elite erudita. Mesmo com essas limitações, este volume do *Archivos* delimitou o maior triunfo alcançado pela Arqueologia brasileira, durante todo o século XIX. Esse êxito pode ser medido pela grande repercussão nos meios culturais do Brasil e em outros países. O melhor exemplo desse sucesso, foi com Armand de Quatrefages, a grande autoridade na Antropologia francesa, que realizou uma resenha crítica de todos os artigos do volume VI do *Archivos*, poucos meses após este ser publicado.⁶⁰ Aos olhos deste magnânimo mestre, o Brasil trilhava o caminho certo da americanística: estudava ossos fósseis, tipos indígenas, vestígios humanos na floresta tropical, e principalmente, estabelecia modelos comparativos. Enfim, tudo o que um moderno centro de pesquisa poderia realizar. Até mesmo nosso imperador não foi esquecido: “L’Académie apprendra, sans en être surprise, que l’empereur Dom Pedro s’interesse à ces études archéologiques, comme à tout ce qui peut éveiller autor de lui l’esprit de recherches et de progrès.” (1885, p. 470). Todos sabemos que o monarca foi um grande apaixonado pelas antigüidades.⁶¹

Também durante os anos 80, Ladislau Neto tornou-se muito conhecido pelos especialistas mundiais, a ponto de ser convidado pelo arqueólogo Virchow, a filiar-se na Sociedade Científica de Viena (1885). Em 1882, foi convidado a realizar uma palestra na Sociedade Científica Argentina, a respeito da teoria da evolução. Outra conferência foi realizada por Neto no importante Congresso Internacional dos Americanistas, sediado em Berlim (1888), tratando da Pré-História brasileira. A divulgação de nosso passado na

⁶⁰ QUATREFAGES. Recherche sur les populations actuelles et préhistoriques du Brésil. *Compte rendus de l’Academie des Sciences*. Paris, vol. 101, p. 467-470, 1885.

⁶¹ Em 1871, ao visitar o Egito, d. Pedro II fotografou-se ao lado da Esfinge e da pirâmide de Quéops, além de demonstrar um profundo conhecimento em hieróglifos, monumentos e cronologias egípcias (Pedro II, 1909). Em meio às ruínas de Micenas, conheceu o mais famoso arqueólogo deste tempo, o alemão Heinrich Schliemann (1876). No Brasil, o monarca chegou a acompanhar escavações e recuperações de restos mortuários, além de adquirir coleções do especialista Gorges d’Enfer para o Museu Nacional (Prous, 1992, p. 7). Mas é claro, esse interesse pessoal caminhou ao lado da grande tendência em solidificar a imagem civilizatória do Brasil.

Europa foi tão intensa neste momento, que originou o surgimento de falsificações líticas, a exemplo de machados descobertos na Itália (Prous, 1992, p. 9).

Os anos de ouro do Museu Nacional também foram o período de auge da Arqueologia oitocentista em nosso país. Ao contrário da bibliografia atual, que considera esse período como o que simplesmente antecedeu as escavações modernas - uma época de pioneiros sem preparo adequado - nós o identificamos como o fortalecimento do processo de institucionalização dessa ciência no Brasil, seguindo a mesma reflexão de Maria Margareth Lopes: “a negação da visão de que não houve produção científica no país até o início deste século, ou de que as atividades existentes eram ‘pré-científicas’” (1997, p. 21). Essas considerações somente encontram validade para o período de 1838 a 1860, tendo as últimas décadas do império abrigado o estabelecimento de grandes escavações, algumas com resultados excepcionais, outras nem tanto.

Com o fim da monarquia, a Arqueologia nacional teve uma súbita decadência. As tradicionais pesquisas publicadas no *Archivos*, *Revista do IHGB* e em outros periódicos, desapareceram. A quantidade e qualidade das escavações cessou, até metade do Novecentos. Praticamente levou mais de meio século para que as pesquisas atingissem a mesma dimensão e importância que tiveram durante a monarquia. Pelo menos, a nível de prestígio internacional e reconhecimento institucional.

Arqueologia e imagem do índio brasileiro

“In various nations states at various times, some archaeologists have analyzed and interpreted the past to fit the ideological requirements of those states.” Don Fowler. *Uses of the past: archaeology in the service of the state*, 1987.

Os estudos de cultura material desenvolvidos pelos intelectuais brasileiros assentaram-se no tradicional binômio a respeito dos ameríndios: o selvagem brutal e o indígena nobre. Num momento inicial, esse estereótipo foi fixado pela literatura e os primeiros estudos do Instituto Histórico. Uma imagem que concebia os indígenas como inferiores, não sendo capazes de terem produzido qualquer feito tecnológico, social, espiritual, aos moldes do Velho Mundo.

Este período, de 1838 a 1860, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, foi o que mais produziu mitos arqueológicos, onde perdidas civilizações teriam executado formidáveis obras de arquitetura, esquecidas no incógnito geográfico. Uma imagem, ao mesmo tempo mítica e científica, que racionalizava concepções sobre o habitante primitivo, visando legitimar a expansão do europeu, tanto na forma direta da colonização, quanto no massacre em massa. Terras pertencentes a comunidades nativas, foram

desapropriadas nos Estados Unidos, com a autoridade de uma Arqueologia que desvinculava sua posse através de teorias bíblicas ou difusionistas (Trigger, 1980, p. 663). No Brasil, as investigações materiais desta época foram secundárias em relação aos mitos arqueológicos, importantes apenas para autenticar a remota antiguidade de nossa nação, atestando uma História anterior aos portugueses.

Sem sombra de dúvida, os anos 50 sedimentaram a concepção do indígena como símbolo da nação tropical. A década anterior procurou encontrar as marcas de um passado glorioso, de antigas civilizações que pudessem refletir toda a imponência do novo império frente ao mundo ocidental. Uma tarefa arqueológica que fracassou, não permitindo uma construção adequada da origem histórica da nação. Não encontrando as raízes civilizatórias do império, ao menos os intelectuais podiam criar heróis nesse obscuro passado brasileiro. Com uma História destituída de castelos, cavaleiros medievais ou ao menos os elegantes guerreiros de batalhas no Velho Mundo, os escolhidos foram nossos singelos habitantes das formidáveis florestas. Mas para acentuar o caráter deste herói nacionalista, principalmente pela literatura, teria de existir um personagem antagonista, uma espécie de vilão no processo histórico. Encontrando respaldo nas pesquisas etnológicas e nos relatos coloniais, os escritores apresentaram um Brasil anterior a Cabral, habitado por heróis e vilões, num constante processo de acentuação das qualidades positivas e negativas do universo indígena.

De um lado, o Tupi como sustentador dos valores éticos e civilizatórios do aldeamento racial, a natureza e o selvagem domesticados. Guerreiro épico cuja pureza moral foi a sua principal virtude, mas que somente encontra os valores verdadeiros da nação no momento em que torna-se cristão. O personagem antagonista do Tupi foi o Botocudo, representante da barbárie e da selvageria. Assim como os negros, estes últimos foram concebidos enquanto culpados do atraso rumo à civilização e ao progresso da nação. Sua extinção encontrou motivações de ordem política, econômica e ideológica. Com isso, foi fortalecida a imagem de uma Pré-História que posicionasse uma objetiva oposição entre dois grupos étnicos. O futuro horizonte da Arqueologia no Brasil seria extremamente influenciado por esse critério classificatório. Os fósseis humanos necessitariam confirmar essa imagem dos ameríndios, presente no momento da descoberta e colonização dos portugueses. As descobertas materiais poderiam reforçar a presença em nosso solo de heróis – que a literatura apontou como aptos para o processo civilizatório – e de representantes da completa animalidade selvagem. Uma noção de *archaios* que se submeteu, enfim, a uma imagem indígena.

O segundo momento da Arqueologia imperial, de 1860 a 1889, conheceu a influência massiva de novas teorias científicas. Os vestígios arcaicos foram sistematicamente classificados, surgindo periodizações e teorias explicando a origem do americano. Mas principalmente, a noção de evolução, adaptada da biologia para a Arqueologia. Enquanto nos Estados Unidos esses novos métodos foram introduzidos em 1862, com *Prehistoric man*, de Daniel Wilson, em nosso país eles penetram na década de 70, paralelamente com amplas escavações por todo o território. Os pesquisadores brasileiros, seguindo a tendência mundial, tentaram identificar restos físicos que demonstrassem a escalada evolucionária, ou seja, de que maneira – ou não - os selvagens progrediram até a chegada do civilizador europeu. Objetos que anteriormente eram considerados apenas relíquias de um passado remoto, ícones simbólicos da nação em construção, agora eram colocados dentro de uma hierarquia indicadora do estado evolucionário.

Em toda a América, as academias procuraram contrapor a sua Pré-História, que estava sendo posta em evidência, com a encontrada no Velho Mundo. Os resultados sempre apontavam para um maior progresso material ocorrido com o próprio europeu. Os ameríndios não teriam ultrapassado certos limites evolucionários, restritos ao seu confinamento continental (Trigger, 1980, p. 664). Mesmo teorias diferenciadas, como a poligenia e o monogenismo, demonstravam a inferioridade do não-europeu. Em nosso país, houve uma particularidade dentro deste quadro. Já existia muito bem estruturada pela elite erudita, uma imagem que contrapunha dois grupos étnicos, de um lado, o indicador da selvagem, brutal, canibal e degradante condição humana; de outro, o símbolo da mistura racial, o representante dos bons valores indígenas, e também, o herói dos tempos pré-cabralinos. O Botocudo e o Tupi seriam novamente contrapostos, desta vez pelos estudos osteolíticos. Eram raças abaixo da escala ocidental, mas somente o Tupi teria tido condições, nos primeiros contatos coloniais, de perpetuar nossa herança nativa junto ao europeu. A transposição dos modelos antagonizadores Neandertal e Cro-Magnon, reforçaram a construção desses estereótipos envolvendo a nossa Pré-História.

A Arqueologia perpetuou uma imagem tradicional sobre o indígena brasileira, ao mesmo tempo em que atualizou diversas teorias científicas. Foi um dos contrapontos entre o discurso que procurava identificar as raízes de nossa nacionalidade, com os elementos que poderiam fornecer o caminho futuro de nossa condição racial. E por que não dizer, o espelho entre o nascimento da sociedade brasileira, com sua congênere futura, a nação imperial.

Capítulo 4

O LIXO DE NOSSOS ANTEPASSADOS

De todos esses monumentos sepulcrais não há mais vestígio. Mas, sem dúvida alguma, poderíamos reencontrá-los através de escavações. Heinrich Schliemann, *Íiaca, o Peloponeso e Tróia*, 1869.

Um dos aspectos mais pitorescos da Arqueologia é sua característica de estudar muitas vezes, o entulho de uma cultura. No Brasil, esse papel também não seria diferente. Nosso imenso litoral brasileiro foi habitado por diversas populações indígenas em seu passado pré-cabralino. No período de colonização portuguesa, essas mesmas regiões foram alvo de interesses econômicos, como a exploração do cal de *sambaquis*.⁶² Interessantes sítios arqueológicos, que receberam seu primeiro debate ainda no Setecentos, prosseguindo suas discussões por todo o século seguinte. A principal polêmica levantada inicialmente a respeito dos sambaquis foi se tinham sido construídos pelo homem ou acidentalmente pela natureza.

O frei Gaspar de Madre de Deus, em seu livro *Memórias para a História da capitania de São Vicente* (1797), descreveu o processo de formação os sambaquis ou ostreiras: seriam resultado da acumulação de mariscos coletados pelos indígenas, servindo para cemitérios e no qual “acham-se machados, pedaços de panelas quebrados e ossos de defuntos.” (1953, p. 46). A maioria dos escritores desta época acreditavam, erroneamente, que esses montes conchíferos teriam sido formados naturalmente, sendo a opinião de frei Gaspar uma exceção significativa.

Até a metade do Oitocentos o assunto não despertou maiores atenções dos intelectuais brasileiros. Algumas rápidas referências ao assunto foram feitas por Varnhagen, em três momentos diferentes. No primeiro, o historiador encontrava-se vasculhando os arquivos paulistas em 1840, seguindo o levantamento documental proposto pelo Instituto nesta época. Visitando um sambaqui em Cubatão, encontrou crânios e ossos humanos, mas questionou a origem artificial proposta por Madre de Deus

⁶² *Sambaqui* – Acumulação artificial de conchas de moluscos, tradicionalmente considerados vestígios da alimentação de grupos humanos (Prous, 1992, p. 204), mas que atualmente são considerados edificações intencionais. Sítio arqueológico cuja composição seja predominante de conchas. A origem da palavra é Tupi-guarani: *Tambá*, conchas e *Qui*, monte. Testemunha de bandos recoletores e pescadores do litoral. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30m de altura e provavelmente filiam-se a várias fases, ainda que indubitavelmente constituam uma única tradição. Sinônimos: Sernambi, casqueiro, concheiro, ostreiro (Souza, 1997, p. 115). Os sambaquis são incomuns, se comparados a outros sítios indígenas, por três motivos principais: primeiro, porque possuem muitos vestígios de alimentação; em segundo, porque existia uma convivência entre vivos e mortos muito grande – os mortos eram sepultados no mesmo espaço cotidiano do sítio; e terceiro, porque “foram o grupo que deixou a maior quantidade e diversidade de testemunhos de sua permanência no território brasileiro.” (Gaspar, 1999, p. 160).

(1840, p. 525). Nove anos depois, suas concepções começaram a mudar. Agora as ostreiras foram apontadas como possíveis resquícios de antigas civilizações, restos de monumentos de outras gerações (1849, p. 372). Ao final dos anos 40, outros estudiosos lançaram esforços para o estudo desses restos, como Carlos Rath e Freire Alemão, este último autor de um estudo chamado *Memória sobre a Pirâmide do Campo Ourique do Maranhão*. Varnhagen voltaria ao assunto em sua *História do Brasil* (1854), desta vez comparando nossos sítios com outras regiões do mundo, como vestígios da Dinamarca, norte da Europa, ilhas do Egeu e Antilhas. Na realidade, o intelectual estava bem atualizado durante os anos 50, conhecendo as pesquisas desenvolvidas principalmente nos países nórdicos.

A Dinamarca foi uma das pioneiras nos estudos pré-históricos, recebendo um grande impulso após a obra sistematizadora de Thomsen. Desde 1827, um Zoólogo chamado Japetus Steenstrup investigava os sambaquis da região escandinava, denominados *kokkenmoddingers*, considerando os mesmo como formados naturalmente. Durante os anos 40, o arqueólogo Jens Worsaae defendia uma posição contrária, estabelecendo que estes montes seriam obra de antigas populações litorâneas. A polêmica estava estabelecida. Um comitê, que ficou conhecido por Lejre Commission, foi criado em 1847 para tentar chegar a uma conclusão sobre o dilema. Além desses dois especialistas citados, participaram os geólogos J. Forchhammer, H. Orsted e Forchhammer. Neste mesmo ano, Steenstrup iniciou uma troca de correspondência com Peter Lund, em Minas Gerais, que durou até 1852.⁶³ Para Lund, era evidente que as acumulações de conchas existentes no litoral brasileiro eram similares às da Dinamarca, e foram produzidas pela presença humana. Com isso, os pesquisadores nórdicos se viram obrigados a mudar de opinião, um fato consolidado em 1851, quando Worsaae escavou um sambaqui na Jutlândia, descobrindo diversos indícios que apontavam para a artificialidade do sítio (Bahn, 1996, p. 90). Curiosamente, em nosso país essa correspondência de Lund foi praticamente desconhecida. Todos os debates realizados posteriormente no Brasil sobre o assunto fundamentavam-se no reconhecimento científico dinamarquês, a respeito da artificialidade dos vestígios conchíferos, desconhecendo esse intercâmbio.

Após Varnhagen, o Instituto seria agraciado com uma série de estudos arqueológicos, a partir de 1864, tratando dos vestígios arcaicos do litoral. A origem deste material não viria de seus sócios ou membros, e sim de uma figura totalmente externa à

⁶³ A Biblioteca Real da Dinamarca possui duas cartas do intercâmbio entre Lund e Steenstrup, escritas em dinamarquês, datadas de 28/03/1847 e 11/03/1852, com as referências: NKS 3460, 4º e NKS 2677, 2º IV. Conforme bibliografia enviada pela arquivista Palle Ringsted, Manuscrit Department.

elite carioca. Um misterioso conde, de origem francesa, deixaria seu nome marcado nos anais da instituição por sua ousadia e determinação.

As aventuras de um conde arqueólogo

Em mais uma sessão promovida pelo Instituto, em novembro de 1864, o futuro marquês de Sapucaí promoveu a leitura de uma carta enviada para a secretaria de estado do império. Poderia ser mais uma correspondência sem maiores alardes ou comprometimentos. Porém, a mesma consistia em um relatório da descoberta em Santa Catarina, de ossos e outros vestígios instigantes. Seu autor, o conde de La Hure, solicitava ao IHGB o seu parecer sobre esse encontro.

Este pesquisador francês residiu no Brasil, tratando de assuntos relacionados com agricultura, plantação de algodão, criação do bicho da seda e colonização. No começo dos anos 60, realizou expedições corográficas pelo interior paulista. Seus primeiros livros publicados, *L'Empire du Brésil* (Paris) e *Le Mexique* (Douai, ambos de 1862), forneciam dados abrangentes destes dois países: geografia, estatística, indústrias, História e sociedade. Nesta época, também publicou, em Douai (França), um opúsculo de quatorze páginas, denominado *Les peuples du Brésil avant la découverte de l'Amérique* (1861), iniciando seu interesse pela Pré-História brasileira.

A carta-relatório de Hure, datada de 16/08/1864 e enviada de Dona Francisca (SC), deve ter surpreendido o ministro imperial. Utilizando terminologias arqueológicas extremamente técnicas e atualizadas, o conde estava muito à frente de seu tempo, superando as limitações dos intelectuais cariocas. O local investigado foi a baía de Saí, em São Francisco do Sul (SC), onde encontrou restos de diversos sambaquis, denominados pelo conde de *amas de coquillages*.

Com auxílio de um jovem francês, identificou as conchas do local como da espécie chamada de *brequigão*. Sua primeira conclusão, comparando com os montes de concha artificiais da Dinamarca, foi de que esses restos eram provenientes de diferentes habitantes da região com o passar do tempo. La Hure observou que existiam no mesmo monte, diferentes camadas de estratificação e de espécies conchíferas, comprovando épocas alternadas de ocupação. Escavando quase um metro e meio do sítio, encontrou três esqueletos humanos adultos, do qual realizou uma pormenorizada descrição de suas características físicas, comentando o estado de conservação dos dentes e a proeminência das mandíbulas. Junto aos restos humanos, deparou-se com um machado de pedra, cacos cerâmicos e objetos líticos. Uma pedra trabalhada, de origem granítica, foi reproduzida

em um detalhado desenho no relatório. As dimensões de cada face e suas equivalências em milímetros apresentadas no croqui, atestam a sagacidade do conde em estudos arqueométricos.

Sem dúvida, La Hure apresentava uma formação especializada, não somente ao citar autores dinamarqueses, como Worsaae e Steenstrup, mas também ao descrever dados obtidos empiricamente. Detalhes de escavação e dos vestígios não foram ignorados, pelo qual podemos considerá-lo um arqueólogo moderno, oposto ao modelo de antiquário brasileiro exemplificado em Manuel Porto Alegre. Como já mencionamos, o conde enviou os esqueletos e objetos junto com o relatório para o ministro, esperando serem examinados pelo Instituto ou doados para o Museu Nacional.

No final de setembro de 1864, o ministro José Barroso enviou no mesmo dia, uma carta para o presidente do IHGB e uma resposta para o investigador francês. Ao primeiro incluiu o relatório original, solicitando um “parecer sobre o valor ethnographico e historico da descoberta” (Barroso, 1864), enquanto que para Hure agradeceu a oferta, aceitando a continuidade de seus trabalhos.

Advindo o primeiro mês do ano de 1865, novamente o conde remeteu um relatório para o ministro. Infelizmente esse material foi perdido. Segundo Barroso, La Hure prontificou-se a explorar qualquer ponto do Império, caso fosse julgado conveniente. Findando janeiro, desta vez o conde enviou da própria capital uma carta para Fernandes Pinheiro (então secretário do Instituto). O teor da missiva foi muito obscuro, em parte devido ao nosso desconhecimento da carta anterior. No mês seguinte, o ministro imperial recebeu outro relatório, este com 30 páginas, tratando das pesquisas do conde.

A origem das ostras

Com o sugestivo título de *Considérations sommaires sur l'Origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*, o pesquisador francês inaugurou as modernas pesquisas dos vestígios litorâneos em nosso país. O prefácio do trabalho procurou demonstrar a extensão geográfica dos sambaquis, desde o Pará até a extremidade do Rio Grande do Sul. A importância principal no estudo destes locais seria a possibilidade de resgate da “plus ancienne races d’hommes du Brésil.” (Hure, 1865, p. 1). Em seguida, o trabalho foi dividido em três partes. A primeira era referente aos resultados obtidos empiricamente em Santa Catarina, que para Hure foram muito positivos e que poderiam enunciar inicialmente algumas conclusões:

1. *Os sambaquis foram originados pela mão humana.* Colocando-se entre os partidários da origem artificial destes montes conchíferos, Hure contestou aqueles que atribuíam os mesmos aos índios Guarani. Outras etnias proto-históricas, como os Carijó de Santa Catarina, foram também excluídas da possibilidade de terem sido as originadoras dos montes.⁶⁴ Apresentando-se completamente recobertos por vegetação, arbustos e outros detritos, os sambaquis seriam anteriores à colonização européia. Realizados por uma mesma raça e com mesmos padrões alimentares.

2. *Os sambaquis brasileiros são análogos aos da Dinamarca, ilhas Canárias e Antilhas,* seja pela maneira como foram formados (sobreposição de conchas), como pelos vestígios encontrados: ossos de peixes e de animais terrestres, cinzas e carvão de madeira, cerâmica espessa, utensílios de pedra. Na análise das diversas *camadas*⁶⁵ dos sambaquis investigados, é que percebemos todo o pioneirismo do conde. Para ele, as camadas seriam sucessivas e distintas umas das outras, apresentando uniformidade e separadas por cinzas, carvão e pequenas conchas. Mas no limite entre as camadas, o pesquisador percebeu uma diferenciação, apresentando um maior número de cinzas e restos de peixes. Sua interpretação para esse fato seria de que no período em que os moluscos apresentavam-se escassos, as populações litorâneas dedicaram maior tempo para a pesca. Ainda em relação à dieta alimentar dos sambaquieiros, observou a presença de um pequeno número de osso de animais silvestres no sambaqui, interpretados como simples passatempos, sem maiores preocupações de subsistência.⁶⁶

Outra fonte de alimentação destes povos, segundo Hure, seria a carne de prisioneiros de guerra. Nas camadas centrais de um sambaqui da lagoa de Saguçu (SC), encontrou ossos humanos espalhados e partidos, misturados a ossos de peixe. As fraturas dos ossos indicariam a finalidade de extrair o tutano. Também uma mesma mandíbula apresentava-se partida em dois fragmentos. Estes esqueletos diferenciavam-se dos outros ossos humanos encontrados, sem características de sepultamento. Para o francês, só poderiam ter sido descarnados e expelidos após a refeição. A questão do canibalismo é um tema complexo. As crônicas e a bibliografia apontam para uma antropofagia

⁶⁴ Atualmente considera-se dois períodos de formação dos sambaquis sul-brasileiros: os realizados pelos *sambaquieiros* (de 5.000 a 1.000 anos atrás) e as aldeias e acampamentos dos grupos *Tupi-guarani* (1000 anos atrás até a chegada dos portugueses). Conf. Figuti, 1999, p. 198.

⁶⁵ *Camadas* – Superposição de estratos, de composição natural ou artificial. Estrato, horizontal ou não, com características próprias, numa estratificação. Leito ou estrato de rocha maciça, em depósito natural. *Estrato* – Camada geológica ou cultural. É composto por sedimentos minerais e evidências culturais. O mesmo que capa, nível, depósito. Conf. Souza, 1997, p. 32, 52.

⁶⁶ Até pouco tempo, a coleta de moluscos era considerada a maior fonte de subsistência dos sambaquieiros. Porém, pesquisadores acreditam que a principal fonte de alimentação do grupo era a pesca, mesmo no início da ocupação dos sítios. As numerosas conchas parecem estar mais associadas à uma *estratégia de construção do aterro* do que a uma dieta alimentar (Gaspar, 1999, p. 165; Figuti, 1999, p. 201).

americana com propósitos sempre ritualísticos, seja com caráter familiar (endocanibalismo, ingestão tradicional das cinzas) ou dos inimigos (exocanibalismo, digestão da carne). Mas alguns registros modernos em sambaquis, também parecem confirmar as mesmas conclusões de Hure e, apesar de raros e isolados, não podem ser descartados.⁶⁷

3. *O povo que construiu os sambaquis do Brasil habitou em sua superfície.* Além dos vestígios encontrados na escavação, Hure recorreu à etimologia para comprovar essa afirmativa. Sambaqui seria uma derivação da palavra *taba*, aldeia em tupi, originando *çaba quig*. Uma conclusão errônea, mas a procedência correta é: *tamba*, marisco e *qui*, amontoado. De qualquer maneira, suas teorias da formação geológica dos sambaquis e de sua utilização como habitação estavam corretas: sedimentos de terra e areia acumularam-se em volta dos restos conchíferos com o passar do tempo, originando as elevações dos sambaquis. Hure acreditava que a povoação indígena no Brasil foi originada pelo norte - hipótese muito aceita pelos acadêmicos brasileiros nesta época - e se estabeleceu aos poucos pelo litoral, criando e habitando os montes de lixo marinho.

Neste ponto, novamente recorreu às semelhanças existentes entre nosso sambaquis e os da Dinamarca, uma idéia que o arqueólogo Worsae já havia se pronunciado. Essas similitudes seriam independentes ou teriam alguma relação cultural direta? O conde francês não teve dúvida, recorrendo aos velhos debates difusionistas, como por exemplo a colonização dos escandinavos na América. Mas sem necessariamente identificar a origem dos ameríndios no Velho Mundo, atentou para as conexões filológicas entre os dois continentes, citando Hugo Groetius e seu livro *De Origine gentium Americanarum* (1642). Grotius foi um dos iniciadores da hipótese de que a América foi colonizada pelos nórdicos, popularizada no Oitocentos por Rafn. Do mesmo modo, Hure não deixou de elaborar alguns comentários favoráveis às analogias entre as palavras, costumes e hábitos dos povos intercontinentais desenvolvidas por Grotius.

Apesar desta conexão linguística, era muito claro para este arqueólogo a origem migratória do índio brasileiro: seria proveniente da Ásia, berço da humanidade. Em uma extensa nota ao texto, Hure enumerou os autores que constataram as similitudes entre os indígenas da América do Norte e do Sul. Desta maneira, a *Filologia* tornou-se um instrumento precioso no auxílio do resgate histórico. É uma importante aliada do difusionismo, desde autores setecentistas até intelectuais como Emile Âdet, Varnhagen,

⁶⁷ Arqueólogos modernos encontraram evidências muito similares às de Hure: crânios isolados, ossos quebrados e raspados, misturados com numerosos ossos de peixe e cinzas de fogueira, o que comprova a existência de antropofagia entre os sambaqueiros do nosso litoral (Prous, 1992, p. 218). Sobre a complexa questão do canibalismo brasileiro ver: Raminelli, 1996.

Warden, entre outros. Essa conexão entre as descobertas empíricas e sua interpretação dentro de modelos clássicos tornou-se um procedimento semelhante ao realizado desde o início da Arqueologia moderna. Hure não fugiu a esse comportamento. Mas o que diferenciou ele de antiquários como Porto Alegre, foi a importância concedida aos vestígios materiais, em relação às similitudes filológicas.

A principal preocupação de Hure, seguindo seu texto, foi procurar mostrar as evidências que os sambaquis foram habitações indígenas. O costume de viver em regiões aquáticas, preservando-se do ataque de animais ferozes e de outros agrupamentos humanos, seria uma prática observada também na antiguidade européia. Mas nos sítios brasileiros, com vestígios de madeira praticamente escassos, saber qual a estrutura de habitação utilizada, deve ter intrigado muito nosso pertinaz investigador. Segundo suas observações empíricas, os sambaquieiros não utilizavam cabanas de madeira, mas somente habitações provisórias semelhantes a choupanas, para o abrigo do sol e chuva.⁶⁸ Com relação ao uso de grandes fogueiras e de canoas talhadas ao fogo, mostrou-se também muito correto. Um outro detalhe curioso, que preocupou La Hure, foi a questão do odor exalado pelos sambaquis. Afinal, os indígenas habitavam acima de verdadeiros lixos orgânicos. Para o sábio francês, os moradores deste locais deveriam utilizar muito a fumaça das fogueiras para atenuar as condições odoríferas.⁶⁹

A segunda parte da memória tentou determinar a época em que teriam sido realizados os sambaquis, baseados em estudos de arte, Filologia, Geologia, Etnografia e História. Apesar de não mencionar objetivamente uma datação, Hure calculou corretamente que os sambaquieiros deveriam ser mais antigos que os povos megalíticos europeus, ou seja, mais de três mil anos atrás. A origem asiática dos povos americanos foi apresentada como a mais provável, mas o conde também mencionou a possível inclusão de elementos brancos (semíticos) sobre o Novo Mundo, entre os séculos VIII e IX d.C.

A parte final do relatório consistiu na descrição pormenorizada de cada objeto encontrado, identificados por suas respectivas camadas estatigráficas. Esse certamente foi o momento mais significativo de toda a investigação de Hure, que realizou um processo descritivo muito complexo para os padrões brasileiros de sua época.

⁶⁸ Apesar de raras, foram observadas estruturas de cabanas com fundos e delimitações por estacas, chegando inclusive algumas habitações a possuir sete metros de diâmetro. La Hure deve ter observado sedimentos de cor escura e compactados, comuns nos sambaquis catarinenses, que indicam também a utilização de choupanas sem apoio de postes cavados (Prous, 1992, p. 211).

⁶⁹ “Pode-se imaginar o cheiro que exalava desse material, mas a percepção do que é um cheiro agradável ou desagradável varia de cultura para cultura. Um grupo que vivia da exploração do mar, pescando e catando moluscos rotineiramente, certamente deveria ter o olfato bastante acostumado aos odores que exalam desses animais.” (Gaspar, 1999, p. 163).

A resposta do Instituto

La Hure insistia que seu relatório sobre sambaquis fosse examinado pelo IHGB, conjuntamente com uma proposta de continuidade das suas pesquisas. Finalmente, após 10 meses do primeiro contato, foi emitido um parecer pelo engenheiro Guilherme Such de Capanema, que não concordou com diversos pontos da memória. A etimologia da palavra sambaqui foi a primeira questão contestada. Quanto à idade desses vestígios, o parecerista acreditava que seriam proto-históricos, ou seja, fabricados no período colonial ou mesmo ainda em uso. A analogia com os vestígios dinamarqueses do mesmo modo recebeu críticas negativas. Capanema explicou a origem dos sambaquis por motivos geológicos, desprezando sua origem humana, pois não acreditava em uma grande antiguidade para eles. E também citou semelhanças entre morfologia craniana das culturas açorianas com os ameríndios e mesmo com o mito da Atlântida. Apesar de todas as suas ponderações, julgou que o Instituto deveria aceitar os objetos encontrados pelo conde. Percebemos uma nítida desatualização do barão de Capanema, pois o assunto não era novidade - ao menos na *Revista do IHGB*, a exemplo das antigas opiniões de Varnhagen, que já relatamos.

O conde francês enviou diversos outros livros, documentos e manuscritos de sua autoria para o Instituto. Três memórias mereceram pareceres especiais, respectivamente tratando sobre Geografia, Arqueologia e Geologia. Em setembro de 1865, Giacomo Rabaglia e Manoel Oliveira efetuaram uma análise sobre o trabalho *Exploration du Rio Parahyba*. A maior questão apresentada por Hure era referente às denominadas *pedras a écuelles*, que considerava formações naturais originadas pela erosão aquática. Na realidade, tratavam-se de *bacias de polimento*,⁷⁰ utilizadas pelas populações pré-históricas nas margens dos rios. A comissão, apesar de apresentar alguns conhecimentos sobre Geologia, não conseguiu formar uma conclusão definitiva sobre o assunto. O grande mérito apontado na memória do conde foi o de apresentar pesquisas em uma região desconhecida do Brasil (Gabaglia, 1865, p. 309).

Outra memória geológica da região do rio Paraíba foi examinada por Saldanha Filho em novembro de 1866. Este novo trabalho manuscrito de Hure, que foi o único publicado pela *Revista*, descrevia as formações e decomposições das rochas de diorito. Um trabalho muito meticuloso e extremamente técnico. Quanto ao parecer de S. Filho, baseava-se nas pesquisas do barão de Capanema, demonstrando certas restrições teóricas

⁷⁰ *Bacias de polimento* - Vestígios humanos utilizados sem modificação intencional. Rochas granuladas, ricas em sílica, em cujos afloramentos localizados perto da água os homens esfregavam as pedras que desejavam polir, provocando a formação de amplas depressões alongadas ou circulares bem polidas, por vezes com sulcos alongados (Prous, 1992, p. 64).

para as conclusões do conde francês. Mas como os outros pareceres, reconhecia a importância destes estudos em locais ermos para a ciência nacional (Filho, 1866, p. 421).

Se de um lado temos pareceres não muito otimistas sobre suas pesquisas, por outro, ocorreu um grande interesse pelas possibilidades econômicas dos mesmos. Desde 1865, Hure solicitava ao ministério imperial e ao IHGB subsídios para as custosas investigações de campo, não sendo em nenhum momento atendido. Mesmo suas proveitosas propostas encaminhadas não surtiram efeito: relatórios, levantamentos de plantas e seções geológicas, desenhos, mapas, determinação de posições geográficas, observações meteorológicas, etnológicas, levantamento de inscrições rupestres (Hure, 1865).

A grande temática dos trabalhos apresentados - investigações arqueológicas - não estavam recebendo maiores atenções por parte dos intelectuais brasileiros durante os anos 60. O único trabalho de Hure impresso na *Revista*, versava sobre Geologia, um assunto bem mais interessante aos anseios econômicos do momento. A reação da imperial academia para com a memória sobre a cidade perdida da Bahia, por exemplo, foi reservada. Dos quatro relatórios do conde de La Hure enviados ao Instituto, os relativos à Pré-História mostraram-se muito mais morosos para terem juízos publicados na *Revista*. Enquanto os pareceres que tratavam de Geologia foram impressos em menos de um mês, o de sambaqui levou 5 e o da cidade perdida 10 meses.⁷¹ Apesar de envolver algumas polêmicas, o tema da Geologia mostrava-se dentro de um panorama muito mais tranquilo. E envolvia um interesse imediato aos anseios da elite: a transformação de bens naturais em recursos econômicos. Uma das metas do IHGB era ampliar as fronteiras do conhecimento das províncias, tornando o espaço territorial mais acessível. Conhecendo melhor seus minérios, suas matas, seus rios, o império estaria viabilizando a ciência enquanto instrumento de conquista das potencialidades naturais, uma tarefa que para a Arqueologia do momento estava descartada.

Depois de uma intensa atividade de correspondência, o conde La Hure cessou seu intercâmbio com o Instituto após 1867. O pesquisador francês continuou seu contato com membros da elite carioca, a exemplo do imperador D. Pedro II. Mas seus vínculos com o passado pré-histórico foram desvanecidos. A tarefa de esquadrihar nosso passado litorâneo passaria para as mãos de outros investigadores.

⁷¹ Entrada dos relatórios de Hure no IHGB (E):

Publicação dos pareceres (P) :

1 – *Sambaquis* (E – 10/02/1865; P – 16/06/1865)

2 – *Cidade Perdida* (E – 21/06/1865; P – 12/04/1866)

3 – *Exploração do rio Paraíba* (E – 18/08/1865; P – 15/09/1865)

4 – *Rochas do Desengano* (E – 10/10/1866; P – 8/11/1866)

A década das escavações

O início da nova década também refletiu um posicionamento diferente do Instituto para com o tema dos sambaquis. Pela primeira vez, foi publicado um estudo sobre esses sítios arqueológicos, *Noticia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil* (1871), do geólogo Carl Rath.⁷² Não deixa de ser curiosa uma questão: porque o IHGB publicou este estudo de Rath, e não o de La Hure, seis anos antes? Os dois intelectuais pareciam estar bem envolvidos com a elite da capital, mas alguns indícios apontam para uma especial posição do estudioso alemão. A partir dos anos 40, Rath publicou algumas considerações sobre sambaquis na revista *Brasilia*, de Petrópolis, bem como em jornais europeus. Importantes membros do Instituto, como Capanema e Freire Alemão, devem ter tomado conhecimento dessas publicações, mesmo porque Rath não enviou originalmente o seu artigo de 1871, sendo reimpresso pelo Instituto de alguma publicação paulista.

Outros fatores, como a conjuntura desta década, reforçaram a escolha entre as duas memórias aludidas. Como sabemos, os anos 70 foram o período em que as novas idéias, métodos e teorias científicas entraram definitivamente em nosso país. O artigo de Rath, comparado com o de Hure, era muito pequeno, com apenas seis páginas. Não apresentou detalhes ou descrições muito longas, apenas conclusões parciais baseadas nas experiências pessoais do autor. Para o geólogo alemão, não havia dúvida que os sambaquis foram construídos por antigos indígenas, uma idéia reforçada pelo encontro de artefatos líticos junto a ossadas humanas no litoral brasileiro e em sítios semelhantes nas Guianas. Outra grande diferença entre esses dois pesquisadores foi de que o texto de Rath não apresentava nenhuma filiação ao ideário difusionista, sendo muito mais apropriado ao novo contexto vivenciado na *Revista*. Em sua última observação, o geólogo germânico lamentou a falta de verbas e incentivo público para as escavações de campo, uma atitude que já havia sido tomada por La Hure em 1866.

Esse fato perpetuou-se por toda a nova década, não ocorrendo patrocínio para pesquisas arqueológicas por parte do IHGB. Porém, os sambaquis continuariam a despertar interesse de seus membros, como foi o caso do engenheiro barão de Capanema. Em 1874, publicou o artigo *Die sambaquis oder muschellugel brasilien (Petermann's*

⁷² Não temos informações mais detalhadas sobre esse pesquisador, autor de algumas obras sobre corografia e aspectos geográficos das províncias de São Paulo e Paraná. Rath voltou ao tema dos sambaquis no livro *Algumas palavras ethnologicas e paleonthologicas a respeito da provincia de São Paulo* (São Paulo: Typographia de J. Skler, 1875), e no artigo *Die sambaquis oder muschellugelgraber Brasiliens. Globus, Illustrierte Zeitung fur laender und Volkerk Braunschweig*. vol. 26, n. 13, p. 193-198, 1874. Essas duas fontes não existem nos principais acervos brasileiros.

Mittheilungen, Gotha, Alemanha), que foi reproduzido na revista *Ensaio de Sciencia* (março de 1876). Em relação ao seu parecer sobre a memória de La Hure, escrita dez anos antes, não percebemos muitas modificações. Em nenhum momento Capanema aludiu sobre a antiguidade desses vestígios, preferindo citar exemplos de fabricações similares nos tempos contemporâneos. A diferença entre as camadas estatigráficas de cada sítio – uma prova de diferentes momentos cronológicos – foi apontada como resultado de processos naturais: na mesma época em que um grupo criou aleatoriamente esses depósitos de lixo, a natureza teria feito várias camadas de terra. Essa sua interpretação contrariava as corretas idéias de Hure e Rath, que apontavam diferentes períodos para cada nível dos sambaquis. Outro erro de Capanema, foi considerar os vestígios de fogueiras entre as camadas, como sendo antigas queimadas na vegetação do local.

Apesar de sustentar uma origem artificial para a estrutura dos sambaquis, o barão contrariava todas as teorias vigentes sobre sua funcionalidade. Em relação aos ossos humanos nos sítios, cuja existência ele mesmo confirmou, afirmou que seriam muito raros, simples restos abandonados do mesmo modo que as conchas: “reduzimos assim à sua singela expressão natural o sambaqui, que teve de servir para tanta produção fantástica, ora sendo diques, ora trincheiras, outras vezes mausoleus, e até construções para o culto.” (Capanema, 1876, p. 85). Os especialistas modernos concordam que os sambaquis foram erigidos com finalidades específicas de construção, não sendo apenas restos de alimentação dos agrupamentos, mas também a maioria destes sítios não foram especializados como cemitérios ou habitações, sendo antes uma mescla de ambos (Figuti, 1999, 159-167; Prous, 1992, p.216).

Em todo caso, temos de considerar as idéias de Capanema em relação aos outros pesquisadores do período. Percebemos que havia uma tendência deste autor em criticar investigações estrangeiras.⁷³ No início de seu artigo, afirmou que o mais famoso geólogo oitocentista, Charles Lyell, teria cometido um grave erro, ao conceder uma origem civilizada aos sambaquieiros paulistas. E as teorias já comentadas do barão sobre a funcionalidade dos sítios eram contrárias aos estudos de Hure e Rath - ambos de origem européia. Capanema foi um pesquisador preocupado em dar continuidade à uma linha de investigação nacionalista, originada durante os anos 40, e que creditava muitos erros aos

⁷³ Capanema foi um típico cientista oitocentista, no qual as teorias já estavam estabelecidas em sua mente, antes mesmo de realizar investigações de campo, que foram muito poucas. Caso tivesse escavado diversos sambaquis, teria percebido os vestígios típicos de qualquer sítio desta natureza, contrariamente às suas interpretações. Mesmo Rath já havia notado esse padrão sambaquieiro, do mesmo modo que Hure muito antes: “No fundo e centro d’estes outeiros (...) encontramos sempre ossadas humanas, e junto a ellas acha-se não pequeno numero de armas e utensilios de pedras, como sejam, machado, pontas de lança, frechas, cunhas, virotes, argolas, massas, pilões, mãos de pilões, pedras chatas e concavas (...) um povo antiquissimo do Brasil reuniu no espaço de muitos annos as cascas d’estes crustaceos que comia, para entre ellas sepultarem os seus irmãos mortos.” (Rath, 1871, p. 288).

exploradores vindos de fora do país. Do mesmo modo que o antiquário Manoel Porto Alegre entre 1840-1850, Capanema esperava encontrar as respostas para nossa Pré-História em uma geração perdida, e não em simples restos de lixo indígena, opondo-se deste modo, aos anseios de estrangeiros muito mais preparados tecnicamente na recuperação de relíquias arqueológicas.

As pesquisas do Museu Nacional

O interesse pelos polêmicos sítios litorâneos se estendeu pelos anos seguintes. A revista *Bulletins de la Société d'Anthropologie de Paris*, por exemplo, publicou um resumo do artigo de Rath (*Revista*, 1871), efetuado por Abbé Durand em 1874. Definitivamente, o tema despertava grandes interesses tanto pela comunidade internacional, quanto pelos investigadores nacionais. Durante uma incursão pelo Rio Grande do Sul, os naturalistas Ladislau Neto e Carl Schreiner realizaram algumas pesquisas em vestígios dessa natureza, no ano de 1873. Com base nestes estudos iniciais, Neto organizou uma série de problemáticas em torno do assunto, encarregando o estudioso Carl Wiener de realizar escavações em Santa Catarina. As principais preocupações do então empossado diretor do Museu Nacional diziam respeito a indícios que esclarecessem a origem dos sambaquis - como vestígios de fogueira e a posição dos esqueletos dentro das camadas dos sítios. Deste modo, Wiener publicou o artigo *Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil*, o primeiro da estreitante *Archivos do Museu Nacional*, de 1876. A escolha não foi de modo algum casual, demonstrando o interesse da instituição pelo patrocínio da Arqueologia. Em seus seus trabalhos de campo, Wiener foi acompanhado por Schreiner, do Museu Nacional, Frederico Muller, professor do Desterro, e Martiniere, filho do vice-consul francês. A composição desta equipe também refletiu o envolvimento da elite erudita das províncias em torno de temas pré-históricos.

O relatório-artigo de Wiener foi dividido em quatro partes, tratando a primeira do ambiente geográfico, da forma e dimensões dos sítios, enfim, da estrutura dos sambaquis. Pelas terminologias empregadas, o investigador demonstrou ser um naturalista particularmente familiarizado com Geologia e Palentologia. E justamente esta parte foi o momento que citou os anteriores trabalhos de Rath e Hure. Do primeiro, criticou dados de localização litorânea dos montículos, e do segundo, detalhes sobre vegetação cobrindo os sambaquis. Wiener ainda classificou os sítios morfológicamente em trincheiras, colinas e montes regulares; e segundo suas disposições internas, nos *irregulares*, *túmulos* e os destituídos de divisão interna.

Na seção dedicada aos objetos humanos recuperados pela expedição, percebemos as limitações deste autor nas questões arqueológicas. Wiener descreveu cada objeto encontrado, mas sem fornecer sua localização nas respectivas camadas e sítios, um procedimento que o conde de La Hure havia feito de maneira bem competente. Sem os dados espaciais dos artefatos, o *registro*, a Arqueologia é destituída de seu principal método de trabalho, que diferencia os cientistas de qualquer escavador comum.

Na síntese final, o artigo estabeleceu algumas conclusões divergentes com as opiniões reinantes até então, e, em outros aspectos, conservou algumas especulações. Sobre a época em que foram levantados esses montes conchíferos, Wiener foi totalmente contrário a uma remota datação, considerando-os com poucos séculos. Nesse momento, o geólogo contrariou Lund, Rath e Hure (defensores de uma data pré-diluviana para os sambaquis), baseando-se em considerações do astrônomo e naturalista Emmanuel Liais sobre calcificação das conchas. Ora, sabemos muito bem que tanto Wiener, quanto Liais e Capanema, estavam estreitamente ligados ao Museu Nacional e ao IHGB, e ambos consideravam que os montículos eram recentes. Existiria alguma relação entre os resultados destas pesquisas com pressupostos ideológicos da elite imperial? Mais adiante surgem algumas pistas que esclarecem essa questão. Como já afirmamos, Wiener classificou os sambaquis em diversos tipos, encontrando em alguns destes – os *irregulares* - mais ossadas humanas do que de animais. Todos esses corpos ficaram depositados em fragmentos, o que levou o geólogo a afirmar que seriam vestígios de canibalismo: “a carne humana era provavelmente mais apreciada do que qualquer outro alimento.” (1876b, p. 17).

O investigador germânico não soube examinar atentamente os vestígios que encontrou, faltando experiência arqueológica para escavar os diversos montículos. Muitas vezes, *sepultamentos primários*⁷⁴ podem ter sido desfragmentados com a erosão ou deslocamento das camadas geológicas. A falta de outros tipos de ossos animais pode ter sido ocasionada pela ausência de mais escavações por parte de Wiener. Um arqueólogo mais preparado, como foi o caso de La Hure, percebeu que os sambaquieiros alimentavam-se de peixes, moluscos, pequenos mamíferos e aves, conforme a época de escassez de alimentos – um dado obtido pelo exame estatigráfico. Quando o conde francês encontrou ossos com indícios de canibalismo, estes estavam além de despedaçados, quebrados e com cortes transversais, indicando seu descarnamento,

⁷⁴ *Sepultamento primário* – Aquele em que o morto foi sepultado sem receber qualquer tratamento prévio de descarnar ou cremação e também não foi exumado e reenterrado algum tempo depois da morte (Wesolosky, 1999, p. 193). *Enterramento direto* – se o corpo é colocado diretamente de encontro à terra, sem uso de urnas ou receptáculos (Souza, 1997, p. 49).

misturados com cinzas e ossos de outros animais. Além disso, Hure diferenciou claramente sepultamentos de vestígios antropofágicos no mesmo sítio, estes últimos apontados por ele como indícios de exocanibalismo.⁷⁵

Baseado em suas errôneas interpretações, Wiener logo elaborou uma série de hipóteses etnocêntricas. Os mais antigos sambaquis, os de forma irregular, teriam sido habitados por “bidepes carnívoros,” que se alimentavam dos seus semelhantes, e em cuja convivência ainda não haveria leis sociais. A partir do momento em que a individualidade física foi respeitada, surgiu a moral, o progresso e a ordem, acabando com a antropofagia. Os sambaquis transformaram-se em *túmulo*s, locais para resguardar a memória dos mortos: “a primeira pedra de tudo quanto a civilização tem podido erigir de grande e bello (...) recorda-se aos viventes por um monumento, primitivo, é verdade, mas que se torna um dos mais curiosos para a historia da humanidade.” (1876b, p. 18). Neste momento, não estamos distante das idéias de Ladislau Neto, do qual o geólogo foi subordinado, ou das metas do Instituto. O sambaqui como um primitivo indício de civilização, um marco grandioso e visível do passado separado da bárbarie, cuja forma atesta um desenvolvimento intelectual dos antepassados do império brasileiro. O típico antagonismo na imagem indígena – geralmente representado pelo eixo Botocudo/Tupi - apareceu aqui na forma de duas fases distintas dos restos litorâneos.

Por último, Wiener fez rápidos comentários sobre os instrumentos líticos dos sambaquis. Como tinha encontrado muitos instrumentos polidos e pouquíssimos por lascamento, concluiu errôneamente que na América existiu uma idade da pedra polida antes da lascada. Uma idéia influenciada pela obra de Couto de Magalhães, e endossada por Emmanuel Liais. Este trabalho de Wiener, financiado por Ladislau Neto, não apresentou nenhuma novidade ao panorama das pesquisas sobre o assunto, pelo menos, o que já havia sido resgatado por Hure e Rath, sendo inclusive, bem inferior em resultados empíricos. Representou uma tentativa do Museu Nacional em entender o próprio acervo,

⁷⁵ Tradicionalmente, os historiadores e antropólogos sempre consideram os vestígios de antropofagia como *ritualísticos*, seja para a ingestão de mortos da mesma tribo, como para inimigos externos. Mas atualmente, algumas pesquisas meticolosas apontam a ocorrência de canibalismo como *dieta alimentar* em casos extremos – como a falta de outras alternativas de alimento, ocasionadas por secas ou catástrofes naturais. O melhor exemplo é com a antiga tribo dos Anasazi, no sul dos EUA. Sem nenhuma tradição religiosa ou social contendo esta prática, foram encontrados restos de ossos quebrados, descarnados e misturados a cinzas – exatamente como Hure descreveu os vestígios nos sambaquis catarinenses. Além disso, exames de laboratório em excrementos, provaram a ingestão de carne humana. A estatigrafia deste sítio Anasazi, apontou um grande período de seca, relacionado à conflitos violentos e ao colapso do sistema Chaco. Conf. Walker, 1997, p. 26. Do mesmo modo, na região de Ardèche (França), indícios apontam práticas canibais dos Neandertais há 100.000 anos atrás: “Cut marks on the bones could have been made only by sharp flints. The skulls had been smashed open and limb bones had been broken apart, presumably to extract nutritious brain tissue and remove marrow. Only the hand and foot bones, which contain no marrow, remained intact. Cut marks indicate that tendons had been severed (necessary for limb removal), the thigh muscles removed, and in at least one case a tongue taken out.” Archaeology, 1999.

composto em grande parte por material sambaquieiro, assim como de sistematizar as pesquisas destes importantes sítios. Porém, devido à falta de preparo do comissionado, esta meta transformou-se em uma expectativa sem maiores sucessos.

Mas apesar disso, o artigo abriu uma série de discussões, inaugurando uma nova fase nas investigações brasileiras. Ao escavar sambaquis no Pará, por exemplo, o naturalista Ferreira Pena já estava conhecendo o trabalho de Wiener, nesse mesmo ano de 1876. Os resultados destas investigações também logo foram publicados pelos *Archivos*, mas seu autor não esperava alcançar nenhum resultado sistematizador, e sim uma espécie de guia para os futuros pesquisadores. A quantidade de montículos conchíferos ainda visíveis nesta época era bem elevada, motivando Pena a elaborar um extenso mapeamento dos locais. Mesmo não apresentando maiores conhecimentos arqueológicos, ao descrever os objetos e condições estatigráficas encontradas, este naturalista não demonstrou os mesmos erros de interpretação da comissão oficial do Museu Nacional. Baseado em suas descobertas, Ferreira Pena discordou de Wiener, concluindo que existiram sepultamentos de corpos inteiros nos montículos, e principalmente, que os indígenas não “comiam carne humana como quem come mariscos e peixes, nem mesmo para satisfazerem a fome, e seguramente nenhum delles jámais vio no seu semelhante um simples objecto de alimentação!” (1876, p. 95). Somente os selvagens mais ferozes seriam canibais, aproveitando a carne dos inimigos, mortos em rituais.

Um assunto que despertou a atenção de Pena, assim como de todos os anteriores pesquisadores de sambaquis, foi a questão do cheiro exalado por estes sítios. Para o referencial evolucionista destes eruditos, causava certo desconforto a imagem de indígenas habitando, comendo e sepultando sobre lixo orgânico! Já na difícil questão da origem e idade dos montes paraenses, Ferreira Pena elaborou algumas hipóteses baseado em dados etnológicos. Os depósitos de conchas teriam tido início no século XIV, através do povoamento de tribos vindas do Peru. Nesta questão, o trabalho do investigador paraense não ia contra os estabelecidos por Wiener. Percebemos uma outra linha de pensamento, justamente em um pesquisador externo ao Museu Nacional, o já comentado Barão de Capanema, que foi adjunto de geologia desta fundação até 1876, quando se exonerou.

Justamente neste ano, em que também surgiu o primeiro número do *Archivos*, Capanema lançou com João Barbosa Rodrigues a revista independente *Ensaio de Sciencia*. Estes dois eruditos foram alguns dos maiores desafetos de Ladislau Neto, então diretor do Museu. Wiener, Neto e Pena foram partidários do sambaqui como forma artificial de construção, utilizada geralmente para enterros funerários. Já para o barão de

Capanema, os montículos nada significavam, e seu artigo implicitamente discordava deste grupo, além de ser uma crítica velada a ele: “sabios de cacos de potes, geólogos e antropólogos improvisados.” (1876, p. 81).⁷⁶ Outro intelectual que defendia um pensamento semelhante – os restos conchíferos eram artificiais mas não monumentos – foi também um adversário de Neto na mesma instituição, o médico João Lacerda. Essas rivalidades pessoais no império pareciam estar relacionadas com interpretações diferentes sobre a Pré-História, que pode ser percebido na Arqueologia brasileira até nossos dias. Alguns estudiosos modernos (Souza, 1997; Lima, 1999-2000, p. 287), declararam que houve a partir de 1870, uma divisão quanto à origem dos sambaquis, entre os defensores do naturalismo e o artificialismo. Mas na realidade, a grande maioria dos pesquisadores das duas últimas décadas do império admitiu o homem como fabricante de tais montes. O *único defensor* da corrente naturalista no império, mas com publicações somente no período republicano, foi Herman Inhering, diretor do museu paulista.

Em meados dos anos 70, Carl Rath entregou ao imperador um minucioso relatório sobre suas descobertas. Levando D. Pedro II a acompanhá-lo em suas escavações nos casqueiros do rio Santana, em Santos, “onde recolheu um grande bloco com um sepultamento e vários objetos.” (Souza, 1991, p. 63). Outras pesquisas *in loco* também ocorreram durante esta década, como as comissões de Roquete Pinto ao sul do Brasil, e Charles Hartt na Amazônia, ambas financiadas pelo Museu Nacional; e as do naturalista João Barbosa Rodrigues, que possuía uma opinião muito pessoal e atípica sobre os montículos.

No terceiro volume da *Ensaio de Ciências* (1880), Rodrigues demonstrou estar bem familiarizado com a bibliografia escandinava sobre o assunto. Examinando os sambaquis da Amazônia, acreditou que suas semelhanças com os existentes na Dinamarca não eram somente coincidências estruturais. Com isso, os antigos indígenas da Amazônia seriam mais que simples bárbaros, produtores de cerâmica e utensílios de pedra – do mesmo modo que os povos nórdicos. Uma idéia bem diferente de praticamente todos os outros pesquisadores do assunto. Mas uma questão intrigava o naturalista. O que seriam os ossos humanos dos montículos? Rodrigues não podia acreditar no canibalismo, nem mesmo nos sepultamentos primários. Afinal, um povo civilizado não iria enterrar seus

⁷⁶ O barão de Capanema possuía muito prestígio no império. Foi amigo de infância do imperador e cunhado de Manoel Porto Alegre (Lopes, 1997, p. 138), este também muito envolvido com arqueologia durante as décadas de 40 e 50. Capanema continuou suas escavações em sambaquis até o início do século XX, mas depois do artigo de 1876, não publicou nenhum material sobre pré-história. Saindo do Museu Nacional, continuou como membro da comissão de geografia do IHGB até final do império. Ocasionalmente, como no período de 1884-1889, voltou a ocupar a comissão de arqueologia. No final do século, Capanema investigou uma misteriosa inscrição-petróglifo relacionada à um sambaqui de Antonina (PR), que considerava uma obra da arte humana (Leão, 1919, p. 238).

mortos no meio de lixo orgânico, e muito menos devorá-los. Os corpos seriam simples acidentes, pessoas que morreram e por coincidência acabaram sedimentadas com os restos de comida. Esta interpretação do naturalista nos permite verificar a quantidade de especulações em torno deste tipo de relíquia. Em relação ao pensamento do período, o artigo de Rodrigues foi praticamente ignorado, até mesmo por seu colega Capanema. Os grandes debates ainda giravam em torno da revista do Museu Nacional.

Os sambaquis nos anos 80

Em 1885, no sexto volume do *Archivos*, foram publicados os resultados das pesquisas do então falecido Charles Frederic Hartt, que não foram muito diferentes das de Ferreira Pena. Tendo como objetivo maior o registro de alguns sítios, estudos mais detalhados e meticulosos foram deixados em segundo plano. Este investigador encontrou ossos humanos e de mamíferos nos sambaquis do Pará, praticamente, os mesmos vestígios que os sítios de outros locais do Brasil. Mas um detalhe em especial chamou a atenção do geólogo Hartt. Ao deparar-se com fragmentos de louça, considerou que estes indígenas haviam dado um grande passo para a civilização, e no caso, seriam muito mais adiantados que os atuais Botocudos.

Neste mesmo número do *Archivos*, apareceu outro artigo, *O homem dos sambaquis*, de João Lacerda. As principais preocupações deste médico-antropólogo foram um pouco diferentes de seus predecessores. Em primeiro lugar, Lacerda considerava muito mais importantes os vestígios craniológicos dos sambaquieiros, do que restos de sua manufatura lítica ou mesmo outros tipos de resquícios. Com um cérebro tão pequeno e inferior, o habitante dos sambaquis não poderia ter feito nada de grandioso, muito menos monumentos arqueológicos – a exemplo do que pensava Wiener e Neto. A configuração dos montículos foi um mero acidente de acúmulo alimentar. Essas idéias de Lacerda foram ainda mais acentuadas em outro trabalho, surgido anteriormente na *Revista da Exposição* (1882). Sem nenhuma indústria e uma arte imperfeita, os sambaquieiros teriam constituído a raça mais selvagem, bruta e imperfeita que habitou o Brasil, mais inferiores até do que os Botocudos. Neste momento, percebemos uma idéia totalmente oposta à enunciada por Hartt.

Ao menos para os intelectuais, os restos conchíferos eram muito importantes para se entender nosso panorama indígena. Durante a Exposição Antropológica, exposta na sala Lund, foi representada uma planta detalhada de um sambaqui catarinense, ao lado de conchas, fragmentos de carvão, mariscos, ossos de animais e peixes. Além é claro, de crânios humanos. Imaginar como teria sido a vida nesses locais era muito instigante para qualquer arqueólogo, e o diretor do Museu Nacional não seria indiferente a isso. Em seu único trabalho a respeito do assunto – A origem dos sambaquis, *Revista da Exposição* – Ladislau Neto tentou criar uma imagem baseada em dados mais empíricos. A antiga questão monumental foi deixada de lado, mesmo porque não havia indícios que apontassem positivamente para isso. Também já não importavam detalhes como o estado civilizatório desses povos, devido ao consenso em considerá-los aborígenes selvagens. Baseado em suas viagens ao Rio Grande do Sul, Neto acreditava que os depósitos litorâneos foram criados durante o inverno pela tribos do interior. Ao fugir do frio, os indígenas viviam da pesca e da coleta de moluscos, no espaço de quatro meses, rendendo grandes provisões para o seu regresso ao interior. Ao escavar alguns sambaquis desta província, acreditou ter encontrado evidências desse fato: a maior quantidade dos ossos animais das camadas eram de peixes do inverno. Por isso mesmo, considerava que os restos de fogueira seriam indícios decisivos para futuras pesquisas, além da posição estatigráfica dos esqueletos. Essa imagem defendida por Neto, parece antes de tudo, uma espécie de *desvio funcional*. As tribos indígenas não teriam feito os sítios como parte de um processo natural da sua cultura, mas antes, uma necessidade derivada das condições climáticas. Uma maneira de minimizar a imagem “repugnante” de nossos ancestrais habitando montões de entulhos.

Neste momento, percebemos que a maior limitação nas teorias de todos os pesquisadores até esse momento, foi a falta de uma maior sistematização, comparando os dados obtidos com os sambaquis de todo o país. Pequenos detalhes, na maioria das vezes, eram superestimados, e outros, minimizados, originando hipóteses sem maiores fundamentos. Wiener, por exemplo, não encontrou esqueletos inteiros; Lacerda desconhecia achados de cerâmica neste sítios. Caso estes dois pesquisadores tivessem levado em conta as outras pesquisas publicadas até então, ou teriam mudado de opinião, ou seriam menos categóricos. *O único fato absolutamente aceito* pelos maioria dos eruditos brasileiros, durante os anos 80, foi que os indígenas originaram esses montículos nos tempos modernos.

Essa falta de sistematização também acarretou outras consequências. O artigo de Wiener, por ter sido publicado no *Archivos*, acabou sendo o mais conhecido trabalho

nacional na Europa. Citando suas pesquisas, o marquês de Nadaillac (*L'Amérique préhistorique*, 1882, p. 55), considerou que todos os antigos habitantes do Brasil foram antropófagos! Por sua vez, o professor G. Muller-Schiess (Dona Francisca, SC), forneceu diversas informações para A. von Eye (Joinville, SC), autor do artigo *Die Brasilianischen Sambaquis* (*Zeitschrift für ethnologie*, 1887, p. 531-533), levando à conclusões idênticas: do mesmo modo que os Botocudos, os sambaquieiros foram uma raça canibal e selvagem. Já comentamos que os resultados fornecidos por Wiener são contestáveis. A partir de interpretações errôneas dos dados estatigráficos, os intelectuais generalizaram um suposto comportamento, que na realidade, remete a um estereótipo presente no pensamento ocidental. Tradicionalmente, o homem canibal esteve associado com a figura do pagão, do estrangeiro, do habitante das florestas, enfim, de toda sociedade desvinculada dos princípios superiores da civilização européia: “as guerras, a nudez, o canibalismo e a falta de centralização política sempre foram costumes próprios dos bárbaros.” (Raminelli, 1996, p. 54).

Na América, essa forma de conceber seus habitantes não seria diferente. Desde a colonização, as imagens de antropofagia tiveram forte apelo para o imaginário. Com o Renascimento, a *própria imagem do Brasil* foi muitas vezes confundida com o canibalismo, como na iconografia cartográfica (p. 60). A influência do estereótipo camuflou ou superou a experiência fornecida pelos relatos empíricos, sedimentando a imagem do indígena do Brasil como um selvagem por natureza devorador de outros homens: “a difusão dos estereótipos do bárbaro e do demoníaco constitui uma forma de absorver a diversidade cultural encontrada no Novo Mundo. O índio seria integrado ao imaginário ocidental, recebendo portanto uma classificação e um valor.” (p. 66). Sem condições de entender as exóticas e diversificadas formas sociais dos aborígenes, tanto o europeu renascentista quanto o arqueólogo do século XIX generalizaram estereótipos que colocavam o homem europeu como um ser superior, livre das características animais do americano primitivo.

Cada pesquisador adaptava estas imagens tradicionais com suas próprias hipóteses, e com o tipo de material encontrado no meio do lixo indígena. Como Karl Koseritz, que durante a década de 80, foi um dos intelectuais mais atuantes na província gaúcha, realizando muitos estudos sobre Pré-História. Ele foi um perceptível defensor dos indígenas, para o qual criou uma imagem extremamente positiva. Acreditava que a antiga população pré-cabralina foi muito numerosa, com a tecnologia lítica atingido um nível espetacular – demonstrado pelos restos de machados do qual fez uma grande coleção. Suas descobertas arqueológicas foram publicadas em diversos artigos no jornal *Gazeta de*

Porto Alegre, mais tarde reunidas em alguns opúsculos. Particularmente, um desses estudos foi reimpresso pela *Revista do IHGB* em 1884.

Koseritz dedicou-se ao estudo dos sambaquis da Conceição do Arroio, que na realidade foram investigados por sua equipe, composta por Bischoff, Kehl e Helm. A medida que diversos objetos foram sendo encontrados nas camadas de conchas, o erudito alemão acreditava que seus fabricantes seriam de tribos diversas das que então povoavam esta província. Um nítido contraste foi assim estabelecido. De um lado, os autores prováveis dos sambaquis, e de outro os indígenas então contemporâneos, sem vínculos com os montículos de conchas, e do qual era positivamente favorável. A medida que as pesquisas de campo prosseguiram, foram encontrados vestígios pertubadores, todos no interior de *igaçabas sambaqueiras*:⁷⁷ pérolas de vidro, chapas de cobre e de prata. Como bem sabemos, as populações indígenas não fabricavam o vidro nem metais antes dos europeus. Isso demonstrava para Koseritz, que teria existido alguma espécie de vínculo entre o ocidente e nosso passado, bem antes do tradicionalmente concebido. Assim, apelou para a hipótese de que navegantes fenícios estabeleceram antigos contatos comerciais com os selvagens (1884b, p. 35). Até nossos dias, não foi realizado qualquer estudo sobre a instigante questão da ocorrência dos mencionados objetos. O diretor do Museu Paulista, Herman von Inhering, alegou que tais indícios seriam provas de um contato entre culturas andinas com as do Rio Grande do Sul (1895, p. 98). De qualquer maneira, é uma questão ainda sem maiores aprofundamentos, e conseqüentemente, sem solução.⁷⁸ Koseritz foi um caso típico de erudito estrangeiro, residindo no sul do Brasil ao final do império, que apostava no sucesso das colônias, nos ideais de superioridade européia, no triunfo do homem moderno, enfim, na evolução darwiniana. Um ideal não muito distante das metas pretendidas pela elite carioca, mantendo inclusive alguns mitos em comum.

Entulho indígena, civilização e barbárie

“Devenir archéologue est, au niveau de l’imaginaire des vocations, en projet ou en regret, infiniment plus chargé que devenir ingénieur, életronicien ou médecin.” Jean-Paul Demouille, *La préhistoire et ses mythes*, 1982.

⁷⁷ *Igaçabas* – (do Tupi *iga saba*, lugar onde a água cai). Pote de barro ou talha grande para a água, que serve para guardar outros gêneros. Urna funerária indígena. Conf. Grande Larousse, 1998, p. 3069.

⁷⁸ André Prous menciona a existência de instrumentos líticos retocados (pontas de projéteis com pedúnculos e aletas) em alguns sambaquis. Como a presença de quartzo é difícil no litoral, existe a possibilidade de um antigo intercâmbio entre as tribos do litoral e do interior do Brasil (1992, p. 221). A ocorrência de metais também pode indicar um antigo contato dos sambaqueiros com os Andes, mas as diferenças cronológicas tornam o assunto complexo.

Alguns intelectuais que tratamos, conceberam os sambaquieiros como uma cultura bárbara, eminentemente selvagem e canibal. Afinal, não poderia haver outra interpretação para povos que habitavam e viviam acima de lixo orgânico. Mesmo dentro destes parâmetros etnocêntricos, podemos perceber claramente uma relação direta entre *observação e interpretação* da cultura material, que sobrevive até hoje. Dados fósseis e vestígios materiais interpretados incorretamente ou parcialmente, muitas vezes ocasionando o surgimento de mitos arqueológicos.

Um exemplo muito conveniente foi com o mito das cidades lacustres na Europa. A partir de 1853-1854, na borda de lagos suíços, foram descobertos diversos fragmentos de madeira, cerâmica e utensílios, logo explicados como restos de antigas palafitas neolíticas montadas sobre lagoas. Dentro do vigente esquema evolucionista, não poderia ocorrer descoberta mais oportuna. As réplicas de palafitas expostas em museus, exposições e colégios oitocentistas, passaram a simbolizar a vitória humana sobre a barbárie, o triunfo da razão sobre as limitações da animalidade. Durante muito tempo habitando em escuras e tenebrosas cavernas, o moderno homem neolítico passou a construir casas expostas diretamente no céu aberto e sobre as águas – um triunfo também do homem sobre a natureza física. Já no século XX, o arqueólogo nazista Reinerth, utilizou este mito para atrações turísticas no lago Constance (entre a Alemanha, Suíça e Áustria), repletas de referências racistas: “la métaphore de l’ascenseur appliquée à la théorie des stades.” (Demouille, 1982, p. 751). Em 1948, o especialista O. Paret demonstrou que estas palafitas ou casas lacustres jamais existiram. Na realidade, foram restos de habitações construídas diretamente sobre o solo, encobertos pela subida do nível das águas nos tempos modernos.

Resguardadas as devidas proporções, este mito possui muita similaridade com nosso presente tema. Os sambaquis brasileiros, razoavelmente explorados durante o império, serviram de apoio a idéias divergentes entre si, mas todas relacionadas com algum tipo de imagem acerca do indígena, gerando dois grupos principais de repercussão, o nacional e o internacional. O primeiro divide-se claramente em dois eixos interpretativos: os que entendiam os sambaquis como *monumentos*, e outro que identificou os sítios como *resquícios selvagens*. Wiener foi representante dos dois casos, pois acreditava que teriam existido montículos com restos canibais, e os que serviram para mausoléus funerários. Esta última uma idéia seguida por Neto. Restos com algum indício de civilização, portanto, essa monumentalidade apontaria para outros povos interferindo na construção do lixo indígena. Aqui entram em cena as considerações de Barboza Rodrigues, apostando no contato viking, e as teorias de Karl Koseritz,

perpetuando o mito fenício. Quem radicalizou uma interpretação oposta foi o médico Lacerda, para quem os sambaquieiros foram um povo inferior, imperfeito e canibal. Para a academia internacional, as idéias de selvageria foram preponderantes, publicando estereótipos genéricos sobre o indígena brasileiro, principalmente como antropófago. Sempre baseados nas pesquisas nacionais sobre o assunto.

Ambos os eixos interpretativos cometeram erros na análise dos dados de campo, servindo de parâmetro para suas considerações sobre civilização ou barbárie. Assim, voltamos à nossa comparação com o mito das cidades lacustres, onde os vestígios também funcionaram como mediadores de esquemas sociais, principalmente a metáfora da escalada evolutiva, separando o ser animal do homem em vias de progresso racional: “Aqueles objetos reintegrados pelo arqueólogo passam a possuir novas funções e a exercer mediações no interior das relações sociais em que foram inseridos.” (Funari, 1988, p. 24). Um objeto escavado e interpretado pelo cientista, necessariamente, não tem as funções originais que este o atribuiu. Ao procurar o *índice*⁷⁹ de um artefato, frequentemente o pesquisador submete-se às condições sociais de seu próprio tempo, afetando suas análises teóricas: “Là encore, on peut voir que l’objectivité de l’observation, là où l’archéologie déploie la technique la plus convaincante, c’est-à-dire sur le terrain de fouille, n’est pas le départ de toute interprétation (Demouille, 1982, p. 752).

Sendo sítios incomuns, os sambaquis receberam conotações que os desvincularam de seus primitivos usos por parte dos indígenas (exceção paras as pesquisas do conde de La Hure). Adquiriram funções específicas, servindo para recuperação de um passado idealizado pelos eruditos nacionalistas. Um dado que à primeira vista pode parecer insignificante – a datação dos montes conchíferos para os tempos modernos – revela que a maioria dos investigadores preocupou-se em desvincular esses sítios de uma Pré-História remota, resguardando as raízes brasileiras para outros tipos de vestígios. E necessariamente, estabeleceram vínculos diretos com as recentes tribos oitocentistas. A relação entre contexto arqueológico (artefatos, estatigrafia, escavação) e sua reconstituição foi afetada pelas relações sociais em que estava inserido o cientista: “A Arqueologia nada mais é que uma leitura, um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original.” (Funari, 1988, p. 22).

⁷⁹ *Índice* – O artefato em sua materialidade indica (“dá indício de”) determinadas relações sociais, tanto na sua produção como no seu consumo: uma ponta de flecha (esfera material) é índice de um domínio de técnicas de lascamento e de uma prática social de caça (contexto cultural). Ao mesmo tempo, os artefatos medeiam, direcionam as relações humanas, impulsionando os agentes sociais a tomarem determinadas atitudes entre si (Funari, 1988, p. 80).

Identificado em muitos locais e em épocas diferentes, o bárbaro podia ser um negro africano, australiano, ou um ameríndio. Sua natureza bestial e inferior, serviu para propósitos colonialistas e evangelizadores, durante o Renascimento. Curiosamente, tanto esse estereótipo seria identificado nos sambaquis, quanto conotações típicas de grandes sociedades. Um caso único, onde a Arqueologia brasileira identificou em meio à entulhos, os dois lados da balança do mundo ocidental: a civilização e a barbárie. Em ambos os casos, o imaginário estava ocultando a verdadeira identidade do aborígene, criando novos valores, mais condizentes com a proposta máxima deste momento - o avanço triunfal do europeu, máximo representante da escala evolutiva.

Capítulo 5

UMA FLORESTA MISTERIOSA

“o aventureiro estava imensamente absorto na leitura do documento em que tinha fitos os olhos ou então estava muito acostumado a percorrer aquelas florestas da América do Sul, tendo-se tornado por isso indiferente aos seus esplendores.” Júlio Verne, *La Jangada*, 1881.

Como bem nos lembram Holanda (1959) e Gondim (1994), o espaço amazônico não foi “inventado” pelo conquistador europeu, nem foi construído unicamente a partir de seu empirismo. Constituiu um imaginário baseado em imagens clássicas, em relatos de viajantes orientais, e em mitos medievais. Ao pisar sobre terras desconhecidas, o descobridor codificou réplicas de seu próprio pensamento, tentando com isso explicar a diversidade e o desconhecido geográfico. Com o passar do tempo, essa relação não desapareceu, sobrevivendo até o século XIX. O clima, as paisagens, e os habitantes fantásticos do Novo Mundo foram consolidados pela literatura de viajantes modernos, principalmente em torno de um eixo discursivo preponderante: *a América não é a Europa* (Rouanet, 1991, p. 70). A arqueologia não poderia estar desvinculada deste processo. Mas de que forma os cientistas nacionais e estrangeiros perceberam a Pré-História da floresta?

O mito das mulheres guerreiras

Desde a descoberta do Brasil, o encontro de Francisco Orellana com mulheres guerreiras constituiu um dos mais intrigantes e polêmicos episódios de nossa História. Alimentado por um grande repertório de imagens estereotipadas por parte do conquistador europeu, o mito das amazonas fascinou a ponto de serem incluídas em ilustrações majestosas da cartografia. Sobrevivendo ao iluminismo, ao contrário de outras fantasias coloniais, as mulheres guerreiras foram identificadas nos séculos XVIII e XIX como mais uma tribo indígena, herdeiras de antigas civilizações desconhecidas. Exploradores modernos como La Condamine e conde de Castelnau perpetuaram a sua existência, demonstrando que o assunto estava distante de ser considerado apenas um episódio quimérico.

Não fugindo a este contexto desde que foi fundado, o Instituto também preocupou-se com as amazonas. Uma comissão que examinou a obra de Humboldt composta por José Rebello e Lino Rabello, tratou rapidamente da questão enfatizando sua veracidade. Para essa dupla de averiguadores, Orellana teria avistado mulheres de um grupo indígena

no qual os homens encontravam-se momentaneamente ausentes (Rebello, 1840, p. 108). Em uma sessão ao final de 1841, o sócio Joaquim Silva propôs que o tema fosse apresentado como um programa a ser desenvolvido pelo IHGB: quais as provas da sua antiga existência, “quaes seus costumes, usanças, crenças” e qual a relação com o mito originário da Ásia (74ª Sessão, 1841, p. 497). Um contexto dúbio. Para alguns era uma realidade certa, enquanto para outros existia a margem da dúvida. A fascinação do mito por certo não eliminava os pontos de sua contradição, principalmente os aspectos andinos – o principal elemento imaginário no relato de Carvajal.

A problemática surgiu novamente um ano mais tarde, quando José Machado de Oliveira desenvolveu outro programa, *Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?* Simpático aos ideais feministas num contexto extremamente tradicionalista, Oliveira curiosamente possuía formação militar e experiência geográfica. Para ele as amazonas eram a prova de um estado excepcional de sociedade, no qual o clima ameno criou condições favoráveis para o sexo frágil tornar-se independente (Oliveira, 1842, p. 186). Claro que também buscou subsídios históricos para confirmar sua hipótese. Partiu de dois princípios básicos. Primeiro, que o relato não poderia ser simplesmente uma fantasia proposital com a finalidade de conquista territorial pelo maravilhoso, a exemplo do que pensava Ignácio Accioli Silva (um dos intelectuais envolvidos com a cidade perdida da Bahia). Se fosse assim, afirmou, não inventariam os europeus mitos de homens descomunais, mais apropriados para a mente conquistadora? Outros antigos contestadores das amazonas, como o abade Raynal, acreditavam no avistamento pelos expedicionários espanhóis de índios sem barba. Para Oliveira isto era inconcebível. Homens com muita experiência em explorações e contatos culturais não poderiam cometer tal equívoco. Mesmo porque Carvajal descreveu todos os indígenas da região como imberbes e sem qualquer vestimenta. Outro grande reforço para a defesa de suas idéias foram as citações favoráveis de Acuña (1641), La Condamine (1745) e Southey (1822).

É muito nítida nesta sociedade defendida por José Oliveira uma imagem bucólica e primitivista. Símbolo de liberdade do sexo feminino, a antiga realidade de uma sociedade sem varões em plena floresta tropical, apenas reforçou os mistérios que envolviam nosso passado. Quem sabe que surpresas aguardariam os intrépidos exploradores modernos?

Uma estátua amazônica

Dentro da luxuriante vegetação do Amazonas, um viajante francês prossegue em seu percurso obstinado, procurando desvendar todos os mistérios que cercam esse espaço geográfico tão fascinante. O que seus olhos acabaram por descobrir, no caos natural, superaram todas as suas expectativas. Uma prova da antiga existência da civilização das amazonas, as fantásticas mulheres guerreiras. O fascínio europeu pelas terras brasílicas havia criado mais um mito arqueológico, mas desta vez seria contestado pelos próprios brasileiros.

Esse explorador, chamado Francis de La Porte (conde de Castelnau), iniciou sua expedição pelo interior de nosso país em 1843, cuja missão havia sido encarregada pelo governo francês. Faziam parte do grupo o médico H. Weddell, o engenheiro Eugene D'Osery e o naturalista E. Deville. Percorreram as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, internando-se depois pela Bolívia, Paraguai, Peru, descendo o Amazonas até o Pará, onde chegaram no início de 1847. Com a morte de Osery por indígenas, os resultados da missão foram perdidos, diminuindo a importância da expedição para a academia francesa (Enc. Italiana, 1949, p. 363).

No final de sua exploração, na região de Barra do Rio Negro do Pará (Manaus), Castelnau teria encontrado uma estátua que, conjuntamente com os outros objetos coletados, foram remetidos para uma exposição no Musée Impérial du Louvre (Paris). Seria apenas mais uma amostra de viagens no Oitocentos, se não fosse por um pequeno detalhe. A escultura foi estampada em 1847 como sendo originada da civilização das amazonas! Também o explorador confirmou a mesma declaração ao periódico *L'Illustration* (Porto Alegre, 1851, p. 3; Blake, 1885, p. 28). Mas neste mesmo ano, o historiador Antonio Baena, sócio do Instituto residente no Pará, desmentiu o ocorrido, em uma carta dirigida ao presidente desta província. Segundo Baena, a estátua seria uma pedra em forma de macaco, realizada no final do Setecentos por um pedreiro de nome Jacintho Almeida (Baena, 1847, p. 97). Ou seja, um objeto de origem histórica recente que mereceu um caráter mistificador.

Não temos maiores informações para estabelecer uma conclusão definitiva sobre o assunto. Em uma ilustração fornecida por Castelnau em 1850, observamos uma estatueta representando um ser humano, com as mãos justapostas no peito e com a base parecendo mesclar-se a um símio. As pernas fecham-se entre um símbolo em relevo. Apesar de muito raros (atualmente não se conhecem mais de 20 exemplares), os ídolos ou estatuetas de pedra ocorreram na região amazônica, fabricados pela antiga cultura denominada Santarém. Os ídolos são geralmente feitos de arenito, esteatita e ardósia e representam figuras cujo “corpo de animal serve de encosto ao antropomorfo, cujas pernas estão

levemente dobradas.” (Prous, 1992, p. 451). A maioria das peças foram encontradas a partir de 1870, sendo totalmente desconhecidas pela academia até então. Falsificação ou peça genuína, a estátua recebeu conotações arqueológicas por parte de Castelnau que conduzem a uma imagem idealizada do Brasil.

O Brasil enigmático

A região que compreende o rio Negro já era muito conhecida por brasileiros e estrangeiros em seus aspectos pré-históricos. A vila de Itacoatiara, próxima de Manaus, foi descrita em 1848 por sua imensa quantidade de pedras e lages pintadas, advindo disto o seu nome de origem indígena (Lisboa, 1848, p. 423). Anteriormente, o marechal Cunha Matos mencionou figuras de rochedos do rio Negro, bem como de tribos indígenas que conservariam vestígios fenícios (Matos, 1863, p. 130). No mesmo período e local, o explorador francês Mr. Bauve teria encontrado pedras gravadas ou “estátuas esboçadas (...) que atestam a existência de uma antiga civilização” (Pontes, 1841b) Os grafismos rupestres que ocorrem neste local são integrantes da denominada *tradição amazônica*, geralmente compostos por figuras humanas radiadas, gravadas próximas das cachoeiras (Prous, 1992, p. 529). Mr. Bauve possivelmente observou petróglifos representando seres humanos, o que denotou para ele um sentido escultural e civilizado, distante do panorama indígena contemporâneo. Não sabemos se Castelnau conheceu o trabalho destes seus antecessores, mas sua reação foi praticamente idêntica. Encontrou um artefato, que segundo suas concepções, estaria desvinculado das sociedades primitivas da floresta. E qual a melhor opção para estas culturas? A antiga e mítica civilização das mulheres guerreiras.

Antes de mais nada, o mito das amazonas remete a um referencial de *exotismo*. Conceber formas de sociedade onde o homem não existe é próprio de locais onde a natureza predomina sobre a razão, onde as expressões animais suplantam as leis estabelecidas e os princípios de ética humana. Para os gregos, as mulheres sem seios (amazonas) eram bárbaras porque desconheciam as leis da pólis, enquanto que as valquírias germânicas seriam mulheres-homens inclinadas perigosamente ao belicoso (Boyer, 1997, p. 745). No caso do mito brasileiro, essas imagens ainda incorporaram representações idealizadas das civilizações andinas. Gaspar de Carvajal em 1541, no texto mais célebre sobre o tema, descreveu uma cidade de pedra, habitada por mulheres guerreiras com imensos templos dedicados ao sol e repletos de ídolos feitos em ouro e prata. Aonde

situava-se esse paraíso terrestre, essa jóia perdida do exotismo humano? Na foz do rio Jamundá, próximo ao rio Negro (Carvajal, 1955, p. 104-106).

Por sua vez, o naturalista francês La Condamine, durante sua expedição ao interior brasileiro, recolheu informações orais sobre a antiga existência dessas polêmicas personagens. Em seu livro *Relation d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale* (1745), dedicou-se a comentar o mito no Novo Mundo. Segundo indígenas contemporâneos a Condamine, uma república de mulheres teria existido nas terras do *rio Negro* (La Condamine, 1945, p. 65). É muito importante verificarmos a ruptura existente entre o mito das amazonas no imaginário do séc. XVI-XVII e sua sobrevivência no Setecentos. Antes, essa formulação mítica encontrava-se mesclada a outros relatos, como as cidades fantásticas do Eldorado, Manoa, o lago Parimá e indígenas acéfalos como os Ewaipanomas (Langer, 1997a, 29). No famoso mapa de Theodor de Bry, *Tabula Geographica* (1599), todos esses mitos aparecem conjuntamente ao longo do grande rio equatorial, este batizado pelo fatídico encontro de Orellana com as misteriosas personagens nesse mesmo século XVI. Durante a época de La Condamine, tanto o imenso lago quanto as cidades de ouro já não despertavam a credibilidade geográfica dos europeus. Confinados a uma dimensão irreal, assumem o caráter de fantasias de conquistadores avaros e inescrupulosos. A obra do explorador francês foi também responsável pela perda da credibilidade nas lendas coloniais, oferecendo opções racionalistas e históricas para o seu surgimento na imaginação (p. 77).

Mas as mulheres guerreiras ainda fascinavam. La Condamine considerava muito pouco provável que essas belicosas personagens ainda existissem na época de sua expedição. Denominadas de *Comapuínas* pelos indígenas, diferenciou esses relatos orais do antigo mito grego, acreditando que os conquistadores haviam mesclado os dois relatos devido às suas inclinações para o maravilhoso (1945, p. 68). Um dos momentos mais marcantes de sua narrativa foi a descrição do relato de um soldado francês de Caiena. Esse militar teria avistado no pescoço de índias da região amazônica pedras verdes, que foram atribuídas às terras das “mulheres sem maridos”. Em outro trecho, também comentou a existência dessas fascinantes “pedras das amazonas,” jóias admiravelmente cortadas e talhadas com figuras de animais (p. 84). Desta maneira, o explorador não apresentou apenas evidências folclóricas orais, mas também *vestígios materiais* atestando a antiga existência das misteriosas guerreiras. Um procedimento muito importante para esse período sistematizador e racionalista do passado humano. Do mesmo modo, Humboldt confirmou a existência de pedras das amazonas em tribos indígenas do rio

Negro, no oitavo volume da obra *Voyage aux Regions Equinociales*, 1804 (Apud: Dias, 1855, p. 29).

Todos esses relatos devem ter despertado a atenção do conde de Castelnau. Como representante da academia francesa, o texto de La Condamine certamente lhe era familiar, além, é claro, do clássico Carvajal. Quando adentrou pelas florestas à margem do rio Negro, a lembrança de amazonas percorrendo pela região foi instantânea. Nada mais natural aos seus olhos, que a ocorrência em uma natureza tão exótica de habitantes ilustres à sua altura. Para o conde, a origem da estatueta era muito clara: “elle représente une Amazone, et as position pourrait peut-être confirmer cette manière de voir.” (Castelnau, 1850, p. 125). A tradição oral ainda existente sobre essa civilização seria tão forte, que o explorador francês somente poderia defender a sua realidade (p. 125). Os conquistadores coloniais não poderiam inventar uma fantasia sem sentido, e as tradições clássicas sobre o assunto somente concediam razão para o mito: “cette légion de femmes combattit vaillamment et périt les armes à la main. Il ne serait donc pas étrange qu’un fait qui s’est présenté à plusieurs reprises dans l’ancien monde se fût rencontré une fois dans le nouveau.” (p. 126).

Floresta misteriosa e perigosa, com residentes igualmente fascinantes - essa imagem primordial da Amazônia iniciada com os descobrimentos não parece modificada em pleno Oitocentos. Como um estranho animal das Américas exposto em um zoológico, a peça encontrada por Castelnau acabou em um museu francês. O exotismo aqui foi o mesmo. Originados de locais distantes, atestavam um encantamento que não assusta, mas atrai e instiga a imaginação (Rouanet, 1991, p.75). A floresta amazônica foi a grande vitrine naturalista para o mundo ocidental: forneceu peças biológicas, antropológicas e arqueológicas para os cidadãos do Velho Mundo admirarem extasiados, frente ao seu admirável exotismo. Essa vulgarização da continuidade de imagens seculares de que Castelnau foi um exemplo, permitiu a instrumentalização de objetivos maiores, como a colonização imperialista em regiões primitivas e incompletas, incapazes de se transformar “naquilo que os europeus pretendem que elas sejam.” (Pratt, 1999, p. 262). E uma simples estátua de pedra, que não sabemos se foi autenticamente pré-histórica ou de fabricação fraudolenta, desencadeou todo um processo imaginativo condizente com as formas de percepção européia acerca de nosso país.⁸⁰

⁸⁰ Um episódio ocorrido em 1887, demonstra a continuidade do rio Negro como produtor de imagens fantásticas associadas a estátuas. Próximo a Manaus, um lavrador descobriu soterrada “um fragmento de estatua, talhada em marmore, e evidentemente contemporanea do mais brilhante periodo da arte grega.” (Araipe, 1887, p. 234). O periódico *Commercio do Amazonas* logo emitiu uma espetacular manchete: “Importante descoberta scientifica,” afirmando tratar-se de uma representação do deus Marte. Sete meses depois, o naturalista João Barboza Rodrigues desmentiu a descoberta em carta enviado ao Instituto, mas não forneceu detalhes mais precisos destes vestígios.

A comédia arqueológica

O caso da estátua do rio Negro iria tomar outros rumos para a intelectualidade brasileira. Enquanto Castelnau colocava a intrigante peça de pedra numa exposição em Paris, o historiador Antonio Baena enviou uma carta ao presidente do Pará, tratando de assuntos geográficos (1847). O documento foi uma resposta sobre as condições de navegação pelo rio Araguaia, encomendada pela administração imperial. Em sete páginas, Baena criticou diversas declarações enviadas pelo explorador francês ao governo brasileiro (que foram publicadas na *Revista do IHGB*), entre as quais a polêmica da estátua. Alguns dos pontos contestados foram: de que o rio Araguaia seria extremamente perigoso, que os jesuítas estabeleceram missões no Araguaia e a nomeação a ilha de Santa Ana de Bananal. Essas afirmativas conduziram a opinião de Baena de que o sábio francês tinha “contra si os fastos do paiz.” (Baena, 1848, p. 93). E ainda, o ato de ter batizado um rio desconhecido da Amazônia de D. Pedro II, demonstrava sua ignorância no conhecimento geográfico nacional (este ponto fluvial já era conhecido). Mas o grande tema de debate foi a respeito da estátua, tomada pelo conde francês como de “feitura gentilica” (p. 97). Para Baena, esse procedimento foi comparável a um trabalho de literatura, não merecendo o nosso país ser visitado por cientistas estrangeiros. Acompanhando as publicações da *Revista*, causa perplexidade esse comportamento. Anteriormente a expedição de Castelnau sempre mereceu um grande incentivo por parte dos acadêmicos cariocas.

Januário Barbosa, por exemplo, declarou que essa comissão francesa contaria com todo o apoio do Instituto, do qual Castelnau era sócio (1843, p. 4). Ao todo foram publicados no periódico da agremiação mais de sete documentos, enviados pela comissão francesa do interior sul-americano (1843-47), comprovando o interesse que essa incursão estava suscitando. Mas qual seria a causa dessa enorme mudança de atitude? Devemos procurar em outro contexto as respostas para tanta polêmica. O periódico parisiense *Revue des Deux Mondes*, um dos mais famosos no Oitocentos, publicou um artigo de M. Chavagnes (1844) apresentando uma perspectiva da realidade social e física brasileira que não agradou a maioria dos intelectuais nacionalistas. Imediatamente originou respostas por parte da revista *Minerva Brasiliense*, assinados por Santiago Ribeiro e nossos familiares Manuel Porto Alegre e Emile Adêt (o autor franco-brasileiro de um artigo sobre a cidade perdida baiana). Apesar de existirem escritores que foram considerados verdadeiros “amigos” do Brasil, a exemplo de Martius e Denis, os estrangeiros

começaram a ser vislumbrados com olhos meticolosos e críticos. Se as certezas e qualidades do tropical reino não fossem confirmadas nas publicações, seus autores eram colocados como inimigos ferrenhos da nação (Rouanet, 1991, p. 126).

Três meses após a publicação do relatório de Antonio Baena, em agosto de 1848, o incansável Porto Alegre – recentemente empossado diretor da seção de Arqueologia do IHGB – solicitou ao mesmo sócio melhores informações sobre “a pretendida estatua antiquíssima” (198^a Sessão, p. 404), que o conde havia transportado do rio Negro para Paris. Não sabemos se ocorreu uma resposta, mas neste mesmo ano Porto Alegre escreveu um pequeno opúsculo chamado *A estatua amazonica: uma comedia archeologica*, que constitui um documento ímpar acerca do imaginário arqueológico no século XIX.

Como comédia teatral, o livro foi inspirado na obra de Martins Pena, principalmente pela crítica irônica ao modismo francês reinante na sociedade elitizada desta época. Todo o local do enredo transcorre na Europa. O principal protagonista é o Conde Sarcophagin de Saint Crypte, seguido de sua esposa Condeça Melania e Saculenta, sua filha. Ainda completam a cena os personagens Dr. Hypoget, Marques Baratre de Saint Pilon, Barão de Colombaire, Dr. Fóssil, Visconde Bibletin de L’Aret, Dr. Gamim e Dr. Stok-Fisch. Percebemos o tom satírico já na escolha dos nomes, ironizando terminologias arqueológicas.

A primeira parte da trama se desenvolve no gabinete do Conde Sarcophagin. Porto Alegre descreve o local como portador de medalhões, baixo relevos de bronze e mármore, lápides, estelas e inscrições, vasos, estatuetas e muitos livros (1851, p. 7). A imagem concebida pelo autor, na realidade, nos dá conta de seu próprio sistema de trabalho. Ou seja, um típico ambiente de antiquário, o colecionador de objetos clássicos e pesquisador das formas estéticas da antiguidade. Um conhecido quadro de Johann Zoffany (1733-1810), representando o gabinete do antiquário Charles Townley, oferece uma surpreendente similitude na imagem proposta pelo brasileiro. Um ambiente de coleções clássicas, onde a forma escultural é privilegiada como troféus oferecidos ao erudito por seus esforços de interpretação. Sem dúvidas, Winckelmann foi o maior representante nesta fusão da arte idealizada com o resgate material do passado, do qual Townley fez parte. Atuando no Museu Nacional e IHGB, Porto Alegre na realidade foi um antiquário dos anos 40, cujo interesse maior foi promover padrões convencionalizados durante o Setecentos, deixando as escavações e trabalhos de campo para segundo plano.

Na comédia teatral, a primeira cena é um diálogo entre Sarcophagin e sua esposa. Em conversa, o conde considerava que o artefato produziria uma grande celeuma pela Europa, para a condessa Melania não passava aparentemente de uma peça sem nenhum

valor. Esse entusiasmo de Sarcophagin por todo o texto, obviamente, é uma crítica ironizada do autor para com Castelnau, apresentando este como um visionário apto a conceber valores inexistentes a todo artefato americano. Seguindo no diálogo, o conde cita três personalidades que poderiam manifestar grande interesse pela estátua: Humboldt, Niebuhr e Rafn. Dois nomes já nos são muito conhecidos. Humboldt por seu pioneirismo nos assuntos de americanística, enquanto Rafn foi um grande baluarte da Arqueologia difusionista nos anos 30. Já Barthold Niebuhr (historiador alemão, 1776-1831) ficou famoso pela criação de um método na História clássica. Em seguida, o obstinado conde discute suas teorias de um grande império existindo no Brasil, dominando os mares e as tribos incultas muito antes de Cabral. Neste momento, seu entusiasmo é interrompido pela chegada de uma carta enviada por um amigo astrônomo de nome Vranoff de Lunawich. O cientista afirma que teria descoberto o enigma dos anéis de Saturno, que seriam satélites girando em torno do planeta, influenciando a vida de seus habitantes! Uma ironização de Porto Alegre também para as outras classes de cientistas do período, em que pesquisas acadêmicas mesclam-se a fantasias oníricas.

O próximo ato, denominado *No gabinete archeologico*, é o momento de discussão de Sarcophagin com seus colegas sábios. Para o visconde de Bibletin a estátua seria uma representação de Baal (designação genérica para divindades semíticas), trazida por algum viajante fenício vindo de Ophir. Por sua vez, o marquês de Barathre interpretou a peça como originária do antigo Egito, enquanto que o barão de Colombaire acreditava que seria uma górgona cartagineza. Este último cita como confirmação de sua hipótese a famosa estátua dos Açores, que apontaria do alto do norte para o Novo Mundo. Mas Sarcophagin nega todas essas interpretações. Para ele os aborígenes brasileiros seriam degenerados de uma antiga civilização americana, uma clara alusão aos pressupostos de Martius. Intrigado, Colombaire questiona o destino dos monumentos desta raça perdida. O conde responsabiliza as densas florestas, capazes segundo ele de encobrir gigantescas regiões. Nesse momento, a discussão converge para outros pontos polêmicos da Arqueologia brasileira. A pedra da Gávea e a ilha do Arvoredo (SC) são lembradas como portadoras de inscrições rúnicas, que para Sarcophagin seriam caracteres amazônicos.

Na calorosa discussão apresenta-se um novo personagem, o dr. Fóssil. Para ele, a estátua não passaria de um objeto da civilização ante-diluviana. Aqui Porto Alegre inclui uma referência ao dinamarquês Peter Lund, com suas interpretações sobre o homem de Lagoa Santa. Uma frase do dr. Fóssil merece destaque: “Se o Brasil faz escavações é um paiz civilizado.” (1851, p. 80). Uma crítica aos trabalhos de europeus ou um incentivo às pesquisas de campo? Porto Alegre parece ficar dividido entre apoiar esse procedimento

em nosso território, ao mesmo tempo em que ironiza os seus resultados. Criando uma situação ainda mais polêmica, o marquês de Barathre descobriu algumas inscrições na estátua, *Amasoneph Braseiloph*, interpretadas pelo alemão dr. Stokfisch como sendo letras gregas. Assim, realiza-se um caos absoluto de teorias sobre o passado brasileiro. Ao leitor resta entender os sábios europeus como verdadeiros dementes, presos a concepções absurdas e pré-concebidas ou sem entender a realidade de nosso país.

O ato final foi o recebimento de um exemplar da *Revista do IHGB* pelo conde de Sarcophagin, onde todos descobrem que a estátua não passava de uma falsificação. Aqui a figura do cientista transforma-se em uma grande e hilariante piada, numa vítima de suas próprias fantasias. Para completar a cena, a mulher de Sarcophagin o compara às obras de Carlo Goldoni e de Walter Scott (que criaram antiquários falsificadores na literatura). Esse é talvez o momento principal de toda a comédia, o ponto chave do pensamento do escritor. Há quase dez anos antes, Porto Alegre havia utilizado estes mesmos literatos em seu relatório sobre a inscrição da Gávea ao IHGB (1839, p. 99). A exemplo de outros membros da instituição, ele foi um difusionista que acreditava na existência de antigas civilizações perdidas em nossa história, mas ao mesmo tempo, era temeroso de que pudesse envolver-se em um grande engano. Possuía os mesmos ideais e imagens sobre o nosso passado do que Castelnau, com a diferença que este último foi acusado objetivamente de falsificador. O que em outra conjuntura teria um grande incentivo do próprio Instituto, agora era visto como uma grande piada. Até mesmo a cidade perdida da Bahia a partir de 1848 foi concebida publicamente como um fato a ser esquecido. Uma grande mudança cultural. Porto Alegre assim como Ferreira Lagos, Freire Alemão, Ignácio Accioli entre outros, poderiam muito bem ser colocados ao lado dos personagens das comédias e romances mencionados. Mas os tempos agora eram outros, e a credibilidade em teorias difusionistas encontrava-se em um total descrédito ao final dos anos 40.

Concebida através de uma polêmica descoberta, a comédia *A estátua amazônica* pretendia ser uma resposta ironizada às concepções estrangeiras sobre nossa realidade arqueológica. Mas acabou sendo um grande panorama hilariante de atitudes e crenças sedimentadas pela elite imperial ao longo da década, que agora ela mesma tratava de eliminar frente ao mundo e a nação.

O fim da polêmica

Apesar do caso da estátua ter sido encerrado com Porto Alegre, a questão das amazonas proseguiu na imaginação dos intelectuais. O próprio imperador entregou um programa para os sócios do Instituto, esperando que alguma resposta surgisse (“Si existiram ou não amazonas no Brazil?”, 21/10/1853, p. 599). O poeta Gonçalves Dias foi encarregado de examinar a questão, e em menos de dois meses desenvolveu uma tese com 70 páginas dedicadas ao empolgante assunto, publicada na *Revista* em 1855.

O poeta indianista iniciou sua memória, apontando a extrema credibilidade do mito para autores contemporâneos como Canseco, Pedro Petit e o abade Guyon. Sua estratégia foi apontar elementos contraditórios nos relatos clássicos ou a falta de provas concretas no mundo ocidental. Na literatura grega citou as amazonas de Apolonio de Rodes, como um recurso utilizado por este autor para glorificar os atos heróicos dos argonautas. Outros autores antigos como Justino e Estrabão surgem em longas citações descritivas das ginecocracias asiáticas e africanas. Também encontrou escritores que concebiam a narrativa como fábula, a exemplo de Palephatus e sua *Histoire incroyables*. As amazonas seriam homens (barbados) que utilizavam vestidos compridos como as mulheres, motivo da confusão! Finalmente, quase ao término de seus estudos clássicos, Dias citou as famosas passagens de Heródoto. Sendo o primeiro a narrar o mito desta tribo no livro IV de sua *História* (século V a.C), o escritor grego apontou a denominação de *androntonoi* pelos Citas, além de detalhes cotidianos. Essas mulheres apenas uma vez por ano convidavam os povos vizinhos para relações sexuais, perpetuando a sua tribo.⁸¹ Sem nenhum apoio histórico convincente por parte da bibliografia clássica, Dias reforçou a estrutura fantástica da narrativa, passando para o contexto americano.

Desta maneira o europeu moderno, herdeiro da longa tradição imaginária, adaptou o mito primordial para regiões distantes como a América. Motivo da segunda e mais importante análise de Gonçalves Dias. Neste trecho, o escritor já não desenvolve a questão da autenticidade do tema, que para ele não possuía qualquer veracidade. A problemática residia em tentar explicar porque os espanhóis criaram essas fábulas.

⁸¹ Lembramos aos leitores uma recente investigação arqueológica que demonstrou o substrato real na origem deste mito. Em 1995 foram descobertos na região de Pokrovka (Rússia) diversos túmulos do povo Sármatas (VI a.C.). No mesmo local e época que Heródoto situou a terra das amazonas. Nas covas, a maioria dos vestígios eram de mulheres, enterradas com flechas de bronze, espadas e adagas. Suas estruturas ósseas revelaram que foram feridas em batalhas e andavam a cavalo. Sepulturas com homens estavam junto a de bebês, o que não ocorreu com a das mulheres. Arqueólogos russos já haviam identificado diversos túmulos de mulheres com armas nesta região (Davis-Kimball, 1997). Se a descoberta revelou uma origem histórica para o mito, não explica as suas variações culturais. Longe de constituir uma ginecocracia total— que nunca foi identificada em nenhum local ou período — a cultura original das amazonas (sármatas) recebeu conotações imaginárias por parte dos gregos, adaptando-se o mito em todo o mundo com variadas metamorfoses. O antropólogo Luiz Mott, por exemplo, levantou uma interessante questão nesta reformulação mítica. Enquanto as narrativas textuais sempre explicitaram a questão da falta de seios (*a*, sem — *mazos*, peito), a iconografia representou as guerreiras com os dois seios, um nítido descompasso entre texto e imagem, que mereceria maiores investigações (Mott, 1992).

Discordando de De Pauw, para o qual apenas Orellana teria criado o mito americano, Dias apontou fontes européias mais antigas. Sua pista em torno das matrizes literárias estava bem correta. Desde a Idade Média, mapas do oceano Atlântico já mencionavam ilhas habitadas por mulheres, que com os descobridores do Novo Mundo transformaram-se em redutos insulares de amazonas. Colombo descreveu guerreiras nas Antilhas com a mesma descrição oferecida por Heródoto e a tradição grega, um procedimento seguido nas Américas também por Hakluyts, Pedro Martir, Oviedo, Rivera e muitos outros. O poeta dos Timbiras percebeu essa semelhança estrutural entre os relatos quinhentistas e seiscentistas, deflagrados nas mais diferentes regiões da América do Sul. A mais importante narrativa analisada em detalhes foi a de Carvajal, por um motivo bem simples: foi um dos únicos que descreveu um *encontro pessoal* com amazonas no Novo Mundo! O principal ponto que o autor encontrou para iniciar o estudo desta narrativa foi o fato das mulheres estarem lado a lado com homens, no momento do ataque à expedição de Orellana. Uma prática que não existe na maioria absoluta das fontes clássicas. Dias não negou a autenticidade real deste encontro, mas sim o testemunho que os espanhóis teriam ouvido de um indígena, capturado após o fatídico encontro. O fato de terem existido índias, que combatiam juntamente com os guerreiros de determinadas tribos, não lhe pareceu espetacular, tanto que recorreu a fontes coloniais para sustentar essa declaração.

Os três autores mais importantes que divulgaram o mito americano (Carvajal, Raleigh e Oviedo), receberam uma explicação para a fabricação de seus relatos. Orellana (por meio de Carvajal) engrandeceria ainda mais sua expedição, através da ultrapassagem de riscos tão formidáveis quanto o enfrentar dessas belicosas personagens. Obtendo com isso a graça do monarca espanhol. Já em Oviedo, como seu documento foi um carta dirigida para o cardeal Bembo, seria um prova de seus conhecimentos clássicos e da pureza de sua latinidade! Para o desafortunado Walter Raleigh, restava apenas o despertar da curiosidade alheia e do estímulo para a busca de riquezas infinitas nos desconhecidos trópicos. Buscando também agradar a rainha Izabel da Inglaterra, seu clássico livro teve uma tripla função: “Para o vulgo o maravilhoso, para o governo o interesse e para a rainha a lizonja.” (Dias, 1855, p. 44). O que convenhamos, não deixa de ter em parte a sua razão (Langer, 1997, p. 39-44). Mas o poeta romântico sabia que razões políticas não bastavam para explicar o sucesso duradouro do mito nas Américas.

Muitos exploradores afirmaram, uns até sob juramento, que receberam informações legítimas de indígenas moradores de regiões inóspitas confirmando a república feminina. Hernando Rivera, Ulrich Schimidt e Cipriano Baraze são alguns dos nomes citados para exemplificar esses casos de transmissão oral da mítica tradição para os europeus. Mas o

grande destaque foram as exposições de La Condamine durante o Setecentos, que revitalizaram o debate sobre o mito para o mundo moderno. Descrições de habitantes da região amazônica asseveraram ao naturalista francês a realidade da antiga sociedade das mulheres sem homens. Tentando explicar esses depoimentos, Dias ficou encurralado num grande problema interpretativo: “mas quanto a mim não fica explicado, si foram os Europeus os que a receberam dos indios, ou si pelo contrario (...) foram elles os que lh’a transmittiram.” (p. 55). Mais adiante, as evidências em torno de uma grande tradição nos povos autóctones, indicavam ao escritor que Humboldt e La Condamine recuperaram dados autênticos sem a interferência de mitos clássicos, ao contrário do que fizeram os conquistadores espanhóis.⁸² Nitidamente percebemos que Dias não conseguiu explicar a difusão do mito, que constitui um grande problema mesmo para os pesquisadores atuais. Abandonando essas discussões, o poeta partiu para outra estratégia. Procurou mostrar ao leitor as contradições sociais que poderiam existir numa sociedade formada só por mulheres em plena selva tropical. Fisicamente questionou o ato de cortar os seios, uma operação impossível de ser herdada para as gerações seguintes. O amor materno impediria a entrega ou morte de filhos homens. Com dados estatísticos, procurou ainda comprovar que a taxa de nascimentos seria muito baixa, pela pouca quantidade de filhos homens, ocasionando a extinção de qualquer sociedade ginococrática! Sem contar detalhes como guerras, doenças e outros excessos que causariam a degradação do sexo frágil. A concepção familiar e religiosa do autor predominou nestas análises, elegendo os varões como condutores corretos de toda forma de sociedade.

Outro detalhe que acabou por confundir o autor foram as famosas pedras das amazonas, os *muiraquitãs*. Sem conseguir fornecer maiores explicações, elaborou uma hipótese ousada - dentro dos critérios que vinha adotando. Quando os Tupinambá foram confinados para a região norte pelos europeus nos tempos coloniais, os Caraíba das Antilhas exterminaram implacavelmente todos os seus guerreiros. Sobrevivendo apenas as mulheres, estas utilizaram pedras verdes para o comércio local, herdadas de antigos costumes. Explicando com isso também a existência das tradições orais entre os grupos

⁸² Até nossos tempos, grande quantidade de grupos étnicos indígenas conservam tradições de mulheres apatriadas. Na Amazônia, temos os relatos das *Ikam-ny-abas*, mulheres sem seio ou leite; no Pará as *cunhantãs teco-imás*, mulheres que vivem sem os homens (Orico, 1975, p. 192-3). No Xingu, encontramos o relato das *Iamuricumá*, as mulheres sem o seio direito (Vilas Boas, 1985, p. 109). Até mesmo em grupos totalmente isolados como os índios Wasúsu (Mato Grosso), existe uma tradição muito forte de antigas mulheres guerreiras (Puttkamer, 1979, p. 79). Para o antropólogo Luiz Mott, teria ocorrido um amálgama entre a tradição oral de diversos povos indígenas, misturando referenciais dos povos andinos com grupos reais, estes de mulheres isoladas por motivos sexuais e sociais (Mott, 1992, p. 45). A teoria sexual vem ganhando terreno para explicar o mito das Amazonas: “mulheres homossexuais que tinham escolhido a função social masculina e que, como qualquer outro guerreiro, lutavam com o inimigo.” (Airola & Beer, 2000, p. 190).

ameríndios de todo o país. Sua derradeira conclusão, apesar de toda e qualquer hipótese que enunciou anteriormente, foi de que não houve verdadeiras Amazonas nem no Velho Mundo e nem nas Américas.

Após a publicação desta memória pela *Revista*, nenhum sócio realizou qualquer comentário ao escrito de Dias. Em sua *História geral do Brasil* (1854), Varnhagen reforçou o descrédito na narrativa de Orellana. Definitivamente, o mito das intrépidas mulheres em um distante passado brásílico estava morto. Eliminava-se assim mais um tema que poderia, em parte, solucionar a falta de civilizações superiores ou alternativas em nossa História.

Uma ilha de civilização

Um das regiões mais isoladas do território, a Amazônia sempre acarretou muitas preocupações aos governantes do Brasil. Sem representantes regionais com prestígio político, e cercada de interesses colonialistas estrangeiros, este espaço foi uma das grandes preocupações do segundo império. Em 1850, D. Pedro II criou a província do Amazonas, esperando poder acalmar os anseios dos habitantes locais. Quanto aos interesses estrangeiros, estes se concentravam na questão da navegação fluvial. Como na obra *The Amazon* (1853), do tenente norte-americano Matthew Maury, que se utilizou de pressupostos científicos para argumentar questões diplomáticas sobre o acesso a esta região (Magnoli, 1997, p. 179). A questão só foi encerrada com a abertura dos portos amazonenses aos navios estrangeiros, em 1866.

Na mesma época das questões políticas e econômicas, o extremo norte foi muito percorrido por grandes expedições científicas. O famoso naturalista inglês Alfred Wallace, incursionou nesta região, colhendo vasto material, posteriormente publicado em *Voyages sur l'Amazone et le rio Negro*, 1853. Outros importantes exploradores foram Guilherme Chandless (*Notes on the rivers Arinos, Juruema and Tapajóz*, 1862), Henry Walter Bates (*The naturalist on the river Amazon*, 1862) e Richard Spruce (1849-1864).

O império brasileiro não poderia ficar isolado neste interesse científico pelos trópicos silvestres. D. Pedro II custeou parte de uma grande comitiva, a *Expedição Thayer*, também financiada por Nathanael Thayer e pela marinha dos EUA. Realizada entre 1865 e 1866, a expedição foi dirigida pelo naturalista Jean Louis Agassiz, professor de Harvard. Os principais resultados obtidos foram informações sobre a fauna, flora e a bacia geológica, publicados em *Geography of Brazil; the river Amazon*, 1867. Após ministrar diversas palestras aos intelectuais da região, foi retomada a antiga idéia da

criação de um museu. O então presidente da província, Couto de Magalhães, como bem sabemos, foi um grande interessado nas questões antropológicas. Seu secretário de governo, Domingos Soares Ferreira Pena, centralizou os esforços para a efetiva consolidação deste espaço científico. Em 1866, foi fundada a Sociedade Filomática, cujas reuniões ocorriam onde Pena trabalhava em Belém. Cinco anos depois, esta instituição passou para a administração pública, sob a denominação de Museu Paraense (Bertho, 1994, p. 55-83).

O início das escavações nacionais

A Arqueologia foi uma das atividades iniciais deste museu, mas um dos seus membros, Francisco da Silva Castro, já efetuava escavações anos antes. Na década de 60, este pesquisador encontrou os primeiros vestígios de cerâmica de Marajó e do rio Macará, no Amapá. Entre 1864-1865 manteve correspondência sobre estas descobertas com a Academia de Ciências de Estocolmo, na Suécia, e o Museu da Universidade de Oslo, Noruega. Além de cartas, também enviou inúmeras peças arqueológicas, botânicas e mineralógicas (Bertho, 1994, p. 66). Todos estes documentos ainda são inéditos, bem como um levantamento catalográfico das peças, que nunca foram publicados no Brasil.

Influenciado por estes antigos estudos de Castro, o secretário Ferreira Pena iniciou suas próprias explorações na floresta amazônica. Em 1870 e 1874, Penna fez parte de duas grandes explorações – Morgan Expedition e a Comissão Geológica do Império - ambas organizadas pelo principal discípulo de Agassiz, o geólogo Charles Hartt. A maioria dos estudos foram concentrados na ilha do Marajó, situada no norte da província do Pará.

Imediatamente após as explorações de Hartt, outro intelectual visitou essa mesma ilha. Antonio Tocantins, sócio do Instituto, fazia parte de uma comissão de engenheiros enviada pelo governo em 1872, com o intuito de estudar as causas das frequentes inundações insulares. Avistando o teso⁸³ de Pacoval, dentro de um lago no centro da ilha, não resistiu a uma pequena incursão. Nesta data, os vasos e utensílios marajoaras já tornavam a região muito famosa. Em seu relatório escrito em 1872, e publicado pela *Revista* em 1876, Tocantins pretendia esclarecer qual o povo que habitou no sítio, e a data de sua passagem por ali. Desde logo, percebemos que a notável cerâmica deixava perplexos os eruditos de então, que percebiam nela traços de um grande adiantamento

⁸³ *Teso* – Elevação natural do solo, de pouca altura, em zona inundável, podendo ou não ter servido para assentamento de populações pré-históricas. Os tesos de Marajó foram intencionalmente construídos (Souza, 1997, p. 122). O termo teso corresponde ao norte-americano *Mound*.

moral. Não eram índios comuns, com certeza. Imediatamente, Tocantins diferenciou todos os outros povos da região, dos antigos marajoaras. Eles não poderiam ter qualquer parentesco com os grupos conhecidos pela etnologia ou da época dos primeiros contatos europeus. Mas então, de onde seriam? Da única tribo realmente civilizada da América do Sul, os incas peruanos. Para confirmar suas idéias, o pesquisador citou um longo trecho de Ladislau Neto sobre o assunto, possivelmente retirado de algum jornal da capital.⁸⁴ Alguns incas teriam fugido da fúria espanhola, descendo pelo grande rio, até chegarem na acolhedora ilha, que também serviu de refúgio contra os outros índios. A semente de uma fascinante idéia havia sido lançada, e quem sabe, germinaria em um futuro não tão distante, com a promessa de escavações bem conduzidas. As principais pesquisas em torno da cultura marajoara foram centralizadas por três personagens: Charles Hartt, Ferreira Pena e Ladislau Neto. Vamos acompanhar as principais idéias destes investigadores, que muitas vezes foram simultâneas e dependentes umas das outras.

O primeiro artigo de Hartt publicado no Brasil, apareceu em 1876, no primeiro volume da *Archivos*. Foi um pequeno texto tratando dos mais famosos artefatos de Marajó, as tangas⁸⁵ de cerâmica. Tratando-se de um autor extremamente reservado e meticuloso, Hartt absteve-se de qualquer comentário sobre o uso ou a funcionalidade destes estranhos objetos, não chegando a nenhuma conclusão definitiva. Limitou-se a dar detalhes descritivos, acompanhados de ilustrações das peças, algumas originadas de recentes escavações ou existentes no acervo do Museu Nacional. Apenas ao final do artigo, comparou as linhas dos adornos das tangas, com a produção dos oleiros da Grécia antiga. Artefatos somente encontrados neste local, as tangas apontavam para uma cultura muito diferente das outras tribos brasileiras, além de serem formidáveis peças de manufatura. As pesquisas de Hartt sobre Marajó prosseguiram até 1878, quando então faleceu. Oitos anos depois, suas memórias foram reunidas e publicadas no Rio de Janeiro.⁸⁶

⁸⁴ Em 1880, o naturalista Barbosa Rodrigues citou o mesmo trecho como sendo de Ladislau Neto, publicado no jornal *A constituição*, de 8 de maio de 1874. O problema é que Tocantins escreveu o seu artigo em 1872, o que atesta um erro cronológico por parte de um dos pesquisadores.

⁸⁵ *Tangas* – Peças triangulares de bordas levemente côncavas e superfície curvada anatomicamente. A dois ou três centímetros de cada ponta há um furo de suspensão. O casal Evans, durante pesquisas na Amazônia, associou essas peças indumentárias a ritos de fertilidade (Prous, 1992, p. 488).

⁸⁶ Contribuições para a ethnologia do vale do Amazonas, *Archivos*, volume VI, 1885. Na realidade, todas as informações de campo citadas por Hartt, foram realizadas a partir das escavações de seu discípulo, Orville Derby e pelo naturalista Ferreira Pena. Um dado curioso mencionado por Hartt, foi que em 1871, o governo imperial teria proibido a remoção das antiguidades de Marajó. Não obtivemos maiores esclarecimentos sobre esse fato, que poderia informar melhor sobre a política de conservação e utilização do patrimônio arqueológico no período. Na mesma época, os sambaquis do litoral brasileiro eram destruídos para a obtenção de cal, sem nenhum protesto por parte dos intelectuais. Significaria uma atenção maior aos vestígios amazônicos por parte da monarquia?

A próxima divulgação sobre a empolgante ilha, seria realizada pelo naturalista Ferreira Penna. Atuando no Museu Paraense, recolheu numerosos artefatos, publicando suas conclusões no segundo volume do *Archivos*, em 1877. Ao dirigir-se ao tesouro de Pacoval, também chamado de *ceramio*,⁸⁷ retirou a vegetação da parte superior, descobrindo urnas com acabamento grosseiro, sem tampas e pouco decoradas. A medida em que escavava, constatou que as camadas inferiores da colina, continham restos cerâmicos de qualidade superior, principalmente as famosas tangas. Com isso, confirmou as declarações anteriores do naturalista J. Steer, que também havia percebido o mesmo fato no sítio de Pacoval. Para Penna, somente uma hipótese poderia explicar essa distinção nas três camadas estratigráficas - representaram as fases de uma civilização decadente: “Houve em Marajó um povo que, chegando a um importante grau de civilização, achou-se inopinadamente em circunstâncias tão difíceis, que não só foi constrangido a parar no caminho do progresso, mas a retroceder gradual e talvez rapidamente até recahir nos domínios da barbárie.” (1877a, p. 53). Mesmo sem dispor de maiores elementos tipológicos, este investigador sugeriu a etnia Caribe, que teria dominado toda a região amazônica, como autora das sofisticadas cerâmicas, enquanto os Aruans fabricaram os artefatos grosseiros. Atualmente, sabemos que os Marajoara formaram um grupo próprio e sem influências com outras etnias da região, mas a constatação de uma degeneração artística ainda é válida.⁸⁸

Ao início dos anos 80, os intelectuais já possuíam informações bem detalhadas sobre a cerâmica marajoara. Nesse momento, a maior preocupação residia em saber de onde veio esse grupo. E mais uma vez, quem tomou a iniciativa foi o diretor do Museu Nacional.

Em busca de uma arqueologia nacional: Ladislau Neto e Marajó

Em busca de coleções para a grande exposição da capital, Neto partiu para a Amazônia em fevereiro de 1882, acompanhado de Pena e outros exploradores. Escavando em Marajó, conseguiu reunir uma quantidade imensa de vestígios, segundo ele próprio “as tres quartas partes do que encerra hoje o Museu Nacional.” (1885a, p. 258). Com efeito, as peças cerâmicas da fascinante ilha devem ter constituído uma atração à parte, no grande evento museológico de 1882, no Rio de Janeiro. Mas apesar do grande interesse

⁸⁷ *Ceramio* – Local em que há acúmulo de cacos de cerâmica. Classificação tópica. Souza, 1997, p. 36.

⁸⁸ A cultura Marajoara teria surgido repentinamente nesta região, em seu auge e complexidade. Com o decorrer do tempo, as técnicas de modelagem, pintura e borda, foram tornando-se simplificadas e o tamanho dos objetos reduzidos: “Até agora nada veio demonstrar que a tese da ‘decadência’ esteja errada.” (Prous, 1992, p. 493).

proporcionado pelo teso de Pacoval, a *Revista da Exposição* praticamente não tratou do assunto. Dos 112 artigos publicados, somente dois versaram diretamente sobre o local: um resumo do antigo estudo das tangas, de Hartt, e uma síntese sobre a Pré-História amazônica, feita por Orville Derby. E esta última, por sua vez, foi contra o otimismo geral que reinava neste instante. Segundo o autor, a cultura marajoara não teria sido tão distinta das demais tribos brasileira, principalmente a Tupi. Claro que este pequeno ensaio não desanimou a forte opinião já estabelecida, de que realmente havia algo de muito importante na Pré-História da ilha.

Neto, por sua vez, voltaria a teorizar uma ligação entre culturas “desenvolvidas” com a marajoara, através de um relatório ao ministro da agricultura, em 1882. Não abandonou a suposta migração andina, nem os povos da Ásia como ocupadores do Amazonas. Porém, quem teria originalmente povoado a ilha de Marajó seriam os antigos mexicanos, que devido ao isolamento, guerras e catástrofes naturais, foram exterminados gradualmente (Apud: Bittencourt, 1997, p. 203). Três anos depois, surgiu um estudo mais extenso, integrante do artigo *Investigações sobre a archeologia brasileira*, na revista do Museu.

A primeira observação de Neto sobre o aterro do Pacoval foi sobre sua forma: teria o aspecto de um jabuti. A construção desse monumento, teria ocupado o trabalho de muitos operários, supervisionados por um chefe de construção. Tendo como função um caráter de vigilância militar, ou a residência de um grande líder desta nação. Sendo montes artificialmente construídos, a imagem de um antigo monumento com funções animistas era uma interpretação tentadora. Ainda mais que alguns *Mounds* dos Estados Unidos – ao qual associou origens comuns em alguns momentos - imitavam formas como enormes serpentes. No caso das idéias de Ladislau Neto, temos que pensar também no clássico modelo egípcio de construção, onde os feitores comandavam os escravos na elaborada e difícil elevação das pirâmides. Outro referencial histórico, foram as nações dos incas, maias e astecas, todos envolvidos em uma arquitetura ao mesmo tempo funcional e militar. Mas no caso da cultura marajoara, tudo isso pode ser contestado, pois sabemos atualmente que foi um povo pacífico. Quanto à forma dos aterros,⁸⁹ tratou-se de pura ilusão de ótica do pesquisador, tendo sua antiga estrutura de construção, a finalidade de evitar as enchentes da região.

Interpretando objetos líticos encontrados na ilha, como machados de diorito, Neto conclui que houve um intercâmbio entre os habitantes dos aterros com etnias de regiões

⁸⁹ *Aterro* – Local pré-histórico, em que se alterou ou nivelou com entulho ou terra, frequentemente regiões baixas, afetadas por inundações periódicas: cerritos do Rio Grande do Sul, os tesos/*Mounds* de Marajó, e estruturas do Pantanal. Conf. Prous, 1992, p. 38.

distantes. Do mesmo modo, analisou corretamente certos aspectos físicos dos habitantes do local, como antigas deformações cranianas, inexistente em todas as outras tribos do Brasil. Ao interpretar estatuetas, porém, o arqueólogo novamente mesclou estereótipos, imagens científicas e fantasias pessoais.

Na descrição de 149 ídolos-cabeças antropomórficas da ilha de Marajó feitas pelo pesquisador, destacamos algumas constantes que percorrem todo o texto. Houve uma tendência clara em decodificar essas formas, muitas vezes abstratas, em figuras de sacrificadores ou sacerdotes, cobertos de mitras e tiaras em suas cabeças; ou então na pele de vítimas de sacrifícios aos deuses. Neste momento, as comparações apresentadas pelo texto, remetem aos maias e a obra de Waldeck, aos animais andinos, mitologia grega e até mesmo à indumentária egípcia. Por certo, dono de grande erudição, Neto almejava conceder aos marajoara qualquer aspecto que os diferenciasse das outras etnias brasileiras. Ou seja, que tornasse essa tribo *culta*, com elementos desconhecidos dos selvagens brasileiros, como imolações aos deuses – uma característica típica das civilizações criadoras de templos na América. Ao leitor moderno, pode parecer muito estranha essa constante citação de sociedades das mais variadas regiões do planeta, sempre tentando encontrar pontos de origem comum aos monumentos da ínsula paraense. Para o pensamento difusionista, entretanto, o incessante intercâmbio era a única maneira de explicar a diversidade americana – o oceano e as montanhas nunca separavam os povos da antiguidade, apenas os teriam unido!

Outra forma de entender o difusionismo é perceber que cada teoria migratória possuía limitações, levando o arqueólogo a pensar outro tipo de povoamento. No caso de uma origem andina,⁹⁰ na qual Neto já defendia há mais de dez anos, faltavam aos marajoara restos de mumificação e principalmente, as tão almejadas construções em pedra dos incas. Na falta destes elementos, encontrou outro tipo de similitude, mas em um contexto totalmente diferente. Comparou as saliências laterais de um ídolo do Pacoval,

⁹⁰ Escavando o local na década de 40-50 de nosso século, os arqueólogos norte-americanos Betty Meggers e Clifford Evans chegaram à conclusão que a cultura marajoara *teve origem andina*, sofrendo uma decadência cultural após sua instalação na ilha – o alto padrão social não pode ser mantido devido às condições ecológicas do local, principalmente a pobreza do solo (Neves, 1999, p. 362). Não é possível negar a afinidade existente entre as civilizações andinas com a arte de Marajó: “seja no Equador, na Venezuela ou no Peru, encontram-se semelhanças no uso de tangas ou de bancos de barro, de suporte para panelas, na prática de deformações cranianas, sem contar outras coincidências (...) Mas influência não implica sempre filiação; Lathrap já sugeria que, pela lógica das datações, Marajó é que deveria ser considerada a origem das correntes policrômicas da Amazônia subandina.” (Prous, 1992, p. 494). Recentemente, outra norte-americana, Anna Curtenius Roosevelt, demonstrou uma teoria oposta ao casal Meggers e Evans: “Apesar das sociedades complexas da Amazônia aparecerem mais tarde que as primeiras andinas, não é mais possível tratá-las como provenientes dos Andes. Está claro que os cacicados da Amazônia provieram diretamente de culturas cerâmicas anteriores da Amazônia oriental, bem distantes dos Andes. A mais antiga delas foi encontrada no baixo Amazonas e sua influência difundiu-se, a partir daí, em direção às várzeas pré-andinas, e não ao contrário.” (Roosevelt, 1992, p. 54).

com um vaso da deusa Hera, escavado por Heinrich Schliemann em Tróia! Neste caso, pistas diferentes nos levam a entender este modelo de comparação. A descoberta das ruínas troianas em Hisarlik (Turquia), em 1871, popularizou a imagem do arqueólogo como caçador de cidades perdidas, que sobrevive até nossos dias através do cinema e da literatura. Esse local tornou-se, em fins do Oitocentos, passagem obrigatória para todos os estudiosos da antiguidade clássica. Como foi o caso de D. Pedro II, que visitou as pesquisas de Schliemann em Micenas, Tróia e Tenedos (1876), acompanhado do conde de Gobineau e Carl Henning, um fato noticiado até pelo *The Times* (Traill, 1996, p. 154). Como consequência, a edição alemã e norte-americana do livro *Mycenas*, de Schliemann, foi dedicada ao nosso sábio monarca! E o motivo de Ladislau Neto citar justamente esse livro em seu estudo no *Archivos* tinha um duplo caráter: demonstrar ao soberano brasileiro que possuíamos alguma ligação com a esplendorosa cidade perdida, e ao mesmo tempo, noticiar aos estudiosos europeus que o Brasil não era apenas uma floresta repleta de selvagens. Assim, dois pontos geográficos muito diferentes, unidos pela Arqueologia: “a que mais se aproxima da forma adoptada pelos antigos ceramistas do vale do Amazonas é a dos vasos anthropomorphos de Troya.” (Neto, 1885a, p. 411). Claro que para Neto apenas esta comparação entre duas estatuetas não bastaria para explicar a Pré-História amazônica. Ele teria de encontrar algo semelhante a um relato histórico, e nada mais apropriado do que as famosas cerâmicas da região.

Cerâmica e hieróglifos

Num primeiro momento, o arqueólogo tentou demonstrar que os diversos motivos decorativos das urnas, pratos e vasos, na realidade seriam uma espécie de escrita simbólica, ou mensagens gravadas com certa intencionalidade figurativa. Seu levantamento prévio sobre quais representações fariam parte dos motivos decorativos, teve razoável destreza, identificando formas como escorpiões, batráquios, anfíbios e répteis. Os animais seriam representantes de um simbolismo totêmico, identificando cada tribo, principalmente nas urnas funerárias do morto.⁹¹ Em relação às urnas funerárias – hoje conhecidas como tipo Joanes pintado – teorizou sobre o significado das figuras femininas estilizadas que envolvem esse tipo de cerâmica. Comparando com as mulheres

⁹¹ A dedução inicial de Neto mostrou-se muito correta. Recentemente, a pesquisadora Denise Schaan identificou na cerâmica marajoara uma linguagem iconográfica: “a ocorrência da representação de animais na decoração de alguns utensílios e principalmente em urnas funerárias, e a identificação dessas espécies na fauna da região, possibilitou que se atribuísse um caráter mágico-religioso à essas representações, que estariam ligadas à histórias míticas, com base em analogias etnográficas.” (Schaan, 1997, p. 186).

tatuadas da Polinésia, acreditava que teria existido uma classe especial, possivelmente sacerdotizas, conselheiras da tribo em momentos de crise ou guerra. Sua mente artilosa logo encontrou neste detalhe, uma resposta para o famoso mito das amazonas. As outras etnias da região, muito mais selvagens e incultas, ao observarem as mulheres marajoaras – independentes e autônomas em seus domínios – viram nelas a idealização de bravias guerreiras, tomadas como amazonas pelos europeus. Fabricadoras das peças de barro e gozando de estima em toda a sociedade marajoara, as mulheres da ilha acabaram assumindo um papel privilegiado na imaginação de Ladislau Neto. Em outro momento, ele voltou à questão do significado das figuras na cerâmica.

Partindo do pressuposto de que as figurações eram espécies de hieróglifos, o investigador criou uma tabela, composta de 82 figuras marajoaras, e suas correspondentes na escrita das maiores civilizações da antiguidade: México, China, Egito e Índia.⁹² Neto esperava encontrar de qualquer modo, paralelos das tribos americanas com o Velho Mundo, desprezando diretamente o pensamento autoctonista. Laços em comum, que tanto poderiam significar uma origem mútua nos tempos arcaicos, quanto contatos migratórios mais recentes. Apesar disso, não negou a possibilidade de evoluções artísticas paralelas, inerentes ao espírito humano. A utilização de tabelas comparativas foi um procedimento muito comum no difusionismo, como a utilizada no respeitado Congresso de Americanistas (Bing, 1875, p. 215). Após a justificativa da tabela, o arqueólogo brasileiro enveredou-se para exemplos práticos, examinando os caracteres de um pequeno prato do Pacoval. Enquanto as urnas conteriam símbolos representando apenas o indivíduo finado, as figurações dos pequenos vasos e pires seriam a representação do “hymno commemorativo de uma conquista, a descrição de uma migração colectiva fluvial ou marítima (...) narração inteira de um feito heroico, de um commettimento que glorificam a nação inteira ou influiu profundamente sobre os seus destinos (1885a, p. 468). Ou seja, observamos aqui a mesma imagem que o estudioso já havia conferido para a arte rupestre: os anais míticos de um grande povo, preservados em potes de barro! Em dez páginas do estudo, o autor concentrou-se na decifração do referido pote.

⁹² Segundo o antropólogo e médico português Francisco Ferraz de Macedo, Neto não teria sido o autor destas tabelas. Em seu livro *Ethnogenia Brasílica* (Lisboa, 1886, com versão simultânea em francês), afirmou que os quadros comparativos foram criados pelo epigrafista francês Paul L'Epine. Este estudioso morou no Egito e veio ao Brasil em 1881, convidado pelo imperador D. Pedro II para copiar os hieróglifos de peças egípcias existentes no Museu Nacional. L'Epine argumentou que Neto apropriou-se indevidamente de seus estudos comparativos entre a cerâmica marajoara com a escrita egípcia e mexicana. Negando-se a prosseguir em suas investigações, o francês teria sido demitido, e ainda, acusado do roubo de algumas peças do Museu. Apesar do arqueólogo André Prous confirmar recentemente essa versão (1992, p. 9), Ladislau Neto em seu trabalho não cita o nome de L'Epine, que também não foi registrado em nenhuma publicação do império. No Museu Nacional, também não foram encontrados por nós, nenhum documento, referência manuscrita ou impressa, ou uma simples citação sobre este misterioso francês. Uma questão, portanto, para ser melhor esclarecida.

O pequeno objeto cerâmico possuía, em sua face interna, diversas linhas com traçado vermelho, em volta do qual se localizavam muitos signos geométricos, sem nenhuma forma objetiva. Não há como ter um ponto de referência neste emaranhado visual: em qualquer posição em que se olhe, ocorre o mesmo efeito decorativo. Apesar disso, Ladislau Neto optou por um pequeno grupo de sinais, tomados por ele como semelhantes aos hieróglifos mexicanos e egípcios da água. Sua sequência narrativa nos conduz à interpretação de outros símbolos, como o de uma cidade, um barco e um lago. Em seguida, uma figuração abstrata foi tomada por um objetivo acesso da imaginação. Seria a representação de um grande país, no qual seu chefe autocrata empunha um cetro de cabeça para baixo. Tudo isso apontou para o leitor uma única conclusão, a de que um *escriba* teria realizado essas intrincadas decorações, perpetuando um marco histórico muito importante. E saber exatamente qual foi esse acontecimento, o entusiasmado investigador nos concedeu em sua tradução aos hieróglifos: um grande chefe ou rei, embarcou numerosa quantidade de guerreiros em navios, atravessou um enorme oceano e alcançou um país muito povoado, governado por outro grande rei. Neste novo local, os migrantes construíram uma residência real – interpretada como o próprio Mound de Pacoval! Apesar de não mencionar de qual civilização seria este misterioso rei migrante, não é preciso muito esforço para descobrirmos. Mais adiante, reforçou sua opinião de que estes caracteres da louça seriam mais assemelhados ao hierático egípcio. Ora, em mais de uma oportunidade, Neto mencionou o fato de que os egípcios sempre se utilizaram dos povos semitas para suas empreitadas navegatórias. A mais obsessiva idéia do arqueólogo brasileiro novamente se materializou, desta vez de forma velada: a vinda dos fenícios ao nosso continente. A cerâmica de Marajó, desta maneira, foi interpretada como um verdadeiro documento, ligando nosso país com a grandiosidade do passado mediterrânico. E a cultura que ali se instalou foi percebida como um povo inteiramente isolado da selvageria indígena, resguardando o próprio simbolismo da ilha para o imaginário ocidental.

Desde o século XV, muitos mitos geográficos estiveram relacionados estreitamente com a imagem de uma ilha, perdidos nos confins atlânticos: as ilhas Afortunadas, o palácio de Apolodius na Fixed Isle. Com o avanço exploratório na América do Sul, diversas cidades imaginárias também foram situadas em locais insulares nos tempos coloniais, como o Eldorado, o palácio de Manoa, a cidade dos acéfalos (Ewaipanomas) e das Amazonas (Langer, 1997a). Segundo Jean Delumeau, a ilha é “um lugar onde o maravilhoso existe por si mesmo fora das leis comuns.” (1995, p. 120). Neste ambiente imaginário, o mito foi regido por leis fantásticas, que aproximam a humanidade de um

tempo primordial, o próprio paraíso celestial transfigurado em um local terrestre, mais acessível aos mortais. Não podemos deixar de observar uma continuidade destes simbolismos coloniais, com a Arqueologia efetuada no império. Apesar de Marajó ser uma ilha real, sua antiga civilização incorporou um caráter semi-paradisiaco aos olhos dos intelectuais. Com uma magnífica arte cerâmica, ídolos, urnas funerárias e elevações artificiais interpretadas como colinas sagradas, a cultura marajoara distanciava-se de qualquer outra tribo existente em solo brasileiro. Não tendo monumentos piramidais ou edifícios, ao menos esta cultura possuiu algumas evidências que as afastavam de um estado selvagem, tão almejado pelos pesquisadores. Se o Brasil não teve nenhuma civilização semelhante aos incas ou astecas, alguns de nossos indígenas poderiam ter alcançado grandes progressos artísticos. Restava demonstrar ao mundo esse triunfo da Pré-História brasileira.

Os dois últimos grande momentos de nossa Arqueologia durante o império foram relacionados com os vestígios da ilha paraense. Ladislau Neto proferiu uma palestra sobre as antigüidades cerâmicas de Marajó, durante o oitavo Congresso Internacional dos Americanistas de Berlim, realizada em outubro de 1888. Não esquecendo o arqueólogo de organizar também uma estante com os deslumbrantes objetos (von Ihering, 1904, p. 580). Um ano depois, seria a vez de Paris.

Durante a Exposição Universal, foi montado um expositor denominado “palais de l’Amazone”, contando a História dos indígenas insulares, além de variadas amostras. Foi um grande sucesso de visitas, recebendo muitos elogios dos jornais franceses, que também enalteceram o trabalho de Neto (Schwarcz, 1998, p. 405). Mas na realidade, como demonstrou Heloisa Barbuy, esse expositor foi montado dentro da Casa Inca, na Exposição Retrospectiva da Habitação Humana (1996, p. 228). O material organizado por Neto incluía diversos tipos de artefatos de indígenas amazônicos, inclusive, sendo o prédio denominado pelo catálogo oficial do Brasil como “Pavilhão do Amazonas”, enquanto os catálogos franceses utilizaram a expressão “Palais de l’Amazone”. Aos olhos do ilustre cientista carioca, não poderia ter havido melhor destino aos objetos brasílicos: fazia quase 20 anos que defendia a vinculação dos incas com os antigos habitantes das florestas brasileiras. Nada mais apropriado do que unificar as duas culturas em um único edifício, durante o grande evento francês.

Paralelamente aos estudos na ilha de Marajó, outras regiões da floresta amazônica foram exploradas arqueologicamente. Em especial um tema, os muiraquitãs, gerou uma grande disputa teórica entre Ladislau Neto e Barbosa Rodrigues.

A controvérsia sobre os muiraquitãs

Vestígios muito raros e não menos surpreendentes, as pequenas pedras verdes foram encontradas ao longo do norte do Brasil, desde os remotos tempos da colonização. Fabricadas pelos indígenas e geralmente depositadas próximas aos rios, são uma espécie de pingente, talvez com algum significado simbólico. Suas formas imitam animais estilizados, principalmente batráquios, e a maioria das peças tem cor verde (jadeíta, nefrita ou esteatita). Além do fato de serem excepcionalmente belas, estas diminutas peças líticas sempre foram associadas, no folclore regional, às míticas amazonas. Com isso, os muiraquitãs⁹³ fascinaram duplamente os exploradores europeus, como La Condamine no século XVIII, do qual já mencionamos anteriormente. O primeiro pesquisador brasileiro a manifestar interesse empírico pelo assunto, foi o naturalista João Barboza Rodrigues. Para entendermos melhor suas teorias, vamos fazer uma pequena retrospectiva de seus estudos arqueológicos no Amazonas.

Encarregado pelo governo imperial entre 1871-1874, Rodrigues explorou as regiões dos rios Tapajós, Trombetas, Jamundá, entre muitos outros. Catalogou a flora e fauna, os recursos de navegabilidade fluvial e recolheu diversos dados etnográficos, e ao voltar à capital em 1875, publicou cinco relatórios sobre a comissão, que se esgotaram em pouco tempo. A região do rio Jamundá, entre o Pará e o atual estado do Amazonas, foi escolhida inicialmente para as pesquisas, por ser o local presumível do antigo encontro de Orellana com as míticas guerreiras. Com isso, o naturalista partiu para o local, esperando encontrar respostas científicas para o velho mito. Próximo da cidade de Óbidos, Rodrigues encontrou os vestígios de extensa quantidade de louças quebradas, indicando um antigo aldeamento indígena. Em suas idéias, teria sido a tribo do qual as amazonas fariam parte. Mais adiante, visitou a serra de Itacamiaba, onde, segundo a tradição folclórica, seria o local que as guerreiras presenteavam seus homens eleitos, com os preciosos muiraquitãs. Nos argumentos do explorador, isso não constituía uma prova da antiga existência das ditas mulheres, mas criava um vínculo entre o Brasil e a Ásia, visto que somente neste último local se fabricariam amuletos de pedra verde.

A medida em que prosseguia em suas escavações, aumentava o número de objetos líticos encontrados, principalmente machados e objetos de barro. Imediatamente, estabeleceu pontos de analogia destes fragmentos, com os encontrados no Peru e Escandinávia. Tudo indicava, em sua mente, que teria existido alguma forte relação entre

⁹³ *Muiraquitãs* – Também eram conhecidas na Europa como Amazonstein, amazonstone e no Brasil como chalchituls e mirakitãs.

a Europa com o Brasil, muito antes de Colombo. Algum povo muito mais civilizado havia estado entre nós.

O retorno dos filhos de Odin

Essa idéia iria cristalizar-se quando publicou *Antigüidades do Amazonas*, na revista *Ensaio de Ciências*, 1875. O principal artefato que indicaria uma antiga migração de influências, seriam os machados de pedra, pois os ameríndios fabricavam somente arco e flecha, segundo Rodrigues. E qual o povo mais indicado para isso? Os vikings, famosos pelo uso de diversos tipos de achas para batalhas. Depois de 35 anos, uma das grandes teorias difusionistas voltou a aparecer no imaginário arqueológico brasileiro. Essa popular etnia, chamada pelo naturalista de “Os filhos de Odin”, teria feito originalmente, uma migração da Europa para a Groelândia, passando depois para os Estados Unidos. A partir do século X, os aventureiros teriam descido até o norte da América do Sul, iniciando uma espécie de colonização que, aos poucos, foi ocasionando a degeneração dos costumes originais. Assim, a cultura nórdica foi sendo assimilada pelas culturas indígenas, dando origem a muitos objetos comuns na Pré-História amazônica. Claro que o intelectual não estava sozinho nesta intrépida abordagem, utilizando os pressupostos de Carl Rafn e, principalmente, Pierre Victor. Este último, durante os anos 40, havia citado a célebre cidade perdida da Bahia como um posto viking.

Uma das grandes provas que Rodrigues apresentou para comprovar suas hipóteses foi a existência de um desenho, situado na Iha de Pedra, próxima do rio Negro (AM), representando uma embarcação com dois mastros. Para este naturalista, seria a figura de um *drakkar*, barco nórdico em forma de dragão. Esse desenho foi muito famoso no Oitocentos, sendo popularizado por Basseur de Bourboug (correspondente do IHGB) e Paul Gaffarel (1875), porém, ambos acreditavam que seria um navio fenício. Pelo esboço apresentado por Tavera-Acosta (1956, p. 149, fig. 87), percebemos claramente que se tratou de uma galera espanhola, muito utilizada para explorar o grande rio durante o século XVI. A partir da idéia genérica de tal migração, Barboza Rodrigues expandiu suas interpretações para outras descobertas na região norte. Os famosos *Mounds* amazônicos foram comparados aos sepultamentos escandinavos; motivos cerâmicos seriam identificados ao martelo do deus Thor; os restos conchíferos do Pará apresentavam similitudes com os sambaquis da Dinamarca; e as inscrições rupestres seriam sinalizações da migração dos Estados Unidos ao norte da Amazônia. O último local do trajeto viking

no Brasil, teria sido a ilha de Marajó, na qual os ceramistas indígenas foram influenciados, criando sua cultura tão distinta e única.

A teoria dos bárbaros germânicos de Rodrigues significou a impossibilidade de explicar a originalidade dos desaparecidos habitantes da floresta tropical. O Velho Mundo teria edificado as raízes da cultura mais surpreendente de nossa Pré-História. Como o pensamento autóctone era defendido por poucos autores, via de regra, toda forma superior de arte cerâmica e lítica encontrada em solo brasílico foi identificada a modelos externos, seja a civilização incaica, oriental ou européia. Justamente, esse foi um dos motivos da primeira grande rivalidade ocorrida na Arqueologia nacional. Barboza Rodrigues, em suas publicações de 1875, foi contrário à teoria andina de Ladislau Neto. Imediatamente, como resposta, o naturalista Ferreira Pena - então funcionário do Museu Nacional - publicou no segundo *Archivos* uma crítica a determinado estudo de Rodrigues. Este último foi acusado de erroneamente descrever duas urnas do Pacoval, em certos detalhes como pintura e tamanho, além de um desenho em que a peça apareceu sem suas fraturas originais. Claro que se tratou de pura intriga, frente a um pesquisador que ameaçava a hegemonia do Museu com relação à Arqueologia amazônica. Isso ficou ainda mais nítido, quando Pena o acusou de ser um cientista amador... A resposta não demoraria a surgir. No desfecho de sua *Antigüidades do Amazonas III*, Rodrigues admitiu erros seus ao publicar certos dados, mas também chamando a atenção para a crescente popularidade internacional de seus trabalhos, desprezando os ataques da intelectualidade do Rio de Janeiro. Neste momento, iniciou-se o interesse estrangeiro pelas espetaculares pedras verdes.

As pedras da discórdia

No mesmo ano de 1875, os muiraquitãs receberam atenção em dois locais diferentes: Alemanha e na própria província do Amazonas. O diretor do Museu de Friburg, Henrique Fischer, publicou o livro *Nephrit und Jadeite*, criando o interesse internacional pelo tema. No mesmo instante em que Barboza Rodrigues, por meio de diversos periódicos (*O Novo Mundo*, *Diário do Gran Pará*, *Jornal do Recife*, *Jornal do Commercio*), popularizava seus estudos arqueológicos.⁹⁴ Os dois intelectuais

⁹⁴ No caso do naturalista brasileiro, não podemos deixar de comparar com a obra de seu grande rival, Ladislau Neto. Os dois utilizaram-se muito da imprensa, mais do qualquer outro estudioso oitocentista, para divulgarem suas teorias e descobertas na arqueologia brasileira. Sabendo do enorme interesse que a pré-história lograva nos meios eruditos, os dois pesquisadores esperavam maiores respaldos e popularidade em todo o império.

argumentavam que as pedras verdes seriam a prova de antigas migrações estrangeiras, possivelmente da Ásia, local onde tradicionalmente se conheciam muitas jazidas de nefrite.

Parcialmente utilizando-se dos dados de Fischer, em 1877 no *Archivos*, Ladislau Neto elaborou sua própria teoria sobre as enigmáticas pedras verdes. Começando pela etimologia da palavra muiraquitã, para o qual acreditava ser “pedra do chefe do povo”. Seriam os indícios de um antigo culto, desenvolvido por uma raça originada do Oriente, e formadora das principais nações americanas. Com o tempo, estes amuletos acabaram por originar os tembetás indígenas. Aqui, evidentemente, Neto pode ter confundido dois tipos diferentes de artefatos líticos, sendo os tembetás ornamentos fabricados para uso labial, e os muiraquitãs geralmente fabricados como pingentes. De qualquer maneira, para o diretor do Museu Nacional, ambos os objetos líticos representariam a herança de um sofisticado culto, que teria penetrado em território nacional.

Em outros aspectos, Neto comparou a forma e estrutura das pedras amazônicas, com similares encontradas na América Central – afinidades pela veneração da cor verde e de formas animais relacionadas com água, como batráquios. Atualmente, elementos estilísticos e temáticos meso-americanos são aceitos para ídolos e peças encontrados na Amazônia arcaica, admitindo-se influências culturais “alienígenas” principalmente na região de Santarém (Prous, 1992, p. 453). Apesar de apoiar a origem asiática das jazidas de muiraquitãs, Neto acreditava que poderiam ser encontradas também na América. Uma hipótese que Humboldt e La Condamine já haviam afirmado anteriormente.

A partir de 1878, Fischer e Rodrigues iniciaram correspondência, ambos se unindo em torno da hipótese da jade americana ser produto de uma migração oriental. Em 1880, foi publicado *Sur l'origine des pierres dites d'Amazonie*, por Fischer. Além de analisar e divulgar o material de seu colega brasileiro, o intelectual apresentou novas evidências da Arqueologia meso-americana, com padrões muito semelhantes às amazônicas. Um ano depois, foi a vez de Rodrigues publicar outro estudo, *O myrakytan: precioso coevo do homem anti-colombiano*. Neste momento, o naturalista abandonou as antigas considerações a respeito de uma colonização viking, estando mais preocupado em apontar os erros de seu maior rival, Ladislau Neto. Não era somente uma questão de disputa pessoal, mas sim, a oportunidade de tornar-se popular a partir de um tema com grande repercussão internacional. E afinal, ambos pleiteavam o título de pioneiro da Arqueologia brasileira.

Em 1882, surgiu o mais popular manual de americanística oitocentista, nosso já muito conhecido *L'Amérique préhistorique*. Seu autor, o Marquês de Nadaillac, não

hesita em pronunciar-se a favor da teoria asiática. Nesse momento, os muiraquitãs deixam de ser simples adornos indígenas, tornando-se complexos e misteriosos ídolos de pedra, capazes de revelar as intrigantes páginas do passado americano.

Mas a teoria da migração oriental teve sua hegemonia contestada a partir de 1883. O diretor do Museu Antropológico e Etnológico de Dresden, A. B. Meyer, em seu livro *Die Nephritfrage kein ethnologisches Problem*, contestou todas as afirmações então em vigência. Para ele, teriam existido minas de nefrita em algum local das Américas. Ainda nesse mesmo ano, Meyer publicou muitos outros artigos corroborando a mesma idéia. Em nosso país, Ladislau Neto passou a integrar com vigor essa nova tendência teórica. Em seu extenso artigo *Investigações sobre a archeologia brasileira* (1885), elegeu o vale do Amazonas como a origem provável de todas os vestígios de jadeita, e por consequência, de todas as peças líticas verdes. Aproveitando também para tecer uma pequena crítica para o professor Fischer, acusado de menosprezar alguns argumentos etimológicos.

Com o passar do tempo, cada vertente teórica teve seu momento de pender a balança da verdade. Durante o sexto Congresso dos Americanistas, sediado em Turim (1886), a origem asiática foi defendida por F. Putnan, do Museu de Peabody, e pelo barão de Baye. Provavelmente tomando conhecimento deste fato, Neto publicou um artigo no *Jornal do Commercio* (1887), minimizando a importância do estudo das pedras verdes na questão das migrações transoceânicas. Como resposta, Rodrigues reagiu com o trabalho “Viagem às pedras verdes: observações às descabidas científicas do Dr. Ladislao Neto”, resenhado no *Norte do Brazil*, de Manaus, em 15 de junho de 1888. A principal acusação do naturalista para o intelectual carioca, dizia respeito a confusão entre os tembetás e os muiraquitãs.

A polêmica tomou proporções inesperadas, com a participação de um importante arqueólogo, Rudolf Virchow, famoso por dar continuidade às pesquisas de Schliemann em Tróia. Durante o oitavo Congresso dos Americanistas, sediado em Berlim (1888), o pesquisador alemão em sua palestra “Sur la provenance de la nephrite et de la jadeite”, apresentou exames microscópicos de machados encontrados na América, demonstrando a possibilidade de muitos centros de fabricação destes minérios no Novo Mundo. No mesmo congresso, Ladislau Neto apresentou a comunicação “Sur la néphrite et la jadeite”. Aproveitando-se dos resultados apresentados por Virchow, esperava definitivamente derrubar a teoria rival, especialmente os trabalhos de seu maior inimigo. A teoria asiática estava com seus dias contados.

Curiosamente, ainda nesse ano de 1888, tanto Neto quanto Rodrigues foram duramente criticados pelo polêmico ensaísta Sylvio Romero, na obra *Ethnographia*

brazileira. Para com o diretor do Museu Nacional, Romero acusou de ter copiado o material de outros pesquisadores, do qual teria apenas classificado. E esse trabalho descritivo poderia ser realizado facilmente por qualquer outra pessoa, com inclinações para a curiosidade. Também as teorias difusionistas de Neto não foram esquecidas, sendo comparadas a fantasias sem sentido. Quanto a Barboza Rodrigues, o ensaísta foi implacável: “Não basta ter ido ao Amazonas, ter visto alguns tapuias e algumas pedrinhas verdes, para acordar um dia etnólogo profundo e inventor de teorias irrefutáveis.” (apud: Duarte, 1950, p. 234). Como consequência, Neto omitiu-se de assuntos arqueológicos a partir de então. O mesmo não ocorrendo com o intelectual amazonense, que em Manaus imprimiu seu maior compêndio sobre o tema, *O Muirakytã e os ídolos simbólicos* (1889).

Esta obra não apresentava nenhuma novidade conceitual, ou ao menos, algum novo elemento que comprovasse o pensamento asiático. Estando o pesquisador alemão Henrique Fischer já falecido, Rodrigues estava praticamente isolado no mundo científico. Ao mesmo tempo em que reconstituiu a História das investigações sobre as pedras verdes, procurou demonstrar o reconhecimento internacional de sua obra, as intensas polêmicas, enfim, toda a bibliografia disponível até aquele momento. Em especial, percebemos um ponto no qual o autor sentia-se extremamente desconfortável: duas das maiores autoridades da americanística, Humboldt e La Condamine, acreditavam no futuro encontro de jazidas nefríticas na América. A principal deficiência do livro de Rodrigues consistia na ausência de estudos arqueológicos mais densos, limitando-se, na maior parte das vezes, a complexas tabelas morfológicas e dados linguísticos. Ou seja, a repetição de uma prática difusionista muito tradicional, que em vez de esclarecer o tema, aumentava ainda mais todas as polêmicas. Por exemplo, ao analisar o desenho de um amuleto encontrado na necrópole de Mirakanguera (Amazonas), fundiu ao mesmo tempo, uma suposta herança chinesa (símbolos do yn e yang) com elementos nórdicos (o duplo SS, a imagem de Wotan - o Odin germânico). Talvez a resposta fosse muito mais simples, como demonstrou P. de Lisle du Dreneuc, conservador do Museu Arqueológico de Nantes, no opúsculo *Nouvelles découvertes d'idoles de l'Amazones* (1889). Analizando as formas dos muiraquitãs, concluiu que tratavam-se de animais típicos da região, elevando as esperanças de um futuro encontro de jazidas de nefrite no próprio local.

Mas Rodrigues não desistiu de sua obstinada saga teórica. Agora como diretor do Museu Botânico do Rio de Janeiro, e estando Neto já falecido, publicou uma versão ampliada de sua obra principal na própria capital, em 1899. *O Muirakytã e os ídolos simbólicos* foi acrescido de um extenso repertório de lendas do norte brasileiro, com grande valor etnológico – mas destituídas de qualquer importância arqueológica. O autor

havia chegado ao limite de seus esforços em defender a teoria asiática, mas não estava encontrando nenhum subsídio atualizado para isso. As novas descobertas apontaram para um caminho bem diferente. Jazidas naturais de nefrite e jadeíte foram encontradas na Europa, sendo popularizadas por outro antigo rival, A. Meyer em 1903. E finalmente, na cidade de Amargosa (Bahia), foram localizados machados, polidores e, principalmente, blocos de nefrite em estado bruto, indicando que os indígenas haviam fabricado os objetos no próprio local. Esse material foi analisado por E. Hussak em 1904, na Alemanha, e divulgado pelo arqueólogo Herman von Ihering na *Revista do Museu Paulista*, do mesmo ano. Não sabemos se Barboza Rodrigues chegou a conhecer estas descobertas, antes de sua morte em 1909. O que significaria um triunfo tardio de Neto para com seu maior oponente: as polêmicas pedras verdes da Amazônia, afinal, eram americanas!

Os enigmas da imensidão verde

O olhar do homem moderno rejuvenesce a Amazônia. Neide Gondim, *A invenção da Amazônia*, 1994.

As pesquisas amazônicas constituíram o maior triunfo da Arqueologia imperial, sendo também a que apresentou os resultados mais positivos, dentro do atual panorama de investigações. Com o advento da república, não houve uma ruptura com esse grande entusiasmo anterior, que recebeu novo alento pelas pesquisas de Emílio Goeldi no Museu Paraense. Porém, temos que considerar estes resultados do período, como integrantes de um processo muito mais complexo. A floresta amazônica certamente possuía diversos interesses estratégicos e econômicos para as metas da elite imperial, mas a sua concepção enquanto espaço físico sempre esteve relacionada a certas imagens, perpetuadas pelo imaginário ocidental desde os descobrimentos, e muitas vezes também agindo sobre a produção literária e cultural de nosso país. A primitiva *imagem edênica*, conjuntamente com a *imagem de uma Idade de Ouro*, uma terra da felicidade perdida e com riquezas abundantes (Holanda, 1959), foi somada com o transcorrer dos séculos, à moderna noção colonialista: “a América é simultaneamente um paraíso natural que deve ser preservado e um mundo primitivo que deve ser civilizado.” (Rouanet, 1991, p. 61).

As escavações e estudos teóricos empreendidos pelos brasileiros, durante o segundo reinado, não podem ser desvinculados dessa longa e ininterrupta *linha de continuidade*, nas palavras de Rouanet. Pensemos primeiro, as imagens sobre o espaço amazônico

produzidas pelos europeus neste momento, e em seguida, como se relacionaram com *os resultados* da Arqueologia brasileira.

O maravilhamento perante a exuberância da natureza foi uma constante tanto da literatura quanto da ciência. Em 1881, Júlio Verne lançou *Le Jangade*, um romance encenado na bacia do imponente rio sul-americano. Divinizou a floresta, mas sem omitir as possibilidades de progresso, advindas da capacidade humana em construir a civilização. À parte da trama do romance, saltam aos olhos as ilustrações da edição original, de L. Bennet. Tanto Verne quanto Bennett jamais pisaram na Hyléia: suas informações foram baseadas na bibliografia clássica sobre a região, originando alguns estereótipos. Na maior parte dos desenhos, a vegetação foi representada como uma espécie de jardim gigantesco – as plantas preponderantes são trepadeiras, arbustos, gramíneas e cipós, algo bem distante da verdadeira floresta tropical. Mas as ilustrações mais espetaculares são as que envolvem cenas de perigo – sempre relacionadas com animais – como por exemplo, um imenso jacaré atacando os protagonistas. O mesmo animal voltaria a ser destaque, desta vez nas explorações amazônicas do francês Jules Crevaux, como percebemos na capa do *Journal des Voyages* (1882). Ao atacar a canoa do cientista, um imenso jacaré dilacera a perna de um negro, carregador da expedição. Essa sensação de insegurança do europeu perante as ameaças da floresta virgem, também voltaria a ser tematizada com o explorador Henri Coudreau (1887). Uma das gravuras de seus livros amazônicos (conf. Benoit, 1998, p. 24), representa uma enorme anaconda (sucuri), prestes a devorar um expedicionário pelas costas. O exótico e o medo, são companheiras inseparáveis na exploração do desconhecido.

Com relação aos assuntos pré-históricos, as imagens foram muito semelhantes. Nosso passado não poderia deixar de ser misterioso e, na maior parte das vezes, exótico. Seja ao identificarem vestígios das desaparecidas e míticas guerreiras – lembremos do conde de Castelnau - como ao descreverem os intrigantes ídolos de pedra, os muiraquitãs, os europeus perceberam a Hyléia como um território da promessa científica, a terra que poderia fornecer a decifração para os grandes mistérios da humanidade. As ruínas perdidas das selvas tropicais do Brasil poderiam realizar este resgate de uma memória unificadora da civilização e da barbárie, como afirmaram V. Tissot e C. Améro, na obra *Les contrées mystérieuses et les peuples inconnus* (1884). Ou Lisle du Dreneuc e seu *Nouvelles découvertes d'idoles de l'Amazones* (1889), pelo qual a origem dos povos amazônicos seria a civilização egípcia. No mesmo ano desta última obra, no término do império, os próprios brasileiros tratariam de reforçar todos estes elementos imaginários. Na Exposição Universal de Paris, a entrada do pavilhão brasileiro foi decorado com

esculturas de jacarés, e adornado internamente com imensas vitórias régias naturais. O seu sucesso de público explica-se facilmente: os franceses vislumbraram durante a visita, *o que queriam realmente ver*. E os objetos arqueológicos, principalmente a cerâmica marajoara, foram expostos na Casa Inca, concretizando os sonhos de Ladislau Neto em demonstrar nossos vínculos com uma antiga e adiantada civilização, totalmente diferenciada de outras etnias do país.

A Amazônia, desta maneira, foi percebida pelos europeus e brasileiros, como o local *que forneceria as respostas para os principais enigmas do homem americano*. Sendo o exotismo de sua natureza, de seus animais, e principalmente, dos antigos habitantes humanos, as principais características que diferenciavam esta região de outras partes do mundo, explicando também sua enorme atração para a ciência.

EPÍLOGO: ARCHAIOS E O MITO DA NAÇÃO TROPICAL

A Lua punha reflexos nos pilares, nos pátios, nas superfícies das paredes, ocultando-lhes as feridas e as imperfeições sob a brancura leitosa, revestindo-as da singular majestade da noite. O espetáculo era com efeito prodigioso, e prodigioso o pensamento destes milhares de anos em que o astro morto e a cidade morta se tinham contemplado, projetando de um para o outro, na solidão absoluta do espaço, a narração imutável da sua vida perdida, da sua glória extinta. Rider Haggard, *She*, 1887.

Essa pequena citação de um célebre romance britânico nos lembra a importância da imagem ruínística para a cultura ocidental. Mas também nos adverte para a longa História da Arqueologia, uma tradição que remete aos valores da cultura material. Ao longo de todo o nosso trabalho, tentamos observar como essa tradição foi enraizada na recém formada nação, e como se desenvolveu por todo o império. Por certo, como vimos, não foram somente momentos de permanência, mas também de muita ruptura, como alíás se verificou em todo o ideário oitocentista. Novas idéias se confrontando, adaptando, ou mesmo, metamorfoseando-se com antigas imagens.

Nenhum conceito foi mais importante para nós, que o de imagem mítica. De algum modo ou de outro, as teorias, buscas e valores dos arqueólogos – denominada por nós de *archaios* - estiveram relacionadas com essa noção. A própria construção do projeto de uma História nacional, pela elite imperial, e mais ainda, a própria idéia de nação, foi assentada em imagens míticas. É por meio desse conceito que todos os temas da Arqueologia brasileira à época imperial convergiram, assim como outras disciplinas, empenhados em criar a gênese da gloriosa nação tropical.

Talvez uma das melhores definições de *nação*, tenha sido concedida por Benedict Anderson:

“ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (1989, p. 14).

Mas não somente a comunidade é imaginada, mas todo o território físico, e por consequência, os próprios elos com um passado histórico. A sua extensão também é imaginada como *limitada*, porque sempre possui fronteiras com outras nações, povos e raças. Ao comparar a imaginação nacionalista com a religiosa, Anderson estabelece um importante princípio: a existência de uma relação de continuidade entre os seus membros. O nacionalismo transforma o acaso em destino, explicando, e, ao mesmo tempo,

concedendo significado à existência do indivíduo (p. 14-20). A origem da nação, por sua vez, se explica a partir do momento em que as tradições genealógicas são transferidas para um corpo político, com os devidos estatutos de soberania: “poder inaugurar a História, ao designar o acto que a inaugura e o objecto que a preencherá: a nação abre à sociedade a História da sua própria construção.” (Guyomar, 1984, p. 284).

É exatamente dentro desta perspectiva, que após instalado o Estado Nacional no Brasil, viabilizou-se uma maneira de pensar o passado. Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, se materializaram de forma sistemática, diversas propostas empíricas e teóricas para encontrar a gênese da nação. Paralelamente aos levantamentos documentais, historiográficos e etnológicos, a primeira década do segundo império foi caracterizada por uma grande preocupação com temas arqueológicos. De um lado, vestígios epigráficos encontrados por todo o Brasil, atestavam os testemunhos de uma memória pré-histórica; e de outro, formidáveis ruínas que, em caso de serem descobertas, comprovariam antigas glórias monumentais em solo pátrio. A nação tropical se estabeleceu como uma realidade presente e o projeto para sua realização futura. Um elo simbólico entre o que virá e o que foi: “Extraordinário quadro mítico que oferece uma direcção à História futura, instaurando também um presente que é uma origem.” (p. 284). Neste momento, ocorreu um encontro de imagens míticas, todas apontando inevitavelmente para a estruturação simbólica de uma sociedade política definida, o Estado imperial.

Identificar o lugar da nação, com que critérios e a partir de que momento teve início, foram as questões principais levantadas pelos membros do IHGB. Em outros termos, o discurso da elite nacionalista identificou a nação brasileira a um *mito de origem*. J. Guyomar estabelece que essa imagem de identificação deve recorrer a um duplo – o reconhecimento de si mesmo em outro contexto, possibilitando uma identificação social aos membros da comunidade (p. 298). Segundo Manoel Guimarães, a nova nação brasileira se reconhecia enquanto continuadora de um projeto civilizador português (1988, p. 6). Porém, como tratamos em nosso trabalho, é possível uma visão paralela: os anos 1840 foram o auge da tentativa de recuperação de restos monumentais, relacionando as mais antigas páginas da História nacional com civilizações formidáveis, a exemplo da Atlântida de Platão ou os intrépidos fenícios e vikings. Seria apenas uma coincidência que, no mesmo ano da coroação de D. Pedro II, efetuaram-se as principais expedições de busca da cidade perdida pelo interior da Bahia? Na realidade, aqui verificamos a sobreposição de duas imagens míticas: um mito de procedência mais antiga – as cidades imaginárias – sendo utilizado para definir a antiguidade do Brasil, o mito de origem.

Claro que foi uma ligação aleatória: mesmo que tais vestígios tivessem realmente sido descobertos, a sua vinculação com o império seria também imaginária.

Neste contexto, todo o período anterior à vinda de Cabral, constituiu um *tempo mítico*, complementado com os anos após os descobrimentos, o *tempo histórico*. A nação brasileira, aos moldes do pretendido pela elite imperial, teria sempre existido, ou, pelo menos, suas raízes seriam encontradas neste tempo mítico: “O conhecimento científico acaba por contribuir para a demarcação imaginária de um espaço que, diríamos, não é atemporal, mas sempre existiu no tempo.” (Bittencourt, 1997, p. 207). O mito das cidades abandonadas passou a ter um valor paradigmático, constituindo um modelo de referência do passado nacional: a *geração perdida*, uma civilização muito avançada, que deixou marcas por todo o território, rastreadas neste momento pela Arqueologia. O que evidencia a participação do mito na História: “Sempre que um povo procura reunir-se politicamente numa nação, assiste-se ao esforço de construção de uma História nacional mítica.” (Guyomar, 1984, p. 298). É por meio da *História mítica* que ocorre o suporte para a identificação coletivizante na consciência das pessoas, na maioria das nações (Castoriadis, 1982, p. 179). A História mítica foi parte inseparável de toda a produção arqueológica do império, e a partir dos anos 50, quando a legitimidade do encontro de urbes pré-históricas foi questionada pelo imaginário erudito, ela deslocou-se para outros temas de interesse na intelectualidade. As marcas da geração perdida foram buscadas nos próprios indícios das tribos indígenas então existentes, ou nos restos soterrados de desaparecidas culturas: ossos, cerâmicas, armas, utensílios de pedra, sambaquis. Novas teorias científicas surgiram, comprovando a superioridade do europeu perante os ameríndios. A Arqueologia desta ocasião, perpetuou uma imagem tradicional sobre o indígena brasileiro, ao mesmo tempo em que atualizou recentes concepções acadêmicas vindas do Velho Mundo.

Neste momento, a imagem das raízes da nacionalidade foi somada aos elementos que poderiam fornecer nossa futura condição racial. Já nos anos 1870, o conceito de raça surgiu como um forte elemento de segregação ao corpo simbólico da nação, reiterando as antigas exclusões sociais da noção de civilização: os índios e principalmente os negros. Se pensarmos ainda, na *linguagem* como ponto primordial de integração e exclusão na nação, podemos refletir sobre uma importante prática difusionista, presente em todo o império e com grande importância nas duas últimas décadas.

Desde Carl von Martius, Varnhagen, chegando até Barboza Rodrigues e mesmo a autores estrangeiros como Onfroy de Thoron, os estudos de similitude linguística foram uma prática muito comum. Para diversos pesquisadores, existiriam formas fonéticas do

Velho Mundo inseridas no vocabulário dos ameríndios. Mesmo palavras inteiras, com idêntica grafia e sentido, eram encontradas nas mais diversas tribos brasileiras – uma “prova” de um antigo contato, migração ou colonização dos europeus no Brasil, muito tempo antes dos portugueses. Uma imagem que aponta para uma incrível experiência de simultaneidade através do tempo. Ora, a linguagem é a base de uma comunidade, logo, comprovou-se mais uma vez, as origens míticas da nação! Os indígenas já possuíam em seus dialetos, alguma das futuras expressões da língua nacional: “se a nacionalidade tem a seu redor uma aura de felicidade, esta é, não obstante, uma fatalidade encravada na *História*.” (Anderson, 1989, p. 159, grifo do autor). Este modelo pode ser aplicado ainda para outras práticas difusionistas de tipologia, presentes em grande número de arqueólogos desta época. Ladislau Netto, por exemplo, ao estudar a cerâmica hieroglífica marajoara, identificou formas simbólicas que comparou às civilizações do Velho Mundo. Suas conclusões apontaram para uma civilização imperial na Marajó pré-histórica, isolada em meio à barbárie indígena no resto do território. Em termos simbólicos, não poderia também refletir a própria situação política do país, única monarquia em meio às repúblicas sul-americanas? Afinal, somente o Brasil poderia almejar a posição de civilização branca e europeia nos trópicos: “O que os olhos são para o amante – aqueles olhos comuns especiais com que ele, ou ela, nasce - a língua é para o patriota – qualquer que seja a língua que a História tenha feito sua língua materna. Por meio dessa língua, que se encontra no colo da mãe e se abandona apenas no túmulo, reconstituem-se os passados, imaginam-se solidariedades, sonham-se futuros.” (p. 168).

Ainda em relação à concepção de simultaneidade da nação, podemos perceber outro aspecto envolvendo a Arqueologia. Durante todo o segundo império, com maior intensidade nas últimas décadas, houve reportagens jornalísticas enfocando temas pré-históricos. Com uma abrangência de leitores muito maior que os artigos da *Revista do IHGB* e o *Archivos do Museu Nacional*, e envolvendo praticamente todas as províncias, elas demonstram a grande repercussão em torno de um passado alternativo. Apesar de não termos tido acesso direto à maioria destas fontes – uma grande vertente de possibilidades para pesquisas futuras – conseguimos determinar o impacto promovido por elas no imaginário do império. Nos anos 1840, ocorreram muitas reportagens em jornais e revistas populares da Bahia, tematizando a cidade perdida. Na década de 1850, jornais cariocas e paulistas enfocaram vestígios fenícios pelo sul do Brasil e Argentina. A miragem fenícia ainda retornou inúmeras vezes aos jornais, principalmente após o escândalo da pedra da Paraíba, após 1872. Apenas como recordação, lembramos outros vestígios tematizados, como estátuas e ídolos encontrados no Amazonas, inscrições

misteriosas em Santa Catarina, sambaquis no Rio Grande do Sul, além das incontáveis reportagens escritas por Ladislau Neto, Barboza Rodrigues, Karl Koseritz, entre outros. Estas imagens sobre assuntos arqueológicos veiculados pela imprensa de todo o império, criaram vínculos imaginários e ligações entre os leitores para uma comunidade de sentido – a nação brasileira e seu passado: “archaeology and history also were used to glorify the national past in an effort to encourage a spirit of unity and cooperation within industrialised states.” (Trigger, 1984, p. 358).

Dentro do território nacional existiriam evidências que remeteriam ao tempo mítico, recordações de uma geração perdida, necessitando ser conhecidas pelos eruditos de então. Se levarmos em conta a concepção de Benedict Anderson, pela qual um jornal seria uma espécie de romance “cujo autor tivesse deixado de lado qualquer idéia de um enredo coerente” (1989, p. 42), temos então que considerar a difusão muito mais ampla de imagens com a mesma estrutura veiculada pelas revistas acadêmicas, apenas mudando a forma textual. E também não muito diferente de romances com temas arqueológicos propriamente ditos, como o *Dr. Benignus*, de Emílio Zaluar, 1875. Todos convergindo para uma só direção: o glorioso passado, fragmentado mas passível de ser conhecido. Desta maneira, o jornal funcionou como um elo de ligação entre a comunidade do império, vinculando os tempos pré-históricos ao cotidiano dos leitores. Novamente vemos aqui conceitos culturais básicos para a estrutura de uma nação: a língua escrita (o português), tratando de temas brasileiros (o território), resgatando o passado perdido (tempo mítico), com extremo valor e importância para o presente (tempo histórico). O leitor-indivíduo identificou-se socialmente com essa “História sagrada da nação,” explicando também o motivo de tanto sucesso destes temas jornalísticos: “práticas coletivas comuns que, sozinhas, conferem uma realidade palpável àquilo que de outro modo seria uma comunidade imaginária.” (Hobsbawm, 1990, p. 86).

Neste momento, determinamos uma conclusão, ao compreender porque as pesquisas arqueológicas declinaram com a primeira república, e também, porque cessaram diversos mitos arqueológicos mantidos pela academia brasileira. Justamente as duas grandes instituições mantenedoras de pesquisas e escavações, o Instituto Histórico e o Museu Nacional, da proclamação até a virada de século, omitiram qualquer nova referência sobre o tema.

Foi somente com a monarquia que a Arqueologia desenvolveu imagens que poderiam unificar o tempo histórico e o tempo mítico: as revelações dos vestígios do passado (o mito de origem), formariam as bases simbólicas da pretendida sociedade futura:

“A História real deve, pois, ser interpretada, perspectivada, segundo a lógica dos discurso nacionalista, para que a História sagrada da nação tome corpo e para que o tempo histórico se identifique com o tempo do mito. Então, a nação será salva, porque ela estará totalmente cumprida. No discurso político, o tempo escatológico está constantemente presente.” (Guyomar, 1984, p. 299).

Fracassando o projeto político do império, a concepção de História e geografia que realizava sua legitimação e sua identidade também foram abandonadas. A busca por relíquias e restos de um passado específico – a geração perdida, não encontrou mais significado no novo regime. Lembramos ainda que a noção de História mítica, pela qual a maioria das pesquisas arqueológicas estiveram dependentes, criava um todo uniforme no imaginário erudito da época, subordinando qualquer recorte regional ao “desenho feito a partir da visão da burocracia imperial.” (Bittencourt, 1997, p. 407). Assim como o território, o tempo mítico não tinha divisões internas, particulares, mas simbolizava a unidade e a ordem da nação monárquica. Com isso, as concepções de Arqueologia foram orientadas a partir do Rio de Janeiro, sem particularidades regionais.

Compreendemos a arqueologia do segundo reinado como um sistema de conhecimentos, estudando o passado mas também relacionada a um tempo escatológico. Vestígios reais foram resgatados, ao lado da criação de relíquias e monumentos imaginários, consolidando o projeto nacional. A partir de 1889, a trajetória da Corte foi interrompida, desfazendo-se essa lógica do mito. Ao Estado já não interessava qualquer tipo de centralização científica, e durante o novo século, diversos centros arqueológicos independentes foram criados pelo país, ou então, pesquisas conduzidas por escavadores isolados. E segundo a historiografia tradicional, somente a partir dos anos 50 de nosso século, a Pré-História brasileira novamente reencontrou prestígio internacional.

Podemos dizer que com a morte de Ladislau Neto, também acabou um tipo de Arqueologia no Brasil, romântica e sonhadora, filha do Oitocentos. Novos personagens surgiram posteriormente, renovando o cenário acadêmico com um tipo de ciência mais condizente com sua época e realidade cultural. Porém, na atual passagem do novo milênio, é interessante constatar que as antigas imagens míticas tão perseguidas no império, não desapareceram totalmente. Estão vivas na imaginação de muitos pesquisadores leigos, ainda empenhados na sua busca e localização. Enquanto a academia contemporânea ocupa-se com novas preocupações metodológicas, alguns amadores mantêm vivo o ideário criado por uma antiga elite, que pretendia produzir uma nação com as mesmas características da Itália e sua Roma antiga, ou ainda, uma França e seu passado celta. A monarquia brasileira atualmente sobrevive apenas nos livros didáticos e nas salas

de museus, mas algumas de suas imagens míticas estão mais atuantes do que nunca. Pois afinal, os mitos não são eternos?

ACERVOS CONSULTADOS

Arquivo Nacional
 Arquivo Público do Estado do Paraná
 Biblioteca do Congresso, Washington
 Biblioteca Municipal Mário de Andrade
 Biblioteca Nacional de Paris
 Biblioteca Pública do Paraná
 Biblioteca Real de Copenhague
 Casa da Memória (PR)
 Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA, UFPR
 Círculo de Estudos Bandeirantes (PR)
 Fundação Biblioteca Nacional (RJ)
 Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, USP
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
 Instituto Histórico e Geográfico Paranaense
 Museu Histórico Nacional
 Museu Imperial de Petrópolis
 Museu Nacional
 Museu Paranaense
 Museu Paulista, USP
 Sala Ernani Reichmann, UFPR
 Seção de Obras Raras, Biblioteca de Ciência e Tecnologia, UFPR
 Seção de Obras Raras, Biblioteca de Ciências Biológicas, UFPR
 Seção de Obras Raras, Biblioteca de Ciências Jurídicas, UFPR
 Seção de Obras Raras, PUC (PR)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**FONTES**

(Obras manuscritas e impressas, escritas originalmente até 1889).

- ADAM, M. Lucien. Le Fou-Sang. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875. p. 145-162.
- ADÊT, Emile Carlos. Découverte d'une ville ancienne dans les forêts du Brésil. *La Revue Indépendante*, Paris, tomo XXI, n. 8, p. 494-509, 1845.
- _____. L'empire du Brésil et la société Brésilienne em 1850. *Revue des Deux Mondes*, Paris, tomo I, p. 1982-1106, 1851.
- AGASSIZ, Luiz; CARY, A. *Viagem ao Brasil*, 1865-1866. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- ALENCAR, José de. *As minas de prata*, 1862. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- ALEMÃO, Francisco Freire et al. Parecer. *Revista do IHGB*, tomo IX, p. 279-287, segundo trimestre, 1847.
- ALMEIDA, F. M. Raposo. *Carta ao Conde de La Hure dando informações sobre inscrições da cidade abandonada*. Bahia, 22 de fevereiro de 1865. *IHGB*, lata 351, doc. 69.
- ALVARENGA, Manoel Ignacio da Silva e. A gruta americana. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 11, p. 344-345, outubro de 1841.
- ANTHONAY, A. D'. Inscriptions sur les rochers du Rio Negro. *Revue d'Ethnographie*, Paris, vol. IV, p. 88, 1885.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a Istoria Nacional, 1876. *Revista do IHGB*, tomo LVII, segundo semestre, 1894.
- _____. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil. *Revista do IHGB*, volume L, parte I, 1887.
- _____. A navegação dos normandos para o Brazil, 1889. *Revista do IHGB*, tomo LIII, primeiro semestre, 1890.
- ATHOUGUIA, Conde de. Officio do Vice Rei Conde de Athouguia dando conta da informação que recebera do commandante das minas novas do Arassuahy, Pedro Leolino Mariz e do Mestre de Campo João da Silva Guimarães, acerca da descoberta das minas de prata, Bahia, 25 de maio de 1753. *Anais da Biblioteca nacional*, Rio de janeiro, volume XXXI, p. 48-49, 1900.
- AVELINO, Jacome. Cidade petrificada no Piauí, 1886. *Revista do IHGB*, tomo L, p. 226-, 1887.
- AZEVEDO, Moreira de. Padrões de marmore existentes no Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, tomo XLIX, 1886.

- BAENA, Antonio Ladislao Monteiro. Resposta ao Ilmo. e Exm. Sr. presidente do Pará Herculano Ferreira Penna. *Revista do IHGB*, tomo X, p. 83-107, primeiro trimestre 1848.
- BARBOSA, Francisco Vilela. A cidade abandonada do interior da Bahia. *Revista da sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo IV, n. 4, p. 249-252, 1888.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Breve notícia sobre a criação do Intituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, tomo I, n.1, p. 5-9, 1839a.
- _____. Discurso. *Revista do IHGB*, tomo I, n.1, 1839b. p. 10-21.
- _____. Lembrança do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo 1, n. 1, p.141-143, primeiro trimestre, 1839c.
- _____. Advertencia. *Revista do IHGB*, tomo I, terceiro trimestre, n. 3, p. 193-194, 1839d.
- _____. Relatorio do secretario perpetuo. *Revista do IHGB*, tomo I, n. 4. p. 271-280, quarto trimestre de 1839e.
- _____. Relatorio do secretario perpetuo. *Revista do IHGB*, tomo II, , n. 7. p. 569-584, terceiro trimestre de 1840.
- _____. Relatorio dos trabalhos do Instituto durante o terceiro anno social. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, p. 521-547, suplemento ao terceiro tomo, 1841
- _____. Relatorio lido no acto de solemnizar-se o quinto anniversario do IHGB. *Revista do IHGB*, tomo quinto, n. 20, p. 4-16, suplemento ao tomo quinto, 1844.
- BARLEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, 1647. Recife: Secretaria de Cultura, 1980.
- BARROSO, José Liberato. *Carta ao Conde de La Hure, agradecendo a remessa de esqueleto e outros objetos encontrados entre as conchas existentes nas margens do rio S. Francisco do Sul (SC)*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1864a. IHGB, lata 15, doc. 9.
- _____. *Carta ao presidente do IHGB, tratando do Conde de La Hure*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1864b. IHGB, lata 341, pasta 7.
- _____. *Carta ao Visconde de Sapucaí, presidente do IHGB, tratando do Conde de La Hure*. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1865. IHGB, lata 341, pasta 7.
- BEAUVOIS, M.E. Découverte du Nouveau Monde. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- BELZONI, Giovanni Battista. Narrative of operations and Recent Researches in Egypt and Nubia, 1820. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- BING, M. Lévy. Inscription de Grave Creek. CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro de. *Origem das espécies e América prehistorica*. Rio de Janeiro: Papelaria Gonçalves Mendes & Cia, 1889.
- BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*, 1641. Recife: Secretaria de cultura, 1980.
- BISCHOFF, Theodor. Sobre os sambaquis no estado do Rio Grande do Sul, 1887. *Revista e Archivo Público do Rio Grande do Sul*, n. 21, dezembro de 1928.
- BOSSI, Bartolomeo. Viagem pitoresca por los rios Paraná, Paraguay, S. Lorenzo, Cuyaba y el Arino, 1863. In: ISENBURG, Teresa (org.). *Naturalistas italianos no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1991.
- BOUILLET, M. N. *Dictionnaire universel d'histoire et de géographie*. Paris: Librairie Hachette Et Cie, 1884.
- BRAGANÇA, Antonio Lourenço. Carta para o vice-rei Conde de Athouguia, participando-lhe a descoberta de minas de prata e remetendo-lhe amostras de minerio, Pau-apique, 24 de maio de 1754. *Anais da Biblioteca nacional*, Rio de janeiro, volume XXXI, p. 48-49, 1900.
- BRANDÔNIO. *Diálogo das grandezas do Brasil*, 1618. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1930.
- BRANNER, John C. Incrições em rochedos do Brasil, 1884. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Pernambucano*, tomo 11, n. 60, 1903.
- BRETTON, Barão de. Origines des peuples de l'Amérique. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- BROCA, M. Paul. Crânes colombiens. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- BUCHNER, Louis. Ancienneté, etat primitive du genre humaine; se barbarie originelle. In: _____ *L'homme selon la science*. Paris: C. Remuald, 1878.
- BURLAMAQUI, Leopoldo César Frederico. *Lettre a monsieur La Hure*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1865. In: LA HURE, Conde de. *Considérations sommaires sur l'origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*. Dona Francisca (SC), 10 de fevereiro de 1865. IHGB, lata 15, doc. 9, p. 12.
- BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sabará ao oceano atlântico*, 1869. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

- CABRAL, João Francisco Dias. Relatório dos trabalhos no anno de 1874. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. I, n. 6, 1875a.
- _____. Informação dirigida ao Museu nacional por intermedio do Ministério d'agricultura. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. I, n. 6, 1875b.
- _____. Relatório. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. I, 1877.
- _____. Relatórios. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. II, 1882.
- CAMARA, Ubaldo Ferreira da. *Carta a Manoel Rodrigues de Oliveira, tratando da cidade abandonada*. Camamú, 25 de abril de 1848. IHGB, lata 12, doc.20.
- CAMPBELL, John. Ancient races of Peru. In CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- CAPANEMA, Guilherme Such de. Memoria do sr. dr. G. S. de Capanema: quaes as tradições, ou vestigios geologicos que nos levem á certeza de ter havido terremotos no Brasil. *Revista do IHGB*, tomo XXII, 1859.
- _____. Parecer sobre as investigações do Sr. Conde de la Hure nos sambaquis. *Revista do IHGB*, tomo XXVIII, p. 283-284, 1865.
- _____. Os sambaquis. *Ensaio de Sciencia*, Rio de Janeiro, vol. I, 1876.
- CARVAJAL, Gaspar de. *Relación del nuevo descubrimiento del famoso rio grande de las Amazonas*, 1541. México: Fondo de Cultura Econômico, 1955.
- CARVALHO, José Simões de. Noticia sobre a Ilha de Joannes. *Revista do IHGB*, tomo XII, segundo trimestre, 1849.
- CARVALHO, Leonardo machado et alli. Cidade petrificada no Piauí, 1887. *Revista do IHGB*, tomo LV, primeiro trimestre, 1892.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasileira*, 1817. São Paulo: Cultura, 1943.
- CASTELNAU, Conde de. Carta escripta de Florença, 3 de agosto de 1843. *Revista do IHGB*, tomo V, p. 359, 1843.
- _____. Carta escripta de Goyaz ao presidente do IHGB, 20 de outubro de 1844. *Revista do IHGB*, tomo VII, p. 117, 1844.
- _____. Carta ao primeiro secretário do IHGB, Lima, 20 de fevereiro de 1846. *Revista do IHGB*, tomo VIII, p. 405-411, segundo trimestre 1846.
- _____. *Expedition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*. Volume V. Paris: Chez P. Bertrand Libraire Éditeur, 1850.
- CHARNAY, Desiré. *Cités et ruines américaines*. Paris: Gide Éditeur, 1863.
- C., J. da C. N. Algumas notícias sobre a povoação primitiva das Américas, e os seus antigos monumentos. *O Panorama*, Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos conhecimentos Uteis, Lisboa, vol. 3, série 2a., p. 355-357, jan.dez. 1844.
- CONGRÉS International paléo-anthropologique. Analyse des travaux, 1867. In: HUXLEY, T. *De la place de l'homme dans la nature*, 1863. Paris: J.B. Baillièrre et fils, 1868.
- COSTA, Miguel Pereira da. *Relatorio apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar pelo mestre de campo de engenheiro... quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas*, Bahia, 15 de fevereiro de 1721. *Revista do IHGB*, tomo V, n. 17, p. 37-59, abril 1843.
- COUDREAU, Henri. *Voyage au Xingú*. Paris: A. La Hure, 1887.
- _____. *Voyage au Tapajoz*. Paris: A. Lahure, 1895-1896.
- CRISTIANO VIII. Carta a Peter Lund, Copenhague, 11 de agosto de 1846. In: MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939. p.207-208.
- CUNHA, Benigno José de Carvalho e. Carta ao Instituto, Bahia, 25 de fevereiro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 9, p.141-142, abril 1841a.
- _____. Memória sobre a situação da antiga cidade abandonada, que se diz descoberta nos sertões do Brasil por certos aventureiros em 1753, Bahia, 24 de fevereiro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 10, p.197-203, julho 1841b.
- _____. Breve notícia sobre as minas há pouco descobertas no Assuruá, na provincia da Bahia, 3 de outubro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo XII, p. 524-529, quarto trimestre, 1849.
- _____. A cidade encantada, 1841. *Annaes do archivo publico e do museu do estado da Bahia*, Salvador, ano IV, vol. VI e VII, 1920.
- _____. Carta escripta ao primeiro secretario perpétuo do Instituto, Sincorá, 20 de agosto de 1842. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 15, p. 399-402, outubro de 1842.
- _____. Correspondencias, Carrapato, 1 de junho de 1844. *Revista do IHGB*, tomo VI, n. 23, 1844.
- _____. Correspondencia. Officio do sr. Cônego Benigno ao exm. presidente da Bahia, o sr. tenente general Andréa, sobre a cidade abandonada que ha três annos procura no sertão d'essa provincia, Carrapato, 23 de janeiro de 1845. *Revista do IHGB*, tomo VII, n.25, p.102-105, 1845.
- _____. Carta ao presidente da Bahia, Campestre, 9 de janeiro de 1846. *O Crepúsculo*, periódico instructivo e moral do Instituto Litterario da Bahia, Salvador, segundo volume, p. 20-22, 1846.
- DARWIN, Charles. *La descendance de l'homme et la sélection sexuelle*, 1871. Paris: C. Remuald et cie, 1874.

- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, 1834. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- DENON, Dominique Vivant. *Voyage dans la Base et la Haute Egypte*, 1802. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- DERBY, Orville. Contribuições para a Geologia da região do baixo Amazonas. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. II, 1877.
- _____. Os povos antigos do Amazonas. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
- DEZOBRY, Ch. & BACHELET, Tl. *Dictionnaire général de biographie et d'histoire de mythologie, de géographie ancienne et moderne*. Paris: Dezobry Éditeurs, 1857.
- DIAS, Gonçalves. *I – Juca – Pirama*, 1851. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual da Fundação Biblioteca Nacional, www.bn.br.
- _____. Se existiram amazonas no Brasil? *Revista do IHGB*, terceira série, n.17, p.5-66, 1855.
- _____. Brasil e Oceania, 1850. *Revista do IHGB*, tomo XXX, terceiro trimestre, p. 5-192, quarto trimestre, p. 257-396, 1867.
- DISSERTAÇÕES distribuídas pelos socios da Academia dos renascidos. *Revista do IHGB*, tomo I, n.2. p. 91-97, segundo trimestre 1839.
- DUARTE, João Francisco. Esclarecimentos sobre o jazigo indígena da taquara em Anadia. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol.1, n.6, 1875.
- DURAND, M. L'Abbé. Comunicação sur les sambagués du Brésil. *Bulletins de la Société D'Anthropologie de Paris*, tomo IX, segunda série, p. 222-224, 1874.
- EUVREUX, Ivo d'. *Viagem ao norte do Brasil*, 1615. Rio de Janeiro: Livraria Leite Ribeiro, 1929.
- EYE, A. Von. Die brasilianischen sambaquis. *Zeitschrift fur Ethnologie*, Berlin, vol. 19, p. 531-533, 1887.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Gruta do Inferno, 1791. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 15, 1842.
- _____. Viagem á gruta das onças, 1790. *Revista do IHGB*, tomo XII, primeiro trimestre, 1849.
- FERREIRA, Félix. As artes industriaes indígenas. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
- FERREIRA, Francisco Ignácio. *Diccionario geographico das minas do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1885.
- FILGUEIRAS, Caetano Alves de Souza. Reflexões sobre as primeiras épocas da História do Brazil em geral. *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856.
- FILHO, José de Saldanha da Gama. Parecer sobre o trabalho do sr. conde de La Hure. *Revista do IHGB*, tomo XXIX, 1866.
- FILHO, Melo Moraes. Sepulturas, urnas e cerimoniaes lustraes. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
- FLORENCE, Hércules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.
- FONSECA, João Severiano. *Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1880.
- FOUCAUX, M. Le bouddhisme en Amérique. CONGRÉS INTERNATIONAL DE AMERICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- FREITAS, Antonio de Paula. A cidade abandonada do interior da Bahia. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo IV, n.4, 1888.
- GABAGLIA, Giacomo Raja. Parecer sobre a memória do sr. conde de La Hure, que tem por título Exploração do Rio Parahyba do Sul. *Revista do IHGB*, tomo XXVII, 1865.
- GAFFAREL, Paul. Les phéniciens en Amérique. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DE AMERICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- GALVÃO, Ramiz. Catálogo da exposição de historia do Brazil. *Archivos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, volume IX, 1882.
- _____. Frei Camillo de Monserrate, estudo biográfico. *Archivos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, volume XII, 1887.
- GORCEIX, Henri. Lund e suas obras no Brasil, Ouro Preto, 8 de dezembro de 1883. In: LUND, Peter. *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950. p. 27-66.
- GRAVIER, M. Gabriel. Le roc de Dighton. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DE AMERICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- _____. *Etude sur le sauvage du Brésil*. Paris: Maisonneuve et Cie, 1881.
- GRONDALS, M. Benedict. Découverte de l'Amérique antécolumbienne. In CONGRÉS INTERNATIONAL DE AMERICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- GUIA da Exposição Antropológica Brasileira, realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Lenzinger & Filhos, 1882.

- GUIMARÃES, José da Silva. Memoria sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás e descobrimento de novas minas na provincia de Mato Grosso. *Revista do IHGB*, tomo VI, n.23, 1844.
- HAGGARD, Henry Rider. *As minas do rei Salomão*, 1885. São Paulo: Tecnoprint, s.d.
- _____. *She*, 1887. Lisboa: Ed. Estampa, 1976.
- _____. *Allain Quatremain*, 1887. Rio de Janeiro: Vecchi, s.d.
- HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*, 1870. São Paulo: Nacional, 1941.
- _____. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indigenas da ilha de Marajó. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1876a.
- _____. Descrição dos objectos de pedra de origem indigena conservados no Museu Nacional. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1876b.
- _____. A origem da arte ou evolução da ornamentação. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882a.
- _____. Tanga de barro cosido. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882b.
- _____. Mhytologia dos indios do Brasil. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882c.
- _____. Fragmentos do mytho do jabuti. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882d.
- _____. Inscricções em rochedos do Brasil, 1871. *Revista do Instituto Archeologico e geographico pernambucano*. Recife, n. 47, 1895.
- _____. Contribuições para a ethnologia do valle do Amazonas. In: *Archivos do Museu Nacional*. Vol. VI, 1885.
- HUMBOLDT, Alexander. Researches concerning the institutions and monuments of the ancient inhabitants of America, 1814. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- _____. *Quadros da natureza*, 1807. Buenos Aires: Eduardo Perié, 1884.
- HUXLEY, Thomas Henry. Sur quelques ossements humains fossiles. In: _____ *De la place de l'homme dans la nature*, 1863. Paris: J.B. Baillièrre et fils, 1868.
- O IMPÉRIO do Brasil na exposição universal de 1876 em Philadelphia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1875.
- JOBIM, Nicodemus de Souza Moreira. Ilmo sr. João Francisco Cabral, secretário perpetuo do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. 1, n. 6, 1875.
- _____. Ilmo sr. João Vieira de Araújo, presidente da provincia de Alagoas. *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, vol. 1, n. 6, 1875.
- JOLY, M. Les Mound-Builders. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- KATE, M. H. Tem. Sur les crânes de Lagoa Santa. *Bulletins de la Société D'Anthropologie de Paris*, tomo VIII, terceira série, p. 240-244, 1885.
- KNIVET, Anthony. *Vária fortuna e estranhos fados*, 1597. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- KOSERITZ, Carl Von. O homem fóssil da Lagoa Santa, 1882. *Revista do Museu e arquivo público do Rio Grande do Sul*, n. 19, setembro de 1927.
- _____. *Imagens do Brasil*, 1883. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- _____. Sambaquis da Conceição do Arroio. *Revista do IHGB*, tomo XLVII, p. 179-182, 1884a.
- _____. *Bosquejos ethnologicos*. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp., 1884b.
- _____. O machado de bronze de Xiririca. *A provincia de São Paulo*, Iguape, 18 de março de 1886.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*, 1817. São Paulo: Nacional, 1942.
- LACERDA, João. Documents pour servir a l'histoire de l'homme fossile du Brésil. *Memóires de la société Anthropologique*, Paris, vol. 2, p. 517-541, 1878.
- _____. Nota sobre a conformação dos dentes. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1876.
- _____. Craneos de Maracá, contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Archivos do Museu Nacional*. Vol. IV, 1881a.
- _____. Notas sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos. *Archivos do Museu Nacional*, Vol. IV, 1881b.
- _____. Botocudos. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882a.
- _____. A morphologia craneana do homem dos sambaquis. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882b.
- _____. A força muscular e a delicadeza dos sentidos de nossos indios. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882c.
- _____. Sobre a conformação dos dentes. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882d.

- _____. O craneo da Lagoa Santa. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882e.
- _____. O homem dos sambaquis. *Archivos do Museu Nacional*, Vol. VI, 1885.
- LACERDA, João & PEIXOTO, Rodrigues. Contribuições para o estudo anthropologico das raças indigenas do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1876.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional*, 1745. São Paulo: Ed. Cultura, 1945.
- LAGOS, Manoel Ferreira. Tradução e comentários à Memória sobre o descobrimento da América. *Revista do IHGB*, tomo II, p. 210-236, segundo trimestre, 1840.
- _____. Relatorio dos trabalhos do Instituto no sexto anno academico. *Revista do IHGB*, tomo sexto, n. 24, p. 520-553, janeiro de 1845.
- _____. Resposta ao dr. Pedro Lund (Lagoa Santa), 16 de abril de 1846. *Revista do IHGB*, tomo LVI, p. 189-191, segundo semestre, 1895.
- _____. Relatorio dos trabalhos do Instituto Historico e Geographico. *Revista do IHGB*, tomo XI, volume suplementar, p. 89-195, 1848.
- LA HURE, Conde de [V. L. Baril/Chabaud].
- _____. *L'Empire du Brésil, monographie complete de l'empire sud américain*. Paris: Ferdinand Sartorius, 1862.
- _____. *Documentos sobre a agricultura no Brasil*, 1864a. Biblioteca Nacional, I – 47, 33, 21.
- _____. *Monsieur le Ministre*. Dona Francisca (SC), 16 de agosto de 1864b. IHGB, lata 341, pasta 7.
- _____. *Le cotonnier et as culture pour le Brésil*, março 1864c. Biblioteca Nacional, I – 47, 33, 32.
- _____. *Die baumrollenstaude und ihre cultur fur brasilien*, 1864d. Biblioteca Nacional, I – 47, 33, 32.
- _____. *A Monsieur Fernandes Pinheiro*, Rio de Janeiro, 28 janeiro de 1865a. IHGB, lata 177, documento 109.
- _____. *Considérations sommaires sur l'origine des amas de coquillages de la côte du Brésil*. Dona Francisca (SC), 10 de fevereiro de 1865b. IHGB, lata 15, doc. 9.
- _____. *A Monsieur le Présidens de L'Institut Historique*. Rio de Janeiro, 10 de março de 1865c. IHGB, lata 15, pasta 9.
- _____. *A Marino Marini, Archevêque de Palmyre e Rome*. Rio de Janeiro, 10 de março de 1865d. IHGB, lata 15, pasta 9.
- _____. *Inscriptions reproduits par un manuscrit de la biblioteque publique de Rio de Janeiro de 1754*. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1865e. IHGB, lata 92, pasta 7.
- _____. *A Monsieur le Chanoine Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1865f. IHGB, lata 341, pasta 7.
- _____. *Ilmo exc. Visconde de Sapucahy*. Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1865g. IHGB, lata 311, documento 9.
- _____. Penedos de dioritos do valle do Parahyba do Sul, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1866a. *Revista do IHGB*, tomo XXIX, p. 422-429, 1866a.
- _____. *A Exc. Monsieur le Vicomte de Sapucahy*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1866b. IHGB, lata 341, pasta 7.
- _____. *Carta a D. Pedro II, oferecendo seus trabalhos sobre as novas fortificações de Paris*, 1870. Biblioteca Nacional, I - 35, 7, 15.
- _____. *Anotações sobre Geologia*, Rio de Janeiro, maio 1876. Biblioteca Nacional, I - 47, 13, 11.
- _____. *Carta a Antônio Justiniano Rodrigues tecendo comentários sobre o livro de sua autoria intitulado L'Empere du Bresil*, 25 de dezembro de 1877. Biblioteca Nacional, I – 46, 7, 21.
- _____. *O poder pessoal*. Rio de Janeiro: Typographia Literaria, 1879.
- _____. *Ilmo Exc. Sr. Secretário do IHGB*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1887. IHGB, lata 341, pasta 8.
- _____. *Papéis pertencentes ao Conde de La Hure sobre assuntos diplomáticos*. Biblioteca Nacional, I - 48, 21, 9, s.d.
- LEOPOLDO, Visconde de São. Programma historico. *Revista do IHGB*, tomo I, segundo trimestre, n. 2, p. 77-86, 1839.
- _____. *Aviso do paço imperial, tratando de verbas para a expedição de Benigno na Bahia*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1841a. IHGB, lata 342, pasta 5.
- _____. Expediente. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, p. 498, 1841b.
- _____. Discurso do presidente. *Revista do IHGB*, tomo III, n.12, suplemento ao terceiro tomo, p. 517-521, dezembro de 1841c.
- LIAIS, Emmanuel. *Climats, géologie, faune et géographie botanique du Brésil*. Paris: Garnier Frères, 1872.
- LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, J.D. de Attaide. Parecer sobre o 1.o e 2.o volume da obra intitulada Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement. Par J.B. Debret. *Revista do IHGB*, tomo II, terceiro trimestre, n. 7, p. 85-99, 1849.

- LISBOA, José Antonio. Notícias geográficas da capitania do rio Negro no grande Rio Amazonas. *Revista do IHGB*, tomo X, p. 411-504, quarto trimestre 1848.
- LISTA dos membros do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro do qual é protector S.M.I. o sr. D. Pedro II. *Revista do IHGB*, tomo I, quarto trimestre, n. 4, p. 380-384. 1839.
- LUBBOCK, John. *L'Homme préhistorique*. Paris: Librairie Gerner Baillière, 1876.
- LUND, Peter. Cavernas existentes no calcáreo do interior do Brasil, contendo algumas delas ossadas fósseis, primeira memória, Copenhagen, 1836. In: _____ *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950a.
- _____. Segunda memória sobre as cavernas, Copenhagen, 1837. In: _____ *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950b.
- _____. A propósito dos machados de pedra dos selvagens sulamericanos, carta endereçada para a Sociedade Real dos Antiquários, Lagoa Santa, 10 de janeiro de 1838. PROUS, André; HOCH, Ella. A contribuição de P. W. Lund à Arqueologia européia e brasileira. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, vol. 10, 1985.
- _____. *Ilmo sr. Conego Januario da Cunha Barboza*, 10 de novembro de 1839. Biblioteca real, Copenhagen, NKS 2677 II 2°.
- _____. Carta escripta da Lagoa Santa (Minas Gerais), ao sr. primeiro secretário do Instituto, 18 de janeiro de 1842. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 13, p.80-87, abril 1842.
- _____. Notícia sobre ossadas humanas fósseis achadas numa caverna do Brasil, carta a Rafn, 28 de março de 1844. In: _____ *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950c.
- _____. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagoa Santa, 21 de abril de 1844. *Revista do IHGB*. Tomo VI, n. 23, 1844.
- _____. Comunicação sobre o material das cavernas de ossadas exploradas em 1844 e sobre sua contribuição para o conhecimento da vida animal no Brasil antes da última revolução do globo, carta à Real Sociedade Dinamarquesa de Ciência, 22 de novembro de 1844. In: _____ *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950d.
- _____. Petição ao rei Cristiano VII da Dinamarca, 10 de janeiro de 1845. *Revista do IHGB*, n. 334, p. 39-64, 1992a.
- _____. Carta ao Instituto, 20 de junho de 1845. *Revista do IHGB*, tomo VII, n. 25, p. 423, abril de 1845.
- _____. Carta à Manoel Ferreira Lagos, 28 de junho de 1845. *Revista do IHGB*, n. 334, p. 45-46, 1992b.
- _____. Carta ao sr. conego Januario da Cunha Barbosa, 11 de outubro de 1845. In: *Revista do IHGB*, tomo LVI, segundo semestre, 1895.
- _____. Carta, 8 de junho de 1848. In: MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939a. p. 209.
- _____. Carta, 30 de novembro de 1853. In: MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939b. p. 209.
- _____. Carta ao sr. Ridel, Lagoa Santa, 21 de junho de 1871. In: MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939c. p. 254-255.
- _____. Testamento, Lagoa Santa, 12 de fevereiro de 1875. In: MATTOS, Anibal. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939d. p. 253.
- LUTKEN, M. Ch. Résumé des remarques préliminaires. Les assents humains des cavernes du Brésil et des collections de M. Lund. In: *E museo Lundii*. Kjobenhavn: H. Hegerupp, 1888.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório. *Revista do IHGB*, tomo XVI, p. 576-613, 1853.
- _____. Relatório. *Revista do IHGB*, tomo XVII, p. 643-651, 1854.
- _____. Elogio histórico de Emilio Adêt. *Revista do IHGB*, tomo XXX, p. 516-521, terceiro trimestre 1867.
- _____. *Corographia do Brasil*. Rio de Janeiro: s.ed., 1873.
- _____. *Anno Biographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1876.
- _____. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1884.
- MADRE DE DEUS, Gaspar de. *Memórias para a História da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*, 1797. São Paulo: Livraria Martins, 1953.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Discurso sobre a História da literatura do Brasil*. Manifesto publicado na revista Nictheroy em 1836. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual da Fundação Biblioteca Nacional, www.bn.br.
- _____. Os indígenas do Brasil perante a Historia. *Revista do IHGB*, tomo XXIII, p. 3-66, 1860.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Região e raças selvagens. *Revista do IHGB*, tomo XXXVI, parte II, 1873.
- _____. *O selvagem*, 1876. São Paulo: Editora nacional, 1954.
- _____. Theogonia dos índios. *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882a.

- _____. Lenda do Mani. *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882b.
- _____. *Diário íntimo*, 1880-81. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MANUSCRIPTOS oferecidos ao Instituto em 1860. *Revista do IHGB*, tomo XXIII, p. 717-738, 1860.
- MARQUES, Cezar Augusto. Expedição ao Axuhi para o descobrimento de uma riquíssima cidade encoberta no interior da então capitania, hoje província do Maranhão, 1883. *Revista do IHGB*, tomo LVI, segundo semestre, 1895.
- MARTIUS, Carl Frederick Von. *Frey Apollonio*, 1831. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- _____. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, 1832. São Paulo: Edusp/Itatiaia, 1982.
- _____. A ethnographia da America: o passado e o futuro do homem americano, 1838. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. IX, p. 535-562, 1904.
- _____. Carta ao Instituto Histórico, 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, terceiro trimestre, n.7, p. 401-402, 1840.
- _____. Como se deve escrever a História do Brasil, 1843. *Revista do IHGB*, tomo VI, n. 24, 1845.
- _____. *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, 1844. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. Carta contendo observações sobre botânica, vocabulos tupis e origem das tribus americanas, 1861. *Revista do IHGB*, tomo LVIII, primeiro semestre, 1895.
- _____. *Cartas a Paulo Barbosa da Silva*, 1844-1866. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Coleção Varnhagen, n. 1, 1991.
- MASCARENHAS, José. *Inscrição enigmática formada em quatro regras com caracteres romanos (ou latinos) e sinenses (ou chineses) dos antiqúissimos*, Minas Gerais, 1747. São Paulo, Biblioteca Municipal Mário de Andrade, Códice Costa Matoso.
- MATTOS, Raymundo José da Cunha. Discurso do presidente. *Revista do IHGB*, tomo I, quarto trimestre, n. 4, p. 265-267, 1839.
- _____. Dissertação ácerca do systema de escrever a historia antiga e moderna do imperio do Brasil. *Revista do IHGB*, tomo XXVI, 1863.
- _____. Corographia histórica da província de Goyaz. *Revista do IHGB*, tomo XXXVII, 1874.
- MÉMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ROYALE DES ANTIQUAIRES DU NORD. Copenhague: Secrétariat de la Société, 1836-1839, 1840-1844.
- MEMORANDUM on the subject of the earl of Elgin's pursuits in Greece, 1811. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- MERCEY, M. Fréd. Archéologie – les fouilles de Ninive em 1853. *Revue des Deux Mondes*, Paris, tomo XXIII, p. 39-59, 1853.
- MÉRIMÉE, Prosper. O vaso etrusco, 1830. *Visão de Carlos XI e outros contos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- _____. A vênus de Ille, 1837. *Visão de Carlos XI e outros contos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.
- MONSERATTE, Frei Camilo de. Licções de geographia antiga. *Archivos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, volume XII, p. 354-472, 1887a.
- _____. Antigüidades americanas (fragmentos). *Archivos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, volume XII, p. 472-519, 1887b.
- MORAES, A. J. Mello. *Corographia historica, cronographica, genealogica, imobiliaria e política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Brasileira, 1860.
- _____. Os índios Tabayáras de Pernambuco se supõem os primitivos habitantes do Brazil. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
- MOTTA, Ascanio Ferraz da. A América: monumentos archeológicos. *O Musaico*. Salvador, vol. II, n. 1, p. 10-11, julho de 1845.
- NADAILLAC, Marquês de. *L'Amérique préhistorique*. Paris: G. Masson, 1882.
- NARANJO, M. Chil. L'Atlantide. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- NERY, Barão de Santa-Anna. *Le pays des Amazones*, 1884-1885. Paris: Librairie Guillaumin Etcie, 1899.
- NETO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.
- _____. Carta ao jornal, tratando da inscrição fenícia da Paraíba. *O Novo Mundo*, New York, volume IV, n. 43, p. 128, 23 de abril de 1874.
- _____. Ilmo sr. Professor Carlos Wiener, Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1875. *Archivos do Museu Nacional*, vol. I, p. 1-2, 1876.
- _____. Carta ao sr. Armand Quatrefages e sr. Wirchow, junho de 1875. *Archivos do Museu Nacional*, vol. II, p. 132-133, 1877a.
- _____. Apontamentos sobre os Tembetás (adornos labiaes de pedra) da coleção archeologica do Museu Nacional. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. II, 1877b.

- _____. Ao leitor. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882a.
- _____. Do atavismo. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882b.
- _____. As deformações da face e do crâneo entre os povos americanos. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882c.
- _____. Dos mysterios que envolvem a origem dos homem americano. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882d.
- _____. A origem dos sambaquis. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882e.
- _____. O culto do tembetá. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882f.
- _____. Discurso inaugural da exposição antropológica. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882g.
- _____. Observações relativas à theoria da evolução. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882h.
- _____. A lenda das amazonas. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882i.
- _____. O elemento japonês na America. In: *Revista da Exposição Antropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882j.
- _____. *Aperçu sur la théorie de l' évolution*. Rio de Janeiro: Messenger du Brésil, 1883.
- _____. Investigações sobre a archeologia brasileira. *Archivos do Museu Nacional*, Vol. VI, 1885a.
- _____. *Lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de L'Inscription Phénicienne apocryphe soumise en 1872 a L'Institute historique, géographique et ethnographique du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie à vapeur Lombaerts & Comp., 1885b.
- _____. *Le muséum national de Rio de Janeiro et son influence sur les sciences naturelles au Brésil*. Paris: Librairie C.H. Delagrave, 1889.
- NOTICIA sobre a obra intitulada *Antiquitates Americanae sive Scriptorum septentrionalium rerum antecolumbianarum in America*. Publicada pela Sociedade Real dos Antiquarios do Norte em Copenhague. *Revista do IHGB*, tomo II, segundo trimestre, n. 6, p. 204-209, 1840.
- NOTÍCIAS topographicas do interior da Bahia. *O Crepúsculo, periódico instructivo e moral do Instituto Litterario da Bahia*, Salvador, p. 20, segundo volume, 1846.
- NOVOS estatutos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. 2a. edição. *Revista do IHGB*, suplemento ao tomo XIV, 1851.
- O NOVO MUNDO: periodico ilustrado do progresso da idade. (sciencia) O sr. Ladislau Neto e os phenicios. New York, volume III, n. 33, p. 154, 23 de junho de 1873.
- _____. Os phenicios no Brasil. New York, volume IV, n. 43, p. 128, 23 de abril de 1874a.
- _____. Os phenicios no Brasil. New York, volume IV, n. 46, p. 198, 23 de julho de 1874b.
- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Qual era a condição do sexo feminino entre os indigenas do Brasil? *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 14, p. 168-201, julho 1842.
- OLIVEIRA, Manoel Rodrigues de. *Carta a Maximino Rodrigues d'Oliveira sobre objetos achados nas matas da fazenda Provisão*. Bahia, 8 de abril de 1848a. IHGB, lata 12, doc. 20.
- _____. *Carta a Cypriano Antonio de Gusmão Tavares, tratando da cidade abandonada*. Bahia, 13 de maio de 1848b. IHGB, lata 12, doc. 20.
- _____. *Ofício a João José de Moura Magalhães, tratando da cidade abandonada*. Bahia, 2 de julho de 1848c. IHGB, lata 12, pasta 20.
- _____. Novos indícios da existencia de uma antiga povoação abandonada no interior da provincia da Bahia, 2 de julho de 1848. *Revista do IHGB*, tomo X, segundo trimestre p. 363-369, 1848d.
- OLIVEIRA, Maximiano Rodrigues de. *Carta a Manoel Rodrigues de Oliveira, tratando da cidade abandonada*. Camamú, 1 de maio de 1848. IHGB, lata 12, doc.20.
- ORBIGNY, Alcide Dessalines d'. *El hombre americano*, 1839. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1944.
- _____. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1841. São Paulo: Itatiaia, 1976.
- PALDAOFF, J.M. Archeologia rio-grandense. *Revista do Museu Paulista*, vol. IV, p. 339-347, 1900.
- PALMINERO, Alcindo. A gruta americana. *Revista do IHGB*, tomo III, n.11, 1841.
- PEDRO II, Dom. Diário da viagem ao Alto Nilo em 1876. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo LXXII, 1909.
- PEIXOTO, J. Rodrigues. Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos. *Archivos do Museu Nacional*, vol. VI, 1885.
- PENNA, Domingos S. Ferreira. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. I, 1876.
- _____. Apontamentos sobre os ceramios do Pará. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. II, 1877a.
- _____. Urnas do Maracá. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. II, 1877b.

- _____. Observações sobre as duas urnas descriptas e figuradas pelo sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – Antiquidades do Amazonas, inserto da revista – Ensaios de Sciencia. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. II, 1877c.
- _____. Inscrição copiada no Xingú, 4 de dezembro de 1885. *Revista do IHGB*, tomo L, p. 228-231, 1887.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do primeiro secretario. *Revista do IHGB*, tomo XXIV, p. 771-706, 1861.
- _____. Parecer sobre a memória do sr. conde de la Hure, relativa às inscrições achadas nas ruínas d'uma cidade incognita, que se diz existente nos sertões da Bahia. *Revista do IHGB*, tomo XXIX, 1866.
- _____. Relatório do primeiro secretario. *Revista do IHGB*, tomo XXIX, p. 433-442, 1866.
- _____. Relatório do primeiro secretário. *Revista do IHGB*, tomo XXXVI, parte II, p. 611-620, 1873.
- _____. *Carta a Ladislau Neto*, Palácio Imperial, 16 de setembro de 1872. In: NETO, Ladislau. *Lettre a Monsieur Ernest Renan a propos de L'Inscription Phénicienne apocryphe soumise en 1872 a L'Institute historique, géographique et ethnographique du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie à vapeur Lombaerts & Comp., 1885.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Petição do IHGB à sua majestade imperial*. Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1841. Arquivo Nacional, ANIE7 8.
- PLATAÃO. *Timeu e Critias*, 4 a.C. São Paulo: Hemus, s.d.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil, 1782-1834*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- PONTES, Manoel José Pires da Silva. Carta ao primeiro secretário, Villa de Santa Barbara, 20 de março de 1844. *Revista do IHGB*, tomo VI, n. 22, p. 262, julho de 1844.
- PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Parecer da comissão de História sobre memória tratando das ruínas da cidade abandonada da Bahia, enviada ao IHGB*. Rio de Janeiro, 3 de junho de 1841a. IHGB, lata 575, pasta 1.
- _____. Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á Historia e Geographia do Brasil? *Revista do IHGB*, tomo III, n. 10, p. 149-157, julho de 1841b.
- PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Relatório sobre a inscrição da Gavia, mandada examinar pelo Instituto. *Revista do IHGB*, tomo 1, n. 2, segundo trimestre, 1839.
- _____. Memoria sobre a antiga escola de Pintura Fluminense. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, suplemento ao terceiro tomo, p. 547-557, 1841.
- _____. *A estatua amasonica: comédia archeologica dedicada ao illm. Sr. Manoel Ferreira Lagos*, 1848. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco de Paula Brito, 1851.
- _____. Secção ethnographica e narrativa da viagem. *Revista do IHGB*, tomo XIX, p. 68-75, 1856.
- _____. Relatório do primeiro secretario. *Revista do IHGB*, tomo XX, p. 39-43, 1857.
- _____. Relatório. *Revista do IHGB*, tomo XXI, p. 458-471, 1858.
- PRAZERES, Francisco dos. Poranduba Maranhense ou Relação Historica da Provincia do Maranhão, 1820. *Revista do IHGB*, tomo LIV, 1891.
- QUATREFAGES. *L'espèce humaine*. Paris: Librairie Gerner Bailliére Et Lie, 1877.
- _____. Recherches sur les populations actuelles et préhistoriques du Brésil. In: *Compte rendus de l'academie des sciences*. Paris, vol. 101, 1885. p. 467-470.
- RAFN, Carl Christian. Memoria sobre o descobrimento da america no século decimo. *Revista do IHGB*, tomo II, n. 6, p. 210-236, 1840.
- _____. *A monsieur le professeur Schuch*. Copenhague, 24/08/1841a. Museu Imperial de Petrópolis, M. 103, doc. 5054.
- _____. *A monsieur Schuch*, bibliothecaire de S.M. L'Empereur du Brésil. Copenhague, 19/11/1841b. Museu Imperial de Petrópolis, M. 103, doc. 5059.
- _____. *A la majesté Dom Pedro II, empereur du Brésil*. Copenhague, 27/10/1842. Museu Imperial de Petrópolis, M. 105, doc. 5110.
- _____. Museu d'antigüidades americanas, fundado em Copenhague pela Sociedade Real dos Antiquarios do Norte. *Revista do IHGB*, tomo VII, n. 25, 1845.
- RATH, Carl. *Fragmentos geológicos e geográficos para a parte physica da estatística das provincias de São Paulo e Paraná*. São Paulo: Typographia Imparcial, 1856.
- _____. Notícia ethnologica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal, São Paulo, julho de 1871. *Revista do IHGB*, tomo XXXIV, primeira parte, 1871.
- RATHBUN, Richard. Observações sobre a Geologia: aspecto da ilha de Itaparica, na Bahia de todos os Santos. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. III, 1878.
- REBELLO, José Silvestre; RABELLO, Lino Antonio. Juizo sobre a obra intitulada Examen critique de l'histoire de la geographie du nouveau continent. *Revista do IHGB*, tomo II, n. 5, primeiro trimestre, 1840.
- REINHARDT, Johannes Theodor. De brasilianske Knojlehuler, 1866. In: *E Museo Lundii*. Kjobenhavn: H. Hegerupp Boghendel, 1888.

- RELAÇÃO histórica de uma occulta e grande Povoação antigüissima sem moradores que se descobria no anno 1753. Bahia, Rio de Janeiro, 1754. Fundação Biblioteca Nacional, documento n. 512.
 _____ *Revista do IHGB*, tomo I, n. 3, 1839.
- RETUMBA, Francisco Soares da Silva. Letreiro da Pedra Pintada, 7 de junho de 1886. *Revista do IHGB*, tomo L, p. 234-237, 1887.
- REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 7, n. 306, 1882a.
 _____ Chronicas fluminenses. Rio de Janeiro, ano 7, n. 310, 1882b.
 _____ Chronicas fluminenses. Rio de Janeiro, ano 7, n. 311, 1882c.
 _____ Exposição de Paris. Rio de Janeiro, ano 14, n. 551, 1889a.
 _____ Panorama da exposição de Paris. Rio de Janeiro, ano 14, n. 552, 1889b.
 _____ Exposição de Paris. Rio de Janeiro, ano 14, n. 599, 1889c.
- REY, Philippe. Présentation d'objets ethnographiques et de crânes de Botocudos. *Bulletins de la Société D'Anthropologie de Paris*, tomo X, segunda série, p. 339-341, 1879a.
 _____ Sur les inscriptions sur pierre du Rio-Doce (Brésil). *Bulletins de la Société D'Anthropologie de Paris*, tomo X, segunda série, p. 732-736, 1879b.
- RIBEIRO, Duarte da Ponte et alli. Parecer da comissão especial, 23 de dezembro de 1845. *Revista do IHGB*, tomo VII, p. 519-425, 1845.
- RODRIGUES, J. Barboza. *Exploração do rio Yamundá*. Rio de Janeiro: Typographia N., 1875a.
 _____ *Exploração dos rios Urubú e Jatapú*. Rio de Janeiro: Typographia N., 1875b.
 _____ *Exploração do rio Tapajós*. Rio de Janeiro: Typographia N., 1875c.
 _____ Antigüidades do Amazonas I. *Ensaio de Sciencia*, vol. I, março de 1876a.
 _____ Antigüidades do Amazonas II. *Ensaio de Sciencia*, vol. II, julho de 1876b.
 _____ Antigüidades do Amazonas III. *Ensaio de Sciencia*, vol. III, 1880a.
 _____ Observações sobre as duas urnas descriptas e figuradas pelo sr. Domingos Soares Ferreira pena em seu artigo, inseridas na revista do Archivos do Museu Nacional. *Ensaio de Sciencia*, vol. III, 1880b.
 _____ Idolo amazonico. *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882.
 _____ Fragmento de estatua em Manãos, 19 de setembro de 1887. *Revista do IHGB*, tomo L, p. 237, 1887.
 _____ *O muirakitã e os idolos symbolicos*, 1889. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Viagem de Cuyabá ao rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catharina em 1846. *Revista do IHGB*, tomo IX, terceiro trimestre, p. 376-392, 1847.
- ROSNY, M. de. Le bouddhisme en Amérique. In: CONGRÉS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES (Paris, 1875). *Compte-Rendu de la première session*, Nancy, 1875.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*, 1835. São Paulo: Martins Editora, 1949.
- SALDANHA, Manuel Cardoso & Henrique da Silva. Roteiro da viagem do desembargador... para o estabelecimento da fazenda do salitre na Bahia em 22 de maio de 1758. *Revista do IHGB*, tomo V, n. 17, p. 476-482, abril 1843.
- SCHLIEMANN, Heinrich. *Ítaca, o Peloponeso e Tróia*, 1869. São Paulo: Ars Poética, 1992.
- SCHUCH, Roque. *Carta ao cônego Januário Barbosa sobre as inscrições da Gávea*. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1839. *IHGB*, lata 140, doc. 54.
- SEGURADO, Rufino. Viagem de Goyaz ao Pará, 1846-1847. *Revista do IHGB*, tomo X, primeiro trimestre, 1848.
- SEIXAS, Romualdo Antonio de (Marques de Santa Cruz). *Memorias do Marquez de Santa Cruz, arcebispo da Bahia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1861.
- SERRA, J. Os typos indigenas. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882a.
 _____ Meios de catechese. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882b.
 _____ Desenvolvimento da raça. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882c.
 _____ Civilizações extinctas. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882d.
 _____ Um alfarrabio. In: *Revista da Exposição Anthropológica Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & Cia, 1882e.
- SERRÃO, Custódio Alves. *Notas autobiográficas*. Rio de Janeiro, s.d. *IHGB*, lata 465, pasta 28.
- SESSÃO – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. Atas de reuniões e sessões.
 _____ 3ª Sessão, 19 de janeiro de 1839. *Revista do IHGB*, tomo I, primeiro trimestre, n. 1, p. 58-59, 1839.
 _____ 8ª Sessão, 23 de março de 1839. *Revista do IHGB*, tomo I, primeiro trimestre, n. 1, p. 66-67, 1839.

- _____. 17ª Sessão, 13 de julho de 1839. *Revista do IHGB*, tomo I, terceiro trimestre, n. 3, p. 248-249, 1839.
- _____. 18ª Sessão, 21 de julho de 1839. *Revista do IHGB*, tomo I, p. 251-292, 1839.
- _____. 22ª Sessão, 21 de setembro de 1839. *Revista do IHGB*, tomo I, n. 3, p. 260-263, 1839.
- _____. 35ª Sessão, 21 de março de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, primeiro trimestre, n. 5, p. 151-153, 1840.
- _____. 36ª Sessão, 4 de abril de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, segundo trimestre, n. 6, p. 260-265, 1840.
- _____. 37ª Sessão, 25 de abril de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, segundo trimestre, n. 6, p. 265-267, 1840.
- _____. 39ª Sessão, 23 de maio de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, segundo trimestre, n. 6, p. 271-273, 1840.
- _____. 44ª Sessão, 1 de agosto de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, terceiro trimestre, n. 7, p. 401-404, 1840.
- _____. 45ª Sessão, 17 de agosto de 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, terceiro trimestre, n. 7, p. 401-404, 1840.
- _____. 60ª Sessão, 27 de março de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 9, p. 141-144, abril de 1841.
- _____. 68ª Sessão, 12 de agosto de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 11, p. 354-364, outubro de 1841.
- _____. 73ª Sessão, 21 de outubro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, p. 490-492, dezembro de 1841.
- _____. 74ª Sessão, 4 de novembro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, p. 493-498, dezembro de 1841.
- _____. 75ª Sessão, 18 de novembro de 1841. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 12, p. 498-499, dezembro de 1841.
- _____. 80ª Sessão, 3 de fevereiro de 1842. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 13, p. 100-104, abril de 1842.
- _____. 85ª Sessão, 10 de maio de 1842. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 14, julho de 1842. p. 216-218.
- _____. 88ª Sessão, 7 de julho de 1842. *Revista do IHGB*, tomo IV, n. 15, p. 363-378, outubro de 1842.
- _____. 108ª Sessão, 20 de julho de 1843. *Revista do IHGB*, tomo V, n. 19, p. 356-358, outubro de 1843.
- _____. 125ª Sessão, 18 de julho de 1844. *Revista do IHGB*, tomo VI, n. 23, p. 380-385, outubro de 1844.
- _____. 168ª Sessão, 10 de junho de 1847. *Revista do IHGB*, tomo IX, segundo trimestre, p. 277-287, 1847.
- _____. 178ª Sessão, 16 de setembro de 1847. *Revista do IHGB*, tomo IX, terceiro trimestre, p. 442-444, 1847.
- _____. 198ª Sessão, 31 de agosto de 1848. *Revista do IHGB*, tomo X, terceiro trimestre, p. 403-405, 1848.
- _____. 226ª Sessão, 9 de maio de 1851. *Revista do IHGB*, tomo XIV, p. 419-421, 1851.
- _____. Sessão do dia 21 de outubro de 1851. *Revista do IHGB*, tomo XVII, p. 598-599, 1854.
- _____. Sessão do dia 19 de setembro de 1856, 12ª Sessão. *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856.
- _____. Sessão do dia 31 de maio de 1867, 2ª Sessão. *Revista do IHGB*, tomo XXX, p. 435-440, 1867.
- SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. Parecer. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 11, p. 362-364, outubro de 1841.
- _____. Dissertação histórica, ethnographica e política sobre quaes eram as tribus aborigenes que habitavam a provincia da Bahia, ao tempo em que o Brasil foi conquistado. *Revista do IHGB*, tomo XII, segundo trimestre, p. 143-257, 1849.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza. Sobre o descobrimento do Brazil, Niterói, 6 de dezembro de 1850. *Revista do IHGB*. Tomo XV, n. 5, 1852.
- _____. Memoria historica e documentada das aldeias de indios da provincia do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, tomo XVII, n. 14, segundo trimestre, 1854.
- _____. Refutação as reflexões do digno membro o sr. A. Gonçalves Dias. *Revista do IHGB*, tomo XVIII, 1855.
- SILVA, J. M. Pereira da. *Historia da fundação do império brasileiro*. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1877.
- SOUZA, André Fernandes de. Noticias geographicas da capitania do rio Negro no grande rio Amazonas. *Revista do IHGB*, tomo X, quarto trimestre 1848.
- SPINOLA, Aristides de Souza. Extracto da conferencia. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo IV, n.4, 1888.
- SPIX, John & MARTIUS, Carl. *Viagem pelo Brasil, 1827-1831*. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.
- STEPHENS, John. Incidents of travel in Central America, Chiapas and Yucatán, 1841. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- STRADELLI, Ermanno. L'Uaupés e gli Uaupés, 1889. In: ISENBURG, Teresa (org.). *Naturalistas italianos no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1991.
- TAUNAY, Visconde de. Curiosidades naturais do Paraná, 1886. In: *Paisagens brasileiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1928.
- _____. *A cidade do ouro e das ruínas*, 1891. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

- TAVARES, Cypriano Antonio de Gusmão. *Carta a Manoel Rodrigues de Oliveira, tratando da cidade abandonada da Bahia*, 14 de março de 1848. IHGB, lata 12, doc. 20.
- THORON, Henrique Onffroy de. Antiguidade da navegação do oceano: viagens dos navios de Salomão ao rio das Amazonas, Ophir, Tardschisch e Parvaim, 1869. *Annaes da bibliotheca e Archivo Público do Pará*, tomo IV, p. 01-37, 1904.
- TOCANTINS, Antonio Manuel G. Archeologia: reliquias de uma grande tribu extincta, 1872. *Revista do IHGB*, tomo XXXIX, 1876.
- _____. Estudos sobre a tribu “Mundurucú”. *Revista do IHGB*, tomo XL, 1877.
- TOURINHO, D.C. Noticias topographicas do interior da povincia da Bahia. *O Crepúsculo, periódico instructivo e moral do Instituto Litterario da Bahia*, Salvador, segundo volume, p. 20-22, 1846.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta ao Instituto, São Paulo, 1840. *Revista do IHGB*, tomo II, primeiro trimestre, n. 5, p. 524-525, 1840.
- _____. Memoria sobre a necessidade do estudo e ensino das linguas indigenas do Brazil, 1839-1840. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 9, p. 53-61, 1841a.
- _____. Relatorio. *Revista do IHGB*, tomo III, n. 9, p.62-63, 1841b.
- _____. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil*, 1847. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual da Fundação Biblioteca Nacional, www.bn.br.
- _____. Ethnographia indígena: linguas, emigrações e archeologia. *Revista do IHGB*, tomo XII, segundo trimestre, 1849.
- _____. *Historia geral do Brazil*, 1854. 2 ed. Rio de Janeiro: E. Laemmert, 1871.
- _____. Carta ao Instituto, 23 de setembro de 1874. *Revista do IHGB*, tomo XXXVII, parte 2a., p. 438-440, 1874.
- _____. Inscipções lapidares no sertão da Parahiba, 1874. *Revista do IHGB*, tomo LV, primeiro trimestre, 1892.
- VERÍSSIMO, José. *Scenas da vida amazônica com um estudo sobre as populações da Amazonia*. Lisboa: Editora Tavares Cardoso & Irmãos, 1886.
- ZALUAR, Emílio. *O doutor Benignus*, 1875. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
- WALDECK, Jean. Voyage pittoresque et archaeologique dans la province d’Yucatan et aux ruines d’Itzalanes, 1838. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, 1853. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.
- WARDEN. Investigações sobre as povoações primitivas da América, publicadas na obra intitulada *Antiguidades Mexicanas*, 1834. *Revista do IHGB*, tomo V, n. 18, p. 187-206, 1843.
- WHITE, Charles. Kjoekkenmoeddings de l’Amérique du Nord. In: *Congrès International d’Anthropologie et d’archéologie préhistoriques*. Bologne: Faria et Garaguarin, 1871. p. 379-390.
- WIED NEUWIED, Maximiliano Alexandre de. *Viagem ao Brasil*, 1820. São Paulo: Nacional, 1958.
- WIENER, Carlos. Senhor diretor, Ladislau Neto. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 3-4, 1876a.
- _____. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 1, p. 5-20, 1876b.
- WINCKELMANN, Johann Joaquim. A critical account of the situation and destruction of Herculaneum and Pompeii, 1771. In: CERAM, C.W. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

BIBLIOGRAFIA

Obras de referência (material de consulta bibliográfico e temático de qualquer período).

- ASIMOV, Isaac. *Cronologia das ciências e das descobertas*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1993.
- BAHN, Paul G. (ed.). *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press, 1996.
- BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo, 1954.
- BEAUCHÈNE, Guy de. La préhistoire. In: *L’Anthropologie – Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris: Centre D’Étude et de Promotion de le Lectu, 1972.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902.
- BOHLANDER (ed.). *World explorers and discoverers*. New York: Macmillian Publishing, 1991.
- BOLIVAR, A. Padilha. *Atlas de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano, 1971.
- BRÉZILLO, Michel. *Dicionário de Pré-História*. Lisboa: Ed. 70, 1989.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- CATÁLOGO de obras raras ou valiosas da Biblioteca Pública do Estado. Porto Alegre: Globo, 1972.

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- CIRLOT, Juan-eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984.
- DEZOBRY, Ch. & BACHELET, Tl. *Dictionnaire général de biographie et d'histoire de mythologie, de géographie ancienne et moderne*. Paris: Dezobry Éditeurs, 1857.
- DICCIONARIO enciclopédico hispano-americano de literatura, ciencias y artes. Barcelona: Montener y Simon, 1887.
- DICIONÁRIO Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- DONATO, Hernani. *Dicionário de mitologia americana*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- DUVAL, Alain. L'archéologie. In: *L'Anthropologie – Les dictionnaires du savoir moderne*. Paris: Centre d'Étude et de Promotion de le Lectu, 1972.
- ENCICLOPEDIA Italiana de Scienze, Lettere ed Arti. Roma: Instituto dela Enciclopedia Italiana, 1949.
- ENCICLOPEDIA Universal Ilustrada Europea-Americana. Madrid: Espasa-Calpe, 1920.
- ENCYCLOPAEDIA Britannica. Londres: William Bentos, 1964.
- ENCYCLOPEDIA Americana. New York: Americana Corporation, 1970.
- EXPEDIÇÃO Langsdorff ao Brasil: Florence. Vol. 3. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.
- FISCHER, José. *Índice alfabético do dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- FRANCO, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do séc. XVI, XVII, XVIII*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- GARRAUX, A.L. *Bibliographie Brésilienne*, 1898. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GUIA da Exposição Antropológica Brasileira, realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia de Lenzinger & Filhos, 1882.
- GLOBAL Encyclopedia of historical writing. 2 vol. New York: Garland Publishing, 1998.
- GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: s.ed., s.d.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- HERANÇA, a expressão visual do brasileiro antes da influência do europeu. São Paulo: Empresas Down, 1984.
- HISTÓRIA da Cartografia. Rio de Janeiro: Codex, 1967.
- HOPPEL, Susanne (org.). *Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GMBH*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1992.
- JOHNSON'S New Universal Cyclopaedia: a scientific and popular treasure of useful knowledge. Pitsburg: A.J. Johnson & Son, 1876-1878.
- LAROUSSE, Pierre. *Dictionnaire universel du XIX siècle*. Paris, 1863-1876.
- LURKER, Manfred. *Dicionário de simbologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: s. ed., 1933.
- MANGUEL, Alberto; GUADALUPI, Gianni. *The dictionary of imaginary places*. New York: Harvest Book, 1997.
- MORAES, Rubnes; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Souza, 1949.
- MOUSE, Michel. Archéologie. In: *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*. Paris: Jean Pierre, 1978.
- FLEXAS, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos do séc. XVI ao XIX*. São paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- ORICO, Osvaldo. *Mitos ameríndios e credíces amazônicas* (Orig. Vocabulário de credíces amazônicas, 1937). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- OS GRANDES exploradores de todos os tempos. Lisboa: Seleções do reader's Digest, 1980.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Índice geral dos n. 1 a 399. a.159, n.400, julho/setembro 1998.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*, 1789. Lisboa: Typografia Antonio Rocha, 1858. 6.ed.
- SOBRINHO, J.F. Velho. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: s.ed., 1937.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa, 1997.
- TALBERT, Richard. *Atlas of classical history*. London: Routladge, 1985.
- THE VIKING. Gothenburg: Crescent Books, 1975.
- Obras genéricas* (obras manuscritas e impressas, escritas originalmente após 1889).
- ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Imagem e representação do índio no século XIX. In: GRUPIONI, Luís (org.). *Índios no Brasil*. São Paulo: Global, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil*: Império. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- ANNEQUIN, Guy. *A civilização dos maias*. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1978.
- ANSART, Pierre. Os imaginários sociais. In: _____. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARAMBOURG, C. *A gênese da humanidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- ARCHAEOLOGY. Neandertal news, 1999.
<http://www.archaeology.org/online/news/neandernews.html>
- ASTIER, Colette. Interferências e coincidência das narrativas literária e mitológica. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- ATLANTIDE: romance histórico e satírico. São Paulo: Carlos Rancel, 1897.
- AULER, Guilherme. Os cem anos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. *Revista do IHGB*, vol. 254, p. 45-64, 1962.
- AVILLA, Bastos de. *Questões de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1935.
- AZIZ, Philippe. *A Atlântida, civilização desaparecida*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einauldi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- _____. Le calendrier républicain, décréter l'éternité. In: NORA, Pierre (org.) *Les lieux de mémoire*. Vol. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- BAINES, John; MALEK, Jaromír. *O mundo egípcio*. Madrid: Ediciones del Prado, 1996.
- BARBEY, Jean. Fossil. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einauldi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- BARBIER, René. Sobre o imaginário. *Em aberto*, Brasília, ano 14, n.61, 1994.
- BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista*, v. 4, dez. 1996.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve História da Arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, dez. fev. 1999-2000.
- BARRETO, Mauro Vianna. História da pesquisa arqueológica no museu paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – série Antropologia*, Belém, Vol. 8, n. 2, p. 203-294, 1992.
- BARROS, Edir Pina de. Política indigenista, política indígena e suas relações com a política expansionista no II império em Mato Grosso. *Revista de Antropologia*, n. 30/31/32, p. 183-223, 1987/89.
- BARROS, F. Borges de. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1920.
- BARROSO, Gustavo. *Aquem da Atlântida*. São Paulo: Nacional, 1931.
- _____. Uma cidade misteriosa no sertão da Bahia. In: _____. *Segredos e revelações da História do Brasil*. São Paulo: Ed. O Cruzeiro, s.d.
- BASTANI, Jorge. *Minas e minérios no Brasil: tesouros, cidades pré-históricas e minas abandonadas*. São Paulo: Freitas Bastos, 1957.
- BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- BEACH, David. Cognitive archaeology and imaginary history at great Zimbabwe. *Current Anthropology*, vol. 39, n.1, 1998.
- BECHTOLSHEIM, Delia von. Mitos da América: do ponto de vista europeu. *Humboldt*, n. 46, p. 41-49, 1983.
- BECK, Hanno. Países tropicais como um quadro natural: Alexander von Humboldt e os primórdios do pensamento ecológico. *Humboldt*, n.49, p. 22-30, 1984.
- BELL, Maurice. *Druidas, heróis e centauros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1959.
- BENOIT, Sébastien. *Le livre sur les traces d'un explorateur au XIX^e siècle en Amazonie*. Cayenne: La Rochelle, 1998.
- BENOIST, Luc. *Signos, símbolos e mitos*. Belo Horizonte: Interlivros, 1976.
- BERTHO, Angela Maria de Moraes. Museu paraense: a Antropologia na perspectiva de um saber sobre e na Amazônia (1886-1921). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – série Antropologia*, Belém, vol.9, n.1, p. 55-101, 1994.
- BESSMERTNY, A. *L'Atlantide*, 1935. Paris: Ed. Payot, 1949.
- BEZERRA, Francisco; FALCÃO, Alfredo. A pedra lavrada do Ingá. *Revista Brasileira de Arqueologia*, ano I, n. 1, p. 42-61, 1964.
- BILEN, Max. Comportamento mítico-poético. BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do estado imperial (1808-1889)*. Tese de doutorado - UFF, Niterói, 1997.

- _____. *Cultura material, museus e História*.
<http://www.ifcs.ufrj.br/~humanas/0029.htm>. 1999.
- BLASKESLEE, Donald J. John Rowzée Peyton and the myth of the Mound Builders. *American Antiquity*, vol.52, n. 4, p. 784-792, 1987.
- BOAS, Orlando Vilas. *Xingu: os índios, seus mitos*. 1958
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: _____. *A dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BOYER, Régis. Mulheres viris. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- BRANCO, Renato Castelo. *Pré-História brasileira: fatos e lendas*. São Paulo: Quatro Artes, 1971.
- BRISSAUD, Jean-Marc. *O Egito dos Faraós*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978a.
 _____. *As civilizações pré-históricas*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978b.
- BRØNDSTED, Johannes. *Os vikings*. São Paulo: Hemus, s.d.
- BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- CALMON, Pedro. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.
- CAMP, Sprague de. *Cidadelas do mistério*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.
- CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.
- CARDOSO, Walter. O imaginário ibérico dos séculos XVI e XVII, na origem do homem americano. *Estudos de História*, Franca, v. 5, n. 1, p. 121-134, 1998.
- CARENA, Carlo. Ruínas/Restauração. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einaudi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- CARNEIRO, José Fernando. *Karl Von Koseritz*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1959.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UNB, 1981.
 _____. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- _____. Benigna ciência. In: ZALUAR, Augusto Emílio. *O doutor Benignus*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.
- _____. *Pontos e bordados: ensaios de História e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
- CASTELO BRANCO, Pandiá. *Subsídios para a História do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-167.
- CELORIA, Francis. *Arqueologia*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1978.
- CERAM, C.W. *Deuses, túmulos e sábios*. São Paulo: Melhoramentos, 1956.
 _____. *O segredo dos Hititas*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.
- _____. (org.) *O mundo da Arqueologia: os pioneiros contam sua própria História*. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- CERQUEIRA, Epitácio Pedreira de. O último quilombo da Bahia. *Leitura*, São Paulo, 8 (95), p.7, abril de 1990.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e História das mentalidades. In: _____. *A História cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHILDE, Gordon. *Para uma recuperação do passado: a interpretação dos dados arqueológicos*. São Paulo: Difel, 1976.
- CHILDRESS, David Hatcher. *Cidades perdidas e antigos mistérios da América do Sul*. São Paulo: Siciliano, 1987.
- CHMYZ, Igor. *Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica*. Curitiba: Centro de ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1966.
- COE, Michael et alii. *Antigas Américas*. Madrid: Ediciones del Prado, 1997.
- COHAT, Yves. *Os vikings, reis dos mares*. Itália: Editoriale Librarie, 1991.
- COHEN, Claudine. Boucher de Perthes. In: BAHN, Paul G. (ed.). *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press, 1996.
- CORBOZ, André. Geologia extrapolada: de Viollet-le-Duc a Bruno Taut. In: *A ciência e o imaginário*. Brasília: Ed. UNB, 1994.
- CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. *Roma: legado de um império*. Madrid: Ediciones Del prado, 1996.
- CORTI, Egon Caesar Comte. *Vida, morte e ressurreição de Herculano e Pompéia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958.
- COSTA, Angyone. *Archeologia geral*. São Paulo: Editora Nacional, 1936.
 _____. Das inscrições lapidares de fundo indígena, especialmente das de natureza petrográfica, do ponto de vista da ideologia selvagem. *Terceiro Congresso de História da América*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sexto volume, 1942.
 _____. *Introdução à Arqueologia brasileira*, 1934. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

- COSTA, Candido. *As duas Américas: o descobrimento da America e do Brazil*. Lisboa: José Bastos, 1900.
- COSTA, Maria de Fátima. *Historia de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999.
- COSTA, Regueira. Dolmens no Brasil. *Revista do Instituto Archeologico Pernambucano*, Recife, vol. III, n. 45, p. 04-08, 1894.
- COUTO, Carlos de Paula. Introdução. In: LUND, Peter. *Memórias da Pré-História brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950. p.5-26.
- COX, Barry. *Animais pré-históricos*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1978.
- CRIPPA, Adolpho. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- DABEZIES, André. Mitos primitivos a mitos literários. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- DAY, Michael H. *O homem fôssil*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1974.
- DAUX, Georges. *Les étapes de L'Archéologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1948.
- DAVIS-KIMBALL, Jeannine. Warrior women of the Eurasian Steppes. *Archaeology*, vol. 50, n. 1, jan/fev 1997.
- DEBANÉ, Nicolas. D. Pedro II no Egypto. *Revista do IHGB*, tomo LXXV, 1912.
- DELUMEAU, Jean. *Uma História do Paraíso*. Lisboa: Terramar, 1995.
- DEMOULLE, Jean-Paul. La préhistoire et ses mythes. *Annales*, Paris, 37 anée, n. 5-6. p. 740-759, sep. 1982.
- DETIENNE, Marcel. *A invenção da mitologia*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- DEUEL, Leo (org.) *Os tesouros do tempo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- DIÉGUES JR., Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DONELL, David & MDORIN, Monica. Another look at the vikings. *Archaeology*, vol. 32, n. 3, p. 15-22, may 1979.
- DUARTE, Abelardo. *Ladislau Neto*. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ELIAS, Maria José. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 2, p.139-145, 1992.
- ELIAS, Norberto. *O processo civilizador*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ESTELLITA JR. *As minas do Sincorá*. Rio de Janeiro: Ed. Bonjean, 1933.
- EYDOUX, Henri-Paul. *Realidades e enigmas da Arqueologia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.
- FAGAN, Brian M. *Precursores de la Arqueologia en America*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.
- _____. (ed.). *Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Subsídios para a História da literatura maçônica brasileira* (século XIX). Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1989.
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, vol. 266, p. 64-148, 1965.
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e cultura Tupinambá. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- FAWCETT, Percy Harrison. *A expedição Fawcett*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 1954.
- FERREIRA, Lúcio M. Vestígios de civilização: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). *Revista de História Regional*, vol. 04, n. 1, verão 1999.
- FÉVRIER, James G. *Histoire de L'Écriture*. Paris: Payot, 1952.
- FIGUTI, Levy. Economia/Alimentação na Pré-História do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- FINDLEN, Paula. *Possessing nature*. California: Universtity of California Press, 1994.
- FOLHA DA NOITE. Descobertas na Bahia as ruínas de uma cidade millenaria. São Paulo, 25 de novembro de 1939.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FOUCRIER, Chantal. Atlântida. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- FOXON, Andrew. British barrow-diggers. In: BAHN, Paul G. (ed.). *The Cambridge illustrated history of archaeology*. Italy: Cambridge University Press, 1996.
- FOWLER, Don D. Uses of the past: archaeology in the service of State. *American Antiquity*, vol. 52, n. 2, p. 229-248, 1987.
- FROST, Frank J. Voyagers of the Imagination. *Archaeology*, vol. 46, n. 2, p. 44-51, 1993.

- FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. Arqueologia brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da arte e Arqueologia*, Campinas, n. 1, p. 24-41, 1994.
- _____. hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, n. 10, p. 3-9, 1995.
- _____. Teoria arqueológica na América do Sul. *Primeira Versão*, n. 75, Unicamp, setembro 1998.
- GALDINO, Luiz. A cidade perdida. *Planeta*, São Paulo, n.17, janeiro de 1974.
- _____. O segredo das Itacoatiaras: uma Pré-História da arte brasileira. *Revista Paulista de Arqueologia*, São Paulo, ano II, n. 2, 1983.
- _____. O Velho Mundo não fez a América. *Grandes Enigmas*, São Paulo, n.136, p. 15-19, 1984.
- _____. *Itacoatiaras: uma Pré-História da arte no Brasil*. São Paulo: Ed. Rios, 1988.
- _____. *Entrevista concedida a Johnni Langer*. São Paulo, 25 de maio de 1999a.
- _____. Os alinhamentos de Monte Alto e a Astronomia indígena. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XCV, 1999b.
- GANDIA, Enrique de. *Historia crítica de los mitos de la conquista americana*. Buenos Aires: Juan Roldan, 1929.
- GARCIA, Pericot & MOTES, Maluquer de. *A humanidade pré-histórica*. Lisboa: Editorial Verbo, 1971.
- GARCIA, Rodolfo. As viagens de D. Pedro II. *Revista do IHGB*, tomo 98, vol. 152, p. 115-125, 1925.
- GASPAR, Maria Dulce. Os ocupantes pré-históricos do litoral brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polémica (1750-1900)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GIL, José. Poder. In: *Enciclopédia Einauldi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- GIRARDET, Raoul. Les trois couleurs. In: NORA, Pierre (org.) *Les lieux de mémoire*. Vol. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- _____. *Mitos e mitologias políticas*. São paulo: Cia das Letras, 1987.
- GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- GIVENS, Douglas R. Archaeology of Americas. In: FAGAN, Brian M. (ed.). *Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- GODINHO, Egas. A pedra da Laguna. *Anais do Instituto de Antropologia*, Florianópolis, vol. I, n.1, p. 91-101, 1969.
- GOMBRICH, Ernest. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 13-43.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GORE, Rick. Neandertals: the daw of humans. *National Geographic*, vol. 189, n. 1, p. 02-36, jan. 1996.
- GRAHAM-CAMPBELL, James. *Os viquingues: origens da cultura escandinava*. Madrid: Edições del Prado, 1997.
- GRAZIANI, Françoise. Imagem e mito. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. *Separata da Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 155, n. 384, p. 499-511, 1994.
- _____. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, a.156, n. 388, p. 459-613, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-27, 1988
- GUINSBURG, Jacob. Romantismo, historicismo e História. In: *O romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- GUYOMAR, J. Nação. In: *Enciclopédia Einauldi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984.
- HALL, Martin. Archaeology and colonial expansion – The social context od southern african iron age studies. *American Antiquity*, vol. 49, n. 3, p. 455-467, 1984.
- HARDEN, donald. *Os fenícios*. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.
- HARDMAN, Francisco Foot. Exposições universais: breve itinerário do exibicionismo burguês. In: *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- HEINBERG, Richard. *Memórias e visões do Paraíso*. Rio de janeiro: Campus, 1991.
- HERM, Gerhard. *A civilização dos fenícios*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1959.
- _____. (org.). O Brasil monárquico (Reações e transações). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 3, 2. ed. São Paulo: Difel, 1969.

- _____. (org.). O Brasil monárquico (Dispersão e unidade). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, volume 2, 3. ed. São Paulo: Difel, 1972.
- HOLTEN, Birgitte & GUIMARÃES, Lucia. Desfazendo as ilusões: o dr. Lund e a suposta presença escandinava na terra de Santa Cruz. *Locus*, Juiz de Fora, vol. 3, n. 1, p. 32-44, 1997.
- HUBLIN, Jean-Jacques. The first europeans. *Archaeology*, vol. 49, n. 1, p. 36-44, jan. 1996.
- HUBNER, Patrick. Utopia e mito. In: BRUNNEL, Pierre (org.) *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- HUDDLESTON, Lee Eldridge. *Origins of the American Indians*. Austin: Steck Company, 1967.
- IMBELLONI, J. *La Segunda Esfinge Indiana: antiguos y nuevos aspectos del problema de los orígenes americanos*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1956.
- IHERING, Hermann Von. A civilização prehistórica do Brasil meridional. *Revista do Museu Paulista*, vol. 1, p. 34-159, 1895.
- _____. Archeologia comparativa do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, vol. VI, p. 518-583, 1904.
- _____. João Barbosa Rodrigues. *Revista do Museu Paulista*, vol. VII, p. 23-37, 1911.
- ISENBURG, Teresa (org.). Da observação da natureza à observação do homem: Ermano Stradelli e Guido Boggiani. In: *Naturalistas italianos no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1991.
- JABOUILLE, Victor. *Iniciação à ciência dos mitos*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1986.
- JAGUARIBE, Domingos. *Brasil antigo, Atlântide e antiguidades americanas*. São Paulo: Casa Garraux, 1910.
- JESI, Furio. *O mito*. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- JOFFILY, Geraldo. A inscrição fenícia da Paraíba. *Revista de História*, São Paulo, n. 46, p. 205-222, 1973.
- JOLY, Fernando. *A cartografia*. Campinas: Papirus, 1990.
- JONES, Stephens. *A arte do século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- KEEN, Benjamin. *La image azteca en el pensamiento occidental*. México: Fondo de Cultura Económico, 1984.
- KESSEL, Carlos. Os tesouros do morro do castelo: ouro dos jesuítas no imaginário do Rio de Janeiro. *Revista de História Regional*, vol. 2, n. 2, inverno 1997.
- KRISTELLER, Paul. *Tradição clássica e pensamento do renascimento*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- KRUMBACK, Helmut. Os antigos pictogramas do México: Alexander von Humboldt – o primeiro intérprete da escrita indígena. *Humboldt*, n. 58, p. 63-69, 1989.
- KRUSE, Herman. *O manuscrito 512 e a viagem à procura da povoação abandonada*, São Paulo, janeiro de 1940a. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- _____. *Relatório geral da Segunda viagem através do estado da Bahia*, São Paulo, 11 de setembro de 1940b. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- _____. *As matas do Orobó e da "Lapinha"*, São Paulo, 17 de setembro de 1940c. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- _____. *A casa forte da serra do Orobó*, São Paulo, 18 de setembro de 1940d. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- _____. *Notícias suplementares sobre o manuscrito 512 e a cidade abandonada*, São Paulo, 7 de novembro de 1940e. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- _____. *Arte rupestre no Brasil e as pinturas na serra do Sincorá*, s.d. Rio de Janeiro, Departamento de Patrimônio Histórico do Arquivo Nacional.
- LAMING-EMPERAIRE, Annete. *Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul*. Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, 1967.
- LANCIANNI, Giulia. O maravilhoso como critério de diferenciação cultural entre sistemas culturais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 21, 1991.
- LANGER, Johnni. Mito, História e literatura: as cidades perdidas do Brasil. *História e Perspectivas (UFU)*, Uberlândia, n. 14, p. 67-83, 1996a.
- _____. A Esfinge atlante do Paraná: o imaginário de um mito arqueológico. In: *História, questões e debates (UFPR)*, Curitiba, ano 13, n. 25, p. 148-163, 1996b.
- _____. *As cidades imaginárias do Brasil*. Curitiba: Secretaria de Cultura do Paraná, 1997a.
- _____. Mitos arqueológicos e poder. *Clio – Série Arqueológica (UFPE)*, Recife, v. 1, n. 12, p. 109-125, 1997b.
- _____. O mito do Eldorado. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 136, p. 25-40, 1997c.
- _____. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90 (UFRGS)*, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, 1998a.
- _____. Os livros raros da UFPR: um patrimônio histórico. *Questões e Debates (UFPR)*, n. 28, p. 153-169, julho 1998b.
- _____. A ficção científica no Brasil: do império ao fim do milênio. *Espaço Plural*, Londrina, Cepedal/Unioeste, ano II, n. 6, nov. 2000, p. 10-11.

- LANGER, Johnni; AFONSO, Germano Bruno. Arqueoastronomia brasileira. In: *O homem e o cosmos: visões de Arqueoastronomia no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências afins, 1999.
- LEAF, Murray. *Uma História da Antropologia*. São Paulo: Zahar, 1981.
- LEÃO, Ermelino de. Antonina prehistórica. *Archivos do Museu Nacional*, vol. XXII, 1919.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einauldi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983 (a).
- _____. Memória. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einauldi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983b.
- _____. *Histoire et imaginaire*. Paris: Poeris, 1986.
- _____. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e naturalistas. *Imaginário*, São Paulo, n. 3, p. 31-59, 1996.
- LEVI, Peter. *Grécia: berço do Ocidente*. Madrid: Ediciones Del Prado, 1996.
- LEONZO, Nanci. Um reduto intelectual na intimidade: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Relações Humanas*, São Bernardo do Campo, n. 8, p. 41-51, 1987.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. Os museus de História natural e a construção do indigenismo. *Revista de Antropologia*, n. 30/31/32, p. 277-329, 1987/89.
- LIMA, Oliveira. *O império brasileiro (1822-1889)*, 1927. Brasília: Edub, 1987/6.
- LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, v. 5, n. 1, p.19-28, 1988.
- _____. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, n. 44, dez. 1999-2000.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997.
- LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo mundo dos museus: diferentes olhares no processo de institucionalização das ciências naturais nos museus brasileiros. *Imaginário*, São Paulo, n.3, p. 59-79, 1996.
- _____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOSADA, Janaina Zito. *Desejos e melancolias: uma História da idéia de natureza no Brasil (1839-1870)*. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.
- LOUTH, Patrick. *A civilização dos germanos e dos vikings*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.
- MACHADO, Maria Helena. Introdução. *José Vieira Couto de Magalhães – Diário Íntimo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MAGARINOS, Domingos. *Amériqua*, antiguidade da America, do homem americano, da sua cultura e da sua civilização. Rio de Janeiro: Oficinas Alba Gráficas, 1939.
- MAGASICH-AIROLA, Jorge; BEER, Jean-Marc de. *América Mágica*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.
- MAHIEU, Jacques. *Os vikings no Brasil*. Rio de Janeiro: Fransisco Alves, 1976.
- MAIURI, Amedeo. *Pompei ed Ercolano*. Milano: s.ed., 1959.
- _____. Pompeii. In: *Ancient Cities*. Special issue of Scientific American. New York, vol. 5, n. 1, p. 78-85, 1994.
- MARILUZ, E. Perez. *Através de la prehistoria*. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1944.
- MARQUES, Xavier. A cidade encantada, 1920. In: BRUNO, Ernani (org.) *Coqueuais e chapadões*. São Paulo: Cultrix, 1959
- MARTINA, G. Descoberta de armas antigas de pedra na Serra Sincorá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, v. 8, p. 202-204, 1909.
- MATTOS, Anibal. *Prehistoria brasileira*. São Paulo: Nacional, 1938.
- _____. *Peter Wilhelm Lund no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- _____. Introdução ao estudo da antiguidade do homo americanus. In: *A raça de Lagoa Santa*. São Paulo: Nacional, 1941.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do segundo reinado. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MAUSO, Pablo Villarrubia. *Mistérios do Brasil*. São Paulo: Mercury, 1997.
- _____. *Brasil insólito*. Madrid: Corona Borealis, 1999.
- McINTOSH, Roderick. History of archaeology. In: FAGAN, Brian M. (ed.). *Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- McINTYRE, Loren. Humboldt's Way. *National Geographic*, vol. 168, n. 3, p. 318-351, sept. 1985.
- MEGGERS, Betty J. *América pré-histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MELO, Mário. Arqueologia pernambucana. *Revista do Instituto Archeológico, histórico e geográfico pernambucano*, vol. XXIX, n.135-142, 1928/1929.
- MELLO, Gláucia Boratto R. de. Contribuições para o estudo do imaginário. *Em aberto*. Brasília, ano 14, n. 61, 1994.

- MENDES, Josué C. *Vida pré-histórica*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Orville Derby (1851-1951). Alguns aspectos da sua obra. Rio de Janeiro, 1951.
- MOBERG, Carl-Axel. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa: Edições 70, 1968.
- MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do império. In: MAIO, Marcos & VENTURA, Ricardo (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- MONZON, Susana. *L'art rupestre sud-américain*. Paris: Le Rocher, 1987.
- MOSCATI, Sabatino. *Civilizações do mistério*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- MOTT, Luiz. As amazonas: um mito e algumas hipóteses. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. p. 33-57.
- MUDINBE, V.Y. Symbols and the interpretation of the African past. In: _____ *The idea of Africa*. Londres: James Currey, 1994.
- NAVARRO, Tânia. Os mitos da descoberta do Brasil. *Humanidades*, Brasília, vol. 8, n.2, 1982.
- NEVES, Eduardo Góes. Duas interpretações para explicar a ocupação pré-histórica na Amazônia. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- _____. O velho e o novo na Arqueologia amazônica. *Revista USP*, n. 44, dez. fev. 1999-2000.
- NIEL, Fernand. *Stonehenge*. São Paulo: Hemus, s.d.
- NOGUEIRA, Emília. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, vol. 16, p. 317-342, 1953.
- OBERACKER JR., Carlos H. Martius e a historiografia nacional. *Revista do IHGB*, vol. 347, p. 31-46, 1985.
- ODÁLIA, Nilo. Introdução. In: *Varnhagen: História*. Grandes cientistas sociais n. 9. São Paulo: Ática, 1979.
- O GLOBO. Ruínas de uma cidade milenária nos sertões da Bahia! Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1939.
- O IMPARCIAL. Na longa excursão pelo interior da Bahia o sr. Hermann Kruse descobriu os dois fortins de Gabriel Soares e localizou a cidade legendária. Bahia, 14 de novembro de 1939.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de Oliveira. Os atalhos da magia: reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na etnografia indígena. *Boletim do museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, vol. 3, n. 2, p. 155-188, 1987.
- ORENS, Marc. *A civilização dos megálitos*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978.
- ORY, Pascal. Le *Gran Dictionnaire* de Pierre Larousse, alphabet de la République. In: NORA, Pierre (org.) *Les lieux de mémoire*. Vol. I: La République. Paris: Gallimard, 1984.
- ORTIZ, Renato. O guarani: um mito de fundação da brasilidade. *Ciência e cultura*, vol. 40, n.3, p. 261-269, 1988.
- PANDOLFO, Maria & MELLO, Celina. *Estrutura e mito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 75-90, 1992.
- PATAGLEAN, Evelyne. A História do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.) *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- PAZ, Francisco Moraes. *Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista*. Curitiba: Editora UFPR, 1996.
- PENNAFORT, Raymundo Ulysses de. *Brazil pre-historico*. Fortaleza: Typographia Studart, 1900.
- PEREIRA, Edithe. As pinturas e gravuras rupestres do noroeste do Pará, Amazônia – Brasil. *Clio – série arqueológica*, v. 1, n. 12, p. 87-99, 1997.
- PEREIRA JR., José Anthero. Em torno da velha questão que é a de terem estado os fenícios no Brasil e outros reparos. *Revista do IHGSP*, São Paulo, vol. LXVIII. p.183-190.
- _____. *Introdução ao estudo da Arqueologia brasileira*. São Paulo: s.ed., 1968
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, vol. 15, n. 29, 1995.
- PODGORNY, Irina. Uma exibição científica dos pampas (apontamentos para uma História da formação das coleções do Museu de La Plata). *Idéias*, Campinas, vol. 5, n. 1, jan. 1998.
- POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- POMIAN, Krystoff. Coleção. In: ROMANO, R. (dir.) *Enciclopédia Einauldi* (vol.1). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- _____. *Collectionneurs, amateurs et curieux*. Paris: Éditions Gallimard, 1987.
- POPPINO, Rollie E. Um século da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1953. *Revista do IHGB*, vol. 314, p. 285-305, 1977.
- POVOA, Hélio. A descoberta de Lund no Brasil. *Revista do IHGB*, n. 334, p. 39-64, 1992.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: Edusc, 1999.
- PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1992.

- _____. Arqueologia, Pré-História e História. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PROUS, André; HOCH, Ella. A contribuição de P. W. Lund à Arqueologia europeia e brasileira. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, vol. 10, 1985.
- PROUS, André; PIAZZA, W. Documents pour la prehistoire du Bresil meridional. *Cahiers d'archeologie d'Amerique du Sud*, Paris, n. 4, 1977.
- PUNTONI, Pedro. A confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45, p. 119-130, julho de 1996.
- PUTKAMER, W. Jesco von. Man in the Amazon: stone age present meets stone age past. *National Geographic*, vol. 155, n. 1, p. 60-82, jan. 1979.
- RABKIN, Erice S. *The fantastic in literature*. Princeton: PUP, 1977.
- RACINE, Luc. Paraíso, Idade de Ouro, Reino Milenar e Cidade Utópica. *Diógenes*, São Paulo, n. 9, p. 77-90, 1985.
- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. São Paulo: Jorge Zahar/Edusp/Fapesp, 1996.
- _____. A Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*.
- _____. Montaigne e os canibais. *Revista de Ciências Humanas*, Curitiba, n. 7-8, p. 89-106, 1998-99.
- RAMOS, Bernardo da Silva. *Inscrições e tradições da América Prehistorica, especialmente do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil de Varnhagen a Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- REYNOLDS, Donald. *A arte do século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- RIBEIRO, Berta. Museu e memória. Reflexões sobre o colecionismo. *Revista de Antropologia*, n. 30/31/32, p. 490-510, 1987-89.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. *Manual de introdução à Arqueologia*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1977.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do estado monárquico no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1995.
- RIVET, Paul. *As origens do homem americano*. São paulo: Anhambi, 1960.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. *Revista USP*, n. 44, dez. fev. 1999-2000.
- ROCHA, Lindolfo. Zona desconhecida no interior da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, Salvador, vol. 34, p. 141-159, 1908.
- RODRIGUES, Blanca. México: mitos indígenas y mitos nacionales. In: SCHULER, Donald & GOETTEMS, Míriam Barcellos (org.) *Mito: ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987.
- RODRIGUES, Donizete. Reflexões sobre a História da Arqueologia (colonialista e nacionalista) africana. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 1, p. 191-194, 1991.
- ROSSEVELT, Ana. Arqueologia amazônica. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- _____. O povoamento das Américas: o panorama brasileiro. In: TENÓRIO, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- ROSSI, Paolo. *A ciência e a filosofia dos modernos*. São Paulo: Unesp, 1992a.
- _____. *Os sinais do tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1992b.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- RUSSEL, John Malcolm. Saga of the Nineveh Marbles. *Archaeology*, vol. 51, n. 2, p. 36-42, abril 1998.
- RUTHVEN, K.K. *O mito*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX*. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.
- SAMPAIO, Fernando G. *As Amazonas*. São Paulo: Aquarius, 1975.
- _____. *Atlântida: fantasia e realidade*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SAMPAIO, Theodoro. *O rio São Francisco e a chapada diamantina*, 1906. Salvador: Ed. Cruzeiro, 1938.
- SAUNERON, Serge. *A egiptologia*. São Paulo: Difel, 1970.
- SCHAAN, Denise Pahl. *A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara*. Porto Alegre: 1997.
- SCHADEN, Egon. El indio brasileño: imagen y realidad. *América Indígena*, vol. XXXVII, n. 1, 1977, p. 65-88.
- SCHNAPP, Alain. A Arqueologia. In: LE GOFF, Jacques (org.) *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIII et XIX siècles. Paris, *Annales*, 37 anée, n.5-6, sep. 1982. p. 760-777.

- _____. Arqueologia. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- SCHORBINGER, Juan. História da Arqueologia na Argentina. *Anales de Arqueologia y etnologia*, Mendoza, tomo XXXIV, 1979.
- SCHUCHHARDT, Walter-Herwig. *Arqueologia*. Lisboa: Editora Meridional, 1972.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O olhar naturalista: entre a ruptura e a tradição. *Revista de antropologia*, v. 35, p. 149-167, 1992.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- _____. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia & QUEIROZ, Renato (org.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. A Antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, tomo XXX, 1985.
- SILVA, Edson. Bárbaros, bons selvagens, heróis: imagens de índios no Brasil. *Clio – série História do nordeste*, n. 15, p. 54-70, 1994.
- SLAIMAN, Andrew L. The new Pompeii. *Archaeology*, vol. 90, n. 6, p. 26-34, nov. 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo império*. 2 ed. Rio de Janeiro: Gaphia, 1998.
- SOMMER, Frederico. *A vida do botânico Martius*. São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da Arqueologia brasileira. *Pesquisas - Instituto Anchieta de Pesquisas*, n. 46, 1991.
- SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento brasileiro*. Goiânia, UFG, 1997.
- STAROBINSKI, Jean. A melancolia das ruínas. In: _____. *A invenção da liberdade*. São Paulo: Unesp, 1994.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SZEGEDY-MASZAK, Andrew. Sun and stone: images of ancient, heroic times. *Archaeology*, New York, julho de 1988.
- TAUNAY, Affonso D'Escragnolle. Uma obra pouco conhecida de D. Pedro II. *Revista do IHGB*, vol.175, p. 135-154, 1940.
- TAVERA-ACOSTA, B. *Los petroglifos de Venezuela*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1956.
- TEIXEIRA, Francisco. *Carta ao presidente do IHGB, tratando da cidade perdida da Bahia*. Curitiba, 6 de março de 1939. IHGB, lata 562, pasta 33.
- TESCHAUER, Carlos. Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil. *Revista do IHGB*, tomo especial, n.5, 1927.
- THEODOR, Erwin. Apresentação: Martius e seu romance. In: MARTIUS, Carl. *Frey Apollonio*, 1831. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1983.
- TITIEV, Mischa. *Introdução à Antropologia cultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- TRAILL, David. *Schliemann of Troy*. London: Penguin Books, 1996.
- TRIGGER, Bruce. Archaeology and the image of the American Indian. *American Antiquity*, vol. 45, n. 4, p. 662-675, 1980.
- _____. Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. *Man*, n. 19, p. 355-370, 1984.
- URICOHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- VANZOLINI, P.E. O contexto científico e político da expedição bávara ao Brasil de Johann Baptist Von Spix & Johan Georg wagler. *Imaginário*, São Paulo, n. 3, p. 79-121, 1996.
- VENTURA, Roberto. Civilização nos trópicos? In: _____. *Estilo tropical: História cultural e polêmicas literárias*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VERCOUTTER, Jean. A redescoberta de uma civilização esquecida. *O Correio*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 11, p. 8-11, nov. 1988.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e sociedade na Grécia Antiga*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- VIERNE, Simone. Ligações tempestuosas: a ciência e a literatura. In: *A ciência e o imaginário*. Brasília: ed. UNB, 1994.
- VIVANTE, Armando; IMBELLONI, J. *Libro de las Atlantidas*. Buenos Aires: José Anesi, 1939.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WALKER, Amélie. Anasazi cannibalism? *Archaeology*, vol. 50, n. 5, sept/oct. 1997.
- WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, n. 338, p. 07-16, 1983.
- WENDT, Herbert. *À procura de Adão*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.
- WESOLOSKY, Verônica. Práticas funerárias pré-históricas do litoral de São Paulo. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ZAMORA, Oscar M. Fonseca. A Arqueologia como História. *Dédalo*, São Paulo, n. 28, p. 39-62, 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)